Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de História
Programa de História Econômica

Vanguarda Sindical:
União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo (1919-1935)

Mestrado em História Econômica

Edney dos Santos Gualberto

Orientador: Lincoln Ferreira Secco

São Paulo – Brasil
2008

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de História
Programa de História Econômica

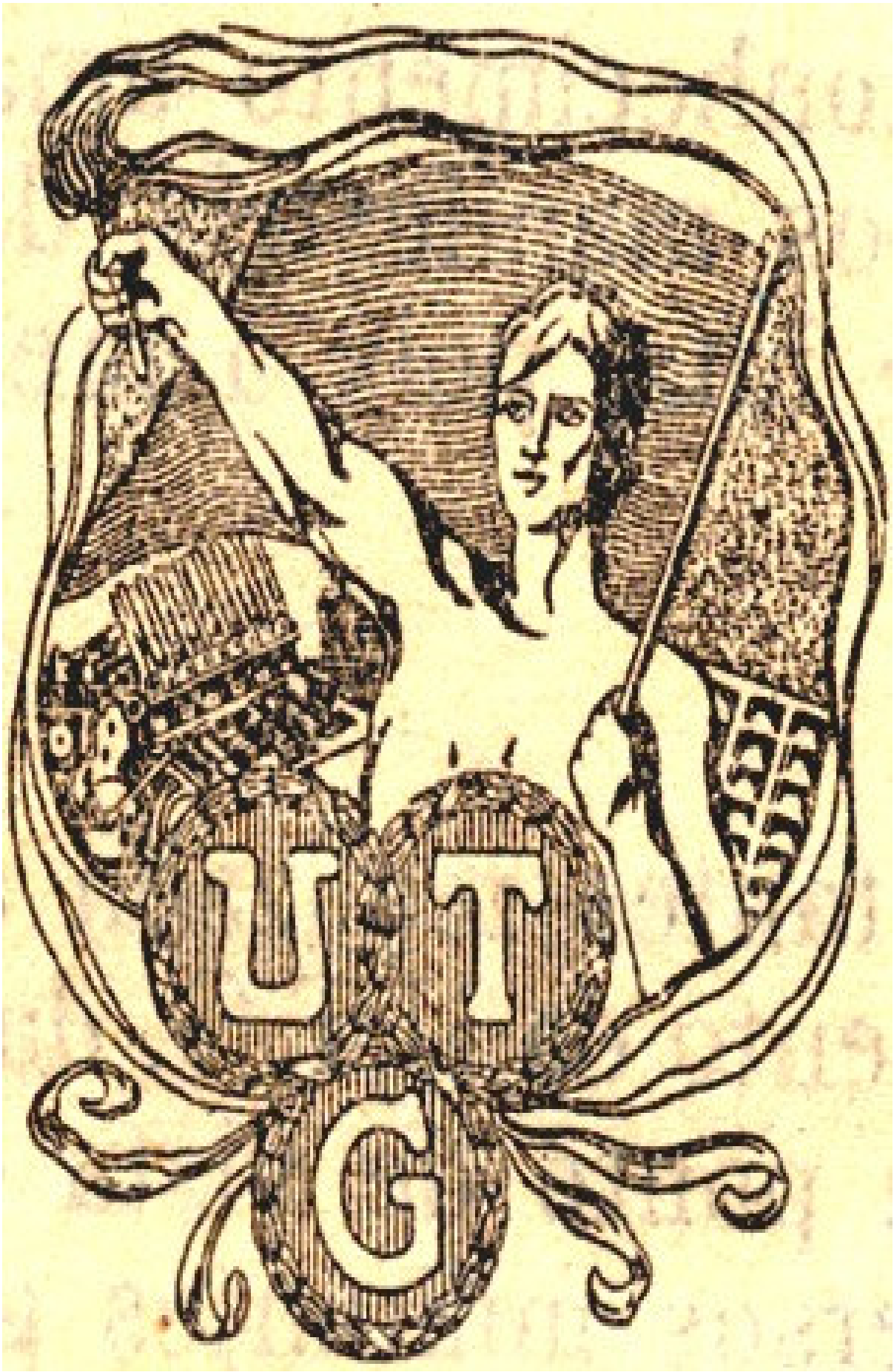
Vanguarda Sindical:
União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo (1919-1935)

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo como requisito para obtenção do grau de Mestre.

Edney dos Santos Gualberto

Orientador: Lincoln Ferreira Secco

São Paulo – Brasil
2008


UTG

AGRADECIMENTOS

Desde já afirmo que todas as pessoas que estiveram neste ciclo que se encerra (2005-2008) possuem de certa forma uma participação especial na construção deste trabalho. Infelizmente, seria impossível tentar citar esse rol de participantes em um curto espaço, mas tenho certeza que todos compreenderiam o motivo dessa triste exclusão. Mas, seria injusto não revelar os principais colaboradores para a realização deste trabalho.

Agradeço, primeiramente, o meu orientador Dr. Lincoln Ferreira Secco pela compreensão e confiança depositada em mim. Aos professores Dr. Wilson do Nascimento Barbosa e Dra. Vera Lúcia Amaral Ferlini pelos conselhos técnicos e teóricos e pela atenção direcionada a este trabalho. Ao Professor Dr. José Rodrigues Mao Jr. agradeço pelas críticas construtivas, pela amizade e pelo otimismo que sempre demonstrou em nossas conversas. Agradeço a professora Dra. Maria Luiza Tucci Carneiro por me apresentar o universo do historiador e contribuir para a minha formação, além da amizade construída ao longo dos anos.

Algumas pessoas participaram ativamente desse processo, seja nos debates políticos e teóricos que enriqueciam o meu universo, ou ainda no acompanhamento do caminho árduo, mas feliz, que me propus a traçar nos últimos anos. Agradeço a minha família que sempre esteve presente nesta minha trajetória difícil de acesso à Universidade de São Paulo. Os obstáculos que se apresentavam eram diminutos quando meus pais, irmãos, tios, tias, sobrinhos e minha querida avó demonstravam o orgulho que sentiam por mim. Agradeço aos meus futuros sogros pelo apoio e confiança que depositam em mim. A minha querida e companheira Renata Mazzeo peço obrigado pela compreensão e o carinho que sempre delegou a mim, mesmo nos momentos mais difíceis. À todos os meus amigos, antigos e recentes, agradeço pela caminhada feliz que fizemos até esse instante. Aos meus colegas de trabalho e alunos peço desculpas pelas ausências, mas afirmo que sempre possuíram justificativas. Agradeço aos funcionários do Arquivo Público do Estado, do CEDEM/UNESP e do Arquivo Edgard Leuenroth.

Agradeço a Bolsa de Mestrado concedida pela CNPq, sem a qual seria praticamente impossível a aquisição de livros e a exclusividade de pesquisa. Agradeço ainda aos anos felizes em que desfrutei do espaço profícuo do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Devo a minha formação teórica e política a tal ambiente.

Siglas e Abreviaturas

AEL/UNICAMP – Arquivo Edgar Leurenroth

AGE – Associação Gráfica de Esportes

ANL – Aliança Nacional Libertadora

APESP – Arquivo Público do Estado de São Paulo

BOC – Bloco Operário e Camponês

CGTB - Confederação Geral do Trabalho do Brasil

CNT – Conselho Nacional do Trabalho

DEOP-SP – Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo

DET – Departamento Estadual do Trabalho

FOSP – Federação Operária de São Paulo

FUP – Frente Única Popular

GREI – Grêmio Artístico Esportivo Internacional

LCI – Liga Comunista Internacionalista

PCB – Partido Comunista Brasileiro

TSN – Tribunal de Segurança Nacional

UTG – União dos Trabalhadores Gráficos

Sumário

Resumo (Abstract).....1

Introdução..... 3

I – O Interior da Empresa Gráfica.....19

1.1 – As pré-condições de vanguarda.....31

1.2 – Aristocracia Operária?.....41

II – Consciência de Classe e a UTG.....44

2.1 – Greves e Vanguarda.....50

2.2 – Educação e Vanguarda..... 61

2.3 – Esporte e Vanguarda.....66

2.4 – Partido, organizações e vanguarda.....72

2.5 – Imprensa e Vanguarda.....80

III – Intelectuais Operários.....92

Considerações Finais.....123

Anexos.....126

Fontes e Referências Bibliográficas.....145

RESUMO

A União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo foi o ambiente mais freqüentado pela vanguarda operária durante as décadas de 1920 e 1930. O marco inicial da pesquisa remonta a 1919, ano da fundação permanente da instituição. Surgida pela necessidade de organização da classe operária pós-greve de 1917, a U. T. G. esteve à frente de episódios que colaboraram para que a entidade atingisse o posto de vanguarda do sindicalismo paulista e brasileiro. O cenário sofreria mudanças estruturais com a intervenção do governo nas questões trabalhistas, a partir de 1930. O enfraquecimento sindical independente foi acompanhado de contestações, nos quais estavam envolvidos os trabalhadores gráficos. A vigilância policial empreendida a esses profissionais demonstrava a importância atribuída ao setor. Em 1935, após a explosão revolucionária comunista, os integrantes da vanguarda operária, dentre eles diversos gráficos, foram sistematicamente perseguidos e detidos pelas autoridades policiais como forma de prevenção. Temas como hegemonia, consciência de classe, intelectualidade, repressão, greves, ideologias, imprensa operária, etc., são alguns dos atributos inerentes ao cotidiano desta entidade sindical. Através de fontes antagônicas foram reconstituídos os principais discursos do ambiente sindical gráfico no seu período áureo.

ABSTRACT

The Graphic Workers' Union of Sao Paulo was the place most frequented by the workers' avant-garde during the decades of 1920 and 1930. The initial mark of this research is 1919, year of the permanent foundation of this institution. Emerging from the necessity of organization of the working classes after the strike of 1917, the G.W.U. was at the head of episodes that contributed for the group to reach the avant-garde position in the unionism in Sao Paulo and in Brazil. The setting would experience some structural changes, with the intervention of the government in the labor issues, from 1930. The weakness of the independent unions was followed by contestations, in which the graphic workers were involved. The police vigilance dedicated to these professionals demonstrated how much importance they gave to this sector. In 1935, after the communist revolutionary explosion, the members of the worker's avant-garde, including many graphic workers, were systematically persecuted and held in custody by the police as a preventive measure. Elements such as hegemony, class-consciousness, intellectuality, repression, strikes, ideologies, and graphic press, among others, are some of the characteristics inherent to the quotidian of this union. The main discourses of the graphic syndical environment in its golden age were reconstituted through antagonistic sources.

INTRODUÇÃO

No final do período imperial, o Brasil sofreu transformações no seu setor de mão-de-obra, conseqüência da Abolição da Escravatura e da imigração de trabalhadores europeus, estes seriam os substitutos dos antigos trabalhadores escravos. Essas mudanças ocorridas na mão-de-obra brasileira puderam ser percebidas mais acentuadamente nos primeiros decênios do século XX, quando as cidades começaram a ganhar um primeiro impulso industrial, alavancadas pelo setor agro-exportador nacional. Os trabalhadores que haviam emigrado de diferentes países europeus para a lavoura de café enxergaram na indústria, ainda nos seus primórdios, a possibilidade de melhoria em suas condições de vida. Este êxodo rural marcaria profundamente a vida dos centros urbanos em formação. O nível populacional aumentava gradativamente e com ele a estrutura das cidades. Apesar da "industrialização", os empregos se resumiam, nessas primeiras décadas do século XX, à pequenas oficinas e nestas o número de empregos era reduzido. Ainda assim, a estrutura social estava sendo modificada.

Segundo a extensa bibliografia referente ao movimento operário, nesse período as ideologias socialistas e anarquistas entraram no país junto com os imigrantes europeus e, a partir delas, os movimentos sociais começaram a "tomar fôlego" no Brasil. Foi neste contexto que, em 1904, a União dos Trabalhadores Gráficos (UTG) foi fundada em São Paulo com o objetivo de organizar e defender o trabalho dos gráficos na capital paulista. A partir da sua fundação a U. T. G. tornou-se referência para as demais corporações de ofícios, pela combatividade que apresentava na luta por melhorias nas condições econômicas e sociais dos trabalhadores[1]. Os anarquistas foram os principais envolvidos na primeira etapa de organização da instituição gráfica, mas o caráter intermitente apresentado nos primeiros anos, devido a ação policial, enfraqueceu o poder da instituição. Durante as grandes greves da segunda década do século XX, o círculo operário percebeu a necessidade de organização para reivindicar os seus principais anseios. Em 1919, a União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo foi refundada e suas atividades prosseguiram em caráter permanente. Em 1922, com a criação do Partido Comunista Brasileiro a UTG tornou-se alvo de disputada de comunistas e anarquistas. Mas essas duas correntes não seriam as únicas a integrarem a UTG, já que no final da década de 1920 a corrente trotskista começou a se destacar nas decisões e ações da união.

---

[1] Ver: FERREIRA, M. N. *A Imprensa Operária no Brasil (1880-1920)*. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.

Os gráficos possuíam instrução acima da média dos trabalhadores dos demais ofícios, o que possibilitava a sua inserção no universo literário. Tornaram-se os líderes da imprensa operária e entraram em contato com diversos títulos bibliográficos considerados exóticos no Brasil. Assim, a União dos Trabalhadores Gráficos abrigava em seus quadros os principais agentes da vanguarda proletária paulista. Esse contexto favoreceu a disputa pela hegemonia da instituição entre militantes e líderes das principais ideologias em atividade na cidade de São Paulo atraindo, sobretudo, a atenção dos poderes constituídos, representados na imagem da polícia.

O fator econômico foi vital para consolidar o caminho desta vanguarda. Com salários superiores a renda dos demais trabalhadores fabris, os gráficos paulistas investiam parte dos ganhos na sua formação política, adquirindo livros, revistas, jornais que contribuiriam para o desenvolvimento de uma consciência política. O estudo da condição salarial dos gráficos revela também o funcionamento e dinâmica do sindicato dos gráficos, já que este vivia de contribuições dos sócios.

O número de fontes produzidas pelos principais agentes da UTG e mesmo por órgãos oficiais cogitou possibilidades de reconstituição do cotidiano de um sindicato instigante – do ponto de vista político, econômico e social – e ao mesmo tempo a história angustiante em que estiveram inseridos diferentes nomes do movimento operário brasileiro, devido à intensa repressão empreendida pelo Estado. As principais fontes utilizadas foram a produção da Polícia Política (DEOPS-SP) e o órgão de imprensa do sindicato dos gráficos (*O Trabalhador Gráfico*), ambas consideradas referências e ao mesmo tempo contrapontos.

O presente trabalho entendeu que para reconstituir o cotidiano do sindicato dos gráficos de São Paulo e de seus associados seria necessário analisá-lo a partir do período de sua fundação permanente, em 25 de maio de 1919, e observá-lo até a tentativa revolucionária de novembro de 1935, quando diversos sócios foram detidos pela polícia. Este período histórico foi marcado por intensos debates e embates das forças sociais no território brasileiro. O movimento do sindicato dos gráficos na periodização que se apresenta suscitou questões inerentes ao mundo do trabalho, como: salários, ideologias, instituições de poder, repressão estatal e, principalmente personagens encobertos pelo discurso oficial. Escrever a história da UTG tornou possível contar a história do Brasil de

um ângulo divergente do conhecimento oficial, possibilitando-nos contrapor fatos e complementá-los, com o objetivo de nos aproximar ao máximo da realidade política econômica e social em que esteve inserida a classe operária brasileira.

História Oficial

A questão operária tem sua gênese ainda no final do Império, vivendo na segunda década do século XX um período conturbado. As transformações na indústria causaram profundas mudanças sociais alteradas com o aumento gradativo do número de operários. Descendentes de estrangeiros europeus, esses operários identificaram-se em grande parte, com as ideologias socialista e anarquista, cujas bandeiras de luta eram melhorias no nível social e trabalhista. A partir de 1917, quando se intensificam as greves, a repressão policial revelou-se o principal fator de desagregação do movimento operário paulista.

No início da década de 1920 começou uma fase tensa para a classe operária, acompanhada, em primeiro plano, pelos crescentes aumentos do custo de vida devido à crise econômica nacional. Além disso, devemos considerar o surgimento do Partido Comunista Brasileiro, em 1922, que passaria com o tempo a disputar a hegemonia da classe trabalhadora com os anarquistas. A situação tornava-se ainda mais grave, pois, além da repressão policial, a classe operária se via obrigada a "conviver" com a pressão produzida por seus patrões; empresários coniventes com a política do Estado. Ressaltamos que, no início da década de 1920, "o Centro de Fiação e Tecelagem, em São Paulo, manteve uma lista negra de operários demitidos por terem participação em greves ou cometido faltas (furtos, indisciplina, etc.). Cada empresa enviava os nomes dos operários 'indesejáveis' à todos os associados e, deste modo, estigmatizava-se os agitadores"[2].

Remetendo-se a 1924 é necessário especificar o grau de instabilidade e os vários conflitos que envolviam o país. Como ponto de partida recorremos à uma expressão do próprio Artur Bernardes, então presidente da república:

"Como presidente da República eu fui apenas um chefe de polícia",

[2] PINHEIRO, P. S. e Hall, M. M. *A Classe Operária no Brasil (1889-1930).* São Paulo: Alfa-Ômega, 1979, p. 324.

ao definir desta forma seu governo, Artur Bernardes justificou-o enquanto o período mais agitado de toda Primeira República, transcorrido inteiramente sob estado de sítio. A questão operária era tratada em moldes policiais, sob a política de repressão, e os estrangeiros responsabilizados pelo caos nacional. Em 1924, explodiu uma revolução, onde forças rebeldes do exército e da força pública tomaram a cidade de São Paulo, durante o período de 5 a 27 de julho. O estado de sítio concedido por sessenta dias, a partir da data de eclosão da revolta, serviu como pretexto para a investida policial contra as associações proletárias[3].

A situação tensa dificultava a estabilidade entre as diversas facções políticas. A opressão dos governadores estimulou a organização de oligarquias dissidentes, servindo como exemplo a organização do Partido Democrático, em São Paulo. Este é um dos elementos fundamentais para a compreensão do enfraquecimento das oligarquias, "é o momento em que a facção do exército contesta o poder oligárquico, em que as camadas da classe média civil estão inquietas, em que surgem segmentos insatisfeitos da oligarquia dominante e, afinal, em que observamos o recuo do movimento operário[4]".

Logo que Washington Luís assumiu a presidência, em 1926, adotou medidas "apaziguadoras" como a libertação de presos políticos, a atenuação da censura à imprensa e a suspensão do "estado de sítio". Mas em 1927, foi aprovado um projeto, de autoria de Aníbal Machado, que ficou conhecido como *Lei Celerada*. Este ato legal tinha como pretexto a luta contra o comunismo, mas restringia liberdade de pensamento e expressão, além de ser inteiramente dirigido contra os tenentes e operários filiados às organizações revolucionárias como o BOC (Bloco Operário e Camponês), o qual era animado principalmente pelos comunistas.

A "Crise de 1929" teve seus efeitos no Brasil: a retração do mercado consumidor, a suspensão do financiamento para estocagem do café, que havia sido originalmente criada em 1906, estava desmoronando e isto seria um dos fatores para a Revolução de 1930. Aliado a essa crise, instaurada no Brasil, teve início a questão sucessória.

Getúlio Vargas tornou-se presidente, ainda que provisório, por meio de um golpe, tendo como apoio as classes médias urbanas e forças emergentes de políticos em ascensão.

---

[3]PINHEIRO, P. S. e Hall, M. M. *op. cit.* p. 210.
[4] CARONE, E. *Classes Sociais e Movimento Operário*. São Paulo: Ed. Ática, 1979, p. 119.

Estar ao lado da revolução satisfazia tanto alguns setores da classe dominante como os segmentos médios urbanos e inclusive o próprio proletariado[5]. Vargas procurou agir com firmeza, afastando aqueles que haviam combatido ou persistiam em combater a nova situação.

Com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em novembro de 1930, era posto em evidência a nova postura do Estado diante dos conflitos do trabalho. A perspectiva era "racionalizar" o conflito de classes, tirando-o do terreno perigoso do confronto aberto em que estivera na Primeira República, para levá-lo ao terreno favorável à continuidade segura do desenvolvimento capitalista: o dos regulamentos e controles pelo Estado. Diante da emergência das massas urbanas, tratava-se de lhes fazer concessões, criar canais de negociação com elas e, ao mesmo tempo, destruir suas organizações independentes e suas lideranças autônomas. Daí, os anos do pós-1930 serem férteis em leis sociais e trabalhistas e, ao mesmo tempo, em repressão aos movimentos políticos da classe operária e controle de seus sindicatos[6]. Em 1934, o governo de Getúlio tornou-se constitucional com ênfase na questão trabalhista, mascarado por "atos ditos liberais".

Unida ao novo governo estava a Igreja Católica que, desde o início da República encontrava-se em oposição ao Estado, por este ter se declarado laico. Na década de 1920, a ação católica foi mais crítica e menos prática. Porém, com a Revolução de 1930, a Igreja retornou à arena política: vieram a público a *Liga Eleitoral Católica* (1933), o *Centro Dom Vital* e outras organizações católicas, liderando as atividades de grupos políticos, numa ostensiva atitude de pressão contra as formas de pensamento liberal e esquerdizante[7].

Os anos trinta foram ricos não apenas em leis sociais e trabalhistas, para atender os anseios populares, mas também em mecanismos de controle do movimento operário. A Constituição de 1934 confirmou as leis sociais decretadas pelo governo, mas a constituinte modificou a Lei de Sindicalização, onde haveria apenas um sindicato para cada fábrica ou categoria, e os sindicatos seriam fiscalizados pelo Ministério do Trabalho, Indústria e

---

[5] DECCA, E. S. *O Silêncio dos Vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 89; Ver também: FAUSTO, B. *Revolução de 30: historiografia e história.* São Paulo: Brasiliense, 1995.
[6] FARIA, A. A. e BARROS, E. L. *Getúlio Vargas e sua Época.* São Paulo: Global, 1989, p. 28; SIMÃO, A. *Sindicato e Estado.* São Paulo: Dominus Editora, 1966; IANNI, O. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
[7] CARONE, E. *A Segunda República*. São Paulo: Difel, 1978, p. 197.

Comércio[8]. A burguesia industrial aliada ao governo procurou anular a força proletária socialmente e politicamente, não só através da legislação, mas também através do controle oficial. Ainda assim, sempre que a polícia "abria a guarda", o movimento operário voltava à cena. Demonstrando, por diversas vezes, descontentamento com a política governamental de Vargas, o proletariado voltou a se manifestar com maior intensidade, seja na atividade do Partido Comunista Brasileiro (clandestino), seja como trotskistas em forma de fração bolchevique, ou ainda, sob a individualidade anarquista. Afinal, em 1935, temos a Aliança Nacional Libertadora, frente única operária e da pequena burguesia contra o domínio das classes dominantes. Nas palavras de Carone:

> Contra a *frente única popular*, formou-se a *frente única oligárquica*. Liderada por São Paulo, com o beneplácito do governo federal e das camadas conservadoras, criou-se um instrumento legal para abafar todo protesto. A Lei de Segurança Nacional foi a arma contra as manifestações operárias e da oposição, instrumento legal acionado por Getúlio Vargas para implantar o Estado autoritário, em 1937[9].

Com o objetivo de legitimar sua continuidade no poder, Vargas utilizou-se ainda mais da máquina de repressão policial alertando a população contra o perigo iminente de "forças inimigas", fossem estas os comunistas ou nazistas, dependendo do contexto internacional[10].

Breve historiografia do movimento operário brasileiro

O movimento operário e sindical das primeiras décadas do século XX foi um tema extremamente debatido e estudado pela historiografia brasileira contemporânea, abarcando inúmeros conceitos sobre as condições sociais e econômicas da classe operária. As vertentes por ora lembradas não são exclusivas, entretanto são os trabalhos de maior relevância e expressão da causa operária no cenário nacional.

Um importante balanço sobre os estudos até então publicados sobre o movimento operário brasileiro foi desenvolvido por Cláudio H. M. Batalha sob o título *"A historiografia da Classe Operária no Brasil: trajetórias e tendências*[11]*"*. Neste, o autor aborda as tendências da historiografia operária brasileira do século XX, partindo da análise

---

[8] CANÊDO, L. B. – *A Classe Operária vai ao Sindicato.* São Paulo: Contexto, 1991.
[9] CARONE, E. *A Segunda República*. *op. cit.*, p. 197.
[10] GAMBINI, R. *O Duplo Jogo de Vargas*. São Paulo: Símbolo, 1977.
[11] BATALHA, C. H. M. *A Historiografia da Classe Operária no Brasil: trajetórias e tendências*. In: FREITAS, M. C. de. *Historiografia brasileira em perspectiva* (org.). São Paulo: Editora Contexto, 1998.

de que os primeiros escritos sobre o tema foram desenvolvidos por não-acadêmicos. O autor direciona a história operária para o âmbito da produção militante até os anos 50, valorizando as memórias e os trabalhos de militantes políticos ligados à esquerda enquanto responsáveis pela visão da classe operária das primeiras décadas. Batalha considera que a partir dos anos 60, a história da classe operária começou a abarcar conceitos sociológicos e temas teóricos, como a luta de classes. Nos anos 70, a academia investiu no campo dos estudos operários que, até então, estava limitado às interpretações sociológicas e, em menor grau, à ciência política. Para isso tiveram participação decisiva os trabalhos desenvolvidos pelos brasilianistas e o grupo de historiadores da Unicamp[12]. O autor considera que a produção dos anos 80 ampliou os conhecimentos sobre a classe operária ao mesmo tempo em que desenvolveu a fragmentação das tendências, como foi observado nas últimas décadas. Para Cláudio H. M. Batalha, a historiografia operária da última década do século XX entrou em crise, o que não implica que novos enfoques sejam propostos. Hoje, a partir da abertura de arquivos policiais e diplomáticos, constatamos que isto é possível, por existir documentação para novas abordagens.

O anarquismo surge-nos como a primeira referência básica para começarmos a entender a União dos Trabalhadores Gráficos. A corrente anarquista no Brasil teve sua gênese com a vinda de estrangeiros no final do século XIX, e apesar do movimento comunista tomar para si a liderança da classe operária, o movimento anarquista continuou atuando no cenário proletário. Raquel de Azevedo narra a sobrevivência dos Sindicatos e grupos libertários entre os anos de 1927 a 1937, analisando os métodos de resistência destas organizações autônomas[13]. Outras abordagens também demonstram não só a sobrevivência do anarquismo, mas a participação desta ideologia em questões mais singulares. Mônica Siqueira Leite de Barros em dissertação de mestrado constrói o elo histórico entre teoria política anarquista e a questão feminina[14]. Responsável pela sobrevivência do anarquismo, Edgard Leuenroth tornou-se "objeto" de estudo de Yara Maria Aun Khoury[15], sendo avaliado o significado do gráfico e jornalista na constituição da memória anarco-sindicalista vivendo a proposta de invenção da revolução, no respeito às

---

[12] Importante ressaltar a importância de estudiosos como: Michael M. Hall, Paulo Sérgio Pinheiro e Edgard de Decca, Ricardo Antunes, dentre outros.

[13] AZEVEDO, R. de. *A Resistência Anarquista: uma questão de identidade (1927-1937)*. Campinas: Dissertação de Mestrado – IFCH/Unicamp, 1996.

[14] BARROS, M. S. L. de. *As Mulheres Trabalhadoras e o Anarquismo no Brasil*. Campinas: Dissertação de Mestrado – IFCH/Unicamp, 1979.

[15] KHOURY, Y. M. A. – *Edgard Leuenroth uma Voz Libertária: imprensa, memória e militância anarco-sindicalista*. São Paulo: Tese de Doutorado – FFLCH/USP, 1988.

liberdades e às vontades individuais nos anos de 1920 e 1930. Neste contexto anarquista, não podemos deixar de ressaltar a importância de Sheldon Leslie Maram[16] e Francisco Foot Hardman[17]. Ambos desenvolveram trabalhos que são referências para pesquisas interessadas em reconstituir a história do movimento operário sob enfoque anarquista.

Uma das principais preocupações na análise operária concentra-se na questão das condições de vida e trabalho do operariado no seu cotidiano nas diferentes esferas de sociabilidade. Maria Auxiliadora G. de Decca[18] rediscute a questão do cotidiano operário, bem como sua dominação fora dos locais de trabalho. Para a autora, o redimensionamento e a racionalização da geografia de São Paulo em detrimento às necessidades industriais revelam a elaboração de soluções para a domesticação da classe trabalhadora em seu próprio ambiente, isto é, o distanciamento entre os bairros nobres e os bairros operários e, nestes últimos, as condições de vida, por mais precárias que fossem, eram auto-suficientes não havendo necessidade de intercâmbio entre os bairros, no começo do século XX. Algumas análises preferem se ater ao âmbito da fábrica, revelando a precariedade e a opressão do ambiente do trabalho; Maria Alice Rosa Ribeiro no estudo *Condições de Trabalho na Indústria Têxtil Paulista (1870-1930)*[19] discorre sobre o assunto ao mesmo tempo em que narra o auge e o declínio da indústria têxtil. Este estudo revela a difícil adaptação do setor têxtil à regulamentação do trabalho expressa na Lei de Férias e no Código de Menores, por este ramo industrial possuir sua força de trabalho baseada em mulheres e crianças.

Em uma outra vertente Michael M. Hall e Paulo Sérgio Pinheiro analisam as condições de vida e trabalho, e as relações do proletariado com empresários e com o Estado. Em A Classe Operária no Brasil (1889-1930)[20], os autores desenvolvem suas pesquisas apoiados em uma vasta documentação do início da República Velha. As associações, as greves, a repressão policial, a formação jurídica e a legislação trabalhista

---

[16] MARAM, S. L. *Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
[17] HARDMAN, F. F. – *Nem Pátria, Nem Patrão!: vida operária e cultura anarquista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
[18] DECCA, M. A. G. *A Vida Fora das Fábricas – cotidiano operário em São Paulo (1920-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
[19] RIBEIRO, M. A. R. *Condições de Trabalho na Indústria Têxtil Paulista (1870-1930).* Campinas: Dissertação de Mestrado – IFCH/Unicamp, 1980.
[20] PINHEIRO, P. S. e Hall, M. M. *op. cit*.

são descritas tendo os autores como interlocutores e expositores do conteúdo documental, abandonado os conceitos teóricos sobre a classe operária.

Boris Fausto prende-se à questão do imigrante enquanto operário no trabalho *Historiografia da Imigração para São Paulo*[21]. Autor também de *Trabalho Urbano e Conflito Social*[22], procura demonstrar que a condição de imigrante foi um dado bastante negativo para o êxito da organização e das ações coletivas dos trabalhadores. A divisão étnica, desqualificação profissional, a falta de sofisticação ou experiência organizatória revelam o verdadeiro papel do imigrante nas relações do trabalho, sendo difícil a idéia de que o imigrante era o responsável pelo caos nacional. Maria Célia Paoli[23] atenta-nos para a heterogeneidade que preside a diferentes formas de dominação na produção, a diferentes articulações desta dominação, como a forma de reprodução material da classe trabalhadora e, portanto, a diferentes formas de urbanização e utilização do espaço.

A partir de 1922, o Partido Comunista entra no cenário nacional a fim de angariar adeptos para sua causa entre os diversos trabalhadores brasileiros, principalmente através dos sindicatos. Edgard Carone, no livro *Classes Sociais e Movimento Operário*[24], aborda o tema político em contraposição ao âmbito trabalhista e social, isto é, o PCB por se tratar de um partido político, ainda em formação, tendia a tentar conquistar o poder através da massa proletária. Neste sentido, Carone buscou apresentar provas de que as classes médias urbanas agiam com o intuito de alcançar as mudanças almejadas, no âmbito político, restritos, até aquele momento, às mãos da elite conservadora oligárquica. A questão operária, neste estudo, seria também de reivindicação no que se relacionava às questões trabalhistas e sociais, todavia o jogo de interesses e a manipulação tornaram o operariado um "objeto" no interior da luta política.

A presença do Bloco Operário e Camponês na década de 1920 foi um marco para a história política do movimento operário brasileiro. Segundo Ivan Tronca[25], O "medo" de uma crescente intervenção das classes subalternas na política nacional seria uma das causas para o golpe que levou Getúlio Vargas ao poder. Marcos Del Roio analisou as relações e

---

[21] FAUSTO, B. *Historiografia da Imigração para São Paulo*. São Paulo: Sumaré, 1991.
[22] FAUSTO, B. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. São Paulo: Difel, 1977.
[23] PAOLI, M. C. *Trabalhadores Urbanos na Fala dos Outros. Tempo, espaço e classe na história operária. In: LOPES, S. L. (coordenação). Cultura e Identidade Operária*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1987.
[24] CARONE, E. *Classes Sociais e Movimento Operário*, *op. cit*.
[25] TRONCA, I. *Revolução de 30: a dominação oculta*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

alianças que o PCB firmou, mesmo na ilegalidade durante a Lei Celerada, para se estabelecer no cenário político nacional[26].

Em *O Silêncio dos Vencidos*[27], Edgard de Decca desenvolve diferentes conceitos sobre política, luta de classes, discursos ideológicos etc. Enfim, o autor mantém o contexto histórico ao mesmo tempo em que consegue desenvolver inúmeras reflexões teóricas. O operariado é visto sob o ângulo marxista e a burguesia industrial é denunciada como sendo a verdadeira protagonista da Revolução de 1930. A legislação social, as condições de vida dos trabalhadores, as associações comerciais e industriais, e os diversos assuntos relacionados à questão trabalhista são descritos e teorizados pelo autor. Antagonicamente, José Segatto[28] constrói praticamente uma obra "didática" sobre o operariado brasileiro. Utilizando-se de uma bibliografia específica sobre o tema, o autor narra a formação da classe operária, as condições de existência, as organizações sindicais, os movimentos reivindicatórios, as ideologias e a organização política da classe operária.

A *consciência de classe* é um tema recorrente da historiografia operária. Relevante argumento sobre o assunto foi desenvolvido por Ricardo Antunes[29], onde ele atenta o leitor para as particularidades da industrialização no Brasil, ganhando ênfase a debilitação da nossa indústria, apesar da plena mecanização, por ser predominante o contexto agrário. O autor critica a tese de que havia conformismo por parte da classe operária, por esta possuir sua origem rural e paternalista, visto que para Antunes as pessoas mudam conforme o contexto em que vivem.

Abordagens onde há predominância de documentos relativos à indústria são capazes de reconstruir as relações de trabalho sob a ótica da burguesia industrial. Em *A Face Oculta da Reprodução (um estudo sobre os trabalhadores industriais de São Paulo/1930-1934)*[30], a autora Zélia Lopes da Silva discorre sobre o embate travado entre a burguesia industrial e os trabalhadores, em torno da definição de regras para a compra e venda da força de trabalho no mercado. Esta luta tem seu coroamento com a ingerência do Estado no

---

[26] DEL ROIO, M. – *A Classe Operária na Revolução Burguesa*. A Política de Alianças do PCB: 1928-1935. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
[27] DECCA, E. S. de. *op. cit.*
[28] SEGATTO, J. A. A *Formação da Classe Operária no Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
[29] ANTUNES, R. *A Classe Operária, Sindicatos e Partido no Brasil: da revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora*. São Paulo: Cortez e Editora Ensaio, 1982.
[30] SILVA, M. L. da. *A Face Oculta da Reprodução (um estudo sobre os trabalhadores industriais de São Paulo/1930-1934).* Campinas: Dissertação de Mestrado – IFCH/Unicamp, 1983.

mercado. A dissertação comprova que os industriais tiveram participação ativa na construção da legislação trabalhista.

Os estudos que concentram as atenções na vertente sindical são inúmeros e seus enfoques os mais variados. Há trabalhos que narram a gênese sindical no Brasil, enquanto outros preferem se ater as legislações trabalhistas e suas influências nos sindicatos. Evaristo de Moraes Filho, um dos precursores da questão sindical, demonstrou em *O Problema do Sindicato Único no Brasil*[31] a necessidade do agrupamento de trabalhadores de mesma categoria. Neste, o autor ainda traz comentários sobre as principais leis conquistadas pela classe operária a partir dos anos de 1920 e as teoriza encontrando as principais dificuldades dos sindicatos, principalmente, com a decretação do Estado Novo. Nesta mesma vertente de interpretação da legislação trabalhista Luiz Werneck Vianna constrói suas teorizações em *Liberalismo e Sindicato no Brasil*[32]. Para o autor o liberalismo permeia todas as decisões e legislações referentes ao trabalho; a abertura do mercado de todos os bens socialmente disponíveis seria o fator preponderante na constituição do Brasil. O comportamento da classe operária e do empresariado burguês diante desta perspectiva torna-se o principal enfoque do autor.

Azis Simão descreve a classe operária nacional desde a sua formação, ou seja, a questão imigratória, a transição de trabalhadores do campo para os centros urbanos e as condições de vida e trabalho. Em seu livro *Sindicato e Estado*[33], o autor delineia uma trajetória, na qual é evidenciada a criação da legislação trabalhista e todo o seu desenvolvimento conforme as necessidades de conter a massa operária por parte dos patrões comprovando através da legislação e de diferentes quadros estatísticos, a política de valorização do trabalho a partir de 1930. Em sua teorização Simão atenta os leitores para a função verdadeira do proletariado nacional, isto é, como "massa de manobra" dos interesses extra trabalhistas.

Torna-se necessário explicitarmos a historiografia referente aos operários gráficos e a União dos Trabalhadores Gráficos, já que alguns trabalhos já foram desenvolvidos com diferentes periodizações e enfoques. Inicialmente devemos ressaltar a importância do

---

[31] MORAES Fº, E. de. *O Problema do Sindicato Único no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1952.
[32] VIANNA, L. W. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Belo Horizonte: Paz e Terra, 1989.
[33] SIMÃO, A. *Sindicato e Estado*. São Paulo: Dominus Editora, 1966.

estudo de Maria Nazareth Ferreira sobre os trabalhadores gráficos em São Paulo. O trabalho *A Imprensa Operária no Brasil (1880-1920)*[34] pode ser considerado um marco nos estudos referentes aos gráficos. Neste, a autora descreve a imprensa operária em São Paulo na Primeira República e sua importância para a comunicação das classes subalternas. Os trabalhadores Gráficos neste trabalho aparecem como coadjuvantes da imprensa operária, já que esta é o objeto de estudo da autora. Ainda assim, Nazareth Ferreira consegue relatar o início da União dos Trabalhadores Gráficos, em 1904, e suas principais dificuldades até sua consolidação em 1919. Uma periodização complementar foi proposta por Leila Maria da Silva Blass[35], onde relata as principais reivindicações e greves da União dos Trabalhadores Gráficos durante a década de 1920. A autora desmistifica a idéia de atraso, espontaneidade e desorganização da classe operária. Outro trabalho referente aos trabalhadores gráficos com periodização complementar é produzido por Maria Silvia Duarte Hadler. Sob o título de *Sindicato do Estado e legislação social: o caso dos gráficos paulistas nos anos de 1930*[36] este trabalho tem como enfoque a questão da implantação do sindicalismo na década de 1930 e seus pormenores até a efetivação do Estado Novo. O autor Kazumi Munakata[37] também dissertou sobre o movimento dos gráficos paulistas, porém o seu estudo teve como enfoque o surgimento de uma tênue legislação trabalhista, que a partir de 1930 ganharia apoio da burocracia estatal. Neste contexto, os gráficos foram os protagonistas da classe operária na década de 1920, nas reivindicações pela efetivação das leis sancionadas pelo governo e desobedecidas pelos patrões.

O início da organização operária

Após a Proclamação da República o Brasil iniciou uma nova etapa em sua constituição como nação. O fim da escravidão e a busca pela "modernidade", principalmente, a modernidade baseada na cultura européia, trouxeram ao país mudanças aceleradas em toda a estrutura montada durante séculos. Ainda durante o Império, as primeiras levas de imigrantes entraram no Brasil para satisfazer as necessidades da empresa cafeeira. Ao longo dos anos, os imigrantes que chegavam para "fazer a América[38]" se conscientizaram de que não haveria retorno para os seus países de origem, aumentando

---

[34] FERREIRA, M. N. *op cit*.
[35] BLASS, L. M. S. *Imprimindo a própria história: o movimento dos trabalhadores gráficos de São Paulo no final dos anos 20*. São Paulo: Edições Loyola, 1986.
[36] HADLER, M. S. D. *Sindicato do Estado e legislação social: o caso dos gráficos paulistas nos anos de 1930*. Campinas: Dissertação de Mestrado – IFCH/Unicamp, 1982.
[37] MUNAKATA, K. *A Legislação Trabalhista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
[38] CANÊDO, L. B. *op. cit*. p. 29.

gradativamente a participação deste contingente no cotidiano das grandes cidades. Estas grandes cidades sofreram mudanças decorrentes da industrialização das primeiras décadas do século XX. Toda estrutura social, cultural, política e econômica foi alavancada pelo nascente conflito entre *capital* e *trabalho*.

Como conseqüência, desta nova etapa na vida social brasileira, surgiu nas grandes cidades industrializadas um modo de vida especificamente proletário. Vilas e bairros operários emergiam em estruturas precárias de higiene e conforto. Aumentos circunstanciais nos preços da alimentação básica tornavam a subsistência difícil, principalmente pela acentuada desvalorização dos salários diante da carestia exorbitante no nível mínimo de vida[39]. No ambiente fabril não era diferente, onde a falta de condições sanitárias favorecia o surgimento de diversas doenças[40]. Além disso, o turno de 12 a 18 horas de trabalho diários tornava a empreitada operária mais árdua, nos revelando um período de injustiças e de despreparo total das autoridades que viam a causa operária como um caso de polícia[41].

Nestas condições de vida difícil, que marcou o início da industrialização brasileira, a saída encontrada pelos trabalhadores para enfrentar as dificuldades inerentes ao mundo do trabalho, que se desenhavam no recém mundo urbano, foi fundar as sociedades operárias de socorros mútuos. Têm-se informações de que as primeiras mutuais datam de 1872 e 1873, quando existiam três sociedades desse gênero, formadas respectivamente, por membros da colônia alemã, artífices gráficos e assalariados de diversas categorias profissionais[42]. O mutualismo operário no Brasil era baseado nos modelos associativos elaborados no processo de industrialização europeu[43]. O mutualismo brasileiro, segundo Azis Simão, não pode ser considerado o precursor do sindicalismo tal como conhecemos ou identificamos. Na verdade, era um movimento voluntário de ajuda aos trabalhadores de mesma profissão, origem étnica, ou ainda, pessoas que compartilhassem das mesmas crenças religiosas. Assim, os princípios norteadores das recém criadas associações trabalhistas de ajuda mútua eram fundamentalmente de melhoria nas condições de vida dos associados. Estes auxílios mútuos não tinham como objetivo a contestação da ordem

---

[39] DECCA, M. A. G. *op. cit.*
[40] CANÊDO, L. B. *op. cit*. P. 33
[41] PINHEIRO, P. S. e HALL, M. M. *op. cit.*
[42] SIMÃO, A. *op. cit.* p. 161. Ver também: HARDMAN, F. F. *op. cit.*
[43] SIMÃO, A.. *op. cit*. p. 160.

estabelecida, sendo apoiados por entidades católicas e pelo patronato. Assim, foram fundados vários círculos mutualistas de imigrantes e também de brasileiros que iniciaram o processo de organização dos trabalhadores no Brasil.

Mais tarde, o conflito entre capital e trabalho resultou em novas formas organizativas de ação. Na medida em que as relações profissionais se aperfeiçoavam – em contato com as discrepâncias do capitalismo e o intenso processo de mais-valia – as diferentes categorias formaram organismos próprios[44] para as lutas de contestação, já que na época do mutualismo diferentes categorias profissionais participavam de uma mesma organização.

Com a separação por categoria profissional, os trabalhadores puderam unir forças em torno dos mesmos interesses. Essa fase é identificada como a resistência, onde os princípios básicos do sindicalismo começaram a ser praticados no Brasil. As sociedades de resistência possuíam em seus quadros, imigrantes europeus que já possuíam conhecimento da trajetória sindical praticada no velho continente[45].

Um dos aspectos essenciais para o desenvolvimento das associações de resistência, principalmente em São Paulo, foi a participação das levas de imigrantes europeus que abandonaram o cultivo de café rumo aos centros industriais, dentre eles: italianos, espanhóis, portugueses e outras nacionalidades em menores proporções. Estes imigrantes conheciam – em tese – o desenvolvimento industrial e operário da Europa e traziam na bagagem ideologias que no Brasil foram apontadas como "exóticas". As doutrinas anarquista, socialista e comunista começavam, então, a ser divulgadas em meio ao operariado. O anarquismo foi a primeira ideologia a tomar fôlego entre os trabalhadores da capital paulistana e inserir-se no cotidiano das associações proletárias paulistas, em quase sua totalidade.

Um exemplo deste período de organização operária foi a fundação, em 1904, da União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo (U. T. G), sob influência anarquista, e nos moldes das associações de resistência. Nomes comuns no âmbito da classe operária, como

---

[44] A primeira percepção da existência de uma classe operária, por parte dos trabalhadores, somente foi possível depois do corporativismo classista, isto é, após a união em categorias profissionais individualizadas. Sobre o tema ver: ANTUNES, R. *op. cit.* p. 35.
[45] Sobre este assunto ver: CANÊDO, L. B. *op. cit*. 37.

Edgar Leuenroth e João da Costa Pimenta – conhecidos pela militância anarquista e por serem profissionais gráficos – se destacavam em meio ao operariado paulista, nas primeiras décadas do século XX, por participar de greves à frente da U. T. G. (outras vezes unidos a outros grupos de ofícios).

A ideologia anarquista justificava a revolução proletária como uma necessidade desde que a classe trabalhadora fosse preparada e atingisse a consciência de classe que conduziria o proletariado a uma greve geral, que determinaria o fim do Estado e de toda burocracia vigente. As atividades do poder, no processo revolucionário anarquista, deveriam ser exercidas pelos reais produtores sociais, isto é, os trabalhadores, até que a sociedade desenvolvesse a igualdade entre os indivíduos.

Para Edgar Carone foi justamente a imposição de modelos prontos pelas lideranças operárias, sem observar e respeitar o estágio de desenvolvimento do capitalismo no Brasil e das organizações recém criadas, que diminuíram o poder revolucionário da classe trabalhadora nacional[46]. O capitalismo brasileiro se desenvolveu em moldes completamente diferentes das nações industrializadas desde o século XVIII. As etapas da industrialização européia não foram respeitadas no Brasil e a organização dos trabalhadores importou regras e idéias desenvolvidas em um capitalismo em pleno vigor, diferentemente do Brasil, um país recentemente industrial, apresentando no século XX, um capitalismo tardio[47].

As mudanças estavam ocorrendo no Brasil. A cidade de São Paulo tornava-se o pólo de atração de mão-de-obra, sendo substancial a presença do imigrante. As relações de trabalho começavam a demonstrar fragilidade, levando os trabalhadores a se organizarem. Por outro lado, os empresários acreditavam que a relação *capital* versus *trabalho* deveria acontecer no âmbito das relações particulares e individuais, isto é, a resolução dos problemas inerentes à fabrica deveriam ser resolvidos entre patrão e empregado, sendo a união destes trabalhadores uma força desigual, e por isso responsabilidade do Estado e da força policial[48].

---

[46] CARONE, E. *Classes Socias e Movimento Operário. op. cit.*, p. 29
[47] ANTUNES, R. *op. cit*. p. 49 a 57; Mello, João Manuel C. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
[48] SIMÃO, A. *op. cit*. Ver também: MUNAKATA*, K. op. cit.*

O sindicalismo brasileiro sofreu derrotas consecutivas nas duas primeiras décadas do século XX. Essa relação tênue entre os trabalhadores, somente sofreu mudanças após as greves que agitaram a cidade de São Paulo, a partir de 1917. A própria U. T. G, apesar de possuir sócios desde 1904, somente em 1919, tornou-se um organismo proletário de luta permanente. Todavia, as etapas anteriores foram momentos de consolidação da estrutura operária em São Paulo deixando um importante legado para o movimento operário das décadas seguintes, visto que os participantes deste período tornaram-se lideranças, estruturando grupos ideológicos, como o Partido Comunista Brasileiro, em 1922. Os erros cometidos durante a organização institucional nos anos anteriores aos poucos foram revistos, consolidando efetivamente as principais instituições sindicais de São Paulo, dentre elas a U. T. G. Na contramão destas heranças de lutas operárias das primeiras décadas patrões e governo estavam atentos a movimentação da classe trabalhadora, intervindo com leis e força quando necessário.

I – O INTERIOR DA EMPRESA GRÁFICA

Apesar de buscar a "modernidade", economicamente o país permanecia, ainda, nos mesmos moldes coloniais, isto é, exportando produtos agrícolas e importando bens manufaturados. Assim, os setores que possuíam maior visibilidade econômica eram aqueles vinculados à exportação, sendo o café o produto de maior importância para a balança comercial brasileira. Os trabalhadores ligados a exportação também possuíam maior notoriedade e poder de negociação, já que para o país era catastrófico paralisar o labor deste setor[49]. Sendo assim, os salários da empresa de exportação eram maiores quando comparados ao restante das atividades industriais. Este quadro foi sendo alterado lentamente ao longo dos anos, principalmente diante da crise enfrentada pela elite oligárquica nos anos de 1920, culminado com a "Revolução de 1930".

Enquanto os setores ligados a exportação gozavam de certa notoriedade, a maior parte dos ofícios das grandes cidades pereciam diante de baixos salários, más condições de higiene e alimentação deficiente[50]. A indústria têxtil era a principal representante deste quadro de miséria, já que possuía em seus quadros um enorme contingente de mão-de-obra com baixa qualificação, e em sua maioria mulheres e crianças[51]. O setor têxtil não era o único, mas por agregar em seus quadros um elevado número de funcionários, esta categoria profissional esteve mais suscetível ao estado de infortúnio em que estavam submetidos os operários das grandes cidades.

É necessário ressaltar a importância das categorias têxtil e da agro-exportação – principalmente ferroviários e portuários – para este estudo, visto que estes setores foram amplamente qualificados pela bibliografia especializada como antagônicos no âmbito salarial e nas condições de sobrevivência e trabalho. Compará-los à categoria dos gráficos seria importante, pois enquanto os trabalhadores da exportação eram bem remunerados e viam suas reivindicações serem atendidas rapidamente se compararmos às demais categorias, os têxteis possuíam os piores salários e condições subumanas em casa e na fábrica.

---

[49] CANÊDO, L. B. op. cit. p. 26.
[50] DECCA, M. *A vida fora das fábricas. op. cit.*
[51] SIMÃO, A. *op. cit.*

Para entender o setor gráfico e as condições de salário e trabalho, foi necessário considerar variáveis que poderiam afetar o desenvolvimento da empresa gráfica paulista e, assim, a rotina econômica e social de seus trabalhadores. Em todas as categorias profissionais, havia trabalhadores com remunerações baixíssimas e outros com melhores rendimentos. No caso gráfico, a atenção ficou direcionada, principalmente, para os trabalhadores que serviam a vanguarda operária, no entanto, todo o setor foi avaliado, pois, assim tornou-se possível realizar uma radiografia do setor e entender a importância deste para o operariado.

A análise inicial, então, prestou-se a desvendar os números referentes ao crescimento da empresa gráfica na cidade de São Paulo. A movimentação desta atividade pôde ser vislumbrada pelas fontes estatísticas oficiais produzidas no início do século XX. Os dados[52] utilizados aqui foram extraídos de documentos oficiais do Estado. Este conjunto de dados demonstrava confiabilidade quando direcionados aos empresários. Por outro lado, levantaram-se questões pertinentes e dúvidas quando os números relacionam-se aos trabalhadores, onde as realidades são utópicas – quando confrontados a bibliografia especializada. Um exemplo seria o número de horas trabalhadas, que nestas estatísticas demonstram sempre de 8 a 9 horas, o que na verdade não representa a verdade dos fatos, já que as greves e reivindicações operárias até o início dos anos de 1930, revelavam o descumprimento da tênue legislação que vigorava no país, sendo a obrigatoriedade das 8 horas diárias uma regra desrespeitada pela maioria do empresariado paulista. Ainda assim, as estatísticas oficiais são importantes e confiáveis quando são direcionadas ao patronato e, neste caso específico, demonstra o caminho crescente da empresa gráfica na configuração da sociedade "moderna" paulista durante a vigência da República Velha.

O número de jornais e periódicos ao longo dos anos na cidade de São Paulo demonstra a importância deste setor para a sociedade paulista. Este ramo cresceu vertiginosamente durante a primeira fase industrial paulista. A conexão entre a imprensa e a indústria gráfica parece-nos óbvia, já que muitos trabalhadores gráficos inseriam-se nesta atividade, seja na confecção de materiais para grande imprensa, ou ainda, realizando trabalhos na imprensa operária. Neste contexto, avaliar os dados estatísticos do jornalismo ou da imprensa em geral, torna-se significativo, porque a empresa gráfica possuía na

[52] Anuários Estatísticos de São Paulo e do Brasil, Estatística Industrial, Boletins do Departamento Estadual do Trabalho e também os dados fornecidos pela bibliografia especializada.

imprensa oficial, particular ou operária uma grande concentração de mão-de-obra.

Tabela 1*.

Jornais	
Ano	*Nº de publicações*
1901	16
1905	35
1911	38
1918	58
1926	68
1929	74

Antes da análise dos números, é preciso considerar um fator relevante acerca da fonte em questão. Havia possibilidade de alguns jornais não estarem presentes nos quadros estatísticos do período. Estes periódicos poderiam atuar na ilegalidade e, portanto, não teriam suas ações registradas pelos órgãos oficiais. Porém, o número deles deveria ser diminuto, pois jornais como *A Lanterna* (anticlerical) do anarquista e gráfico Edgar Leuenroth figurava nos registros nas estatísticas oficiais.

Aqui se constata a expansão da imprensa escrita na cidade de São Paulo. A produção da empresa jornalística começou a ter notoriedade nas estatísticas, pela relevância que a imprensa e a indústria gráfica estavam adquirindo para o conjunto da sociedade e para o próprio Estado. O número de jornais subiu quase 140% em dez anos, considerando os dados a partir de 1901. Entre os anos de 1911 e 1929, o número de jornais na cidade de São Paulo quase dobra no período. É possível inferir que o número de jornais tenha obtido este ritmo crescente nestas primeiras décadas, porque a demanda teria subido proporcionalmente. A expansão da empresa gráfica e jornalística demonstra que a sociedade paulistana do início do século XX estava em transformação, principalmente no conceito cultural. A imprensa escrita estava se desenvolvendo, concomitante, com a evolução do trabalho e da indústria, e a sociedade que exigia padrões mais europeizados e modernizantes contribuía para o fortalecimento do ramo gráfico em São Paulo.

* Esta tabela foi formulada a partir dos dados existentes nos *Anuários Estatísticos do Estado de São Paulo* da Secretaria de Agricultura, Indústria e Obras Públicas e nos *Anuários Estatísticos do Brasil*, da Secretaria de Agricultura, Industria e Comércio.

Dentre os periódicos encontramos desde noticiários até publicações científicas. Nem todos os jornais eram diários, mas um número considerável estava nessa categoria. Algumas publicações eram escritas em língua estrangeira, o que demonstra a influência imigrante na constituição cultural de São Paulo. As comunidades de imigrantes radicadas em São Paulo faziam parte destas estimativas, sendo a imprensa escrita um dos meios encontrados por estes grupos para organizar suas atividades em solo estrangeiro e construir vínculos com a comunidade. Não obstante, apesar da influência, o processo de crescimento da imprensa escrita demonstrava que a participação nacional sempre esteve a frente da participação imigrante. Ainda assim, no contexto de industrialização em que a cidade de São Paulo estava inserida, o crescimento da imprensa escrita em língua estrangeira era um forte indício da importância que estes grupos exerciam na sociedade, ainda em formação. O quadro a seguir evidencia estas asserções:

Tabela 2.

Jornais (São Paulo)					
Ano	*Nº de Periódicos em Português*	*%*	*Nº de Periódicos em Língua estrangeira*	*%*	*Total*
1905	27	77,14	8	22,86	35
1911	29	76,31	9	23,69	38
1918	43	74,13	15	25,87	58
1926	52	76,47	16	23,53	68
1929	59	79,72	15	20,28	74

Fonte: Anuários Estatísticos de São Paulo.

Enquanto os periódicos em língua estrangeira cresceram cerca de 87,5% em 24 anos, o crescimento da imprensa escrita em língua portuguesa, para o mesmo período, aumentou aproximadamente 118,52%. Se fizermos uma comparação no número de publicações em língua nacional e estrangeira constataremos que existiam 237,5% a mais de títulos nacionais do que estrangeiros, no ano de 1905, sendo que esta relação aumentou gradativamente, alcançando a marca de 293,4% a mais em títulos nacionais em 1929. Porém, se a análise for construída em uma estatística proporcional, a amplitude numérica não demonstra oscilações acentuadas. Deste modo, a relação proporcional varia aproximadamente em 77% para títulos nacionais e 23% para os periódicos estrangeiros para o período de 25 anos. Assim, não haveria um surgimento tão surpreendente de periódicos nacionais em detrimento de estrangeiros. Porém, o que podia ser observado era

o aumento no número de jornais, sem considerar a língua, o que demonstrava a evolução da empresa editorial e jornalística em São Paulo e a necessidade crescente da sociedade constituída no Brasil em consumir esse tipo de produção.

Essa comparação entre língua estrangeira e o português comprova a interferência européia na imprensa escrita brasileira, principalmente em São Paulo. Não obstante, não podemos deixar de explanar a importância que o setor jornalístico adquiriu como bem de consumo para a população paulista e brasileira – já que os números confirmam a presença maciça de periódicos em língua portuguesa –, enquanto para os imigrantes os periódicos tinham como intuito, prioritário, manter suas colônias coesas em terras estranhas. O número de periódicos em língua portuguesa demonstra, ainda, a necessidade da população se manter presente e informada sobre os acontecimentos do cotidiano paulista. Neste contexto, a imprensa operária cresceu juntamente com os principais sindicatos de classe, impulsionando um número crescente de leitores sobre as condições a que estavam sujeitos os trabalhadores brasileiros.

Quando comparado em números, o Estado de São Paulo demonstra um crescimento rápido no número de publicações em relação a outros estados da federação. Na tabela a seguir, o ano de 1912 demonstra o desempenho paulista no setor de imprensa escrita.

Tabela 3.

Jornais (Brasil)	
Estados	*Nº de Periódicos*
Distrito Federal	122
Minas Gerais	191
Rio de Janeiro	94
Rio Grande do Sul	124
São Paulo	341

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil

Os números são referentes aos estados, comprovando a importância dos periódicos para o restante do país e, principalmente, para o estado de São Paulo. As análises documentais confirmam que em todos os estados houve um crescimento importante na quantidade de publicações, fazendo da imprensa escrita um importante instrumento em todo país. Impressiona os dados referentes ao estado de São Paulo, pois quando confrontado em números a qualquer estado da federação, este possui mais que o dobro de

periódicos, em 1912. Porém, segundo os dados estatísticos[53], São Paulo não esteve sempre a frente dos outros estados. Esta situação começou a ser esboçada no final do século XIX, já nos idos da República, coincidindo com o início do desenvolvimento industrial em São Paulo. Neste contexto, de crescimento industrial e de ampliação na indústria de jornais, e conseqüentemente na empresa gráfica, podemos definir que a transformação nos modos de vida da sociedade, do fim do século XIX e início do século XX, culminou em novos aspectos no cotidiano das cidades, como: a urgência por informação, a necessidade de consumir literatura, a obsessão pela conexão com a realidade. Nesse cenário o setor gráfico paulista começou a ganhar uma nova dimensão e uma importância especial para a sociedade e para o movimento operário.

O setor gráfico começou a ter importância na cidade de São Paulo, visto haver uma determinada procura. Porém, como andava a situação da alfabetização no início do século passado? Se havia uma procura pela produção gráfica é porque o número de indivíduos capazes de consumir esta produção era proporcional ao tamanho alcançado pelo ramo. No estudo *A vida fora das fábricas*, Maria A. G. Decca observou a questão da alfabetização dentre o operariado:

> No *Anuário Estatístico do Estado de São Paulo* de 1928, no setor denominado "repressão", encontram-se dados sobre operários identificados pelo DEOPS. Neste ano teriam sido identificados 102.654 operários no Estado de São Paulo: 60,3% homens, 39,7% mulheres, 51,9% maiores de vinte e um anos, 48,1% menores; 68,8% saberiam ler e escrever, 31,2% eram analfabetos.
> Se o operariado não era de todo alfabetizado na época, o nível de alfabetização não era baixo. Mesmo entre as famílias bastante pobres dos operários da Limpeza Pública de São Paulo em 1936, 58% dos "chefes de famílias" sabiam ler, enquanto que entre 56% dos outros membros de sete anos ou mais, seriam alfabetizados 65% dos homens e 47% das mulheres; 2/3 das crianças freqüentavam a escola. A classe operária em São Paulo, ainda que precariamente, tinha condições de ler e escrever, podendo assim ter acesso a jornais, livros, folhetins, etc[54].

A autora afirma que o operariado no fim da década de 1920 possuía quase 70% de indivíduos com algum grau de instrução. Antes de aceitar ou contestar as informações, seria preciso entender a lógica da polícia para declarar uma pessoa alfabetizada ou não. Realmente na qualificação dos detidos, os agentes do DEOPS atribuíam às pessoas a capacidade de leitura, mas a única prova exigida pela polícia era a assinatura do próprio nome, o que não atestaria a capacidade de compreensão da língua portuguesa. Outras fontes

---

[53] Anuário Estatístico do Brasil, Secretaria da Agricultura, Industria e Comércio, 1912.
[54] Decca, M. A. G. *op. cit*. p. 43.

ainda contradizem as afirmações de Decca em relação aos trabalhadores que vinham de fora país. O Departamento Estadual do Trabalho afirmou em 1912, que entre os operários que se estabeleceram na hospedaria dos imigrantes no ano anterior, 9.419 sabiam ler, enquanto o número de analfabetos atingia a marca de 35.033, em um total de 44.452[55] estrangeiros estabelecidos na hospedaria. Ou seja, a percentagem aproximada de estrangeiros alfabetizados foi de 21,19%, o que representa menos de ¼ da população estrangeira que teria condições de leitura. Estes números demonstram a presença imigrante nos quadros de demanda no setor gráfico, porém vislumbra um imenso contingente de imigrantes em condições precárias de formação educacional. As datas dos documentos são diferentes e até distantes, mas as oportunidades de educação para o operariado permaneceram inalteradas até a Era Vargas e o contingente de analfabetos era enorme uma década antes da utilizada por Decca.

Ainda assim, as ideologias advindas da Europa e os sindicatos também influenciados pelos imigrantes, contribuíram para alfabetização da massa trabalhadora, muitas vezes politizando os trabalhadores e, desta forma, fornecendo à empresa gráfica a demanda necessária para o seu crescimento. Mas, estas constatações do DET eram relacionadas ao elemento imigrante, o que não englobaria todos os trabalhadores da cidade de São Paulo. Porém, os próprios gráficos reivindicavam melhorias no acesso à educação, uma situação que espanta, diante da corporação que mais necessitava de alfabetização para efetivar a sua função. Desta forma, surgiu na classe gráfica a intenção de constituir um órgão responsável pela educação da massa trabalhadora de São Paulo:

> "...Há muito tempo, tratamos da fundação de um Centro de Cultura Proletária, em o seio de nossa organisação, o qual, viria trazer um resultado extraordinário ás classes trabalhadoras em geral, porque cada organisação de classe procurava seguir o mesmo exemplo, doptando "assim o seu ambiente associativo com um centro de educação intellectual"... porque, se no mundo existem milhares de analphabetos, isto se accentua todavia com o meio proletário que, occupando-se diariamente com os seus affazeres, quotidianos, não lhe sobram o tempo necessário, para cultivar as suas forças intellectuaes[56]..."

Na visão de um militante gráfico as condições de educação eram precárias na década de 1920. As dificuldades de alfabetização eram sentidas pela classe trabalhadora e como ressaltava o Boletim do DET, os imigrantes que aqui chegavam também não

---

[55] Boletim do Departamento Estadual do Trabalho – 1912, p. 197. Arquivo do Estado de São Paulo (AESP).
[56] *O Trabalhador Gráfico*, 1º de maio de 1926. Manchete: Pela Cultura Proletária. AEL/Unicamp.

possuíam, em sua maioria, educação, o que confronta a formulação de Decca. Os dados utilizados pela autora se encontravam nos Anuários Estatísticos do Estado de São Paulo no tópico "repressão" e fazia parte das estatísticas do setor de identificação da Polícia Política. Este órgão qualificava todos os imigrantes e todos os "indesejáveis" ao sistema. A avaliação da alfabetização de um indivíduo, muitas vezes, ficava caracterizada pela habilidade em que este demonstrava em escrever o próprio nome[57]. Assim, não seria possível apresentar com exatidão o número de pessoas alfabetizadas na cidade de São Paulo. Desta forma, parte do operariado não possuía o elemento primordial para consumir a produção gráfica.

Já as classes médias urbanas possuíam os atributos para contribuir com o crescimento da empresa gráfica. Os principais fatores seriam: o poder financeiro e o nível educacional. Por outra via, o surto de modernidade inaugurado com o fim do Império chegaria ao ápice em 1922, com a Semana de Arte Moderna. A emergência por novidades literárias e pelas novas tendências editoriais possuía um público alvo bem direcionado. Em outras palavras, a cultura literária e jornalística possuía nas classes médias urbanas a sua demanda primordial.

Toda esta efervescência das primeiras décadas, principalmente em São Paulo, refletiu intensamente no setor gráfico. A comunicação da grande cidade era toda baseada na imprensa da elite e "do Estado", tendo como pano de fundo a imprensa operária. A mudança de mentalidade na sociedade fazia o trabalhador gráfico adquirir uma importância ainda não vista no Brasil até aquele momento.

A demanda crescia e a oferta gráfica acompanhava o ritmo. Toda a cadeia produtiva estava sendo alavancada. O número de estabelecimentos gráficos batia recordes ao final de cada ano, e o principal setor de matéria-prima (papel), que era importado, alcançava números satisfatórios[58]. Todavia, o setor gráfico e toda sua cadeia produtiva – apesar de possuir um valor de produção com crescimento expressivo em todo o Brasil – não desfrutavam da mesma importância que as atividades agroexportadoras. Outros setores

---

[57] Essa asserção pôde ser comprovada nas diversas fichas de qualificação que o Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS) de São Paulo produziu a partir de 1924. A nossa contestação parte deste pressuposto, porém os números apresentados por Maria A. G. Decca são irreais quando analisamos os discursos produzidos pela classe operária.

[58] Ver: SUZIGAN, W. *Industria Brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 284-298.

como alimentação e vestuário também possuíam valores maiores de produção. Entretanto, o ramo industrial gráfico estava em estágio inicial e considerado um bem de consumo supérfluo. No decorrer das primeiras três décadas o setor foi se tornando necessário e valorizado tanto quanto os demais ramos industriais.

Analisar a indústria de papel torna-se essencial para visualizar o desempenho das atividades gráficas em São Paulo. Os dados estatísticos existentes corroboram nossa defesa, demonstrando também o crescimento da indústria do papel nas primeiras décadas. O setor de papel no Brasil foi até a década de 1920, um setor de importação, ganhando impulso nacional, no concernente a matéria-prima de imprensa, somente a partir da década de 1930 e 1940. Porém, já no final da década de 1920, a indústria de papel nacional viveu um surto de crescimento, sendo São Paulo o destaque desta empresa, conforme relato de Suzigan:

> "...em 1925 afirmou-se que o número de fábricas de papel em operação no Brasil era de 15, com mais uma em construção e cinco ou seis planejadas para a construção nos dois ou três anos seguintes. Em 1926 relatou-se que existiam 22 fábricas de papel em operação, sete das quais no Estado de São Paulo; o total da capacidade de produção era de 59.600 toneladas anuais, sendo que 26.600 toneladas, ou cerca de 44%, pertenciam a fábricas paulistas. Em 1927, estes números haviam aumentado para 23 fábricas e 61.400 toneladas/ano, respectivamente. Não apenas foram construídas novas fábricas, como também ampliadas algumas das já existentes... as maiores expansões foram as das duas maiores fábricas: a Klabin e a Companhia Melhoramentos de São Paulo. A Klabin aumentou a capacidade de produção de sua fábrica de papel de 2.000 toneladas em 1922 para 6.500 toneladas anuais em 1927, enquanto a Melhoramentos foi aumentada de 1.800 para 6.500 toneladas anuais no mesmo período[59]".

A produção de papel não era destinada somente ao abastecimento da empresa gráfica e sim todos os setores que necessitavam deste tipo de matéria-prima. Geralmente, a empresa de papel também era responsável pelo papelão que era destinado à embrulhos e empacotamentos para transportes de mercadorias. Por isso, os números do papel não se referiam plenamente à indústria editorial. Ainda assim, a indústria de papel demonstra a importância que o setor adquire principalmente na década de 1920, desenvolvendo uma pequena indústria nacional que já vislumbrava a possibilidade de obter lucros em um mercado que estava em franca expansão.

O governo, em meados da década de 1920, incentivava a indústria de papel através da redução de tarifas para importação de maquinário. Esta ajuda governamental funcionou

[59] SUZIGAN, W. *op. cit.* p. 292.

na promoção da produção interna de papel de embrulho, papelão, papel comum para escrever e para impressão. Entretanto, a produção de papel de imprensa e para impressão de revistas era desestimulada pela livre importação[60]. Suzigan afirma ainda que havia abuso por parte das editoras que importavam papel em excesso e vendia-o a intermediários do comércio do papel[61]. Percebendo as perdas, o governo resolveu agir, através de tarifas protecionistas conseguindo estimular a produção interna. A tabela a seguir era coerente com os fatos, isto é, confirmava o crescimento substancial em valor de produção da indústria do papel.

Tabela 4.

Indústria de Papel e Papelão	*Valor da Produção (Contos de Réis)*				
	1925	***1926***	***1927***	***1928***	***1929***
	1.773	35.937	41.888	70.274	88.484

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1924. p. 128. Secretaria de Agricultura e Comércio.

Os dados ratificam que o papel, no período de cinco anos, tornou-se um bem rentável. Os números referentes ao ano de 1925 evidenciam um setor tipicamente de importação. Contudo, a partir de 1926 podemos observar uma modificação na indústria de papel. O mercado brasileiro de papel e papelão ainda não se apresentava de maneira auto-suficiente, mas a política de importação e a intervenção de empresários e Governo no setor explicariam as alterações nos números. Neste contexto, a intervenção governamental no setor demonstra a preocupação das autoridades em dar sustentação para constituição de uma empresa nacional no ramo do papel.

O comércio do papel também pode ser apontado como fator para as mudanças ocorridas no setor a partir de 1926, já que intermediários – como afirma Suzigan –, aparentemente, aproveitavam uma falha na legislação para faturar, principalmente, dos pequenos proprietários do ramo editorial. A demanda carecia de oferta e preços mais atraentes do que os cobrados pelos intermediários, que geralmente eram identificados como as "grandes editoras". A procura pelo produto resultou na interferência do Estado fomentando uma empresa nacional no ramo do papel. Assim, surgiriam investimentos em uma área que por anos foi matéria de importação, sendo esta interferência do Governo uma

[60] SUZIGAN, W. *op. cit.* p. 292-293.
[61] Ibid, p. 293.

sinalização atraente para que os empresários (brasileiros ou estrangeiros) visualizassem altos lucros em um setor que demonstrava ser promissor.

O número de operários do setor de papel e papelão em 1927, segundo o Departamento Estadual do Trabalho, era de 2.597, um número pequeno quando comparado à outros grupos profissionais. Por exemplo, a indústria gráfica já contava com mais de 5000 trabalhadores, segundo o mesmo boletim. A principal hipótese seria que a indústria nacional de papel e papelão estaria iniciando as suas atividades e concorria ainda com a produção estrangeira. Este cenário, segundo Suzigan somente mudaria na década de 1940, quando o setor se tornou, praticamente, auto-suficiente batendo recordes de produção.

As estatísticas da indústria do papel demonstravam ser satisfatórias a ponto de se tornar matéria de governo e interesse de empresários. Acompanhando este ritmo de crescimento, as editoras e as companhias gráficas surgiam em números expressivos a cada ano. A relação entre as indústrias gráficas e de papel era de proporcionalidade, já que as edições de jornais e revistas dependiam diretamente da oferta de papel – nacional ou importado. Edições jornalísticas, de revistas ou de livros para todas as classes sociais faziam da empresa gráfica um importante setor econômico nascido da "modernidade" brasileira. Os dados demonstrados a seguir são referentes ao final da década de 1920 e início de 1930, período de transformação no setor gráfico:

Tabela 5

Número de Companhias gráficas no Estado de São Paulo					
Ano	*Capital*	*%*	*Interior*	*%*	*Total*
1928	160	80,8	38	19,2	198
1930	202	53,3	177	46,7	379
1933	202	46,3	235	53,7	436

Fonte: Estatística Industrial do Estado de São Paulo

A empresa gráfica tornava-se mais atraente para o empresariado no decorrer dos anos. Apesar, de o período ser de retração no mercado mundial, pela quebra da Bolsa de Nova York, a produção industrial relacionada à empresa gráfica continuava o seu movimento ascendente. Houve crescimento de 26,25% no número de estabelecimentos ou companhias gráficas no prazo de dois anos (1928-30), observando os dados para a capital.

Porém, percebe-se que houve uma inversão da produção por localidade, isto é, entre capital e interior, durante o período de cinco anos. A primeira hipótese, seria a não contabilização da empresa gráfica no interior do Estado durante os primeiros censos industriais de São Paulo, o que seria plausível diante das dificuldades de recenseamento. Porém, a segunda suposição seria mais provável, do ponto de vista econômico e social, já que estaria direcionada aos problemas de logística enfrentados pelos empresários gráficos. A interiorização seria resultado da necessidade dos proprietários reduzirem seus custos de produção e distanciarem-se do foco de agitação da capital, que por vezes paralisou o labor nas casas gráficas, resultando em perdas. Todavia, esta desconcentração da empresa gráfica foi um processo lento e gradual.

Apesar do número de empresas gráficas constituídas no interior do estado de São Paulo ultrapassar os estabelecimentos da capital paulistana, os valores totais empregados na produção interiorana eram inferiores. Contudo, a concentração do capital na cidade de São Paulo começou a sofrer perdas consideráveis ainda no final da década de 1920 e continuou durante a década seguinte, como demonstra a tabela:

Tabela 6.

Valor da Produção na Empresa Gráfica

Ano	***Capital***	***%***	***Interior***	***%***	***Total***
1928	48.702: 810$000	95,3	2.401: 790$000	4,7	51.104: 600$000
1933	46.927: 740$000	76	14.783: 692$000	24	61.711: 432$000

Fonte: Estatística Industrial de São Paulo.

Ao longo da década de 1930, as estatísticas da capital paulistana demonstravam uma queda acentuada na participação do valor total da produção da empresa gráfica. Ainda assim, as principais indústrias desenvolviam suas atividades na cidade de São Paulo. Se considerarmos como empresas de grande porte, aquelas cujo capital aplicado seria estipulado a partir de 500:000$000, apenas 11,25% alcançariam o status de grande empresa, no ano de 1928. Considerando apenas as companhias gráficas com capital acima da quantia de 1.000:000$000, a porcentagem de empresas nesta faixa de investimento cairia para aproximadamente 8,13%, para o mesmo período, sendo que todas estavam localizadas na cidade de São Paulo. As empresas que lideravam estes números na capital faziam parte do ramo jornalístico ou de impressão de livros, dentre estas o jornal *O Estado de São Paulo*, liderava o ranking de capital investido, alcançando em 1928, a cifra de

12.392:000$000[62]. Conclui-se que as empresas do interior eram, em sua maioria, de pequeno porte, o que desconcentrava o valor da produção por empresa. Contudo, o crescimento rápido ocorrido na década de 1930 em todo o Estado de São Paulo impressionava e diminuía relativamente a concentração do setor na capital.

A indústria gráfica e toda cadeia produtiva no qual estava inserida cresceu em ritmo acentuado nas primeiras décadas do século XX. A demanda pelos produtos da empresa gráfica nutria as expectativas de ganho no setor. A racionalização dos investimentos gerava lucros maiores no desenrolar dos anos. A sociedade republicana apoiava o setor através da procura por modernidade. Porém, a mão-de-obra necessitava de conhecimento e especialização, talvez o único e maior obstáculo para que o processo de mais-valia não ocorresse da forma almejada pelo patronato.

1.1 – *As pré-condições de vanguarda*

Alguns trabalhos enfocaram o movimento dos gráficos paulistas[63], sendo que nestes há teorizações que explicam o que teria levado estes trabalhadores a alcançarem o topo da classe operária, isto é, a tornarem-se a elite econômica e intelectual dos trabalhadores paulistanos. Há um consenso, nestes trabalhos, no que tange a questão da alfabetização. Para todos os autores, o trabalhador gráfico necessitava de conhecimentos mínimos para exercerem o cargo. Conseqüentemente, nem todos os trabalhadores fabris eram habilitados para atuarem nos principais postos da empresa gráfica. A especialização era uma das atribuições necessárias para integrar as atividades gráficas. Segundo, Blass:

> "...Além da tradição de luta e de organização dos trabalhadores gráficos paulistas, o exercício de suas diferentes profissões exige um certo grau de qualificação. O domínio das várias técnicas gráficas pressupõe o treino e o conhecimento da leitura e da escrita. Essa exigência profissional ao mesmo tempo em que dificulta a entrada massiva de mulheres e menores no setor gráfico, possibilitaria numa sociedade com altos índices de analfabetismo o surgimento das mais destacadas e conhecidas lideranças operárias de São Paulo no final dos anos 20[64]".

---

[62] *Estatística Industrial do Estado de São Paulo*. Secretaria de Estatística, Indústria e Comércio: 1928, p. 22. Biblioteca da Escola Politécnica – USP.
[63] FERREIRA, M. N. *op.cit.*; BLASS, L. M. S. *op. cit.*; DECCA, M. A. D. *op. cit.*; SIMÃO, A. *op. cit.*
[64] BLASS, L. M. S. *op. cit.* p. 20

Ainda assim, nem todas as colocações deste ramo necessitavam de tais especializações, sendo que uma minoria não possuía instrução escolar. E como destaca Blass, mulheres e menores tinham dificuldade de acesso ao mercado de trabalho gráfico, já que em sua imensa maioria ambos os grupos eram menos qualificados, exercendo funções secundárias com menores salários e ocupando números reduzidos de vagas no setor. A autora faz sua argumentação pautada no censo de 1920, onde as mulheres compunham 19,4% dos operários gráficos. 5,9% eram menores de 14 anos do sexo masculino, enquanto o setor têxtil possuía 55,2% de mulheres e 7,8% de menores de idade[65]. O texto redigido no Boletim do Departamento Estadual do Trabalho revela-nos um dos principais ambientes gráficos do Estado de São Paulo e confirma as explanações de Blass:

> "...No Diário oficial, nas seções de obras e na do jornal, são ocupados os serviços de 65 pessoas, 64 são homens e 1 mulher (encadernadora), 63 maiores de 16 anos e dois de idade compreendida entre 12 e 16 anos. Há nesse pessoal 58 brasileiros, 3 italianos, 2 portugueses, 1 francês e 1 alemão. Segundo o respectivo estado civil, assim se divide: solteiros 31, casados 32 e viúvos 2. Sabem ler e escrever 63 empregados, e 2 são analfabetos.
> A seção de obras dá ocupação (inclusive dois menores que são aprendizes) a 2 impressores, 3 ajudantes de impressor e 8 encadernadores. A seção do jornal ocupa 15 tipógrafos, 3 revisores, 3 conferentes, 1 paginador, 2 impressores, 3 ajudantes de impressor, 1 remessista, 1 ajudante de remessista, 1 dobrador e 1 carregador[66]...".

A porcentagem de profissionais não-alfabetizados era pequena, quando a análise recaía sobre uma seção gráfica. O número de menores e mulheres também era diminuto, confirmando a dificuldade de inserção destes dois grupos no âmbito do setor gráfico. Alguns cargos, como de encadernador ou de operador de guilhotina, dentre outros, necessitavam de cuidados técnicos, mas não de alfabetização. Entretanto, inferimos que o contato diário com diferentes textos e com um grupo que possuía nível de alfabetização acima do restante dos operários paulistas, fazia dos funcionários semi ou totalmente analfabetos, uma categoria privilegiada e em contato direto com os principais articuladores da vanguarda operária paulista.

É significativo o trecho extraído do Boletim do DET, uma vez que possibilita-nos conhecer um pouco sobre a equipe de funcionários integrantes de um setor gráfico, neste caso, o Diário Oficial do Estado de São Paulo. O número de funcionários era proporcional ao capital aplicado. A passagem acima relata uma oficina em 1912, já contando com 65

---

[65] Idem.

[66] *Boletim do Departamento Estadual do Trabalho* (DET). Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, 1912, APESP.

pessoas, devido, possivelmente, a necessidade e a importância do ramo para o Governo do Estado de São Paulo. Neste contexto, chamava atenção a folha de funcionários da *Sociedade Anônima "O Estado de São Paulo"*, que contava em seus quadros 336 trabalhadores, no ano de 1928[67]. Para o mesmo período o recenseamento no número de trabalhadores gráficos na capital alcançou a marca de 5240, para 160 empresas, o que daria uma média de 32,75 trabalhadores gráficos por empresa. No entanto, o capital aplicado pelos grupos de empresários tinha relação direta com o número de operários contratados em cada empresa, salvo companhias que possuíam capital elevado, mas a necessidade de mão-de-obra era pequena, como a Companhia João de Souza Macedo que apesar de possuir um investimento de 2.000:000$000 possuía apenas 20 funcionários[68], mas esta seria uma exceção.

Esta questão do número de funcionários parece-nos importante, já que do ponto de vista econômico – e de diferentes autores –, o valor dos salários dos gráficos acompanhava o ritmo de indivíduos contratados, isto é, a oferta de mão-de-obra seria responsabilizada pela diminuição ou aumento dos salários. Nazareth Ferreira, afirma que os salários dos trabalhadores gráficos estavam acima da média dos outros ramos fabris, porque o número de pessoas habilitadas a trabalharem nas indústrias gráficas era menor do que a procura, e esta seria a explicação para serem os trabalhadores gráficos agraciados com salários acima da média paulistana[69]. Todavia, antes de incorporarmos tais justificativas, seria necessário condicioná-las também a outros fatores, que o contexto histórico e social impunha a estes profissionais.

O recenseamento operário da capital paulista realizado em 1927 pelo Departamento Estadual do Trabalho confronta em parte a tese de Ferreira. Diante de categorias como a têxtil, os trabalhadores gráficos possuíam números absolutamente menores em ocupação, influenciando a análise da autora. Porém, a contratação em outras categorias como, por exemplo, a dos vidreiros não ultrapassava a quantidade de trabalhadores da empresa gráfica, e apesar de apresentar uma oferta de mão-de-obra aproximadamente parecida com os gráficos, o salário dos vidreiros era relativamente baixo. Assim, o julgamento

[67] Estatística Industrial de São Paulo, 1928.
[68] Idem.
[69] FERREIRA, M. N. *op. cit.*

apresentado por Nazareth Ferreira sobre o salário gráfico não explicaria totalmente o "porquê" deste elitismo econômico dos gráficos no âmbito operário paulista.

Tabela 6.

Recenseamento Operário da Capital - 1927		
Indústrias	**Nº de Operários**	**%**
Fiação e Tecelagem	37.766	34,3
Construções e Materiais	15.756	14,3
Gêneros Alimentícios	12.720	11,5
Manufatura do Ferro	9.746	8,8
Estrada de Ferro	9.308	8,4
Calçados e Artefatos de Couro	7.194	6,5
Estabelecimentos Gráficos	5.262	4,7
Vidro	5.115	4,6
Produtos Químicos	3.504	3,2
Bebidas	3.352	3
Manufatura de Mármore	422	0,4
Total	110.145	100

Fonte: Boletim do Departamento Estadual do Trabalho - 1927

A teoria de que os gráficos possuíam melhores remunerações pela quantidade escassa de trabalhadores especializados em São Paulo não é confirmada pelos dados estatísticos. Uma categoria profissional que abarcava 4,7% da mão-de-obra paulista não poderia ser considerada escassa. Aliás, outras profissões contavam com menos profissionais do que a empresa gráfica e, no entanto, não eram mais bem remuneradas. Todavia, a associação desta quantidade de trabalhadores gráficos a necessidade crescente da sociedade paulista em consumir a produção gráfica, explicaria com maior embasamento o salário do setor.

A autora Leila Blass preocupou-se em esclarecer a questão salarial dos gráficos, baseando-se em entrevistas de militantes da União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo. Os dados são esclarecedores e não contradizem as estatísticas oficiais, que eram produzidas pelo Estado e sob influência dos patrões. Segundo a autora:

> "...Os gráficos, comparativamente aos demais trabalhadores industriais, possuem um nível de remuneração melhor. O salário médio de tipógrafo, impressores ou encadernadores em 1929, segundo informações do porta-voz da UTG, deveria girar em torno de 14 a 15 mil réis diários, resultando em 420 a 450 mil réis por mês, enquanto

> um empregado da Light, por exemplo, ganharia aproximadamente de 20 a 24 mil reis por mês[70]..."

Os dados da autora espantam pela amplitude salarial das categorias em questão. Os gráficos possuíam ganhos vinte vezes maiores do que os empregados da Light and Power, a companhia de energia elétrica de São Paulo. Para o ano de 1929, as estatísticas oficiais não revelavam os salários, o que comprometeria a veracidade total dos fatos, porém o Boletim do Departamento Estadual do Trabalho (DET) de São Paulo em 1912 elaborou um recenseamento salarial das principais categorias industriais de São Paulo, sendo o ramo gráfico contemplado com a pesquisa.

Tabela 7.

Média Salarial dos Profissionais Gráficos Paulistas no ano de 1912		
Cargo	*Por dia*	*Por mês*
Tipógrafo	3$000 a 7$000	
Linotipista	15$000	
Impressor	3$000 a 8$000	
Encadernador	3$000 a 8$000	
Pautador	3$000 a 7$000	
Gravador		300 a 500$000
Impressor *Ajudante* *Manual*	5$000 a 12$000 2$000 a 3$000 5$000 a 12$000	

Valores extraídos do Boletim do Departamento Estadual do Trabalho, 1912[71]

Os valores demonstrados são de 1912 e, em comparação com os números fornecidos por Leila Blass, que são de 1929, havia 17 anos de diferença. Mesmo assim, é possível confiar na veracidade dos dados obtidos por Blass, se considerarmos fatores como a inflação e aumentos advindos de greves que ocorreram no período, mas precisamente em 1917, 1919, 1923 e 1929, provavelmente, os valores foram reajustados e os maiores salários da categoria gráfica alcançariam a marca dos 450:000$000 ao mês, em 1929.

A tabela 7 torna-se importante quando comparada a salários de outras categorias profissionais da cidade de São Paulo. A categoria que melhor se apresentava como base de comparação era a têxtil, onde os salários eram menores, devido ao alto grau de divisão do

[70] BLASS, L. M. S. *op. cit.* p. 19.
[71] *Boletim do DET*, p.181.

trabalho favorecido pelos equipamentos[72], pela baixa qualificação da mão-de-obra e ao ingresso de um enorme contingente de menores e mulheres neste ramo. Um contramestre têxtil recebia por dia, em 1912, a quantia de 7$000[73], o que geraria ao final de um mês, aproximadamente, 200$000. É necessário observar que este era o cargo melhor remunerado na indústria têxtil. Mas ainda que os outros cargos fossem menos remunerados, a diferença em relação ao salário dos gráficos não chegaria a marca apontada por Blass para os trabalhadores da Light and Power no final da década seguinte. O que torna possível inferir que os gráficos estavam em ritmo crescente em nível de importância no decorrer das décadas de 1910 e 20.

Os trabalhadores que se aproximavam da atividade artesanal, como chapeleiros e alfaiates deveriam, via de regra, receber salários melhores, já que não possuíam equipamentos modernos, tampouco uma enorme divisão do trabalho. No Boletim do DET de 1912, as estimativas era de que um cortador receberia por mês o equivalente a 600$000[74]. Porém, havia oscilações quanto a estes valores, já que por ser uma empresa artesanal, os valores cobrados pelos alfaiates variavam nos diferentes estabelecimentos. É necessário frisar, que os cortadores possuíam melhores remunerações e não eram todos os alfaiates que possuíam tal renda. O próprio boletim do DET especifica que os dados são referentes "as casa de 1ª ordem", o que significa que o senso não abrangeu todos os trabalhadores do ramo. Em suma, as profissões que possuíam médias salariais mais próximas a dos gráficos eram aquelas que precisavam de mão-de-obra mais qualificada, como era o caso dos alfaiates e dos chapeleiros, ambos englobados na indústria do vestuário. Estes ramos, como também o dos gráficos, possuíam técnicas artesanais e poucas máquinas – estas eram pouco sofisticadas –, o que conferia aos trabalhadores destes ramos uma maior aproximação dos meios de produção.

Apesar das ressalvas, é importante notar que havia cargos em diferentes categorias profissionais, onde as remunerações ultrapassavam os valores gráficos. Seria necessário entender qual o nível de inserção do trabalho gráfico no setor industrial. Até que ponto os gráficos são profissionais industriais e, em que aspectos os gráficos aproximam-se dos

---

[72] A idéia de divisão do trabalho como fator de redução de salários na indústria paulista foi desenvolvida por: Aldrighi, D. M. *Estrutura Industrial e Diferenciação na Força de Trabalho em São Paulo*. São Paulo: Dissertação de Mestrado – FEA/USP, 1985.
[73] Valor máximo, segundo o *Boletim do DET*, p. 181. (1912)
[74] Este é um valor máximo no ramo de alfaiates. *Boletim do DET* p. 182 (1912).

artesãos? Embora, o setor gráfico fosse considerado uma indústria em crescimento nas décadas de 1910 e 1920, o grau de especialização não estava no mesmo nível que a indústria têxtil, por exemplo. Assim, os trabalhadores gráficos assumiam características industriais – quando a análise é direcionada ao nível financeiro de produção – e ao mesmo tempo, a qualificação inerente a profissão aproximava estes trabalhadores do grau artesanal.

As estimativas de médias salariais demonstram que a categoria gráfica, ao contrário de outros ramos, possuía oscilações menores nos vencimentos. Existiam aprendizes e funcionários menos especializados na empresa gráfica que recebiam salários realmente inferiores empurrando as médias do setor para baixo, não obstante, os trabalhadores oficiais recebiam salários com valores melhor distribuídos. O que poderia fazer a diferença nesta média era o capital que cada empresa tinha aplicado na atividade. Em outras palavras, as companhias consideradas de grande porte pagavam melhores salários, e a média do setor gráfico na cidade de São Paulo sofria alterações, por conta também, deste diferencial entre os estabelecimentos.

Durante a década de 1910, observamos alguns números referentes aos salários das diferentes categorias de operários gráficos, e constatamos que o ganho dos *Linotipistas*, em 1912, era de 15$000 ao dia, o que colocava este profissional no topo dos salários diários do setor e do operariado em São Paulo. É necessário frisar, que alguns cargos da empresa gráfica eram remunerados por dia, já que as estatísticas salariais são apontadas como diárias e não mensais. Uma exceção seria a dos *Gravadores*, que possuíam vencimentos de até 500$000 mensais, também em 1912, como observado na tabela anterior, nos possibilitando inferir sobre o vínculo que este profissional possuía junto as firmas ou companhias gráficas.

As estatísticas sobre a indústria de São Paulo ainda nos permite visualizar e comparar a faixa salarial na qual se enquadravam outras categorias profissionais. Assim, seria possível constatar o “elitismo” financeiro dos gráficos. Porém, o Boletim do DET de 1919, enquadrava os trabalhadores das artes gráficas na mesma categoria dos funcionários da empresa do papel, o que conseqüentemente, rebaixava as médias salariais.

Tabela 8.

Salários na Indústria de São Paulo – 1919				
	Masculino		*Feminino*	
Industrias	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo
Transportes, comunicações, força e luz	3$840	10$500	2$330	6$580
Têxtil	3$810	9$900	2$650	5$910
Metalúrgica	3$770	9$930	1$920	3$200
Alimentação	3$500	9$760	2$350	3$750
Extrativa e cerâmica	3$650	9$150	1$800	2$980
Vestuário	4$240	11$800	2$400	6$230
Papel e Artes gráficas	4$280	13$320	1$830	5$200
Químicas e Farmacêuticas	3$420	7$780	2$780	4$200
Madeira e Móveis	4$300	7$870	3$300	6$000
Várias Indústrias	3$800	9$500	2$950	5$280

Fonte: Boletim do Departamento Estadual do Trabalho

Apesar de incorporar dois ramos profissionais distintos em uma mesma categoria profissional e salarial, as médias salariais do setor onde estavam situados os trabalhadores gráficos ainda eram superiores as médias do proletariado em geral, mas não na mesma proporção dos relatos de Leila Blass e da estatística de 1912. Não foram todas as empresas do ramo do papel e de artes gráficas que participaram do censo do trabalho de 1919, apenas aquelas que o Departamento Estadual do Trabalho considerou mais relevantes para a pesquisa, dentre elas: a *Cia. Litográfica Ipiranga*, a *Cia. Paulista de Papéis e Artes Gráficas*, a *Klabin Irmãos e Cia*. e o *Correio Paulistano*, totalizando 20 estabelecimentos. A ausência de nomes como *O Estado de São Paulo* e a *Cia. Melhoramentos* que eram grandes empregadoras, segundo a Estatística de 1928, nos trazem dúvidas sobre a importância destas duas empresas durante a década de 1910, ou ainda aos critérios adotados pelos órgãos estatísticos da época.

Nestas estatísticas era possível ainda visualizar a condição feminina. A desigualdade de gênero não era superada entre os gráficos apesar do discernimento que estes trabalhadores apresentavam. As mulheres continuavam com salários muito aquém dos ganhos masculinos, em decorrência das dificuldades que encontravam para ter acesso as técnicas e a alfabetização mínimas exigidas para diversos cargos da empresa gráfica, restando a estas os afazeres menos especializados da indústria.

Apesar de possuírem um salário razoável quando comparados a outros trabalhadores, a condição dos gráficos não podia ser considerada confortável, apesar do

operariado paulista, em sua maioria estar inserido em um contexto de condições subumanas de sobrevivência. Mas, como afirmar que as condições de vida dos gráficos se diferenciavam das outras categorias operárias? Um das hipóteses mais confiáveis seria contrapor os ganhos salariais às contas de despesas, principalmente, alimentação.

Os estudos referentes ao cotidiano do operariado paulista afirmam que a qualidade de vida dos trabalhadores na cidade de São Paulo piorou nas primeiras três décadas do século XX. O mercado imobiliário foi expandido e as propriedades foram valorizadas devido a industrialização. A proporção dos salários gasta pela classe operária em São Paulo com habitação correspondia a 25% e os gastos com a alimentação correspondiam a 50% ou mais do total ganho mensalmente[75]. Se considerarmos que havia outros gastos a serem considerados, como vestuário, uma enorme parcela dos trabalhadores de São Paulo tinha dificuldades para manter os elementos básicos de sobrevivência. Enquanto que os salários aumentavam desde 1914 até 1927 por volta de 150%, o custo de vida, de 1920 a 1927, aumentou em 280%[76].

Segundo o estudo de Daniel Feldman[77], a classe dos vidreiros teria salários insuficientes para manter as principais necessidades de sobrevivência de uma família. Baseando-se no Boletim do Departamento Estadual do Trabalho de 1919, o autor percebe a discrepância entre os preços da cesta básica e os salários em São Paulo. O DET, de 1919[78] afirma que alimentação de uma família de 5 pessoas deveria ter um custo médio mensal de 134$885. Para Feldman, que analisou os vidreiros, os ganhos desta categoria – nos casos dos menores salários que era em média de75$000 –, não pagavam nem alimentação, quanto mais moradia e vestuário. Segundo Pinheiro e Hall, devido ao elevado custo de vida e aos miseráveis salários que os trabalhadores urbanos do Brasil recebiam, centenas e milhares de trabalhadores e suas famílias eram obrigados a comer uma só vez ao dia[79].

Se fizermos uma breve comparação entre o piso salarial dos gráficos apontado no Boletim DET de 1919 e a média mensal da alimentação de uma família de 5 pessoas, perceberemos a dificuldade de alguns setores gráficos para manter a alimentação mensal da

---

[75] DECCA, M. A. G. o*p. cit*. p. 33.
[76] PINHEIRO, P. S. e HALL, M. M. *op. cit*. p. 137.
[77] FELDMANN, D. A. *Um Sopro na Luta: os trabalhadores vidreiros paulistanos (1900-1935)*. São Paulo: Dissertação de Mestrado – FFLCH/USP, 2004.
[78] *Boletim do DET*, p. 15.
[79] PINHEIRO, P. S. e HALL, M. M. *op. cit*. p. 137.

família. Se considerarmos, que um trabalhador gráfico descansasse um dia na semana, sem remuneração, e que sua média salarial mensal fosse a mínima seus vencimentos alcançariam, por volta de 115$000. Como visto, este salário era insuficiente para pagar a alimentação. Porém, não podemos esquecer que os piores salários da empresa gráfica eram pagos aos aprendizes, que na sua maioria eram menores de idade. Assim, podemos inferir que o salário mínimo da empresa gráfica era um orçamento complementar no universo familiar. Neste contexto de salários baixos, todos os membros da família operária precisavam trabalhar a fim de custear as necessidades básicas de subsistência. Obviamente, os gráficos por possuírem melhores rendimentos usufruíam privilégios que outras categorias não compartilhavam, como manter os filhos nas escolas, ao invés do trabalho.

O oficial gráfico possuía salário médio acima dos 300$000 mensais, em 1919. Alguns setores como gravadores já alçavam, em 1912, os 500$000, o que denota o elitismo econômico da classe já na década de 1910. Este elitismo parece ter permanecido por um longo tempo, segundo Maria Auxiliadora Decca:

> "...Em uma pesquisa realizada em 1935, gráficos e ferroviários não são, inclusive, considerados como operários, em função da faixa salarial e do preparo médio exigido (...). Mesmo se considerando exagerada e irreal a classificação desses operários em um grupo intermediário entre pobres e ricos da cidade, há que se levar em conta que esse tipo de operário tinha, em geral, uma situação um pouco melhor que a grande maioria enquadrada como "operária" (...)[80]

O trecho sustenta os que as fontes estatísticas demonstraram durante todo o trabalho. Os gráficos eram vistos como uma elite no âmbito operário, o que os tornava, realmente, diferentes de outros trabalhadores da capital. Talvez, esta fosse a "faca de dois gumes" para os gráficos, já que para liderar o operariado a condição financeira seria crucial no desenvolvimento das principais características intelectuais destes operários. Por outro lado, o preconceito das outras categorias dificultava a aceitação destes trabalhadores no universo operário, e assim, os gráficos passavam parte do seu tempo se esquivando de ataques preconceituosos e de perseguições, ora pelo operariado, ora por órgãos oficiais. Ainda assim, a maturidade de combatividade de alguns trabalhadores militantes, tornou, em diferentes momentos, os gráficos em vanguarda do operariado paulista, conseqüentemente, sendo a principal classe perseguida durante as primeiras décadas do século XX. Nas

[80] DECCA, M. A. G. *op. cit.* p. 22.

palavras de Leila Blass, os gráficos estavam aptos a assumir a liderança do operariado paulista, pois:

> "...por diferentes razões, estariam, sem dúvida, em melhores condições e mais suscetíveis a enfrentar os patrões e o Estado para fazer valer os direitos sociais e políticos adquiridos pelos operários em sua totalidade. As exigências para o exercício de sua profissão, o seu grau organizativo e a alta combatividade conferem aos gráficos uma posição de destaque no interior do movimento operário e sindical[81]...".

Enfim, podemos visualizar todo o suporte que deu aos gráficos a condição de protagonistas da questão operária paulista. Cabe entender qual o grau de consciência que estes operários "intelectuais" adquiriram no decorrer das lutas econômicas e políticas do operariado. Neste contexto, conhecer os principais textos que circulavam no interior do movimento gráfico, assim como o poder que as principais ideologias exerciam no direcionamento desta vanguarda desvendaria outros fatores para este possível vanguardismo. Assim, entenderemos a preocupação das autoridades com a U.T.G. e todo o "imaginário" – por parte da sociedade paulistana e da própria classe operária – que cercou os gráficos de São Paulo até a década de 1930.

1.2 – *Aristocracia Operária?*

As estatísticas comprovaram que os gráficos possuíam uma ligeira vantagem salarial quando comparadas as demais categorias proletárias de São Paulo. Essa condição suscitava questões sobre o elitismo dos trabalhadores gráficos. Mas, será que esse elitismo teria relação com o ideal de uma aristocracia em meio ao operariado brasileiro? Segundo a definição de Eric Hobsbawn a aristocracia operária era identificada por estabelecer para si condições salariais melhores do que as demais categorias profissionais, devido a escassez, qualificação, posição estratégica e capacidade de organização[82], em circunstâncias econômicas do capitalismo que seriam favoráveis. De fato, esta definição seria semelhante ao caso dos trabalhadores gráficos no Brasil. Porém, cogitar a hipótese de que a classe gráfica paulista assumiria, desta forma, a condição de "aristocracia" em meio ao operariado seria cometer, grosso modo, um equivoco histórico.

O termo aristocracia operaria foi desenvolvido por Lênin para explicar a falência da II Internacional dos Trabalhadores. Segundo o autor, os representantes sindicais da social-

---

[81] BLASS, L. M. S. *op. cit. p.* 20
[82] HOBSBAWM, E. J. *Revolucionários*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ª edição, 2003, p. 128.

democracia compactuariam com os patrões, a fim de estabelecer uma espécie de tranqüilidade no setor de mão-de-obra, através do incentivo financeiro. Os lucros obtidos pela burguesia industrial inglesa no comércio internacional eram tão altos que uma pequena margem deste capital era repassada aos sindicatos e trabalhadores ingleses como forma de obter a submissão da classe operária daquele país. Assim, trabalhadores e sindicatos ingleses acreditariam estar vivendo no socialismo de fato, onde as condições financeiras encobriam a luta de classes[83]. Portanto, esta formulação que a primeira vista seria um modelo aplicável a outras realidades, de fato não poderia servir como argumento metodológico para explicar o desenvolvimento da classe operária em outros países, nem mesmo os mais desenvolvidos.

No caso brasileiro, onde a industrialização aconteceu na periferia do sistema capitalista, ou seja, pela "via colonial" e de forma hipertardia[84], a teoria da aristocracia operária estaria ainda mais distante, já que o modelo agro-exportador que perdurou hegemonicamente até a década de 1930, não estruturou uma burguesia que pudesse realizar altos lucros com o mercado mundial e assim utilizar parte dos seus ganhos na "domesticação" da classe operária. No Brasil não houve respeito ao desenvolvimento tradicional da estrutura industrial dos países europeus. Enquanto nas formações centrais o processo de constituição do capitalismo passou pelas formas clássicas da indústria – como artesanato, a manufatura e a grande indústria – no Brasil o trabalhador encontrou um complexo industrial pronto, onde a mecanização e a coletivização do trabalho substituíram os modelos anteriores[85]. Além disso, o padrão agro-exportador brasileiro foi um empecilho para o pleno desenvolvimento da indústria. Toda estrutura política e econômica da Velha República estava voltada para a exportação agrícola.

Não obstante, foram estes dividendos adquiridos com o comércio exterior que fomentaram os primórdios da indústria no Brasil. Foi neste contexto que surgiu a classe operária brasileira, que segundo o autor Ricardo Antunes, teve um processo de formação

---

[83] O termo "Aristocracia Operária" foi pensado e teorizado por Lênin, porém Friederich Engels já havia percebido características que diferenciavam os trabalhadores ingleses aos de outros países. Ver: ALVES, V. M. B. *Vanguarda Operária: Elite de Classe?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984; HOBSBAWM, E. J. *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987;

[84] Sobre o tema ver: FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil.* São Paulo: Editora Nacional, 1971.; MELLO, J. M. C. de. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1986; SILVA, S. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977; ANTUNES, R. *op. cit*.

[85] ANTUNES, R. *op. cit.* p. 49.

distinto do proletariado europeu e sua *incompletude* verifica-se pela sua incapacidade em transitar do *em si* ao *para si*[86].

Portanto, tais características que marcaram o processo de consolidação do proletariado e da indústria brasileira distanciariam qualquer categoria profissional da indústria brasileira da denominação de "aristocracia operária". Ferroviários e portuários, por exemplo, estavam ligados ao mercado de exportação e, por isso, eram atendidos em suas reivindicações com maior rapidez, visto estarem em posições que não podiam ser paralisadas, pois comprometeriam toda a estrutura financeira do país[87]. Apesar desta importância, os profissionais da exportação não poderiam ser identificados como aristocratas, já que esta formulação de Lênin era direcionada aos empregados da indústria – especificamente a inglesa.

Os gráficos se destacavam em meio ao operariado paulista pelas atitudes de vanguarda que se relacionavam as especificidades do próprio trabalho. Destarte, estas características não habilitariam os profissionais gráficos a pertencerem a uma espécie de "aristocracia" dentre os demais trabalhadores. As atuações dos gráficos à frente do movimento operário descaracterizariam tal definição, esta se baseava na idéia de que a gratificação financeira seria um meio de garantir o silêncio e a desarticulação de movimentos contestatórios, o que nunca foi observado entre os gráficos. E como explicitado, a teoria de aristocracia operária somente teria sentido na Inglaterra de finais do século XIX e início do XX, o que seria um despropósito anacrônico para os trabalhadores do Brasil. Em suma, os gráficos possuíam melhores rendimentos, o que aproximaria estes profissionais da acepção "aristocracia", porém a *consciência de classe* apresentada por estes agentes do operariado não permitiria compará-los aos trabalhadores ingleses estudados por Lênin.

---

[86] ANTUNES, R. *op. cit.*, p. 58.
[87] CANÊDO, L. B. *op. cit.*

II – U. T. G. E CONSCIÊNCIA DE CLASSE

Os fatores apresentados no capítulo anterior comprovam a singularidade dos gráficos paulistas do início do século XX. Trabalhadores com especialização profissional quase no nível do artesanato; em sua maioria, alfabetizados e com o nível político apurado; número razoável de trabalhadores, mas insuficientes para um setor que estava em expansão. Conseqüência: melhores salários, quando comparados a outras categorias profissionais. Contudo, outros fatores contribuíram para este elitismo salarial dos trabalhadores gráficos.

A sociedade brasileira e, principalmente, a paulistana industrial estava em estágio de desenvolvimento cultural. O modelo agro-industrial escravista demonstrava-se ultrapassado e a modernidade surgia baseada nos modelos europeus. A indústria gráfica desenvolveu-se, desta forma, como uma das necessidades de modernização nos padrões e modelos da sociedade paulistana. Neste universo, o trabalhador gráfico foi beneficiado pela conjuntura favorável e, devido às características do ofício, despontou como uma elite em meio a operariado urbano paulista.

Porém, a explicação econômica oferece suporte apenas para entender o grau de apreciação deste profissional no mercado de trabalho e os possíveis padrões de consumo da classe gráfica. Esta valorização poderia atribuir aos gráficos o posto de "aristocracia operária". Não obstante, esta definição seria anacrônica para o segmento operário do Brasil do século XX, já que tal fundamentação teórica foi formulada para uma camada especifica dos trabalhadores ingleses do século XIX. Depois, a valorização do trabalho gráfico não aburguesou o modo de vida destes profissionais, já que os ganhos não eram tão superiores como se pode imaginar. Aliás, vários foram os momentos em que os gráficos lutaram pela melhoria salarial, porque ao longo dos anos o preço do custo de vida foi superior aos ganhos dos trabalhadores.

A estrutura econômica e a alfabetização contribuíram para inserir o trabalhador gráfico entre os mais suscetíveis a contribuírem com a vanguarda operária. A posição de destaque destes profissionais na construção da modernidade brasileira tornou-os protagonistas dos principais movimentos da classe operária em São Paulo. Não obstante, estas qualidades do trabalhador gráfico não seriam efetivas se a consciência da existência

da luta de classes não fosse percebida por estes agentes e repassada para o restante da classe operária. Uma classe, em sua acepção plena, só vem a existir no momento histórico em que as classes começam a adquirir consciência de si próprias como tal[88]. Neste sentido, a vanguarda gráfica que possuía atribuições suficientes para ocupar posição de destaque no movimento operário paulista demonstraria em suas atuações e construções políticas cotidianas a consciência classista que possuía.

O tema vanguarda requer uma observação atenta aos diferentes momentos, onde ações organizadas e a evidência de consciência perfazem o contexto. Assim, os principais interlocutores deste estrato do operariado, ora tornavam-se protagonistas de notícias na imprensa operária e/ou oficial, ora eram "caçados" pelas autoridades e patrões por envolvimento nas reivindicações típicas do movimento operário e/ou por participação em instituições políticas (ou não) defensoras de ideologias que no Brasil foram denominadas exóticas. A extensão das atitudes destes agentes foi, por vezes, institucionalizada no sindicato de classe, sendo este o espaço adequado para o desenvolvimento das teorias e ações pertinentes ao universo da vanguarda proletária. Assim, o resgate da consciência operária está intrinsecamente ligado as ações cotidianas de indivíduos e de instituições pertencentes ao contexto do trabalho no Brasil dos anos de 1920 e 30. Em suma, era através das ações políticas cotidianas que seria possível reconhecer o grau de consciência dos agentes sociais envolvidos na trama operária paulista.

A União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo foi um espaço que desde seus primórdios arregimentou trabalhadores dos mais variados credos políticos, o que dificulta entender a instituição em uma única linha ideológica. Partindo da premissa que as ações da união eram frutos dos debates e convergências dos seus representantes e coordenadores, e estes professavam diferentes ideologias, o resultado destes debates corresponderia ao que pode ser visualizado em meio à documentação e estas informações seriam o grau de consciência que permeou a U. T. G. nos seus anos de "ouro". Segundo Hobsbawm:

> A consciência de classe requer uma organização formal; e uma organização que seja ela mesma a portadora da ideologia de classe, que sem ela seria pouco mais que um complexo de hábitos e práticas informais. A organização (o "sindicato", "partido" ou "movimento") torna-se assim uma extensão da personalidade do trabalhador individual, que ela contempla e completa[89].

---

[88] HOBSBAWM, E. J. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária. op. cit*., p. 36.
[89] Ibid, p. 48.

Em 25 de maio de 1919, a União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo foi refundada, após duas décadas de dificuldades na tentativa de consolidação. Assim, que ocorreu oficialmente a refundação, os estatutos da entidade foram aprovados em 29 de julho de 1919[90] e publicados no Diário Oficial em 27 de agosto do mesmo ano[91].

Desde o início, a U. T. G. teve a pretensão de se tornar uma entidade representante dos anseios de todo operariado paulista, não restringindo as suas ações apenas a própria corporação de ofício. No momento da construção dos estatutos da classe, que contou com indivíduos que participavam do cenário conturbado do operariado paulista em 1917, como João da Costa Pimenta e Edgar Leuenroth, dentre outros, houve a tentativa de englobar as principais reivindicações de toda a classe proletária nas diretrizes da corporação gráfica. Muitos artigos do primeiro estatuto foram direcionados à todos os trabalhadores de São Paulo, sendo o setor gráfico o ponto de partida para as formulações mais gerais.

> Sede e Afins
> Art. 1º - Fica constituída na capital do Estado de S. Paulo, onde terá sua sede e foro jurídico, a União dos Trabalhadores Gráficos, composta de ilimitado número de trabalhadores gráficos, sem distinção de sexo, nacionalidade ou religião.
> Art. 2º - A UTG, tendo por objetivo promover o melhoramento econômico, moral e intelectual da classe, concitando-a para a realização de uma luta inteligente e ampla em favor da sua emancipação integral, aceita como principio basilar da sua existência, a luta de classe, e declara que intervirá nela utilizando os meios de ação próprios e especiais da organização operária; e de acordo com este propósito, manifesta a sua solidariedade com todas as associações de trabalhadores, sejam da classe ou não, que aceitem e mantenham iguais princípios;
> Art. 3º- De conformidade com os princípios expressos no artigo anterior, a UTG aderirá ao organismo federativo que conglobe em si todas as forças proletárias, adotando o princípio da luta de classe.
> Art. 4º - A UTG tem por escopo imediato:
> a) melhoramento das condições de trabalho;
> b) educação racionalista;
> c) instrução profissional;
> d) colocação dos associados desempregados;
> Art. 5º - A UTG propõe-se a conseguir os fins por ela colimados pelos seguintes meios:
> a) promovendo conferências instrutivas e de propaganda dos meios de emancipação proletária;
> b) editando publicações de caráter técnico e de defesa proletária;
> c) incentivando a organização de uniões similares em todas as localidades do Estado de São Paulo e circunvizinhanças;

---

[90] Caderneta de estatutos. *Prontuário 577 – União dos Trabalhadores Gráficos/SP*, volume 1. Folha 2. DEOPS-SP, APESP.
[91] *O Trabalhador Gráfico*, 26 de setembro de 1920. AEL.

> d) intensificando a maior solidariedade dos membros da classe gráfica, a fim de se prestarem reciprocamente o auxílio de que precisarem quando feridos na sua dignidade ou prejudicados nos seus interesses econômicos.
> Art. 6º - A União protegerá os seus associados quando coagidos na sua liberdade civil, e promoverá a sua liberdade processados criminalmente, no caso de terem agido em defesa dos interesses do proletariado[92].

A institucionalização dos operários gráficos nasceu de um discurso vanguardista com intenções que ultrapassavam os limites da própria corporação profissional, exaltando temas ideológicos comuns ao contexto proletário, como a *luta de classes* e a *emancipação do proletariado*. A U. T. G./SP de 1919 possuía vários trabalhadores de tendência anarquistas que participaram ativamente das greves da década de 1910 e que estiveram à frente da formação da União. Os objetivos gerais da instituição revelavam as influências destes movimentos anteriores. Assim, a *consciência de classe* que seria possível encontrar em diferentes momentos da história da União se confundia com as ações dos principais articuladores da vanguarda operária.

Os ideais imediatistas, como salários ou melhorias nas condições de trabalho, faziam parte da recém institucionalizada U. T. G. Todavia, as preocupações "econômicas e morais", no caso dos gráficos, vinham acompanhadas da necessidade de um projeto educacional que visava a compreensão da *luta de classes*. Assim, durante as duas décadas posteriores a sua refundação as comissões executivas juntamente com vários nomes da vanguarda gráfica trataram da questão intelectual dos operários gráficos. Portanto, os estatutos gráficos demonstravam em 1919, qual a real função que os militantes gráficos deveriam assumir no contexto operário de São Paulo.

De antemão seria possível confirmar que o desempenho dos estatutos da União durante a década de 1920 e 30 foi coerente ao projeto inicial. Quando o art. 2º afirmava que a instituição interviria nos assuntos da categoria através de ações próprias da organização operária, estas ocorreram com plena consciência dos trabalhadores da função desempenhada pela instituição na condução das atividades. As greves, atividades, atuações e interferências que os gráficos insuflaram durante as duas décadas seguintes seguiam o regimento instituído inicialmente.

---

[92] Caderneta de Estatutos. *Prontuário 577 – União dos Trabalhadores Gráficos/SP*. Fls. 2. DEOPS-SP, APESP.

A publicação dos estatutos da UTG no diário oficial, em uma época de intensa repressão policial por conta dos movimentos grevistas ocorridos em 1917 e 1919, demonstrava coragem diante dos poderes constituídos, principalmente por ser o conteúdo agressivo – porém pertinente a causa operária – e conter ideologias mal vistas pela sociedade e pelo Estado. O teor deste documento combatia as forças contrárias ao operariado, neste caso a burguesia industrial e o Estado, através de propostas como a educação classista.

O art. 3º dos estatutos enfatizava a necessidade de uma união proletária em um organismo federativo conglomerando diferentes forças trabalhistas. Esta seria também uma busca da UTG nos anos seguintes a oficialização da instituição, porém as dificuldades advindas das cisões ocorridas no seio da classe operária, devido as visões e ideologias de cada setor, dificultaram este ideal em especial. Este objetivo foi incessantemente pensado pelas comissões executivas e, embora não conseguisse abarcar todas as "forças proletárias", uniu os gráficos em torno de um projeto que mais tarde surtiria seus efeitos.

Enquanto organismo de uma classe profissional que visava melhorar as condições trabalhistas e econômicas, a União dos Trabalhadores Gráficos trabalhou com afinco nas principais reivindicações de seus associados. Apesar do enfoque da vanguarda estar direcionado para a luta de classes, emancipação proletária e consciência, as lutas economicistas eram primordiais para a união dos trabalhadores. Por isso, desde a refundação houve uma preocupação no sentido de controlar o mercado profissional gráfico e reivindicar leis que atendessem os anseios da corporação e dos trabalhadores em geral. O controle da mão-de-obra gráfica era exercido pela União nos processos de contratações e demissões dos trabalhadores pelo patronato, o que era previsto no Art. 4º item (d) dos estatutos. Assim, nascia a necessidade de reconhecimento da U. T. G. pelos patrões, o que seria o maior obstáculo a ser transposto pela instituição durante as duas décadas seguintes.

A promoção de conferências e debates sobre a causa operária foi tema recorrente na sede da U. T. G. durante toda a década de 1920 e 30, fato que colocou o sindicato dentre os mais sistematicamente vigiados pela Polícia Política. As atividades sociais, como bailes, piqueniques e esportes, foram amplamente divulgados pela associação a fim de reunir o maior contingente possível de trabalhadores no intuito de propagar os principais ideais de emancipação operária pelo lazer e diversão. Esta teria sido uma estratégia comum da

vanguarda para incentivar o público gráfico a freqüentar a União e a se engajar no movimento operário.

As divulgações dos projetos políticos, sociais e econômicos, ou ainda, de ordem técnica para os gráficos era uma questão próxima das atividades cotidianas. Panfletos, boletins e periódicos de todas as ordens fizeram do meio gráfico o mais combativo e informado grupo de trabalhadores de São Paulo. O art. 5º dos estatutos indicava a necessidade de criar mecanismos de divulgação dos projetos e propostas da vanguarda gráfica e as principais reivindicações da classe. Aliás, periódicos de tendência socialista e anarquista já vigoravam em São Paulo desde o inicio do século XX, sendo que vários de seus editores foram os responsáveis pela criação da U. T. G.[93] e, desta forma, legaram a corporação o seu principal instrumento de luta.

O ideal de *consciência de classe* entre os gráficos ficou mais evidente nos períodos em que a situação da corporação esteve em "xeque". Um exemplo extremo seriam as greves, que demandavam um alto grau de organização e consciência classista. A U. T. G. sempre agiu conforme os seus estatutos. Para que a necessidade econômica não inviabilizasse o desenrolar dos projetos de reivindicação, a instituição juntamente com a vanguarda gráfica reunia recursos internos e externos a corporação para enfrentar os períodos de dificuldades. Este caixa de auxílio também era previsto no art. 5º da legislação interna.

A vanguarda gráfica, através das suas ações, sempre demonstrou a necessidade da organização e da união dos trabalhadores em geral. Portanto, o estatuto da União dos Trabalhadores Gráficos possuía um caráter universal de propostas e reivindicações inerentes ao contexto operário, abrangendo necessidades e prioridades de todas as corporações de trabalhadores, sobretudo, porque não havia especificações direcionadas somente aos operários da classe gráfica. Havia ainda incentivos à organização de uniões de trabalhadores de vários ofícios nos mesmos moldes da U. T. G. Estas atitudes, pautadas nos estatutos, determinariam a posição de destaque que o trabalhador gráfico adquiriria diante do operariado paulista.

---

[93] FERREIRA, M. N. *op. cit.* 109-143.

Os estatutos de 1919 tornaram-se mais importantes porque direcionavam a União dos Trabalhadores Gráficos para uma posição de vanguarda diante das outras corporações. Relembrando que alguns dos principais articuladores do movimento operário nas primeiras décadas do século XX foram gráficos-jornalistas, responsáveis pela fundação da união em 1904 e definitivamente em 1919. Conscientes da necessidade de organização, estes operários de vanguarda utilizaram toda a experiência adquirida para promover a construção de uma entidade de classe, que possuísse um discurso consciente e que pregasse conceitos de emancipação do proletariado. Nos anos que prosseguiram, todas as ações seriam pautadas nesta ideologia inicial e a U. T. G. seria guiada conforme as idealizações de sua vanguarda. A generalidade dos discursos conferiu aos gráficos e ao seu sindicato um papel de destaque na condução das atividades operárias em São Paulo.

2.1 – *Greves e Vanguarda*

As greves em que estiveram inseridos os trabalhadores gráficos foram movimentos de reivindicação da própria categoria e da classe operária em geral. A trajetória destas paralisações repercutiu no meio operário paulista, nacional e até internacional. As duas greves da categoria foram realizadas nos anos de 1923 e 1929, e estas devem ser consideradas marcos importantes na vida dos trabalhadores brasileiros. Ambas foram paralisações de destaque na imprensa oficial e operária, pela resistência apresentada e pela extensão de dias parados.

Em uma década em que o movimento operário parecia recuar diante das atitudes repressivas de patrões e do Estado, a U. T. G. e seus articuladores demonstravam a sociedade todo seu poder de barganha. Os artigos da época evocavam a necessidade da atividade gráfica para a sociedade burguesa paulistana no processo de modernidade:

> "...Os gráficos são a pedra angular da fortaleza mais poderosa da burguesia; pedra viva, suporte consciente da única arma de guerra verdadeiramente eficaz da classe dominante e exploradora da vida. Sem a imprensa (ela, a classe dominante) é absolutamente impossível subsistir. A imprensa é tudo e tudo pode, e a imprensa é o gráfico[94]..."

A importância que o profissional gráfico adquiriu neste processo industrial apresentava a ele uma oportunidade ímpar na história da classe operária brasileira. A

[94] Cf. FERREIRA, M. N. *op.cit.* p. 131. (Germinal. Rio de Janeiro, 1º de maio de 1919).

burguesia industrial necessitava do trabalhador gráfico como agente na construção da sociedade moderna, baseada nos preceitos e normas vigentes da elite urbana. Assim, é possível entender a irredutibilidade da UTG diante das ameaças patronais durante as greves de 1923 e 1929. Porém, atribuir a importância dos gráficos somente ao ideal de construção do mundo industrial-burguês seria desmerecer a organização e a consciência que as comissões executivas desenvolveram nos momentos cruciais da corporação. A conjuntura conseguiu transformar o ambiente gráfico no centro da vanguarda operária paulista.

Em relação às greves gráficas, estas foram esmiuçadas nos seus diversos aspectos pelos estudiosos do movimento operário. Os dois principais estudos sobre os gráficos nos anos de 1920 relataram de forma sistemática as atividades e reivindicações da U. T. G. e de seus associados durante as greves. Maria Nazareth Ferreira[95] direcionou seus estudos para a formação da imprensa operária na cidade de São Paulo. Neste percurso, a autora observou a presença de operários que possuíam características intelectuais, próprias do oficio que exerciam. Estes indivíduos tentaram reunir, durante décadas, trabalhadores em torno de um projeto associativo. Em 1904, a União dos Trabalhadores Gráficos surgiu para consolidar esta expectativa. Porém, a repressão policial e a as atitudes patronais enfraqueceram e desmantelaram o grupo gráfico em várias ocasiões. Depois das greves de 1917 e 1919, a União dos Trabalhadores Gráficos tornou-se um projeto viável devido as circunstâncias que se apresentavam e a consciência que perfazia o contexto operário. A greve de 1923, para Ferreira, foi o auge de uma estrutura que há duas décadas lutava para se erguer. A vitória dos gráficos coroaria anos de tentativas e derrotas.

A partir de 1920, a União dos Trabalhadores Gráficos iniciou um processo de recenseamento em São Paulo, com o intuito de conhecer o número de operários gráficos, as condições de trabalho e a média dos vencimentos. A tarefa era organizar uma tabela de salários mínimos para as diversas funções e reivindicar melhorias para a categoria, como: jornada de trabalho de 8 horas diárias, descanso semanal remunerado e a proibição de trabalho noturno para menores e mulheres[96]. Assim, um memorial foi enviado aos patrões e rejeitado. Para tanto, era necessário que a recém fundada UTG fosse considerada, pelo patronato e pelo Estado, a legítima representante da classe gráfica paulista. Este seria o

[95] FERREIRA, M. N. *op. cit.*
[96] Idem. *op. cit.* 137; Ver também: BLASS, L. M. S. *op. cit.*, p. 61.

caminho mais árduo a ser percorrido pela instituição. A Greve foi iniciada em 7 de fevereiro de 1923[97].

Por outro lado, a vanguarda gráfica apostava que o embate com as forças da burguesia industrial trouxesse prestígio diante do operariado e tornaria a classe gráfica um símbolo para as demais corporações de ofícios. A preocupação exacerbada de alguns integrantes da União demonstrava a necessidade que a vanguarda gráfica tinha em se tornar um modelo. O artigo do gráfico Damasceno Vieira publicado no periódico *O Trabalhador Gráfico* durante a greve de 1923 reforça esta asserção:

> "...Mais um pouco de luta companheiros, porque havemos de vencer, para podermos mostrar as outras classes obreiras e aos nossos irmãos de arte de além-mar que também aqui os gráficos sabem defender os seus direitos e que nas suas veias corre o sangue nobre do verdadeiro proletário, que os fortificam na reação, em prol dos bens que lhe pertencem[98]..."

Além da vontade de se tornar arquétipo diante da classe operária nacional, o documento explanava, sobretudo, a tentativa da vanguarda gráfica em inserir o movimento operário brasileiro no contexto mundial do trabalho. É necessário considerar, que a classe operária nacional era influenciada pelo contexto histórico de revoltas e revoluções dos trabalhadores pelo mundo, principalmente a Revolução acontecida na Rússia, o que, possivelmente, habitava o imaginário político de muitos militantes operários que acreditavam ser o Brasil um país com potencial para participar deste circuito de eventos, não ficando relegado apenas a um papel secundário neste cenário. Talvez por isso, a preocupação com a Europa estivesse presente na imprensa operária e nos documentos mais relevantes produzidos pelos trabalhadores.

Os resultados do trabalho da vanguarda e da UTG floresceram durante a greve de 1923. A intenção de ser modelo para outras categorias profissionais foi sendo concretizada na medida em que a parede gráfica resistia às investidas das autoridades policiais e as estratégias do patronato. Esta greve teve duração de quarenta e dois dias, um marco na história das reivindicações operárias em São Paulo. Diversos artigos em jornais tradicionais ou operários exaltavam a paralisação e demonstravam solidariedade pela causa gráfica. Não obstante, o maior significado dos artigos publicados era exaltar a atitude dos gráficos para o restante do proletariado. O documento a seguir foi produzido por várias associações

---

[97] FERREIRA, M. N. *op. cit*. 138 e 143.
[98] *O Trabalhador Gráfico*, 21 de fevereiro de 1923, p.2. AEL/Unicamp.

de classe do operariado paulista com o objetivo de alertar os trabalhadores da capital para as dificuldades encontradas pelos grevistas gráficos:

> "...O movimento atual de revolução social-econômica, realizada pelas diárias conquistas do proletariado militante, é de decisão e franqueza em face da presente situação que está atravessando os trabalhadores de todas as classes. As reivindicações que independiza o operariado da tutela do regime do salariato, concebe na solidariedade recíproca, as fundamentais razões de luta pela coordenação de força e afins, de oposição á organização capitalista, aparelhada ferreamente para destruir todo assomo de liberdade e de justiça.
> Em conseqüência da anormalidade que eterniza a baixa do salário, é que o proletariado da indústria gráfica de S. Paulo, num total de 6000 homens, se debate, atualmente, com heroísmo, num conflito de vida ou de morte, para a sua organização de classe. Por isso que, merecendo a força de toda adesão e simpatia neste instante que se abre o ciclo que gesta o roteiro da atividade proletária no caminho de suas reivindicações, os trabalhadores das demais classes organizadas contribuem com o seu quinhão de energias, solidarizando-se com os irmãos explorados e cativos ás flutuações do capital e á tirania do Estado[99]..."

O texto foi assinado pela União dos Empregados em Cafés, A Internacional, a União dos Artífices em Calçados, a Liga Operária da Construção Civil, a União Geral dos Metalúrgicos e a Liga dos Operários em Fábricas de Tecidos. Observava-se que as maiores instituições de trabalhadores da capital eram representadas no artigo. Porém, naquele momento, não seria possível identificar se estas corporações admitiam ser a UTG e os gráficos modelos para os trabalhadores de São Paulo. Mas, a reunião destas instituições no apoio a causa gráfica corroborava a importância que a corporação adquiria perante o operariado.

O movimento operário paulista percebia o nascimento de um organismo de luta que poderia transformar a relação entre patrões e trabalhadores. Em outros estados surgiram também movimentos favoráveis à greve dos gráficos paulistas. Assim, a greve gráfica de 1923, ganhava repercussão nacional, apoios de sindicatos e força entre os trabalhadores. O raio de alcance das atividades e ações desenvolvidas durante a greve era conseqüência da aproximação entre a imprensa, tradicional ou operária, e os trabalhadores gráficos. A vanguarda atenta ao espaço concedido nos veículos de comunicação reproduzia no próprio jornal da corporação os artigos já publicados na imprensa em geral, com a finalidade de apresentar e sintetizar à todos os gráficos internamente a importância atribuída que o setor adquiria externamente:

---

[99] *O Trabalhador Gráfico*, 23 de Fevereiro de 1923, p.2. Manchete: A Solidariedade das classes trabalhadoras de S. Paulo. AEL/Unicamp.

> "...No jornal <O Paiz> da capital da República, de 23 do corrente, encontramos o seguinte comunicado da nossa co-irmã Associação Gráfica do Rio de Janeiro:
> Camaradas!
> A Classe Gráfica de S. Paulo empreendeu uma luta que, nas circunstancias atuais, se reveste de uma importância capital para todos os trabalhadores gráficos do Brasil.
> O nosso dever é sustentar esse movimento por todos os meios, assegurando assim a vitória da classe gráfica de S. Paulo.
> Se os nossos camaradas de S. Paulo ganharem a greve, como parece evidente, os efeito morais dessa vitória serão de um grande valor para a classe gráfica do Rio de Janeiro.
> Podemos dizer que essa vitória será inicio do reerguimento da classe em todo o Brasil.
> Ora, consta que os patrões paulistas estão procurando aliciar pessoal no Rio e outras localidades a fim de substituir os nossos camaradas de S. Paulo, atualmente em greve[100]..."

A corporação gráfica do Rio de Janeiro estabelecia assim a necessidade de união dos gráficos em nível nacional. Os paulistas somente alcançariam êxito nas reivindicações, devido ao apoio que foi despendido pela classe operária organizada. Neste sentido, as atividades das co-irmãs gráficas por todo o território nacional foi essencial para vitória. Estas direcionavam suas estratégias a fim de conscientizar os trabalhadores do Brasil para necessidade de que não se deixassem seduzir pelas propostas patronais de São Paulo[101]. Agindo desta forma, colaboraram para o triunfo da classe.

Além do trabalho de conscientização, as várias corporações que assumiram publicamente apoio aos gráficos, participaram financeiramente desta greve. Quantias em dinheiro ou em alimentos chegavam todos os dias a U. T. G. No dia 5 de abril de 1923, *O Trabalhador Gráfico* publicou uma lista com todas as entidades e pessoas que contribuíram durante a greve. Eram elas: o Correio Paulistano, a União dos Artífices em Calçados, a União dos Canteiros e Classes Anexas, a União da Construção Civil, a Jornal do Comércio, o jornal Fanfulla, a União dos Chapeleiros, o Diário Espanhol, Gazeta, a Associação Gráfica de São Paulo, o Diário Oficial, A Internacional, Il Piccolo. Essa lista demonstrava a solidariedade da classe operária e confirmava a importância da U. T. G. e de seus associados na organização do movimento operário de São Paulo. A vitória dos gráficos na greve de 1923 seria uma conquista de todos os envolvidos, e o resultado positivo delegaria a União o papel de vanguarda do operariado.

---

[100] *O Trabalhador Gráfico*, 26 de fevereiro de 1923. AEL/Unicamp.

[101] O periódico gráfico denunciava que os empresários enviavam suas encomendas para outras cidades do estado de São Paulo durante a greve de 1923. Havia ainda convite para trabalhadores gráficos de outros estados substituírem os grevistas.

Findada a greve e com a vitória concretizada, já que todas as oficinas aceitaram os artigos do memorial de reivindicação, os anos seguintes foram de organização e fortalecimento da instituição gráfica. Os principais artigos dos estatutos de 1919 continuariam sendo respeitados, inclusive durante a greve. Porém, em 25 de maio de 1927 uma pequena reforma nos estatutos atualizaria alguns temas relevantes. Foi acrescido no texto original:

> Art. 2º-
> § único – A UTG não participará nem se fará representar em nenhum ato ou movimento religioso ou de partido político.
> Art. 3º- De conformidade com os princípios expressos no artigo anterior, A União será aderente da Federação dos Trabalhadores Gráficos do Brasil e aderirá ao organismo federal local ou regional que centralize as forças proletárias, adotando o princípio da luta de classe.
> Art. 4º-
> e) criar departamentos de cada ramo da indústria gráfica, a fim de cuidarem das suas questões técnicas e econômicas[102].

Após a greve, a atividade comunista começou a se desenvolver com maior intensidade no cotidiano da U. T. G. Os ideais anarco-sindicalistas – que vigoraram durante a greve de 1923 – e influenciariam as atitudes do sindicato por toda a década de 1920 e 30, começavam a perceber interferências na sua hegemonia. As exigências mais gerais do operariado necessitavam da interferência direta do Estado, tornando-o um interlocutor nas questões trabalhistas. Portanto, a negação anarquista de Estado confrontava-se diretamente com a questão da legislação trabalhista empreendida pelo governo[103]. Os comunistas aproveitaram o momento histórico e desenvolveram campanhas pró-efetivação destas leis. Em 30 de outubro de 1926 foi publicado o decreto nº 17.496 que regulamentava o gozo de férias anuais para os empregados e operários em estabelecimentos comerciais, bancários e industriais[104]. Esta lei já havia sido aprovada pelo Congresso Federal em 1925 (Decreto nº 4982), mas esperou regulamentação pelo Conselho Nacional do Trabalho (CNT), que aconteceu no ano seguinte.

Um artigo publicado no periódico dos gráficos evidenciava a opinião critica e a preocupação destes trabalhadores em relação a Lei de Férias, aprovada por Artur Bernardes em 1925. Segundo o artigo, o governo aprovou a referida lei com a intenção de ludibriar o operariado, pois assegurando a tranqüilidade do meio urbano, este direcionaria as suas

---

[102] BLASS, L. M. S. *op. cit.*, p. 125.
[103] Ver: MUNAKATA, K. *op. cit.*, 41-61.
[104] BLASS, L. M. S. *op. cit.*, p. 52.

atenções para possíveis revoltas que insurgiam pelo interior do país. O artigo ainda afirmava que o governo federal reuniu um determinado número de categorias profissionais a fim de negociar um conjunto de leis, porém nem todas as categorias foram convocadas, o que por si só, conseguiria dividir o movimento operário[105]. Assim que as revoltas operárias das principais cidades do país se aquietaram, as leis que haviam sido aprovadas não foram obedecidas pelos patrões, e o governo que já havia assegurado o controle operariado não cumpriu a própria decisão. Todavia, a Lei de Férias havia sido aprovada e as reivindicações começaram a ganhar corpo.

Enquanto a Lei de Férias era debatida, em julho de 1928, os gráficos iniciaram uma campanha em prol de uma tabela de salário mínimo[106], nos mesmos moldes da tabela do começo da década, quando foi deflagrada a greve de 1923. A comissão executiva da U. T. G. ficou encarregada em formar grupos para avaliarem os salários das diferentes categorias de operários gráficos. Em setembro do mesmo ano, os patrões receosos começaram a perseguir os trabalhadores gráficos[107]. Esta atitude demonstrava a precaução dos patrões em torno da U. T. G., mas também transparecia o imaginário que envolvia os gráficos na década de 1920, principalmente, como herança da parede de 1923. Os próprios gráficos a todo instante relembravam a campanha vitoriosa e exaltavam a corporação. Os patrões mantinham cautela diante dos acontecimentos.

No dia 2 de fevereiro de 1929 foi entregue um memorial (vide anexos) contendo as principais reivindicações dos gráficos aos industriais[108]. Os patrões, em sua maioria, se recusaram a aceitar os termos do memorial. Apenas três firmas resolveram incorporar as propostas[109]. Em 22 de março a greve geral foi aprovada. Esta foi a maior paralisação da história gráfica alcançando setenta e dois dias[110]. No topo das exigências estavam direcionadas a tabela de salários mínimos e a lei de férias, a estas foram acrescidas a

---

[105] *O Trabalhador Gráfico*, 5 de novembro de 1927. Manchete: Gráficos, Alerta! p. 1, AEL/Unicamp.
[106] *O Trabalhador Gráfico*, 1º de julho de 1928. Manchete: Pela Conquista do Salário Mínimo. p. 1. AEL/Unicamp.
[107] *O Trabalhador Gráfico*, 5 de setembro de 1928. Manchete: Os Industriaes, Receosos da Tabella do Salário Mínimo. p. 1, AEL/Unicamp.
[108] *O Trabalhador Gráfico*, 3 de fevereiro de 1929. Manchete: A Classe em Geral. p. 1, AEL/Unicamp. Ver também: DIAS, E. *História das Lutas Sociais no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977. p. 168-169; BLASS, L. M. S. *op. cit.*
[109] BLASS, L. M. S. *op.cit*., p. 67.
[110] BLASS, L. M. S. *op. cit*.

regulamentação do trabalho infantil e feminino, os acidentes de trabalho, e reivindicações contidas no memorial de 1923[111].

O diferencial de 1929 estava no grau das exigências, pois além dos salários e condições gerais dentro das fábricas, que eram jurisdição dos patrões, a "batalha" dos gráficos direcionava-se ao Estado, através da cobrança de cumprimento da lei de férias. A partir daquele instante, a U. T. G. e seus associados travavam um intenso combate contra patrões, polícia e governo, o que denotaria um conflito entre a classe operária e a sociedade burguesa estabelecida. Ao passar dos dias, outras corporações perceberam a magnitude daquele momento e a greve dos gráficos de São Paulo deixou de ser uma questão de quadros e tornou-se uma questão do operariado em geral[112]. Diversas corporações resolveram ajudar financeiramente, outras com apoio moral, através de artigos que ora eram publicados na imprensa operária, em outros momentos apareciam no periódico da classe gráfica. O artigo a seguir foi escrito pelo secretário geral da comissão executiva do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Mobiliária do Rio de Janeiro para os trabalhadores da sua própria categoria em São Paulo.

> "...O movimento grevista que atualmente empolga a valorosa corporação gráfica de S. Paulo, exige de todos nós, pertencentes à classe operária, uma solidariedade consciente para auxiliar com eficácia os camaradas em greve.
> Necessitamos compreender, que a vitória dos gráficos é a nossa própria vitória. A sua derrota, implica também na nossa[113]...

A preocupação do operariado da capital federal era um exemplo do que ocorria no restante do país. Todas as atenções estavam direcionadas à greve dos gráficos e ao comportamento que a U. T. G. apresentava. A entidade via seu prestígio crescer perante o operariado, apesar de não gozar de legitimidade diante dos empresários ainda em 1929, sendo uma reivindicação que, aparentemente, já havia sido solucionada em 1923. As outras categorias sabiam que a vitória dos trabalhadores gráficos abriria um precedente importante na luta operária. Cientes disso estavam também patrões e governo, o que ocasionou uma intensa repressão aos trabalhadores gráficos e a sede da U. T. G.

Em todos os boletins da greve de 1929 havia referências aos abusos empreendidos aos membros da UTG. Prisões arbitrárias, espancamentos, invasões à casa de gráficos ou ao sindicato foram as principais ações do Departamento de Ordem Política e Social

---

[111] MUNAKATA, K. *op. cit*. p. 59.
[112] *O Trabalhador Gráfico*, 5 de abril de 1929. Boletim de Greve. AEL/Unicamp.
[113] *O Trabalhador Gráfico*, 4 de abril de 1929. Boletim Gráfico. AEL/Unicamp.

(DOPS). Este cenário de repressão demonstra a relevância adquirida pelos gráficos diante do patronato e do Estado. Todavia, no contexto de instauração da greve estava em vigor a Lei Aníbal Toledo, ou Celerada, que agravava as atitudes repressivas. No comentário do militante gráfico Everardo Dias:

> "...Estalou a greve, que durou cerca de três meses e foi um dos movimentos de maior repercussão em todo país não só pelas proporções assumidas e consciência demonstrada pela solidariedade, como pela série de violências exercidas pela polícia para provocar o esmagamento da resistência dos trabalhadores gráficos[114]..."

A campanha de 1923 influenciou as atitudes repressivas da Polícia Política e do Estado. A União dos Trabalhadores Gráficos havia atingido *status* de vanguarda dentre os sindicatos paulistas, conseqüência da aceitação do memorial de 1923 por parte dos industriais gráficos. Nos anos seguintes a greve, a U. T. G. fortaleceu-se, enquanto representante dos gráficos, interferindo em decisões como a recolocação de trabalhadores desempregados no mercado, com apoio dos proprietários gráficos. A intermediação em diversas greves isoladas em algumas oficinas ajudou a solidificar a instituição na década de 1920. Porém, a greve de 1929 trazia consigo um novo elemento que até aquele momento não existia: o confronto direto com o Estado. Apesar de estabelecer a Lei de Férias, o governo não organizou mecanismos de fiscalização e controles, consequentemente, na prática a lei nunca foi aplicada.

Era neste contexto que residia a influência dos intelectuais operários de tendência comunista. Reafirmar um posicionamento do Estado não seria competência dos anarco-sindicalistas. As atitudes que se manifestam na U. T. G, a partir de meados da década de 1920 são tipicamente ações da corrente comunista. Segundo Munakata, órgãos como a União Gráfica Beneficente, que surgiu em 1927, como um anexo à U. T. G., possuíam características técnicas, próprias da atividade comunista, que esvaziavam o caráter de solidariedade dos auxílios morais e materiais que vigoraram nos sindicatos anarco-sindicalistas[115]. Desta forma, o sindicato dos gráficos começou a ser visualizado pelos patrões e autoridades como uma instituição sob controle comunista. Porém, a atividade comunista em São Paulo nunca foi organizada e careceu de mobilização[116], talvez pela

---

[114] DIAS, E. *op. cit.* p. 169.
[115] MUNAKATA, K. *op. cit*. p. 50-52.
[116] Ver: DULLES, J. W. F. *Anarquistas e Comunistas no Brasil: 1900-1935.* Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977.

presença da militância anarco-sindicalista em meio aos sindicatos de classe ou ainda pela perseguição da Polícia Política.

Sob influência anarquista ou comunista a UTG demonstrou ser uma entidade de vanguarda nos diferentes momentos em que esteve em luta pela melhoria nas condições de vida e trabalho de seus associados. Apesar da intensa repressão e das dificuldades financeiras, os associados gráficos confirmaram sua condição de vanguarda. A consciência que este profissional possuía do em "si" foi fator preponderante na condição que a corporação atingiu, principalmente nas greves da categoria. A documentação produzida por estes agentes corroboram a asserção:

> "...Os gráficos bem compreendendo o seu dever, continuam de pé na defesa não só dos seus direitos mas dos direitos de todo o proletariado do Brasil. E nessa convicção desfraldará a bandeira da sua vitória custe o que custar[117]..."

As greves do setor gráfico foram marcos importantes para o movimento operário paulista. As paredes gráficas não cederam, enquanto não tiveram êxito nas suas reivindicações. O tempo de paralisação demonstrava a capacidade de união e a consciência – em alguns momentos economicista – que a classe gráfica possuía. Esses diferenciais "encantavam" o movimento operário paulista e brasileiro elevando os gráficos a uma posição de destaque, tornando-os agentes de vanguarda.

A U. T. G transformou-se em uma instituição de referência, desafiadora do patronato e do Estado. A estrutura burocrática montada nos anos de 1920 favoreceu o fortalecimento do sindicato. O reconhecimento por parte dos patrões da existência de um órgão de defesa e controle do operariado gráfico fez da U. T. G. um modelo para as demais categorias. Aliás, a confiança que o sindicato dos gráficos exercia nas outras corporações foi peça fundamental para a resistência empreendida nas duas grandes greves, já que o auxílio financeiro que a classe operária em geral forneceu aos gráficos permitiu ambas as paralisações.

A elaboração de tabelas salariais através de censos e pesquisas justificava as reivindicações gráficas diante da carestia da vida. A categoria gráfica jamais enfrentou patrões e Estado sem estar embasada em fatos concretos que legitimassem os debates. A U.

---

[117] *O Trabalhador Gráfico*, 4 de abril de 1929. Boletim de Greve. AEL/Unicamp.

T. G. contava com um corpo jurídico[118] e letrado que participava da preparação das reivindicações. Destarte, as greves da categoria eram fundamentadas em reclamações palpáveis, o que denotaria uma atitude de vanguarda, pois todas as aspirações gráficas eram pensadas estrategicamente avaliando possíveis variáveis. Isso foi comprovado nos indicativos de greve que esgotaram todos os meios de conversação possíveis, tanto em 1923, quanto em 1929. A tabela salarial começou a ser elaborada em 1920 e depois em 1928. A reivindicação da Lei de Férias foi iniciada em 1927. Em suma, a U. T. G. demonstrou posição de destaque no movimento operário também por estruturar as suas reivindicações e somente se posicionar a favor da greve – naquele contexto de intensa repressão ao proletariado – em última instância, se as exigências pertinentes não fossem atendidas.

Como já explicitado, a Lei de férias foi uma determinação do Estado que deixou de ser cumprida pelos empresários. Várias categorias fizeram manifestações relacionadas a não aplicação das medidas aprovadas pelo governo. Todavia, a U. T. G. encabeçou um grupo de sindicatos que resolveu comparecer ao Conselho Nacional do Trabalho para reivindicar a legislação[119]. O CNT sinalizava uma intervenção a favor dos trabalhadores, contudo, a reação patronal faria o órgão de regulamentação trabalhista recuar em suas pretensões. O sindicato dos gráficos iniciou pressões contra o Estado e patrões sendo apoiada por toda a classe operária nacional, já que os direitos não eram de interesse apenas da corporação, mas de todos os trabalhadores.

Estas atitudes da União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo evidenciavam o papel que a instituição e seus associados exerceram no movimento operário nacional. Por mais que as greves não tenham alcançado efetivamente as vitórias almejadas, estas manifestações demonstraram ao Estado que havia organização em meio ao operariado e que se tornava necessário conter o avanço destas forças. O resultado foi implantação da legislação social e trabalhista na década de 1930.

---

[118] Há informações de que em diferentes momentos a UTG contasse com advogados para resolver problemas com a justiça ou ainda para manter conversações com a classe patronal. Ver: BLASS, L. M. S. *op. cit*. p. 76.
[119] MUNAKATA, K. *op.cit.* p. 57.

2.2 – *Educação e Vanguarda*

A educação do proletariado sempre foi tema de discussões e debates por parte dos intelectuais inseridos no contexto operário[120]. O primeiro formato de centro educador das massas trabalhadoras em São Paulo foi idealizado pelos anarquistas. Para estes, a educação deveria ser privilegiada, com a criação de centros de estudos e escolas para os filhos dos sócios ou para os próprios sócios[121], como definiu a historiadora Raquel de Azevedo:

> "...Assim, buscava-se a formação de escolas alternativas que proporcionassem o ensino básico, seguindo o método racionalista do educador espanhol Francisco Ferrer. Essas escolas, que eram identificadas como Escolas Modernas, reproduzindo a denominação utilizada no modelo espanhol, propunham-se ao ensino das ciências e artes de modo não autoritário e leigo.
> O ensino de adultos deveria ser proporcionado pelas Escolas Modernas, pelos Ateneus e pelos Centros de Cultura que ofereceriam cursos noturnos de conhecimentos gerais ou ciclos de palestras acerca das doutrinas sociais[122]..."

Esta educação operária seguindo o viés anarquista valorizava a instrução laica e distante do método aplicado pelo Estado. A cultura era o pilar desta instrução alternativa e as ideologias sociais enriqueciam a grade curricular. As palestras de militantes ou de intelectuais anarquistas eram direcionadas ao público adulto, que muitas vezes era formado por um contingente de analfabetos que somente através da oratória podiam fazer parte deste universo cultural.

Apesar de ser considerada comunista pelas autoridades da época, a U. T. G. sempre esteve sob influência anarco-sindicalista. Na questão da educação não foi diferente. A vanguarda gráfica sempre quis educar o trabalhador distante dos parâmetros burgueses, sendo o modelo anarquista de educação o que mais se destacava perante a população operária. As palestras e os debates educavam os trabalhadores adultos com ideologias que pregavam a emancipação operária e a luta de classes. Todavia, esta educação teórica não era suficiente para elevar os conhecimentos de trabalhadores que possuíam instrução deficitária, muitas vezes beirando o nível do analfabetismo. Não há resquícios documentais da U. T. G. de 1919 que revele preocupação pela educação infantil, apesar da ideologia

---

[120] Sobre o tema ver: THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Volume III. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. No último capítulo do volume, o autor evidencia a importância da educação do proletariado inglês durante os movimentos de contestação do sistema burguês industrial. A compreensão da existência de classes e a consciência dos trabalhadores de sua inserção na estrutura industrial tornaram-se possíveis graças à alfabetização e educação cultural da massa operária.
[121] AZEVEDO, R. *A Resistência Anarquista*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, p. 93.
[122] Idem, p. 134-135.

anarquista pregar a formação de escolas para os filhos de proletários. Ainda assim, desde o início da refundação do sindicato gráfico a questão da educação operária foi amplamente debatida pelos sócios. Nos idos dos anos de 1920 alguns artigos no periódico da classe gráfica indicavam tal direcionamento:

> "...Há muito tempo, tratamos da fundação de um Centro de Cultura Proletária, em o seio de nossa organisação, o qual, viria trazer um resultado extraordinário ás classes trabalhadoras em geral, porque cada organisação de classe procurava seguir o mesmo exemplo, doptando "assim o seu ambiente associativo com um centro de educação intellectual"... porque, se no mundo existem milhares de analphabetos, isto se accentua todavia com o meio proletário que, occupando-se diariamente com os seus affazeres, quotidianos, não lhe sobram o tempo necessário, para cultivar as suas forças intellectuaes[123]..."

O foco primordial da vanguarda era formar trabalhadores conscientes da sua função na sociedade capitalista. Esta educação proletária proposta pelos associados gráficos não parecia preocupar-se, no entanto, com as condições de alfabetização em que estava inserido o operário paulista. Não obstante, o pioneirismo na criação de uma escola em um organismo sindical denota, ainda assim, a capacidade de liderança que a UTG e seus associados desempenhavam no movimento operário. A educação criava condições para a existência de cultura proletária, criada pelos próprios operários[124] .

A entidade gráfica foi precursora na educação de trabalhadores nos anos 20, porém é necessário frisar que as diretrizes da U. T. G. – enquanto instituição de classe – sempre estiveram pautadas nos seus estatutos. As primeiras propostas efetivas de criação de um centro educacional remontam ao fim da greve de 1923, porém a lei que regia as atitudes dos associados gráficos era de 1919, onde foi fundamentado o compromisso de formar um organismo de educação racionalista, distanciando-se dos modelos vigentes que excluía, geralmente, o trabalhador fabril.

Os documentos produzidos pelos gráficos comprovavam o ideal da vanguarda de fortalecimento da educação dos trabalhadores e a formação de um grupo intelectual. O exercício da profissão gráfica exigia um nível razoável de conhecimento, como já comentado no capítulo anterior. Isso significa que dentre os trabalhadores industriais o que deveria possuir um nível melhor de educação era o gráfico. Mas, a preocupação destes

---

[123] *O Trabalhador Gráfico*, 1º de maio de 1926. Manchete: Pela Cultura Proletária. p. 6, AEL/Unicamp.
[124] MANACORDA, M. A. *O Princípio Educativo em Gramsci*. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1990, p. 40.

agentes de vanguarda estava direcionada a elevação do nível intelectual e educacional de todo o proletariado. No documento demonstrado acima, o autor explicitava a intenção de disseminar o conceito educacional entre todas as corporações de ofícios e sindicatos, sendo o ambiente gráfico o modelo para as demais instituições de ofícios.

A dificuldade de formar uma instituição que não seguisse os padrões educacionais vigentes era grande, pois necessitaria do reconhecimento dos órgãos competentes do Estado, o que era praticamente impossível na década de 1920. No entanto, a obrigação de uma educação distante do modelo burguês, para o trabalhador gráfico, era o único meio de emancipar a classe operária do jugo da estrutura estabelecida. E mesmo com todas as dificuldades, as propostas e os debates continuaram "calorosos" durante anos. Em 1925, a U. T. G. ratificava seu potencial de vanguarda e lançava um centro para debates de filosofia e literatura, a fim de incitar os trabalhadores a prática da leitura.

> "...foi fundado em nosso meio associativo, uma aggremiação cujo fim é educar o individuo nos princípios da cultura intellectual.
> Esta organização dará uma sessão literária uma vez por semana, cuja duração será de uma hora, havendo nesse periodo de tempo palestras literárias e philosophicas, nas quaes poderão tomar parte todo o individuo que queira se instruir com os ensinamentos das obras de diferentes autores[125]..."

A partir da fundação do centro literário e filosófico, os gráficos efetivaram a teoria educacional que já rondava seus círculos de debates há alguns anos. Mas, o nível educacional que os trabalhadores possuíam não foi considerado pelos articuladores do centro, já que para compreensão de textos complexos que tenderiam a elevar o intelectual dos freqüentadores era necessário mais do que apenas o grau de alfabetização. Ainda assim, o aparecimento de um centro com características educacionais, por si só, já revelava a busca incessante dos gráficos e do seu sindicato na elevação cultural e intelectual do operariado para um futuro confronto com os poderes constituídos.

A *consciência de classe* apresentada pelos agentes da vanguarda gráfica vislumbrava-se, principalmente, na contraposição da estrutura e dos modelos burgueses. Destarte, ensinar os operários a pensarem de forma classista seria o início da transformação desejada pelos ideólogos gráficos. Em alguns momentos, este ideal de vanguarda causava certo espanto, porque os artigos demonstravam uma determinada "arrogância" por parte dos trabalhadores mais esclarecidos. Na realidade este comportamento de alguns líderes

---

[125] *O Trabalhador Gráfico*, 11 de outubro de 1925. Manchete: Centro Literário-Philosophico. AEL/Unicamp.

operários demonstrava ansiedade para concretizar anseios que relutavam em não acontecer. No artigo a seguir existia a percepção do nível de impaciência que alguns militantes delegavam a questão da educação e do desempenho dos associados nesta causa:

> "...Há muito em nosso meio associativo, está se tratando da educação do operário, aliás, uma cousa de importância capital, principalmente para a classe graphica, que é a mais adiantada sob o ponto de vista intellectual.
> Para darmos começo a isso, entramos em accôrdo com alguns companheiros que se mostram favoráveis a essa nova medida, que vem trazer bons proveitos à classe proletária em geral, principalmente a classe que pertencemos por ser a que mais necessita de uma boa educação.
> Ao meu modo de ver, comprehendo que entre nós, há bem poucos companheiros que trabalham para o engrandecimento da classe, e esses poucos que esforçam para a educação em nosso meio, são sempre tolhidos em seus direitos de indivíduos conscientes[126]..."

Os debates sobre educação apareceram esporadicamente no jornal *O Trabalhador Gráfico* antes de 1925. A partir daquele ano, as propostas e modelos de um departamento voltado a educação surgiram de forma sistemática, o que acabou sendo concretizado com o centro literário e filosófico. Mas, aquele modelo de instituição educacional voltado à intelectualização nos moldes classista, não conseguiu alcançar êxito, já que parte do próprio operariado gráfico carecia de melhor instrução de nível básico. Todavia, o debate sobre a questão educacional continuava intenso. Diversas sugestões rondavam o ambiente gráfico, mas eram praticamente fórmulas da educação já existente, ou seja, burguesa, o que contrariava grande parte dos associados, de origem anarquista e comunista.

A crítica ao modelo burguês de educação era consenso entre a intelectualidade operária. Independentemente da origem ideológica destes discursos, isto é, anarquista ou comunista, o objetivo da vanguarda operária era desenvolver uma cultura tipicamente operária. Gramsci na Itália também idealizara um modelo educacional proletário e, a exemplo da U. T. G. e de seus associados, acreditava que somente desenvolvendo uma cultura fora das estruturas do Estado burguês, através de associações livres, ao estilo dos soviets de cultura proletária[127], somente assim poderia existir de fato uma educação cultural de classe.

---

[126] *O Trabalhador Gráfico*, 24 de novembro de 1925. Manchete: Pela Cultura Proletária. AEL/Unicamp.
[127] MANACORDA, M. A. *op.cit.* p. 37.

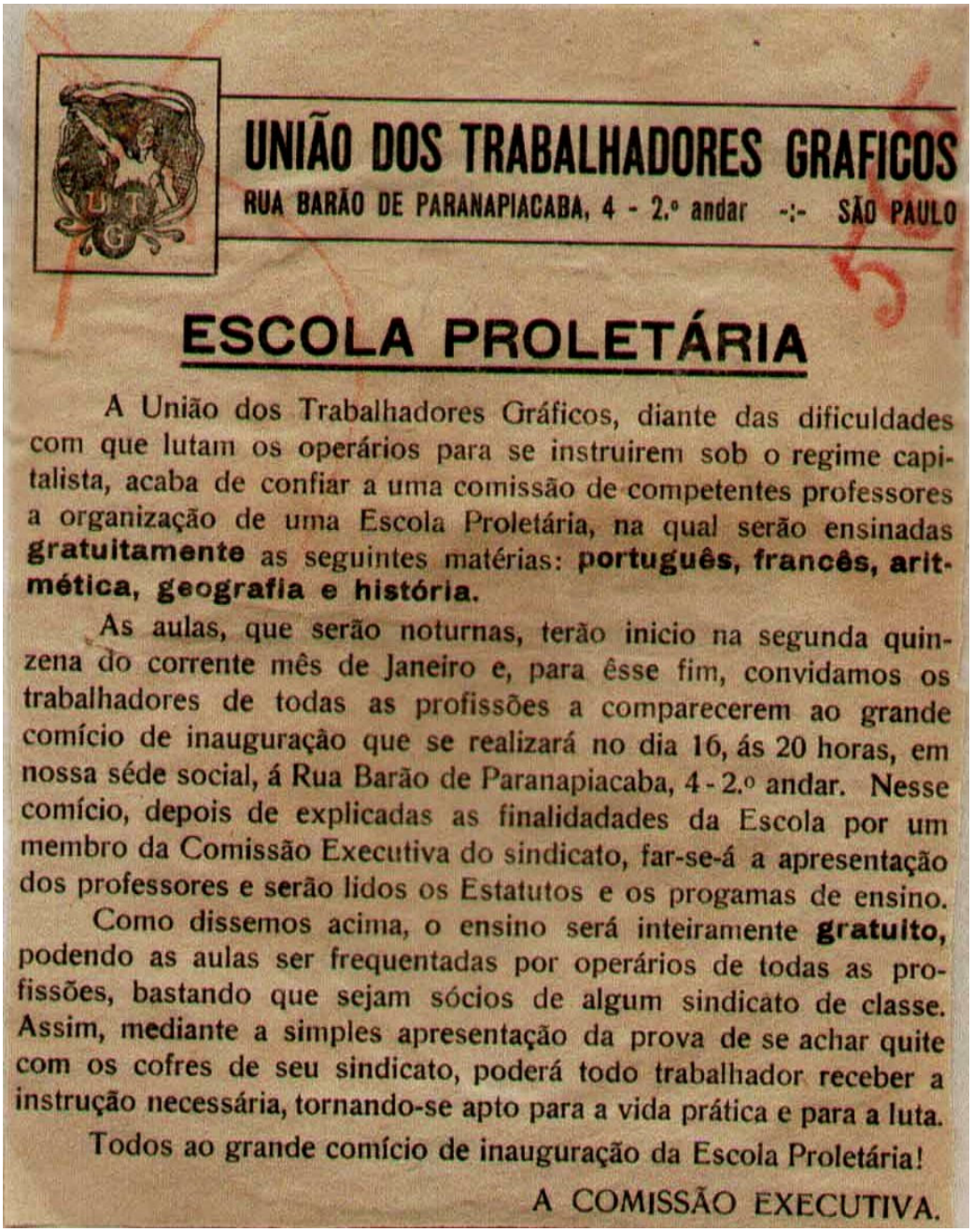
Durante toda a década de 1920, um padrão de educação proletária foi idealizado para ser implantado no Sindicato dos Gráficos de São Paulo. Somente na década de 1930, ou seja, após a conjuntura que levou Getúlio Vargas ao poder, é que surgiria uma escola tipicamente proletária no interior da União dos Trabalhadores Gráficos. O formato desta instituição era parecido com a escola tradicional, porém, o curso era ministrado no horário noturno e totalmente gratuito, desde que o aluno fosse um associado sindical (de qualquer instituição) e estivesse em dia com a mensalidade. Aqui seria possível perceber que a escola era direcionada ao trabalhador (a), visto ser um curso noturno, demonstrando a preocupação que persistia na UTG e na vanguarda gráfica, com o processo de consciência do trabalhador fabril no seu cotidiano subalterno inserido no contexto capitalista.

A educação básica para a classe operária foi reavaliada e aplicada pelo sindicato dos gráficos, em um modelo de escola sindical, baseado na experiência de anos anteriores. Neste padrão de escola havia a necessidade de transmitir conceitos educacionais elementares para que os trabalhadores-alunos conseguissem assimilar os primeiros conceitos da luta operária. Assim, as matérias essenciais fizeram parte do currículo básico, como: matemática (aritmética), português, francês história e geografia. Através destes conceitos a U. T. G. educaria os trabalhadores na "cartilha trabalhista". A ausência de um projeto de educação infantil teria continuado nessa nova empreitada educacional. Não obstante, o ideal de vanguarda transparecia explicitamente na escola proletária, pois esta não era direcionada apenas aos gráficos, pelo contrário, todos os trabalhadores de São Paulo filiado e com mensalidades em dia com seus sindicatos de origem poderiam participar da instituição. Assim, conscientizava todos trabalhadores para a luta de classes. Segundo panfletos da U. T. G., a escola proletária continuava em plena atividade em 1934, porém não havia informações se a instituição que era vinculada ao departamento de cultura do sindicato permaneceu em funcionamento após a legislação do Governo Vargas.

Portanto, a U. T. G. conseguiu realizar uma das principais tarefas contidas em seus estatutos de 1919, e concretizava um sonho antigo da classe operária. Outras instituições haviam sido criadas como o Centro de Cultura Social[128] sob bandeira anarquista. Entretanto, o surgimento de uma escola preocupada em inovar e fornecer subsídios para a

[128] Ver: AZEVEDO, R. *op. cit.*; PARRA, L. *Combates pela Liberdade: o movimento anarquista sob a vigilância do DEOPS/SP (1924-1945)*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2003. Coleção: Inventário DEOPS.

defesa dos trabalhadores, no interior de um sindicato, era uma proposta vanguardista e evidenciava o papel do sindicato dos gráficos na formação de uma consciência classista no âmbito do operariado paulista.



UNIÃO DOS TRABALHADORES GRAFICOS

RUA BARÃO DE PARANAPIACABA, 4 - 2.º andar -:- SÃO PAULO

ESCOLA PROLETÁRIA

A União dos Trabalhadores Gráficos, diante das dificuldades com que lutam os operários para se instruirem sob o regime capitalista, acaba de confiar a uma comissão de competentes professores a organização de uma Escola Proletária, na qual serão ensinadas **gratuitamente** as seguintes matérias: **português, francês, aritmética, geografia e história.**

As aulas, que serão noturnas, terão inicio na segunda quinzena do corrente mês de Janeiro e, para êsse fim, convidamos os trabalhadores de todas as profissões a comparecerem ao grande comício de inauguração que se realizará no dia 16, ás 20 horas, em nossa séde social, á Rua Barão de Paranapiacaba, 4 - 2.º andar. Nesse comício, depois de explicadas as finalidadades da Escola por um membro da Comissão Executiva do sindicato, far-se-á a apresentação dos professores e serão lidos os Estatutos e os progamas de ensino.

Como dissemos acima, o ensino será inteiramente **gratuito,** podendo as aulas ser frequentadas por operários de todas as profissões, bastando que sejam sócios de algum sindicato de classe. Assim, mediante a simples apresentação da prova de se achar quite com os cofres de seu sindicato, poderá todo trabalhador receber a instrução necessária, tornando-se apto para a vida prática e para a luta.

Todos ao grande comício de inauguração da Escola Proletária!

A COMISSÃO EXECUTIVA.

Panfleto: Escola Proletária. Prontuário 577 – União dos Trabalhadores Gráficos. DEOPS/SP, APESP.

2.3 – *Esporte e Vanguarda*

No esporte, assim como na educação escolar, a estratégia da vanguarda operária assumiu tons de agressividade direcionados a estrutura montada pela sociedade burguesa.

Se o projeto da escola proletária foi intensamente debatido e transpôs os obstáculos após algumas dificuldades, o departamento de esporte da UTG foi idealizado e concretizado rapidamente. Em 23 de maio de 1928 foi fundada a Associação Gráfica de Esportes (AGE), que abarcava diversas modalidades esportivas. Todavia, o esporte que requeria maior atenção da vanguarda gráfica era o futebol.

O fenômeno de expansão do futebol entre a classe trabalhadora não foi estranho a anarquistas e comunistas. A questão era tratada no sindicato, geralmente, como esporte burguês, "poderoso ópio capaz de minar a união e a organização da classe". No entanto, alguns grupos de orientação comunista estimularam a reorganização do lazer operário *de modo a contrapô-lo à "cultura burguesa",* ao estimular a idéia de controle e subordinação dos operários aos clubes dos quais participavam[129].

Os clubes de fábrica foram disseminados por toda a cidade de São Paulo, sendo que maioria das indústrias possuía um time de futebol. Um clube de fábrica que se destacou foi o Votorantim Athletic Club, por iniciativa de engenheiros e técnicos ingleses da Fábrica de Tecidos Votorantim, no município de Sorocaba. Outro clube famoso foi o Crespi F.C., que anos mais tarde, na década de 1930, seria rebatizado como Clube Atlético Juventus. A autora Fátima Antunes corrobora a asserção:

> "...formou-se uma tradição de futebol amador praticado em clubes de fábrica criados por intermédio dos próprios trabalhadores, mas com apoio das empresas, cuja colaboração material e financeira foi fundamental para a continuidade desta iniciativa[130]..."

A proletarização do futebol era uma medida que visava impedir que a juventude operária adquirisse a profissionalização nos clubes tradicionais burgueses. Estes esforços foram tipicamente empreendidos pela corrente comunista, já que para os anarquistas o esporte e a dança não eram formas de educação, apenas diversão. Tanto que a idéia de proletarização do esporte não foi exclusividade da União dos Trabalhadores Gráficos. A Internacional, órgão do sindicato dos empregados em hotéis, restaurantes e anexos, fundou

---

[129] BRUHNS, H. T. *Futebol, Carnaval e Capoeira: entre as gingas do corpo brasileiro*. Campinas: Papirus, 2000, p. 63.
[130] ANTUNES, F. *O futebol nas fábricas.* São Paulo, Revista USP nº 22 (Dossiê Futebol), jun./jul./ago., 1994, pp. 102-109.

o Grêmio Artístico Esportivo Internacional (GREI)[131] com a mesma intenção verificada na AGE, um ano antes.

O TRABALHADOR GRAPHICO 7

AGE

PAGINA ESPORTIVA

Associação Graphica de Esportes

Os trabalhadores graphicos estão de parabens.

Já está constituido o seu Departamento Esportivo, que vem desta maneira sanar uma lacuna que existia dentro da nossa U. T. G.

Cumpre agora a todos os trabalhadores da polygraphia, collaborar com efficiencia neste emprehendimento, para que possamos colher os frutos desejados, pois a "Age" virá trazer mais uma rede de ligação entre os graphicos, e fazer com que a U. T. G. demonstre ao mundo esportista que o esporte tambem é um meio de luta, contra o capital: é pôr um paradeiro á formidavel mystificação, que vem tendo o desenvolvimento do physico dos trabalhadores (pois os clubes na sua quasi totalidade são compostos de trabalhadores), que tornou-se um meio de empaturrar meta duzia de espertalhões, burguezes, que têm tirado proveito pessoal, do esforço dos esportistas proletarios.

Cabe aos graphicos esportistas que estão presos por compromissos a clubes que não têm sabido cultivar o esporte na sua acepção geral; romper com essas preconceitos, que os tem acorrentado, é procurar ingressar no seu verdadeiro clube, que é a "Age", e engrandecel-a, pois o progresso e engrandecimento do nosso departamento está ligado ao engrandecimento da U. T. G. e nosso engrandecimento individual.

Todos os graphicos esportistas dentro da U. T. G. para a luta economica e moral; dentro da "Age" para o aperfeiçoamento physico e esportivo dos trabalhadores graphicos de São Paulo.

Só dentro da "Age" é que cultivaremos o esporte pelo esporte.

Viva a U. T. G.!

Urrah! pela Age"!

Esportista.

A DIRECTORIA DA "AGE"

Por ter sido publicada incompleta damos hoje a relação exacta da directoria que regerá os destinos da "Age", até o mim do corrente anno:

Presidente: Domingos Eudrigo.

Vice-presidente: Jacyntho Caggiano.

1.o secretario: João Flisi Storti.

2.o secretario: Lucrecio V. dos Santos.

1.o thesoureiro: Heitor Caggiano

2.o thesoureiro: Oreste Bassani.

Director do material: Manuel Medeiros.

Commissão esportiva:

Salvador Nacco, Felicio Rotundo João D'Aquila, Mario Bertolini, Rosario Vicente Carlino, Agostinho Malhoes e Antonio Geraldo.

PROCUREM

Têm carta em nossa redacção os companheiros Friedrich Nyemeyer e Pranas Rewenskis.

Os interessados poderão procural-as diariamente, das 20 ás 22 horas.

PELA SUPREMACIA DO ESPORTE PROLETARIO

Se todos os graphicos de S. Paulo, que cultivam o esporte, ingressarem no seu departamento esportivo, a "Age", está marcada a sua supremacia da corporação graphica, no desenvolvimento physico de seus componentes.

Como esportista, e afficionado do futebol, quero levar ao conhecimento de todos os graphicos, o meu pequeno mas sincero concurso, para que a "Associação Graphica de Esportes", demonstre que havendo a unificação de todos os futebolistas graphicos, espalhados pelos diversos clubes, a "Age" apresentará a sua supremacia no esporte bretão.

Os companheiros graphicos que se dedicam a este esporte podem ser contados ás centenas, o que poderá constituir, por si só, o maior nucleo esportivo de S. Paulo, com elementos muito disputados por clubs, que não regateam meios para que defendessem as suas cores.

São clubes dirigidos por burguezes, em prejuizo dos proprios trabalhadores que inconscientemente collocam-se desse lado; sem analysar profundamente a questão, e tirar deila ensinamentos que os esclareceriam de maneira a fazel-os retroceder no caminho já trilhado, vindo collocar-se no seu verdadeiro terreno, no clube que defende não só as cores que ostenta, mas sim um terreno puramente proletario, no sector esportivo.

Cabe, pois, aos graphicos esportistas esta tarefa grandiosa, de dar ao esporte, que vem sendo explorado por burguezes, a sua reintegração no verdadeiro esporte, dirigido por trabalhadores, para desenvolvimento dos trabalhadores.

Graphicos esportistas, um passo á frente, para a proletarisação do esporte.

Avante, pois!

Coxin.

PINGUE-PONGUE

Realizou-se quinta-feira, 28 de Junho proximo passado, o primeiro encontro entre as nossas turmas de pingue-pongue com as respectivas do "Associação Athletica Central do Brasil".

Bastante disputado e cheio de animação decorreu o embate, terminando com o seguinte resultado:

1.a turma: "Age", 200; Central do Brasil, 168.

2.a turma: "Age", 164; Central do Brasil, 150.

3. turma: "Age", 100; Central do Brasil, 68.

FUTEBOL

Domingo, 8 do corrente, entrará para o baptismo do fogo o quadro futebolistico da "Age", enfrentando a valorosa phalange do "Tupy-Futebol Club", no campo deste, á alameda Lorena.

Para esse encontro que promette ser de grande interesse, pelo equilibrio de forças, os quadros da "A" foram submettidos a rigorosos treinos.

O director esportivo pede a presença de todos os jogadores no campo, ás 1 horas impreterivelmente.

AUXILIARES

Entrou a fazer parte do corpo redactorial do nosso orgam o companheiro Cosmo Ciccolo, do qual, estamos certos, obteremos valioso concurso.

ATHLETISMO

TREINOS

Proseguem animados os preparativos para a organização das turmas de athletas da "Age". Os treinos obedecem á seguinte tabella:

Gymnastica sueca: terças-feiras e domingos.

Corridas a pé: quintas-feiras e domingos.

Futebol: domingos e feriados.

Pingue-Pongue — Todas as noites das 19 ás 22 horas.

Uniforme:

A "Age" usará o uniforme composto de camisa e calção branco com friso côr de vinho, e emblema da mesma côr na camisa sob desenho que em outro logar publicamos.

Viva o esporte proletario!

A necessidade do sport para a juventude, é um facto incontestavel. A burguezia se aproveita desse facto para canalisar todos os jovens das fabricas para os seus clubs.

Que fazem os jovens nos clubs burguezes.

Defendem as cores desses clubs. Se o club é de uma fabrica, é o nome e a côr que defendem; a burguezia cultiva nelles a paixão e a luta contra a juventude das outras empressas.

De um lado a defesa da burguezia: de outro a divisão do proletariado joven... E' a inconsciencia dos camaradas fazendo o jogo da burguezia...

Se a juventude precisa do sport, é preciso que os jovens proletarios entrem nos clubs proletarios.

O sport proletario deve ser um meio de união, de camaradagem e fraternidade e não de divisão como o sport burgues.

Se os clubs proletarios não existem, ou existem poucos, é preciso formal-os.

De qualquer maneira, é preciso não cair na cilada burgueza cultivando o sport da burguezia. O que é necessario é dar mais outro passo no caminho da emancipação do sport proletario.

Viva o sport proletario!

Abaixo o sport burgues!

ASSOCIA-TE

O trabalhador desorganizado vale menos que o trabalhador organizado.

A associação de classe prestigia e valoriza o braço de seus companheiros já pelo respeito que infunde ao industrial, já pelo controle que exerce nos quadros de sua corporação.

Ganhas pouco? E's maltratado? Ha falta de hygiene na officina? O trabalho é excessivo? Estás descontente?

Envie hoje mesmo um pedido de adhesão

Á U. T. G.

COMITE' REGIONAL
PRO'-LEI DE FE'RIAS
Autorizado pelo Conselho Nacional do Trabalho

SE'DE: Rua Barão de Paranapiacaba 4, 2.º andar

EXPEDIENTE:
das 20 ás 22 horas diariamente
Attende todos os operarios que tenham questões referentes á Lei de Férias, taes como: recursos, etc.

A Classe Operaria
Jornal de trabalhadores.
Feito por trabalhadores.
Para trabalhadores.
PUBLICA-SE AOS SABBADOS

***O Trabalhador Gráfico*, 1º de julho de 1928. Editorial da AGE, p. 7, AEL/Unicamp.**

Os artigos nos jornais operários e no periódico *O Trabalhador Gráfico* faziam uma intensa propaganda da necessidade de combater a cultura burguesa em todas as instâncias,

[131] DECCA, M. A. G. *op.cit.* p. 121.

inclusive no esporte. Segundo o periódico da classe gráfica, a necessidade do esporte para a juventude era um fato incontestável e a burguesia se aproveitava disso para canalizar todos os jovens, das fábricas para os seus clubes[132]. Esta preocupação, que entreteve a vanguarda comunista operária em fins da década de 1920, encarnava o principal tema do movimento operário, isto é, a luta de classes. Aparentemente, a união entre esporte e a luta proletária foi uma estratégia bem sucedida, já que trouxe os associados para os sindicatos. Isso pode ser comprovado através da realização de campeonatos com participação efetiva dos trabalhadores e pela importância que o tema adquiriu nos veículos de divulgação operária. *O Trabalhador Gráfico* dedicou um espaço especial para o assunto. Embora o futebol fosse o esporte favorito atraindo as atenções da classe operária, outras modalidades também tinham repercussão como o pingue-pongue, o atletismo, o remo, etc.

A presença comunista nas diretrizes de algumas instituições de classe, dentre as quais a União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo, pôde ser vislumbrada na elaboração destas atividades desportivas, embora as atividades deste grupo ideológico já fizessem parte do cotidiano de alguns sindicatos desde a fundação do Partido Comunista Brasileiro. Mas é importante identificar nos documentos a presença crescente dos comunistas em meio ao sindicato dos gráficos e atuação que a cada dia era exercida naquela instituição. O texto a seguir publicado no *O Trabalhador Gráfico* demonstra esta presença:

> "...No mundo obreiro ninguém mais ignora que o sport bretão tem sido útil ao capitalismo para desviar a atenção das massas trabalhadoras dos seus sindicatos profissionais.
> É, assim, uma das modalidades da eterna mistificação, da maromba de sempre dos magnatas, que se deleitam assistindo partidas onde se fazem apostas em dinheiro, a causa do esforço e sagacidade dos teams que ser defrontam, nos campos, numa luta encarniçada pela obtenção de maior número de goals ou scores...
> Nós estamos a ver com simpatia a proletarização que do football se vem fazendo entre nós, com a fundação de departamentos sportivos junto as organizações operárias e criação de clubs nas fábricas, nas oficinas de jornais, enfim, em toda parte onde existe consciência proletária.
> Entretanto, urge fazer um reparo: esses clubs, já em crescido número, deviam, todos, entrar num entendimento e ingressarem nas sedes dos sindicatos, onde ficariam em departamentos anexos e, em seguida organizariam uma entidade suprema, uma Federação, por assim dizer.
> Ter-se-ia, destarte, proletarizado o sport. Outros operários, exímios footballers, deixariam os clubs burgueses, vindo para os dos seus irmãos de lutas diuturnas nos fundos das oficinas, nos portos, no mar, no transporte, etc., e a grande massa que

[132] *O Trabalhador Gráfico*, 25 de maio de 1928. Manchete: Viva o Sport Proletário, p. 2. AEL/Unicamp. Cf. Decca, Maria Auxiliadora Guzzo. *op. cit*., p. 121.

> "torce", na maioria trabalhadores, viria para o nosso lado, isto é, para os campos de football prroletário.
> E este teria vitoriosa marcha há pouco encetada, da completa proletarização do sport[133]..."

Na concepção dos comunistas, o jovem que jogava futebol ou praticava alguma modalidade esportiva sob representação de uma entidade fabril ou sindical teria alcançado a *consciência de classe*, visto não ser comandado pelos clubes da burguesia. A inserção do jovem trabalhador nos sindicatos favorecia o contato destes com as questões do trabalho e, principalmente, com a ideologia comunista. Este era o principal intuito da vanguarda comunista inserida na União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo: reunir o maior número de jovens em torno do projeto esportista sindical. Como já explicitado anteriormente, esta forma de atrair jovens para os sindicatos era combatida criticamente pelos sócios gráficos de tendência anarquista. Os comunistas contra-atacavam:

> "...Dizem os anarchistas que a pratica do sport pela juventude desvirtua e enfraquece o proletariado para a luta. Mas é preciso ter em conta que os jovens, se não praticam o sport dentro do seu syndicato, vão pratical-o fóra delle, resultando disso o afastamento dos syndicatos desses elementos que bem orientados podem ser companheiros conscientes para o futuro.
> O sport entre o proletariado constitue um setor no campo da luta e precisamos crear tantos quantos sectores sejam necessários para formar o grande exercito que nos livrará das misérias e oppressões actuaes[134]..."

A estratégia não era apenas retirar os jovens proletários "das garras" da burguesia e da sociedade capitalista, mas arregimentar adeptos para a causa comunista. Ainda mais, porque São Paulo não possuía uma forte tradição comunista como na capital do país. A ideologia anarquista sempre esteve à frente dos principais sindicatos e uniões de São Paulo. A UTG um dos poucos sindicatos sob forte influência comunista, possuía, ainda assim, tradição anarco-sindicalista, fato comprovado e consolidado com a adesão a Federação Operária de São Paulo no início da década de 1930[135]. Porém, a estratégia comunista de conquistar sócios, através do esporte, prevaleceu nos documentos produzidos pelos gráficos no fim da década de 20.

---

[133] *O Trabalhador Gráfico*, 25 de maio de 1928. Manchete: Sport Proletário, Subtítulo: Todo operário footballer deve ingressar nos clubs proletários, p. 2. AEL/Unicamp. Cf. DECCA, M. A. G. op. cit., 122

[134] *O Trabalhador Gráfico*, 05 de dezembro de 1928. Manchete: O sport e a beneficência nos meios proletários. AEL/Unicamp. Cf. DECCA, M. A. G. op. cit., 122

[135] Apesar de aderir a causa da FOSP, a UTG na década de 1930 era dirigida por elementos trotskistas. Ver: AZEVEDO, R. *op. cit.* p. 54-61

O desenvolvimento do projeto desportivo necessitava de parâmetros para poder ser conduzido. A idéia de associações desportivas nas fábricas e uma futura federação foi o modelo idealizado, porém, não havia informações de que esse modelo federativo tenha sido efetivado na prática. Já as fábricas e sindicatos possuíam seus quadros de atletas-proletários, o que confirmaria o processo de formação de um campeonato proletário independente regional. Assim, os comunistas desejavam unir toda população operária em torno de um projeto e, a partir daí, iniciar a conscientização dos trabalhadores.

Apesar de identificarmos o futebol como uma paixão nacional e imaginarmos que esta estratégia dos comunistas foi idealizada no Brasil, na verdade, esse ideal de rompimento da estrutura capitalista burguesa era realizado em solo soviético. Organizar o esporte proletário era uma estratégia do Partido Comunista para romper todos os possíveis laços da população operária coma estrutura capitalista. A Rússia dos soviets era apontada, então, como exemplo na questão da criação do esporte proletário[136]:

> "...Respondendo às Olympiadas de Amsterdam, a Rússia organizou uma olympíada operária e que deu o nome de "Spartakíada", e onde só participam elementos trabalhistas de todos os paízes[137]..."

A Espartaquíada surgiu para contrapor as olimpíadas oficiais, onde o espírito de paz e fraternidade se opunha as disputas e a busca da vitória. Nesta competição, somente trabalhadores podiam participar. Foi no contexto deste ideário, que a Associação Gráfica de Esportes (AGE) foi idealizada e instituída. O estímulo à amizade e a cooperação eram os primeiros passos para suscitar o espírito classista nos participantes.

Assim, durante os anos seguintes a fundação do departamento de esporte, a U. T. G. reuniu em seus quadros esportistas operários, com a intenção de educá-los na cartilha do sindicato. Incutindo a ideologia classista, via esporte, o sindicato dos gráficos foi bem sucedido no projeto de incorporação de trabalhadores às instituições de classe. Todavia, não seria possível confirmar qual o grau de engajamento destes operários esportistas e nem a capacidade intelectual dos mesmos. Mas, a vanguarda gráfica de tendência comunista sabia que quanto mais alheios e distantes estivessem os trabalhadores, maiores as dificuldades de cooptação.

---

[136] DECCA, M. A. G. *op. cit.* p., 123.
[137] *O Trabalhador Gráfico*, outubro de 1928. Manchete: O Futebol na Rússia: Spartakíada. AEL/Unicamp.

2.4 – *Partido, organização e vanguarda*

A refundação da União dos Trabalhadores Gráficos aconteceu logo após as greves que paralisaram o labor em São Paulo. A necessidade de organizar o movimento operário era a saída encontrada pela vanguarda anarquista para enfrentar a repressão do Estado. Os estatutos da União demonstravam a influência dos anarquistas nas principais diretrizes. No entanto, a partir de 1922, o Partido Comunista Brasileiro começou a disputar a hegemonia dos sindicatos operários com os anarquistas. Esta disputa foi visível na UTG/SP. Por possuir em suas fileiras, sócios conscientes e participantes ativos da causa operária, além dos jornalistas e editores mais combativos, a União Gráfica era desejada pelas correntes ideológicas que vigoravam no Brasil.

Era possível perceber a entrada dos comunistas no sindicato ao longo dos anos 20, através das mudanças ocorridas no direcionamento da política sindical e nas atitudes das comissões executivas. No periódico *O Trabalhador Gráfico*, vários artigos e notícias são referentes ao encaminhamento da Revolução Russa e do Partido Comunista pelo mundo. Esta participação efetiva da corrente comunista trouxe modificações substanciais nas ações da União. As lutas pela efetivação de leis sociais e trabalhistas e a "briga" contra o governo demonstravam que os gráficos começavam a ultrapassar os limites sindicais para adentrar o âmbito político.

As leis surgidas no ano de 1925, ou seja, durante o governo de Arthur Bernardes e aprovadas pelo Congresso Nacional no ano seguinte, na realidade, nunca foram respeitadas pelos patrões. Este conjunto de leis, não cumpridas, fortaleceu o projeto de organizar um partido que representasse a classe operária pela via parlamentar. Os debates em torno deste ideal já faziam parte do contexto da UTG, nos anos que precederam tal legislação. Em 1924, um artigo do O Trabalhador Gráfico já idealizava a formação de um partido tipicamente formado pela classe operária:

> Companheiros!
> Venho há longo tempo, acompanhando o evoluir do progresso que nós os trabalhadores, temos feito no Brasil e sobre tudo em São Paulo.
> Durante este longo espaço de tempo, em que se fundaram organisações proletárias, e se tem feito tantas greves; segundo o meu modo de pensar, nada de prático e útil se tem feito; visto que infelizmente, dirigentes das massas trabalhadoras, em sua maioria, perderam o seu precioso tempo com discursos e conferencias repassadas

> de ideologias, que em sua theoria são bellas mas, postas em pratica ficamos completamente desilludidos.
> Não!..., Não posso crer que ideas, que há longo tempo se propagaram no Velho Mundo, onde os trabalhadores estão habituados ás luctas; e que assim mesmo não tem dado bons resultados, e que mesmo até os têm dado contraproduzentes; venham aqui no Brasil dar resultados satisfatórios.
> Aqui no Brasil nós os trabalhadores necessitamos de muita e muita cousa, é verdade.
> Mas... podemos estar certos que, seguindo o rumo, seguido até hoje, nada faremos de proveitoso.
> Foi assim pensando que um grupo de companheiros graphicos lançou a idea, de se formar um Partido Político visto que nós os trabalhadores, também temos esse dever cívico, e direito de cidadãos filhos desta grande Nação.
> Assim, sendo, está uma commissão encarregada de dar os passos necessários para sua fundação; e, para solicitar das dignas autoridades competentes, a permissão para a distribuição do nosso "Manifesto".
> Porém cumpre, que os companheiros, não confundam o Partido com a União. O Partido tratará das suas questões inteiramente à parte, visto que elle se estenderá a todas as classes trabalhadoras, que queiram dentro da ordem e da política defender os seus sagrados interesses[138]..."

O embate de forças entre comunistas e anarquistas era visível nos discursos proferidos para a massa trabalhadora e quando redigidos na imprensa operária. As várias derrotas da classe operária eram assinalas pelos comunistas, como falha na estratégia anarquista. Dentre os comunistas, era perceptível a disseminação dos conceitos de partido, tão presente na teoria de Lênin. A criação de um partido político proletário era avaliada pela vanguarda, já convertida ao comunismo, como a única saída viável para a união de classe e a consolidação das teorias sociais e trabalhistas. O ideal de partido político ultrapassava as fronteiras do sindicato gráfico para abarcar toda a classe de trabalhadores. Note-se que a proposta de fundar um partido político surgiu em 1925 no sindicato dos gráficos, ou seja, anterior a formação do Bloco Operário, instituído em 1927. As idéias de Lênin e a Revolução Russa alimentaram o imaginário da classe operária brasileira e, sem dúvidas, influenciaram os planos e as diretrizes dos gráficos paulistas.

Em 5 de janeiro de 1927, o jornal *A Nação* publicou a Carta Aberta as lideranças da pequena burguesia e do movimento trabalhista, tendo em vista a formação do Bloco Operário[139], no Distrito Federal. Este documento revelava a intenção do Partido Comunista Brasileiro em disputar as eleições para deputado federal de 24 de fevereiro de 1927.

---

[138] *O Trabalhador Gráfico*, 1º de maio de 1925. Manchete: Mundo Graphico, p. 3. AEL/Unicamp.
[139] DEL ROIO, M. *A Classe Operária na Revolução Burguesa: a política de alianças do PCB: 1928-1935*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990, p. 24-37; CARONE, E. *Classes Sociais e Movimento Operário*. *op. cit.*, p. 178-187.

Concomitantemente, à Carta aberta, o Bloco Operário divulgou sua Plataforma Eleitoral. Dentre os principais projetos:

> "...Anistia aos presos políticos, englobando tenentes civis e militares, operários e elementos da oposição; autonomia do Distrito Federal; legislação social; luta contra as leis de exceção do governo Artur Bernardes; questões de impostos; reforma monetária e a carestia de vida; habitação operária, ensino e educação; voto secreto[140]

O Bloco Operário representava a estratégia do Partido Comunista Brasileiro de se tornar interlocutor da classe operária. A orientação da Terceira Internacional para a América Latina ordenava que os Partidos Comunistas direcionassem suas ações políticas para uma possível revolução democrático-burguesa, isto é, no caso brasileiro, combater as forças oligárquicas agrárias representadas no Partido Republicano. A partir daí, o PCB "costurou" alianças com setores da oposição que estavam fora da esfera proletária, como o Partido Democrático e o Tenentismo[141].

Após algumas adversidades para escolher candidatos com o perfil buscado pelo PCB, o Bloco Operário acabou por dar suporte à candidatura de João da Costa Pimenta, secretário-geral da UTG e dirigente do PCB, no 1° distrito, e à Azevedo Lima no 2º distrito[142]. Desta maneira, o Bloco Operário concretizou os objetivos de uma *frente única*: a união de forças lideradas por um "político (individualista) mais ou menos de esquerda, liberal avançado, radical, muito ligado à trabalhadora do Rio de Janeiro", que era Azevedo Lima, com um militante sindical do PCB, que era João da Costa Pimenta[143].

Nas eleições de 24 de fevereiro de 1927, apenas o candidato Azevedo Lima foi eleito. O candidato João da Costa Pimenta, embora não atingindo a votação necessária, obteve um apoio expressivo, principalmente, pela sua base sindical organizada em torno da UTG[144]. Assim, o Bloco Operário conseguia sua primeira vitória, embora pequena. Após as eleições, o Bloco procurou se expandir e se transformou no Bloco Operário e Camponês, com objetivo de unir trabalhadores urbanos e rurais em torno de um projeto comum.

---

[140] PEREIRA, A. *Formação do PCB.* São Paulo: Editora Alfa-Ômega, p. 92-9. CARONE, E. *Classes Sociais e Movimento Operário. op.cit.* p. 181.
[141] TRONCA, I. *Revolução de 30: a dominação oculta*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 63.
[142] DEL ROIO, *op. cit*. p. 29.
[143] CARONE, E. *Classes Sociais e Movimento Operário. op.cit.,* p. 181
[144] Importante frisar, que João da Costa Pimenta era um ativista comunista que militava pelas UTGs do Rio de Janeiro e de São Paulo.

A necessidade de criar um partido operário era coerente com a proposta comunista. A União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo possuía ativistas comunistas e, consequentemente, esse ideal perfazia o contexto do sindicato. O Bloco Operário e Camponês encontrou no Sindicato dos Gráficos um ambiente favorável de apoio aos seus projetos. Contudo, o BOC não era unanimidade dentre os sócios, mesmo porque, a U. T. G. abrigava diferentes tendências ideológicas em seus quadros. Porém, o BOC freqüentou, por vezes, o periódico dos gráficos, e de forma atuante, relacionando-se aos fatos do sindicato e demonstrando a presença do Bloco nas ações da instituição gráfica. Inclusive, havia na U. T. G. paulista, um ramo de associados de tendência comunista que se autodenominava *Grupo Graphico pró-Bloco Operário*[145].

O contato do Bloco Operário e Camponês com a U. T. G./SP se deu em vários níveis. Durante a greve de 1929, o BOC destinou verbas para atender as necessidades dos gráficos em parede. Remeter fundos para alimentar uma greve que se estabelecia em outro estado do país demonstrava a importância que o setor gráfico desempenhava na classe operária e a atenção que os comunistas direcionavam ao movimento da U. T. G. paulista. O artigo publicado no Rio de Janeiro e transcrito no *O Trabalhador Gráfico* revelava o interesse do PCB, sob a "máscara" do BOC:

> "...O BOC, partido das massas trabalhadoras do Brasil, não tem permanecido indiferente a sorte dos gráficos em face da luta de vida ou morte que sustentam contra a burguesia industrial de São Paulo.
> O BOC resolveu realizar, hoje 18, um grande comício, no Rio de Janeiro, afim de conseguir auxílios monetários e protestar contra as miseráveis machinações da Polícia e as violências brutalissimas de que estamos sendo victimas.
> Eis o teôr do seu vibrante manifesto, distribuído profusamente no Rio e publicado pela imprensa independente do Rio:
> 'O Bloco Operário e Camponez promove este comício cumprindo mais uma vez o seu programma que se baseia na lucta de classes e sustenta as reivindicações das mais largas massas proletárias e opprimidas da cidade e do campo.
> Patenteia desse modo a absoluta solidariedade e o apoio incondicional do proletariado organizado e consciente do Brasil aos heróicos companheiros da Paulicéa.
> São 6000 trabalhadores graphicos, além de suas companheiras e filhos que, firmes e unidos, sob a mesma cadencia, marcham atravez de quase 30 dias de gréve rumo a victoria sobre seus exploradores[146]

---

[145] *O Trabalhador Gráfico*, 2 de abril de 1927. Manchete: Grupo Graphico Pró-Bloco Operário. AEL/Unicamp.
[146] *O Trabalhador Gráfico*, 20 de abril de 1929. Manchete: O Comício do Bloco Operário Camponez, p.2. AEL/Unicamp.

Os anúncios da ajuda financeira advindas do BOC serviam ainda para diminuir a resistência dos trabalhadores à entrada daquele organismo político no interior de uma instituição autônoma operária. A propaganda do Bloco foi intensamente disseminada no ambiente gráfico – visto ser um sindicato sob influência comunista – onde vários sócios eram simpatizantes do ideal de estruturação de um partido proletário. Durante a greve de 1929, várias organizações trabalhistas foram solidárias aos gráficos, então, como um partido fundamentado na causa operária poderia estar à alheio a este fato? Participar da greve com manifestações de apoio e também com repúdios as ações da polícia, demonstrava o envolvimento do partido com a massa trabalhadora. Assim, os comunicados que alertavam os operários gráficos para a participação do BOC na paralisação de 1929, possuía um sentido duplo: de um lado o apoio incontestável aos trabalhadores gráficos; por outro, demonstrava a todos os trabalhadores e instituições operárias, que acompanhavam o desenrolar dos acontecimentos, o esforço desempenhado pelo partido. Assim, o Bloco Operário e Camponês utilizava o momento gráfico para angariar adeptos e eleitores para as futuras eleições.

A aproximação entre BOC e U. T. G./SP era interessante para ambos. A escolha de ação pela via parlamentar transformava a luta econômica dos gráficos em reivindicação política, como acabou se transformando as manifestações pela efetivação da Lei de Férias. O intercâmbio de idéias era ainda fundamental para manter o sindicato dos gráficos no topo das organizações representantes da classe operária. Já para o BOC manter relações com a instituição que era reconhecidamente um celeiro de intelectuais e de operários combativos na cidade de São Paulo abria espaço para o partido conquistar adeptos fora da capital federal e assim se fortalecer em meio aos seus eleitores em potencial.

Havia ainda um imaginário acerca da *consciência de classe* que permeava o ambiente dos trabalhadores gráficos, o que era compactuado pelos órgãos de imprensa operária e disseminado à população de trabalhadores nas cidades industrializadas do Brasil. A U. T. G. de São Paulo possuía ao seu favor, neste sentido, o movimento grevista de 1923 que resistiu durante semanas as investidas policiais e do patronato. Portanto, era crucial para o Bloco Operário e Camponês lutar pela hegemonia do sindicato dos gráficos, já que a entidade era combativa e abrigava os elementos considerados os mais "conscientes" do movimento operário. Neste contexto de disputa de hegemonia ou de aproximação do

partido político da classe operária com o sindicato dos gráficos, as estratégias variavam conforme a necessidade.

No mesmo ano que ocorreu a eleição, na qual o candidato Azevedo Lima sagrou-se vencedor, a U. T. G. recebeu o, já empossado, vereador pelo Rio de Janeiro nas suas dependências em São Paulo. *O Trabalhador Gráfico* anunciava com entusiasmo a presença do político:

> ...O operariado de S. Paulo e todos os que se interessam pela questão social, tiveram a opportunidade de ouvir, na sede da UTG, a palavra autorizada e vibrante de Azevedo Lima, deputado federal pelo Bloco Operário do Rio de Janeiro...
> ...Foi uma vergastada magistral a burguezia internacional em geral e a brasileira em particular, que nos opprime, nos esmaga num torniquete infernal, para, egoisticamente, engolfar-se no prazer e no bem estar que devia ser de todos, e vender-nos ao imperialismo internacional!...
> A "scelerada" teve também a sua parte. Azevedo Lima demonstrou que a Lei Annibal Toledo nasceu já morta e isso devido à pressão formidável do proletariado organisado que não podia deixar passar desapercebido esse attentado com actor das aspirações e da liberdade do povo[147]..."

Esta visita do vereador eleito pelo BOC carioca acentuava as relações entre o sindicato e o partido. A exaltação percebida no texto, também vislumbrava a identificação dos sócios gráficos com a ideologia do partido. A aceitação de Azevedo Lima nas dependências da U. T. G. era um símbolo da crescente participação comunista no sindicato e, por outro lado, a interferência do BOC no cotidiano dos trabalhadores gráficos.

A contestação e os debates envolvendo a Lei Aníbal Toledo, conhecida também por "Celerada", era crucial para desenvolver e estabelecer métodos de defesa que assegurassem a conquista do Bloco Operário e Camponês, e do comunismo, na assembléia carioca. Esta lei perseguia os comunistas e os tenentistas, os principais grupos que integravam o BOC e, por isso, colocava em "xeque" a existência daquela agremiação política. A Lei Celerada também censurava os meios de comunicação operária e proibia greves. Portanto, os debates deveriam acontecer nas entidades de vanguarda, onde havia possibilidade de sublevação e a organização de manifestações que apoiassem a causa comunista.

Percebendo a necessidade de ampliar suas influências e participar das movimentações proletárias de forma mais próxima, o BOC fundou sedes nas principais

---

[147] *O Trabalhador Gráfico*, 5 de novembro de 1927. Manchete: Azevedo Lima, p. 4. AEL/Unicamp.

capitais do país[148]. O BOC Paulista foi fundado em 1º de fevereiro de 1928, com total apoio da comissão executiva da União dos Trabalhadores Gráficos. O subterfúgio da executiva gráfica para apoiar o BOC paulista era o projeto do partido de conseguir políticos no cenário nacional e regional que tivessem como plataforma política a questão social e trabalhista[149].

Enquanto o Bloco Operário e Camponês vigorou no Brasil, e em São Paulo, sempre recebeu apoio da U. T. G./SP. O BOC iniciou um processo de esvaziamento às portas da eleição presidencial de 1930. Mas a sua ação durante os anos de 1920 foi um marco na história operária do Brasil. Em São Paulo a aproximação com a U. T. G. deveu-se, principalmente, pelo ponto de apoio que a instituição representava ao PCB[150]. As idéias de vanguarda que permeavam as ações do movimento operário no Brasil sempre foram bem recebidas na U. T. G., pela presença de trabalhadores conscientes que possuíam conhecimento da relação existente entre capital e trabalho.

Pela via parlamentar, o BOC foi a experiência mais evidente que os gráficos tiveram na década de 1920. Porém, o ideal de organização e de frente única sempre foram temas de acalorados debates. Em 1927, foi consolidado o projeto de uma federação gráfica, assunto que era recorrente na U. T. G. havia alguns anos. Essa federação tinha o intuito de congregar todos os sindicatos gráficos do Brasil em torno de regras e reivindicações únicas. Assim, dava-se o primeiro passo na tentativa de homogeneizar as entidades que representavam os trabalhadores gráficos em todo o Brasil. Apesar da infiltração do BOC no sindicato gráfico, a instituição ainda participava efetivamente da organização e concretização da Federação Gráfica. Os dois projetos caminhavam paralelamente e a comissão executiva da U. T. G. estava engajada em variadas atividades, dentre estas a consolidação da Federação dos Gráficos do Brasil. No dia 25 de maio de 1927, um artigo relatava as atividades e conclusão dos trabalhos do congresso gráfico acontecido no Rio de Janeiro no início do mês de maio, no qual participaram todos os organismos gráficos estaduais, a fim de fundar a sonhada federação. Quem assinou este relatório publicado no jornal *O Trabalhador Gráfico* foram três dos principais ativistas da corporação: Everardo

---

[148] DEL ROIO, M. *op. cit*. p. 59-69.
[149] *O Trabalhador Gráfico*, 7 de fevereiro de 1928. Mancchete: Bloco Operário e Camponez de S. Paulo. AEL/Unicamp.
[150] DEL ROIO, M. *op. cit*. p. 62.

Dias, Próspero Ottaiano e Manoel Medeiros. Segundo o relatório, as instituições gráficas estaduais:

> "...vão poder agrupar a grande família grafica numa federação nacional, incentivando a organização nos pontos do território nacional onde ella ainda não existe; promover a criação de cooperativas, institutos profissionaes; reclamar dos poderes públicos o cumprimento das leis que regulamentam o trabalho e sua fiscalização; prestar auxilio aos federados quando perseguidos; propugnar, em cada Estado, por uma tabella de salários baseada no custo de vida, tabella que será elaborada pelas organizações locaes; manter um jornal que será distribuído aos federados; prestar auxilio moral e material aos federados, nos casos de luta contra o capital; editar livros que tratem das questões technicas e de interesse geral dos trabalhadores; criar um fundo a fim de auxiliar o gráfico que se encontre sem recursos, etc., etc (...) Terminando este relatório, a delegação espera que os companheiros ergam os corações num ímpeto de solidariedade – e não vejam nos companheiros dos demais Estados ou paizes sinão graphicos, sinão explorados.
> Colocando-se, assim acima do corporativismo e do regionalismo, os graphicos paulistas patentearão a sua consciência de classe, a sua consciência de trabalhadores que lutam pela sua emancipação integral e completa da burguezia que nos explora e avilta!
> Está criado o orgam superior da corporação – a Federação dos Trabalhadores Graphicos do Brasil. Compete, pois, aos graphicos paulistas lutar denodadamente para que esse orgam centralizador tenha força capaz para poder lutar, com vantagem, contra o patronato opressor! (São Paulo, 6 de maio de 1927)[151]..."

A organização dos gráficos em uma congregação federal possuía o objetivo de uniformizar as ações, fortalecendo o setor. Em agosto de 1927, os estatutos da Federação Gráfica do Brasil foram publicados no periódico da U. T. G. Todo o comportamento das entidades regionais seria regido pelo código federal dos gráficos. Assim, greves e reivindicações deveriam ser aprovadas em caráter regional e nacional. Isto explicaria, por exemplo, a paralisação recorde dos gráficos paulistas em 1929, graças ao apoio financeiro originário de centrais gráficas em diversas regiões do Brasil. Ficou estipulado a realização um congresso anual para o fomento de estratégias futuras e ponderações sobre os erros. A partir daquele momento a Federação Gráfica do Brasil era associada a Confederação Geral do Trabalho do Brasil (CGTB) e a Federação Internacional da Indústria Gráfica[152].

Em 5 de novembro de 1927 foi publicado no jornal *O Trabalhador Gráfico* uma cópia do primeiro periódico da federação. Esta publicação facilitava o intercâmbio de idéias e o conhecimento das condições do trabalho gráfico em todas as regiões no país. Os gráficos de todo o Brasil demonstravam capacidade de organização e de vanguarda perante

---

[151] *O Trabalhador Gráfico*, 25 de maio de 1927. Manchete: Federação dos Trabalhadores Graphicos do Brasil: Relatório da Delegação da UTG ao congresso polygraphico, p. 2. AEL/Unicamp.
[152] *O Trabalhador Gráfico*, agosto de 1927. Manchete: Estatutos, P.6. AEL/Unicamp.

a classe operária. A U. T. G./SP desempenhou papel decisivo alertando os trabalhadores de São Paulo para a necessidade de união diante do preconceito regional. Deste modo, foi organizada a Federação dos Gráficos do Brasil, com aparência de organização partidária, mas que na verdade estava engajada em melhorar as condições sociais e econômicas dos trabalhadores gráficos.

2.5 – *Imprensa e Vanguarda*

Vários títulos da imprensa operária foram criados e dirigidos por associados da União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo. A contribuição dos gráficos neste contexto foi desenvolver veículos de comunicação para diferentes setores da sociedade proletária. Através de editores e tipógrafos que, em sua maioria, possuíam laços com a U. T. G., os periódicos nasciam direcionados as colônias de imigrantes, as uniões de ofício ou ainda aos militantes de ideologias consideradas "exóticas" no Brasil. O livre acesso de alguns agentes gráficos a órgãos da imprensa escrita do proletariado foi um canal importante na disseminação dos ideais destes profissionais a uma camada expressiva da sociedade paulista. Assim, o aspecto agradável com a qual grande parte dos periódicos conclamava os trabalhadores gráficos era resultado, em parte, da inserção destes profissionais na imprensa operária. Por outro lado, o encanto dos leitores proletários era, sobretudo, resultado das próprias ações dos gráficos, como as greves da categoria e a articulação do sindicato no movimento trabalhista paulista. Contudo, foi no periódico da U. T. G. que os trabalhadores gráficos, integrantes da vanguarda proletária paulista, desenvolveram todo o potencial teórico que adquiriram no estudo das relações de trabalho do universo industrial capitalista. Portanto, seria o periódico *O Trabalhador Gráfico* um dos portadores dos ideais e das estratégias de vanguarda do proletariado paulista.

O Jornal *O Trabalhador Gráfico* iniciou suas atividades em 15 de junho de 1920, um ano após a consolidação da instituição gráfica. O principal objetivo do periódico era manter diálogo com os associados gráficos e os trabalhadores da indústria paulista. Mas, como órgão de classe, dirigido por militantes ativos da causa operária, *O Trabalhador Gráfico* era também um veículo de denúncia dos abusos cometidos pela Polícia, Governo e patronato. As questões mais destacadas e relevantes do contexto social, político e econômico da classe operária eram organizadas em artigos escritos pelos jornalistas-gráficos. As ideologias sociais eram agraciadas com discursos acalorados, sendo todas as

correntes contempladas nos editoriais, que ora eram semanais, ora mensais e diante de acontecimentos extraordinários, o periódico aparecia diariamente.

Como instrumento de denúncia o jornal dos gráficos cumpria sua função nos períodos mais críticos de perseguição e repressão. Durante a greve de 1923, a polícia cometeu arbitrariedades, como prisões ilegais dos líderes gráficos, com o objetivo de desarticular o movimento paredista. Repudiando a ação policial, os membros do sindicato utilizavam o periódico da corporação para cientificar toda a sociedade operária sobre as atrocidades empreendidas pelas autoridades aos grevistas. Neste período, a prisão de João da Costa Pimenta foi relatada com veemência no *O Trabalhador Gráfico* de 8 de março de 1923:

> "...A prisão de Pimenta em nada veio prejudicar a marcha da gréve, antes pelo contrário, favoreceu a sua incrementação pela injustiça commettida com aquelle nosso optimo companheiro, contribuindo poderosamente para a persistência na lucta[153]

O canal de imprensa dos gráficos era um contraponto aos jornais tradicionais, representantes da elite, e como tal utilizava a mesma estratégia da imprensa burguesa apelando, em muitos casos, para discursos parciais; todavia, o público-alvo das notícias e artigos era a classe operária. Aliás, havia necessidade de analisar cuidadosamente as informações contidas na imprensa operária, pois esta possuía aspecto maniqueísta em sua retórica[154], onde a cura dos males e os heróis personificavam-se na ideologia dos autores. Essa visão maniqueísta determinaria dois aspectos: a *difamação* e a *exaltação*[155]. O discurso difamatório ou exaltacionista era direcionado à alguns tipos sociais: burguesia, aristocracia, ora aos comunistas, ora aos anarquistas, etc. Outras vezes, referia-se especificamente à certos indivíduos: Getúlio Vargas, Luiz Carlos Prestes, etc.[156].

Apesar das ressalvas, a imprensa operária e, neste contexto, a imprensa dos gráficos seriam símbolos da resistência das classes subalternas da sociedade paulistana, que foram silenciadas pela censura e repressão das elites[157]. Sem o conhecimento das atividades da

---

[153] *O Trabalhador Gráfico*, 8 de março de 1923, p. 3. AEL/Unicamp.
[154] BAECQUE, A. *Panfletos: Libelo e Mitologia Política* in: DARTON, R. & ROCHE, D. (orgs.) *Revolução Impressa: A Imprensa na França*. São Paulo: EDUSP, 1996.
[155] Trabalho importante sobre os discursos maniqueístas dos impressos proletários foi desenvolvido por: SANTANA, M. S. *Avante, Jovens Rebeldes! A juventude Brasileira e o Aparato Repressivo do Governo Vargas (1935-45)*. Iniciação Cientifica: PROIN/Fapesp, 2004.
[156] FERREIRA, M. N. *A Imprensa Operária no Brasil 1880-1920*. Petrópolis: Vozes, 1978.
[157] DECCA, E. de. *op. cit*.

classe operária, através dos registros construídos pelos seus protagonistas, seria inexeqüível a tentativa de nos aproximarmos do que foi de fato a realidade histórica. Assim, a metodologia empregada para utilização da imprensa operária ou de periódicos de classe como fonte histórica deve considerar a ideologia no qual estavam inseridos seus autores.

A importância adquirida pelo jornal *O Trabalhador Gráfico* para a população operária de São Paulo e para a consolidação da U. T. G., como sindicato de vanguarda, era previsível diante do desempenho apresentado pela corporação. Entretanto, o periódico era conceituado também entre os órgãos oficiais e até internacionais de imprensa:

> "...O Trabalhador Graphico foi representado no Congresso Pan-Americano de Jornalistas, realizado em Washington a 7 de Abril do corrente anno, como um dos órgãos da imprensa brasileira, e em Setembro próximo, será expostos no Congresso Internacional de Jornalistas que se realizará em Genebra nessa occasião[158]..."

Desta forma, o periódico se tornava cada vez mais respeitado pelo operariado e acompanhado com desconfiança pelas autoridades constituídas. A imprensa operária que era considerada clandestina, sem recursos e grosseira ganhava uma nova dimensão com a participação do periódico *O Trabalhador Gráfico* em Congressos e Seminários de renome em nível internacional. Os jornalistas-gráficos que participavam da elaboração do jornal ganhavam notoriedade dentre os trabalhadores da imprensa tradicional, o que levaria muitos militantes da causa operária ligados a U. T. G. a trabalharem como jornalistas[159] anos mais tarde.

A imprensa gráfica se destacava pela atuação no movimento operário noticiando os acontecimentos nacionais e internacionais, com reflexões ricas em temas envoltos de ideologias construídas a partir do universo do trabalho, como a luta de classes. Aliás, o jornalismo direcionado aos trabalhadores possuía como função *educar antes mesmo de informar e seduzir antes mesmo de educar*. Caracteristicamente, a imprensa liberta de tendências teria o dever primordial de informar antes mesmo de seduzir ou educar[160]. *O Trabalhador Gráfico* cumpria o dever de informar o seu público-alvo com notícias de interesse dos trabalhadores, gráficos ou não. Porém, a vanguarda utilizava o espaço

---

[158] *O Trabalhador Gráfico*, 15 de junho de 1926. AEL/Unicamp.

[159] Vários exemplos foram apreciados durante a pesquisa, mas o nome de destaque nestas observações foi do gráfico-jornalista Edgar Leuenroth, que participou do período de formação do sindicalismo brasileiro, foi um dos fundadores da U.T.G. e editor do jornal anticlerical *A Lanterna*. Sobre o tema ver: KHOURY, Y. M. A. *op. cit*.

[160] MOLES, A. *O Cartaz*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

concedido para argumentar e educar os leitores através de informações elaboradas com discursos maniqueístas; talvez o único meio possível de enfrentar o aparato montado pelos donos do poder. Grosso modo, os textos seguiam algum "tipo de teorização" defendida pelos autores que, para tornar compreensível a mensagem, faziam uso de discursos históricos, no qual a classe trabalhadora pudesse imaginar a sua inserção. Poderia ser um acontecimento recente ou um fato mais longínquo no tempo, desde que causasse repercussão entre os trabalhadores nacionais ou estrangeiros evocando assim *imagens memorizadas*[161].

Imagens, caricaturas e desenhos eram de grande importância, por impressionar, principalmente, os trabalhadores de menor letramento. A utilização destes recursos foi amplamente utilizada pela imprensa operária, sobretudo a de tendência anarquista como os jornais *A Plebe* e *A Lanterna*. Esta influência libertária na composição do *O Trabalhador Gráfico* pôde ser acompanhada durante a década de 1920 e em menores proporções na década de 30, às portas da tutela governamental ao sindicalismo brasileiro. As imagens chocavam os leitores impulsionando-os a consumir o conteúdo elaborado pelos agentes da vanguarda. Manchetes trágicas como a morte de Sacco e Vanzetti nos Estados Unidos, ocorrida em agosto de 1927, eram veiculadas a imagens de enforcamento com textos que sensibilizavam os operários de todas as categorias profissionais. A vanguarda gráfica apelava para os sentimentos corporativos de classe para aproximar as realidades de trabalhadores pelo mundo ao contexto nacional evidenciando as perseguições, torturas e penas de morte. Caricaturas de algozes e de mártires eram símbolos nefastos da luta de classes.

Durante as greves da categoria gráfica o jornal direcionava suas atenções para as ocorrências diárias, aproximando o periódico ao formato dos panfletos operários. A intenção era facilitar a comunicação e assim abranger o maior número de leitores possíveis, unindo informação à versatilidade[162]. O habitual para *O Trabalhador Gráfico* era uma elaboração planejada e detalhada, já que a sua publicação não era diária. Mas em períodos de contestação, onde a notícia era fator primordial para o desenvolvimento de estratégias, os detalhes eram abandonados em prol da rapidez de informação. A greve de 1929

---

[161] MOLES, A. *op. cit.* p. 55.

[162] Sobre a panfletagem operária ver: GUALBERTO, E.S. *Homens Trabalhando, Polícia Vigiando: o cotidiano do operariado sob o olhar do DEOPS/SP (1924/1935)*. Iniciação Científica: PROIN/FAPESP, 2004; SANTANA, M. S. *op. cit.*

favoreceu o desenvolvimento dos boletins diários, com palavras de ordem e atualizações do desenrolar do movimento.

Através do jornal *O Trabalhador Gráfico* foi possível perceber a disputa travada entre as correntes ideológicas pela hegemonia do operariado paulista. Os artigos eram desenvolvidos por diversos operários intelectuais, cada qual com suas influências políticas e doutrinárias. Pode-se afirmar que o periódico dos gráficos era um espaço democrático, compartilhado por toda vanguarda, sem censuras ou impedimento de qualquer ordem que pudesse silenciar a opinião de algum trabalhador. Em meados da década de 1920, a vertente comunista começava a se destacar e influenciar as diretrizes do periódico. Imagens que faziam alusões a URSS se confundiam a informes de bailes, poemas, balancetes, anúncios publicitários e artigos de opinião anarquista, amarela e trotskista; este último no fim da década. A história da Revolução Russa era relembrada constantemente:

> "...A 7 de novembro de 1917, o proletariado russo, dirigido pelo partido communista, derrubava o governo Kerenski e implantava, pela primeira vez na história e num grande paiz, seu próprio governo, isto é, a ditadura da classe operária, apoiada pela classe camponeza. Seis annos de luctas sem tréguas, em que todas as armas foram empregadas contra os Soviets, desde a vil calunnia pela imprensa até aos grossos canhões do imperialismo mundial. Mas a Rússia Sovietista resistiu a tudo, heroicamente, victoriosamente[163]..."

Artigos referentes a Revolução Francesa e a Revolução Russa eram rotineiros na imprensa gráfica, mas a vigilância sistemática à doutrina comunista marcou profundamente as relações políticas e sociais em nível mundial. A disseminação do comunismo causava pavor nas elites, o que acabava sendo personificado nas ações da polícia. Por isso, nos anos vinte, a polícia identificava o sindicato gráfico como uma agremiação essencialmente comunista, não levando em consideração a presenças das demais tendências doutrinárias.

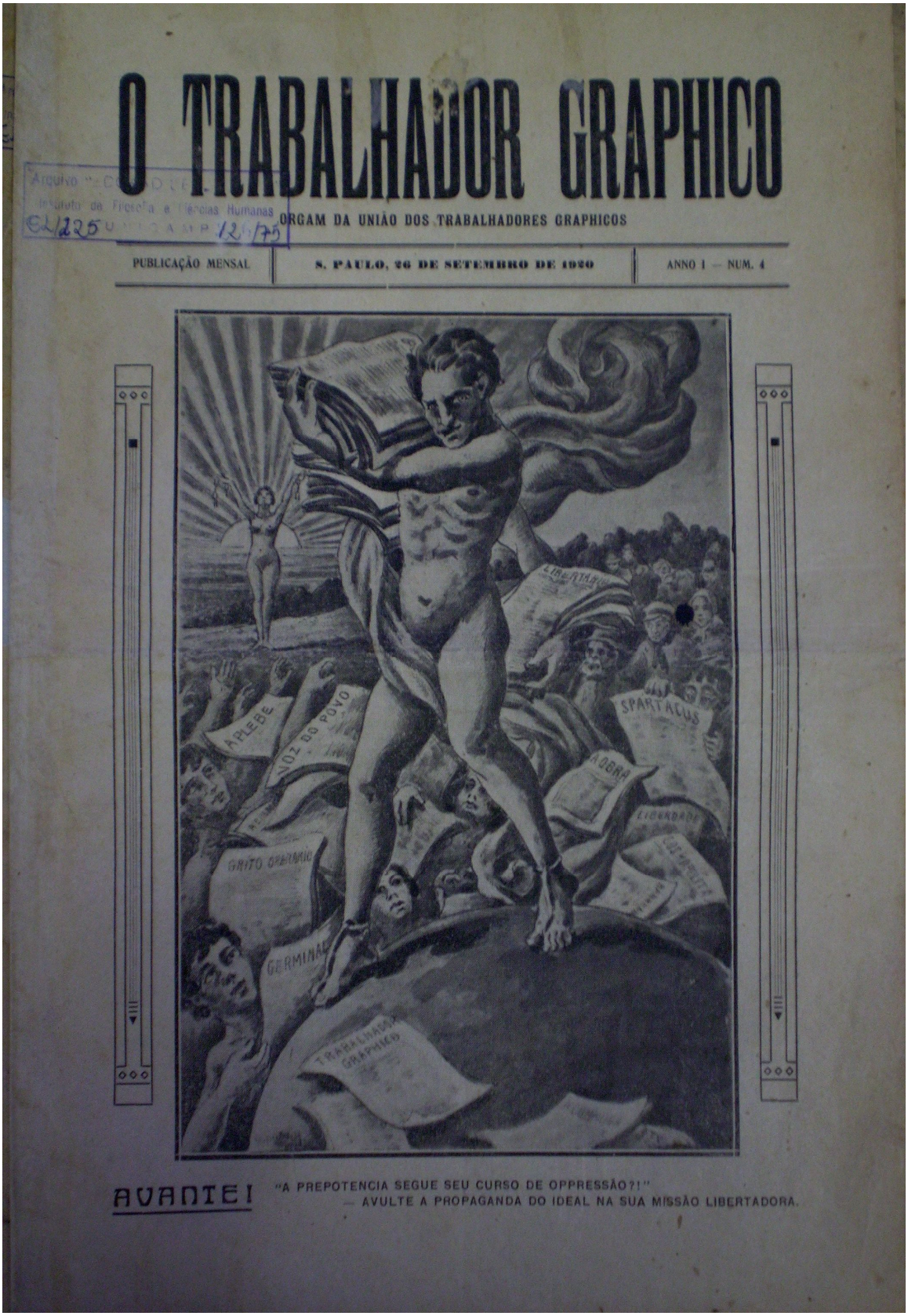
A "agressividade" do periódico dos gráficos diminuiu na década de 1930. A legislação trabalhista de Getúlio Vargas desestruturou o movimento operário, já que agregou um montante considerável de reivindicações antigas dos trabalhadores brasileiros. Os sindicatos sofreram transformações que os deixava sob a tutela do poder estatal[164], desconfigurando todo o processo de construção de consciência e combatividade do

---

[163] *O Trabalhador Gráfico*, 9 de novembro de 1923. Manchete: A Revolução Russa. p. 3. AEL/Unicamp.
[164] Sobre o tema ver: MORAES Fº, E. de. *op. cit.* ; VIANNA, L. W. *op. cit.*

sindicato de classe e dos seus associados. A estrutura do jornal *O Trabalhador Gráfico* também sofreu modificações durante este processo de consolidação da burguesia industrial no poder do Estado. As imagens e os textos do periódico se tornaram menos agressivos e direcionados as questões mais economicistas e imediatistas.

Durante uma década e meia o jornal dos gráficos foi referência para o movimento operário e um símbolo de resistência para a sociedade paulistana. Várias transformações ocorreram no seu formato e na sua apresentação no decorrer dos anos. As influências de anarquistas, comunistas e trotskistas eram visíveis na elaboração de artigos, imagens e anúncios. A informação era a essência do periódico, que travava embates com a imprensa tradicional burguesa. Esta última, por vezes, relegou a um segundo plano a questão dos trabalhadores do Brasil. A lacuna deixada pela imprensa tradicional era ocupada com criatividade pela vanguarda gráfica, que informava e politizava os seus leitores. *O Trabalhador Gráfico* foi um dos elementos de maior destaque da U. T. G. e o porta-voz dos trabalhadores comuns e os de vanguarda.



O TRABALHADOR GRAPHICO

Arquivo Edgard Leuenroth
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
UNICAMP
E2/225 12/75

ORGAM DA UNIÃO DOS TRABALHADORES GRAPHICOS

PUBLICAÇÃO MENSAL | S. PAULO, 26 DE SETEMBRO DE 1920 | ANNO I — NUM. 4

AVANTE! "A PREPOTENCIA SEGUE SEU CURSO DE OPPRESSÃO?!"
— AVULTE A PROPAGANDA DO IDEAL NA SUA MISSÃO LIBERTADORA.

***O Trabalhador Gráfico*, 16 de setembro de 1920. AEL/Unicamp.**

O TRABALHADOR GRAPHICO

Orgão da União dos Trabalhadores Graphicos

ANNO III — SÃO PAULO — TERÇA-FEIRA, 1.o DE MAIO DE 1923 — NUM. 41

SALVE! MARTYRES DE CHICAGO!

A Obra Humana que hontem esboçastes, nós a concluiremos amanhã..

***O Trabalhador Gráfico*, 1º de maio de 1923. AEL/Unicamp.**

Arquivo "EDGARD LEUENROTH"
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
UNICAMP

ANNO IX — S. PAULO, 2 de Abril de 1929 — N. 113

O TRABALHADOR GRAPHICO

ORGAM DA UNIÃO DOS TRABALHADORES GRAPHICOS DE S. PAULO

BOLETIM DA GREVE

BOLETIM DE 2-4-929

Começam a chegar não sómente palavras de animação e solidariedade do proletariado das outras regiões do paiz, á attitude altiva e digna dos graphicos, como já nos chegaram ás mãos os primeiros auxilios.

O proletariado do Rio de Janeiro está empenhado vivamente em que nossas reivindicações sejam reconhecidas, apesar de toda a antipathia patronal e da repressão policial.

O patronato nos ameaça com a fome. E nossos irmãos de toda parte do Brasil, respondem a esse repto miserando com a sua mais ardente, firme e enthusiastica solidariedade!

Ainda desta vez a insaciavel burguezia industrial não conseguirá esmagar-nos, como é de seu ardente desejo!

O intendente operario Minervino de Oliveira, actual secretario do Comité pró-Confederação Geral do Trabalho, estará em S. Paulo até fins desta semana, vindo especialmente para acompanhar a grève dos graphicos e trazer-nos recursos monetarios, além da firme solidariedade de 300 syndicatos operarios do Brasil.

Em S. Paulo, os trabalhadores de outras industrias tambem começam a se manifestar.

Temos assegurada a cooperação monetaria, semanal, dos alfaiates, dos empregados em hoteis, cafés e restaurantes, de uma fabrica de tecidos, cujos operarios darão semanalmente um dia de trabalho, dos graphicos da imprensa, que concorrerão tambem com um dia de trabalho.

Só ahi já temos recursos para poder attender aos primeiros companheiros necessitados.

Mas, outros recursos virão, em seguida, attendendo ao vibrante appello da Federação Graphica do Brasil, da Federação Syndical do Rio de Janeiro, do Comité pró-C. G. T., do Centro Cosmopolita e de outros organismos syndicaes do Brasil e do exterior.

O Comité pró-C. G. T. recebeu de Montevidéo, e nos transmittiu telegraphicamente, um communicado do Comité pró-Confederação Latino-Americana declarando estar a par das truculencias da policia paulista e ter já appellado para a solidariedade de todos os trabalhadores da America Latina, afim de que protestem contra as violencias que os graphicos vêm soffrendo do governo burguez, bem como que auxiliem monetariamente os grevistas.

Portanto, apesar de toda a compressão, de todas as brutalidades e violencias, o proletariado brasileiro e o proletariado latino-americano se manifesta, unisono e firme, ao lado de seus irmãos em grève.

Viva, pois, a união de todos os trabalhadores!

Viva a firme cohesão dos trabalhadores do Brasil!

Viva a solidariedade dos trabalhadores latino-americano!

Viva o proletariado do mundo!

Fugindo á razão

OS INDUSTRIAES GRAPHICOS E O SEU COMMUNICADO

Os industriaes graphicos, vão de dia a dia perdendo a razão, quando deliberada e propositadamente fogem á discussão dos factos que realmente são a razão de ser do movimento grevista por que passa nesse instante a corporação dos seus auxiliares.

Como todos têm apreciado, através os nossos communicados e mesmo pelas columnas dos jornaes diarios, que não se deixam prender pó rinteresses subalternos, os industriaes estribados na força do caciquismo provinciano, não se cansam de bater na tecla já semitonada de que ha no nosso movimento de reivindicação o dêdo communista; que não entram em confabulação com a U. T. G., por ser a nossa entidade um ajuntamento de irresponsaveis; não cedem, não cederão ás nossas pretensões, por serem ellas acompanhadas de coacção que, vencedoras, os aguilhoariam ao carro de continuas exigencias...

Isso tudo já os industriaes do ramo em lide argumentavam em 1923, quando propugnavamos por melhorias de salarios e o reconhecimentos desse mesmo "ajuntamento de irresponsaveis"; mas a verdade, é que para a solução da parede daquelle anno, os mesmos corypheus da industria graphica que se arrogam o direito de menosprezar o orgam directivo dos quadros dos obreiros do livro e do jornal, tiveram que reconhecer com suas assignaturas esse mesmo "ajuntamento", como perfeito, bom e capaz de tudo fazer pela boa ordem dos trabalhos em seus estabelecimentos, tendo muitos até, galgado ás escadas da U. T. G., para se entenderem directamente com a sua Bolsa de Trabalho.

Que diabo! Ou a associação dos graphicos, juridicamente reconhecida, pois que os seus estatutos são legalmente registrados, é uma associação de classe boa e capaz de levar os seus quadros á disciplina para a boa factura do trabalho nos estabelecimentos dos industriaes ou é, de facto, um agrupamento de desordeiros e inconscientes.

Na primeira hypothese, o bom senso, a boa fé, a sã razão, responderiam que os industriaes não olham para traz quando fazem certas affirmações, pois no archivo da U. T. G. existem innumeros documentos firmados por muitos desses mesmos industriaes que entraram, em momento de apertura, em confabulação com o mesmo grupo de arruaceiros"; e na segunda, responder-se-ia que os patrões que assignaram os primitivos documentos e vêm agora com entrada de leão, são tão iguaes quanto os "arruaceiros" da U. T. G.!

Mas, fiquem sabendo os srs. industriaes, que a União dos Trabalhadores Graphicos é tão legitimo orgam como Centro dos Industriaes e a sua directoria, é mais honesta que pelo menos, um dos directores que assignou o communicado de sabbado, que para não pagar os seus operarios, os despede, allegando nessas occasiões que o respectivo pagamento deve ser feito no final da quinzena. Mas ai daquelle que voltar a pedir-lhe contas... Cahirá sobre a cabeça do desgraçado os mais pesados doestos e voltará com a promessa de que se tornar á cobrança apanhará e irá, depois, justar contas com a policia do sr. Ibrahim Nobre.

Isso que ahi fica fala mais alto que as razões de coacção impingidas pelo "communicado" assignado tambem pelo dito director do Centros dos Industriaes.

Estes não tocaram, na sua "fala", nas leis de férias, de menores e de accidentes, pois que isso não lhes conviniham tocar. A sua lenga-lenga, naquelle rameção fóra de rythmo, não esclarece os motivos por que não cumprem os industriaes as leis que já foram sanccionadas ha mais de dois annos pelo seu irmão siamez — o Estado capitalista; apenas como qualquer Joaquim Silverio — arengam que ha no nosso movimento ultra-pacifico, o dedo do communismo, arruaceiros e outras bobagens quem resaltam da mentalidade dos usarios, com o fim deliberado de impressionar os indigenas da rua dos Gusmões.

Mas nós, os que trabalhamos nos estabelecimentos de taes estrangeiros acompanhados de meia duzia de brasileiros desalmados, que vivem do dólo ás leis do paiz reivindicamos o direito de responder-lhes que no Brasil, os trabalhadores ainda não perderam a sensibilidade moral, nem desconhecem os seus direitos a defender.

Podem as autoridades policiaes da Ordem Politica e Social aguçarem ainda mais as suas garras e continuarem irmanadas com os que estão fóra da lei — porque burlam as leis do paiz — descansarem; não tememos nem as suas perseguições, nem o desemprego.

O Brasil, é essencialmente agricola...

Podem os fly-tox da industria polygraphica, fecharem, como promettem, sua scasas, hoje mesmo, e arrumarem suas malas para a Europa, á custa dos 15 dias de férias dos seus operarios e do ludibrio ás leis de que o Estado devia se ro primeiro a fazel-os cumprir.

A barra é franca...

Os graphicos que não esqueçam os seus inimigos de hoje e de sempre; não releguem para longe a defesa dos seus direitos; não olvidem a palavra de ordem dos seus lideres.

Precisamos vencer!

FELICIANO SANTOS.

No regimen burguez é assim...

O dr. Bertho Condé, que impetrara uma ordem de "habeas-corpus" em favor dos membros do conselho executivo da União dos Trabalhadores Graphicos, que foram presos sem causa que justificasse, pelos agentes da delgcacia de Ordem Politica e Social, assim qu eteve inicio a greve pacifica dos graphicos, reiterou o seu pedido ao juizo da 4ª vara criminal, solicitando a reconsideração do primeiro despacho e a concessão da ordem, porque os pacientes continuam detidos, apesar da capciosa informação da chefatura de policia.

Como era de esperar, o juiz daquella vara, dr. Herculano Chrispim de Carvalho, deixou de attender ao novo pedido e, louvando-se novamente em informações menos verdadeiras da policia truculenta e perseguidora, sustentou o despacho que julgou prejudicado o primitivo pedido.

O dr. Bertho Condé, em vista do occorrido, requereu diligencia judicial em todos os postos e prisões, o que feito, se não der resultado, recorrerá para o Superior Tribunal de Justiça.

A medida solicitada pelo nosso advogado não produzirá, segundo já sabemos, os effeitos desejados, porque de soffrer mais uma violencia da policia, transferindo-os sob severa vigilancia, para as propriedades do coronel Pedro Dias de Campos, antigo commandante geral da Força Publisa, em Santo Anastacio, onde está aquartelado o 2º regimento de cavallaria.

Protestamos por mais essa dupla violencia!

Acceitando o Memorial

Diversas firmas, como temos noticiado, já acceitaram, apesar das perseguições do Centro dos Industriaes Graphicos, todos os termos do memorial apresentado pela União dos Trabalhadores Graphicos e que deu origem ao presente movimento paredista. Hontem uma outra vem alistar-se entre aquellas — a typographia do sr. Israel Jampolwsky, situada á rua José Paulino, 86.

SOLIDARIEDADE COM OS PAREDISTAS

Além dos que já publicamos, hypothecaram inteira solidariedade aos graphicos grevistas, o Centro Auxiliar dos Operarios em Calçados, o Centro Politico Proletario das Laranjeiras, do Rio, a União dos Trabalhadores em Padarias, a União dos Operarios Metallurgicos do Brasil, o Departamento de Imprensa da U. T. G., o Comité Inter-Syndical do Estado de S. Paulo e os graphicos do "Diario Carioca" e do "Paiz" ambos do Rio de Janeiro. Os do ultimo jornal, num gesto verdadeiramente proletario, cotisaram-se e conseguiram perto de 3:000$, que serão destinados á caixa de manutenção dos nossos companheiros em resistencia.

Da Associação Operaria 23 de Agosto, de Cruzeiro, recebemos a seguinte carta:

"Accuso o recebimento do appello pró-camaradas graphicos, que nos enviaste. Apressamos-nos em avisar que o operariado local acceitou dito appello com a maior satisfação, e já providenciamos a respeito no intuito de colhermos o maior numeros de adhesões.

No dia 2 de abril a associação se reunirá, exclusivamente para tratar do assumpto e desde já hypothecamos a nossa inteira solidariedade moral e material aos nossos irmãos graphicos. Trataremos tambem de assentar os meios mais faceis e rapidos de angariar auxilios. Envidaremos todos os nossos esforços para que a victoria dos graphicos de S. Paulo, que é tambem a nossa, seja um facto concreto. Avante camaradas! — Hermogenes Silva."

***O Trabalhador Gráfico*, 2 de abril de 1929. AEL/Unicamp.**

O TRABALHADOR GRAPHICO

Arquivo "EDGARD LEUENROTH"
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
UNICAMP

Orgão da União dos Trabalhadores Graphicos

ANNO III | SÃO PAULO — SEXTA-FEIRA, 9 DE NOVEMBRO DE 1923 | NUM. 42

AOS LEITORES

Retomando o fio de uma tarefa interrompida, ha quatro mezes precisos, o *Trabalhador Graphico*, volta de novo á liça, na sua preciosa missão de porta-voz das reinvindicações da nossa classe.

Multiplas razões teriamos a invocar, justificativas da nossa prolongada ausencia, si acaso esse facto não fosse sufficientemente comprehendidos pelos que, acompanhando de perto o turbilhonar de nossa vida syndical, sabem perfeitamente o que tem sido nos ultimos tempos o trabalho dos que se acham a frente da direcção da União dos Trabalhadores Graphicos.

Poupemo-nos a esse trabalho, naturalmente superfluo, e digamos em resumidas linhas alguma cousa respeitante ao proposito que aqui nos traz.

Em seguida ao movimento grevista em que nos empenhámos no começo deste anno, ganhou a nossa associação de classe um consideravel impulso, uma pujança sem precedentes em sua vida, affluindo ao seu seio todos os elementos e todas as corporações até então á margem da organização.

A victoria que coroara a luta sustentada tão bailhantemente pela classe puzera em evidencia o valor da associação impellindo ao seu seio os mais indiferentes.

A força porém não reside sómente no numero.

O valor da organização depende muito mais da consciencia dos seus componentes.

Temos comprehendido a rigor essa verdade, e por isso não nos temos poupado a esforços, lançando mão de todos os meios de propaganda, afim de crear, desenvolver e consolidar essa consciencia indispensavel aos operarios, na luta pela sua emancipação, e da qual tanto se resente ainda a classe graphica.

O reapparecimento do *Trabalhador Graphico*, obedece a esse proposito. Elle vem secundar os esforços empregados nesse sentido, ampliando ao campo da imprensa a obra de educação e preparo dos que mourejam na collectividade graphica, afim de que possamos abreviar a caminhada através nossos altos destinos de emancipação.

A PROPOSITO DE UMA EPHEMERIDE

A Russia Nova esmaga a seus pés o velho mundo

PARA A MULHER PROLETARIA

Já nos convencemos da incapacidade feminina no sentido de cuidar da sua propria emancipação.

Individualmente, consciente, a mulher é uma força.

Na collectividade feminina perde tudo da sua personalidade.

Passamos pelas associações femininas e, como é dolorosa a experiencia!

Essas associações não duram senão o tempo necessario para convencer as suas fundadoras da inutilidade do seu esforço.

A mulher burgueza, nessas Ligas, apenas chega á triste conclusão de que —a mulher é a peior inimiga da mulher.

Assim, ou a mulher tem a sua individualidade possante e responde tózinha pelo seu verbo e arrasta com os maiores sacrificios para transpor as primeiras etapas do seu grande ideal de renovação social, ou terá de lutar ao lado do homem no trabalho corajoso de duas vontades em collaboração.

E procura o campo de sua actividade nas associações libertarias masculinas.

Eis o que devem fazer as mulheres proletarias.

O seu interesse pelo trabalho do homem que luta pela emancipação dos escravos modernos deve crescer proporcionalmente a esse esforço estupendo.

Nada mais devemos esperar da burgueza feminina.

Ha o bando das que querem o «voto», idéa fixa, immutavel embora a «elite» se convencesse de que já não ha nada a fazer no parlamentarismo. Essa é a facção mais reaccionaria, do passado, cumplice das instituições actuaes agonizantes.

Outras só veem a solução ao pé do altar e são os instrumentos da religião dominante e se escravizam mais e mais por suas proprias mãos.

Outras, são as «servas» da «caridade burgueza que só sabe «proteger» em dias determinados, ao som do Jazz Band infernal, nos requebros de tango e tomando chá e sorvetes atraxés dos «flirts» de occasião ou «torcendo» numa partida de foot-ball.

Eis a nossa situação em face da emancipação social: cégas, inteiramente escravizadas, inteiramente tuteladas, desorientadas, manietadas por todos os enormes entraves da civilização capitalista.

Voltemos as nossas esperanças para a mulher proletaria, não em massa: aquellas que convivem com o proletariado consciente.

Será possivel esperar dellas o que nos negaram as outras?

Depende mais do homem do que da propria mulher. E a nossa pergunta não é sem razão.

O proletariado militante é muito mais respeitoso para a sua companheira. Dálhe mais regalias e sente que do regaço feminino se evóla a grande força da maternidade, a força moral, o sentimento puro.

Comparemos um jornal proletario aum jornal burguez: emquanto a burguezia perpetra o crime de concursos de belleza matando a peso de ouro, o sentimento da esthetica, «estragando» naturezas sensiveis que dormiam a inconsciencia dos seus typos impeccaveis; emquanto a literatura burgueza se infiltra, sempre e sempre, de novo a corromper o caracter da mulher estirpando os germens da sua possivel responsabilidade futura; emquanto os poetas da carne cantam a volupia e o vicio, os jornaes proletarios procuram acordar a mentalidade feminina estimulando as suas energias latentes, dando-lhe idéa do seu alto valor, chamando-a á iniciativa, trazendo-lhe o conforto da sua collaboração no trabalho augusto da emancipação social da mulher.

Quem não vê as centenas de jornaes proletarios publicados pela America do Sul não pode sentir o vulcão ameaçador de breve e violenta erupção social.

A mentalidade do proletariado moderno está aberta para as verdades.

E' livre, empolgante.

Os seus jornaes, são muitas vezes, innegavelmente superiores aos jornaes burguezes.

Suas idéas são claras, suas conclusões, logicas.

Emquanto cultivam os proletarios um individualismo consciente através de Nietzsche (que os mais cultos procuram explicar) e perdem, pelo esforço de uma nobre e heroica vontade, as limalhas da influencia ancestral no atavismo religioso e sectarista, tambem alimentam o coração no bello sonho de Réclus, no apostolado de Kropotkine e Gorki e Zola, na «Dor Universal», de Faure, e nos evangelhos dos grandes idealistas do bem-estar para todos.

Os burguezes fossilizam-se na repetição de formulas gastas, imbecilizam-se na cultura systematica da hypocrisia, domesticam-se.

O proletariado adquire convicções novas e se arregimenta conscientemente e sabe: — a força que reside hoje no seu braço herculeo passará um dia ao cerebro, e, então — eis a renovação social...

As idéas se vão infiltrando num crescendo assombroso.

Mas — a mulher?

Vegeta ainda porque não sentiu, como o seu companheiro, e, dorme na penumbra da inconsciencia millenar.

Uma ou outra surge com a flamma sagrada. E' a voz do deserto.

Que de cousas saltarim desse cáos e como seria abreviado o grande dia se a mulher proletaria procurasse chegar, por si mesma, a comprehender a sua situação deprimente e viesse, cheia de fé, prescrutar o pensamento do seu companheiro empenhado nesse trabalho lento e formidavel?

Porque a mulher precisa saber: *"as liberdades não se vendem, conquistam-se"*.

Mas, tambem, Goethe tem razão: «só é digno da liberdade e da vida quem é capaz de as conquistar, dia a dia, para si».

Não é a força que vence: é a superioridade que é preciso alcançar.

6—11—1923.

Maria Lacerda de Moura.

GRAPHICOS!

Contribua para a elevação do nivel moral e intellectual de tua classe.

— Como?

—Ajudando o desenvolvimento da bibliotheca da U. T. G.

Offereça hoje mesmo um livro, um folheto, um donativo, qualquer cousa, emfim, que possa concorrer para que em breve possamos possuir uma bibliotheca digna de nossa intituição.

* * *

O livro é o alimento intellectual do homem que deseja instruir-se.

***O Trabalhador Gráfico*, 9 de novembro de 1923. AEL/Unicamp.**

S. PAULO, 8 de Abril de 1929

A questão social não se debella, não se extermina. As suas reivindicações não se illudem nem se extinguem.)
(MEYER GARÇÃO)

ANNO IX — 1 — S. PAULO, 8 de Abril de 1929

O TRABALHADOR GRAPHICO

ORGAM DA UNIÃO DOS TRABALHADORES GRAPHICOS DE S. PAULO

A Lei de Férias e o Codigo de Menores

OS INDUSTRIAES VÃO PLEITEAR A REVOGAÇÃO DESSAS LEIS — OS SUBSTITUTIVOS PROPOSTOS E A NECESSIDADE DO OPERARIADO NACIONAL SE MANIFESTR

"Na assembléa geral ordinaria do Centro dos Industriaes do Estado de S. Paulo, foi lido ante-hontem o relatorio annual da directoria recapitulando a vida do instituto desde a sua fundação.

Os commentarios em torno das leis sociaes brasileiras são francamente estranhaveis, pois os socios acham que as leis votadas em defese do operariado nacional muito têm "affligido" a vida das industrias.

Para applicação da Lei de Férias e do Codigo de Menores, esses industriaes declaram ter chegado a um entendimento com o Juizo de Menores desta capital e outros poderes publicos do Estado para encontrar a seguinte formula provisoria de cumprimento parcial da lei: os menores de 12 annos foram afastados das fabricas paulistas e os de 12 annos em diante, continuaram a exercer a sua actividade sem restricções.

— Não hesitamos em ao Rio expor a s. exa. o presidente da Republica — continua o relatorio — a situação que a Lei de Férias e o Codigo de Menores viria criar para o parque industrial brasileiro, e, no proximo periodo legislativo, vam pleitear a revogação desta lei, bem como da das férias, na parte que, attingindo o trabalho nacional, lhe causa os mais graves embaraços. Quando nos referimos ao trabalho nacional, abrangemos não só patrões, mas ainda e sobretudo operarios, pois que as leis em apreço são grandemente lesivas para estas duas classes sociaes.

"Não podiamos — prosegue o relatorio — comparecer á presença dos poderes publicos, pedindo-lhes a revogação de duas leis sociaes vigentes, sem que nos permittissemos aventar substitutivos a taes leis. Assim, de accordo com a maioria de nossas associações de classe, elaboramos dois substitutivos á lei de férias e ao Codigo de Menores, contendo uma serie de medidas capazes de dar ao operariado, vantagens de indiscutivel valor".

"Não hesitamos em preconizar os beneficios da aposentadoria, apo sentadoria remunerada, bem se vê: cogitamos do amparo á mulher-mãe; não nos descuramos da conservação da saude dos nossos collaboradores: e suggerindo a persistencia do horario de trabalho do menor de 18 annos em industrias que não ameaçassem a sua saude physica e moral, estudamos meios de assistencia a esse mesmo menor".

Apesar das attenuações contidas nestes dois ultimos paragraphos, não deixam de ser extremamente graves as declarações dos industriaes, reveladoras de um franco e abusivo proposito de não cumprir duas leis actualmente vigentes, nos termos em que ellas foram votadas pelo Congresso, e sanccionadas pelo Poder Executivo. Quando se tratou da elaboração dessas leis, esses industriaes não se interessaram muito pelo andamento e aperfeiçoamento dos projectos; mas uma vez que foram obrigados a acceitar o irremediavel, cuidaram de inutilizal-as por meio de uma resistencia passiva, afim de apregoar a não exequibilidade de medidas e providencias que visavam defender justamente a saude physica e moral do operariado brasileiro.

Não nos consta que em parte alguma do mundo — ao menos em algum paiz civilizado — se faça da lei um joguete e um instrumento de interesses monetarios e que determinados grupos se arvorem o direito de entrar em accordo com o Poder Judiciario e outros poderes publicos, para restringir o cumprimento de uma lei.

Curioso poder judiciario e curiosos poderes publicos, esses que entram em accordo para cumprir parcialmente leis! E' preciso attentar no que esta attitude tem de aberrante de todas as normas de civismo e disciplina social, já que não sabemos com que poder ou influencia, occulta os chefes de industrias conseguem disvirtuar leis em seu favor e dobral-as a seu capricho.

Precisamos relembrar que a melhor formula conciliadora de interesses, nos tempos actuaes, não póde proceder somente das suggestões dos chefes de industrias junto dos legisladores e dos poderes publicos.

O operariado tem o direito de falar, de pleitear as medidas que reputa mais convenientes á saude physica e moral de seus membros, ao seu nivel de vida, ao bem estar de sua familia, e ao destino de sua prole.

Toda interferencia junto dos legisladores que não alludir á grande voz activa dess elemento primordial que é o trabalho, pode ser uma formula em beneficio de uma minoria de interessados, mas nunca será uma verdadeira lei social e muito menos uma formula conciliadora. Poderá ser, mesmo muito bem enpetada na simulação do interesse pela sorte do operario, um elemento de tumulto, e não o que deve ser a lei, um factor de ordem, consultando realmente o espirito da época e as necessidades verdadeiras da produção nacional."

(Do "Diario Popular," de hontem.)

Não duvidamos que os poderes publicos, os maiores dos fraudadores das pouquissimas leis que possuimos em beneficio dos trabalhadores, cedam ás pretensões do polvo da industria paulista, tanto mais quando esse lhes offerecem o dinheiro roubado ás suas victimas para a sustentação da campanha presidencial que se approxima. Não duvidamos, mas não nos cansaremos de repetir que o proletariado do Brasil, hoje bafejado pela solidariedade do mundo proletario(resistirá até onde possa ir as suas forças na desorganização completa da industria paulista!

Se ha nisso falta de patriotismo, essa falta não é dos trabalhadores. E' dos que se jactam serem patriotas, mas que no fundo fundo, não passam de negociadores da sua propria patria.

O POLVO INFAME

TRABALHADORES, ALERTA! O polvo capitalista vos procura envolver em seus tentaculos. Reagi á exploração e á escravidão com a solidariedade que deveis de operario para operario, de explorado para explorado, contra o fascismo, contra o imperialismo, contra as miserias do capitalismo!

De pé, ó victimas da fome

Esta sandice vomitada em estylo de sentença philosophica pelo bacharel Washington Luis, presidente da Republica — "a questão social é um caso de policia" — criou uma formula expuria de balkanização no Brasil. Documentam esta affirmativa, as perseguições de que são victimas constantemente os trabalhadores desta capital. Confirma-a, a brutal reacção desencadeada sobre os operarios da concessão Ford, no Pará. Demonstra-a, a bestial investida dos gaifarros recifenses contra a organização proletaria de Pernambuco. Confirma-a, a determinação odienta do governo sul-riograndense, prohibindo se realizassem comicios eleitoraes de obreiros á porta das fabricas de Porto Alegre. Comprova-a, agora, a attitude inqualificavel dos beleguins da Paulicéa em face da greve pacifica dos trabalhadores nas industrias graphicas.

A Nação está de posse da verdade a respeito desse movimento paredista. Por isso, olha-o com sympathia.

(Continúa na 2ª pagina)

O Trabalhador Gráfico, 8 de abril de 1929. AEL/Unicamp.

7 de Fevereiro de 1923 — 7 de Fevereiro de 1936

RUA DA GLORIA, 7 — Sobrado
S. PAULO — BRASIL

O TRABALHADOR GRAPHICO

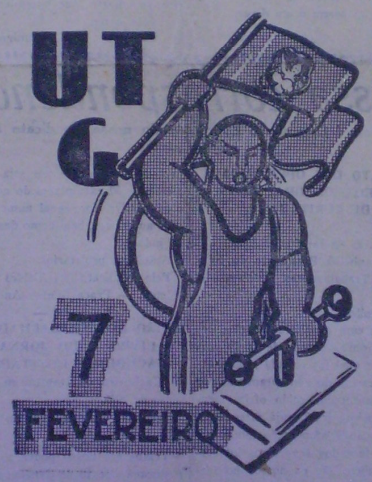
ORGÃO DO SYNDICATO DOS TRABALHADORES GRAPHICOS DE S. PAULO

EDIÇÃO DO S. T. G.
7 DE FEVEREIRO - 936
ANNO XIII — NUM. 16

AEL 18/75

Os treze annos de lutas pela organização dos graphicos de S. Paulo e do Brasil são hoje commemorados pela corporação polygraphica em todo o paiz

A classe operaria tem tambem o dever de commemorar as datas que lhe são caras por lhe recordarem passados triumphos. O Sete de Fevereiro, "Dia do Graphico", como foi cognominado, relembra a victoria do movimento grevista de 1923, e tem sido systematicamente festejado pela nossa corporação, não tanto como data que relembra uma victoria parcial na luta pelas reivindicações immediatas dos graphicos de São Paulo, mas principalmente como marco historico da propria corporação, a qual timbra em não deixar perecer a affirmação de consciencia de que resultou a fundação da U. T. G. Todo o desenvolvimento posterior do nosso syndicato, as suas vicissitudes, os maus dias com os bons, as suas lutas internas, se reflectem na lembrança dos companheiros que constituem a nossa vanguarda e os quaes são a garantia da vitalidade do syndicato. Não devemos tambem esquecer que si as organizações syndicaes do operariado no paiz têm attingido a um grau mais alto de desenvolvimento, si a legislação do trabalho conhece agora um surto promissor, si a propria Constituição de 1934 reconheceu como um dos principios basicos da organização da Republica a autonomia dos syndicatos operarios, estas conquistas pacificas não são devidas ao mero passar dos tempos, ao maior desenvolvimento das industrias no Brasil, mas representam alguma cousa de mais consciente, isto é, representam o producto dos esforços, dos sacrificios voluntarios, das velhas gerações operarias que lutaram por manter as suas organizações de classe muitas vezes em meio a difficuldades quasi insuperaveis. Commemorando o Sete de Fevereiro, os graphicos de São Paulo não devem esquecer tambem que a principal garantia da força de uma organização é a solidariedade de classe. Que os novos elementos do nosso syndicato, a juventude graphica de S. Paulo, venha ao seio da organisação, se retempere na actividade syndical, cuidando dos interesses immediatos da classe, que nunca deserte da luta, antes se renove sempre, com maior ardor e pertinacia, para o bem da corporação e da classe operaria em geral, pois o interesse individual do operario está ligado indissoluvelmente ao interesse geral. Esta é a lição que devemos tirar do Sete de Fevereiro.



Aos que accumulam empregos

Um dos factores mais prejudiciaes ao bom andamento da collectividade graphica, é um só companheiro occupar dois cargos, ou trabalhar em duas casas.

E isso frequentemente se dá entre os linotypistas, que, trabalhando á noite em um determinado jornal, apezar de ganhar o sufficiente para viver, ainda vão trabalhar durante o dia em casas de obras, como linotypistas ou mesmo como typographos.

Esses companheiros, inconscientemente, prejudicam centenas de outros companheros descollocados, que luctam diariamente para conseguir uma collocaçãosinha.

Se esses companheiros que, estando bem collocados, ganhando bom salario, tivessem um pouco de consciencia e viessem a pensar ao menos que estariam occupando um logar que poderia ser preenchido por um companheiro descollocado, elles immediatamente desistiriam de tal.

A ganacia muitas vezes céga o individuo, que pensa em ganhar o dobro, ou duplicar os seus salarios, sem pensar que os seus semelhantes tambem precisam viver.

Esse systema de trabalhar demasiado, não só prejudica os que estão parados, como tambem a si proprios, devido a serem obrigados a dormirem pouco e se esforçarem muito as idéas, a tal ponto de ficarem mais tarde com as suas energias esgotadas, porque, mais que 8 horas por dia ninguem póde trabalhar; 8 horas de trabalho já é muito para cada individuo de nossa época.

E' necessario, pois, que cada um desses companheiros que têm a mania de abraçar o mundo com as pernas, que ponham um freio nessas suas ganancias para ver ao menos se aquelles que estão ha muito tempo descollocados, consigam encontrar trabalho.

Estamos numa época em que, é melhor usar mais camaradagem do que egoismo.

Xisto.

O Trabalhador Gráfico, 7 de fevereiro de 1936. AEL/Unicamp.

III – OS INTELECTUAIS OPERÁRIOS

Adentrar no âmbito sindical brasileiro das primeiras décadas do século XX é verificar que diferentes conceitos permearam o cotidiano das instituições operárias. Quando o objeto de estudo é a categoria dos gráficos surgem complexos fatores que os diferenciam do movimento operário em geral. Entretanto, é necessário reforçar que estes agentes gráficos também faziam parte da classe trabalhadora. Então, em que consistia a idéia de que os associados da União dos Trabalhadores Gráficos poderiam ser considerados diferenciados? Como já explicitado, os operários gráficos estavam em contato com um conteúdo literário amplo, desenvolvendo inúmeros periódicos (proletários ou não) e desenvolvendo a capacidade de compreensão, através de uma carga de leitura superior a das outras categorias. Notava-se ainda no cotidiano da U. T. G. intelectuais com bagagem ideológica adquirida no exterior da classe operária, acompanhando de perto as atividades dos gráficos. Estes normalmente se interessavam pela corporação gráfica pela proximidade que possuíam com os profissionais da imprensa.

Neste contexto, surge-nos a pergunta: Como diferenciar os intelectuais operários dos demais? Segundo Antonio Gramsci há dois tipos de intelectuais identificáveis: os intelectuais orgânicos e os intelectuais tradicionais[165]. Os intelectuais orgânicos – que aqui denominamos intelectuais operários – seriam aqueles que surgem no interior de um determinado grupo social e que tentam dar a esse grupo homogeneidade e consciência da sua função social, política e econômica. Desta forma o intelectual orgânico torna-se o responsável pela "objetividade" da classe na qual está inserido. Em contrapartida os intelectuais tradicionais estão ligados à ordem vigente e conservadora. Estes intelectuais, segundo Gramsci, consideram-se, quase sempre, autônomos e independentes do grupo social dominante, o que não é verdade. No caso da União dos Trabalhadores Gráficos, estes dois extratos da intelectualidade percebida por Gramsci possuíam um relacionamento muito próximo. Exemplo disso era a participação de nomes famosos do meio intelectual e artístico oficial paulista em assembléias dos gráficos. Em 1931, durante um debate na sede da U. T. G. compareceram Patrícia Galvão, Oswald de Andrade e Di Cavalcanti[166].

---

[165] GRAMSCI, A. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995; ver também: *Cartas do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

[166] Relatório de Antônio Ghioffi para o Dr. Ignácio da Costa Ferreira (Delegado de Ordem Social). Doc. 19 Fls. 42. São Paulo, 21 de maio de 1931. Prontuário 577 – *União dos Trabalhadores Gráficos*. DEOPS/SP, APESP. Nesse evento a U. T. G. permaneceu filiada a Federação Operária de São Paulo.

Para Lênin a *consciência de classe* somente poderia ser levada ao proletariado "de fora[167]", isto é, a massa operária por si só não poderia alcançar espontaneamente este estágio de percepção. Este papel deveria ser delegado à intelectuais com formação em outros setores da sociedade. No caso dos intelectuais operários da U. T. G., podemos observar que alguns dos seus integrantes tiveram formação entre as classes mais abastadas da sociedade e outros adquiriram um determinado conhecimento da luta entre as classes, no contato com intelectuais vindos de fora da classe operária, ou ainda, pela cultura adquirida em meio à diferentes escritos políticos e econômicos que circulavam no ambiente de trabalho. Desta forma, a vanguarda operária formada na U. T. G. possuía traços parecidos com o que Lênin sugeriu, mas por se tratar da classe de trabalhadores do Brasil, os gráficos traziam consigo elementos diversificados da teoria leninista.

A questão da hegemonia, que Gramsci e Lênin entenderam como a capacidade de uma determinada classe, neste caso a proletária, guiar os rumos de uma sociedade[168], poderia encontrar um paralelo no comportamento de vanguarda da U. T. G. em meio ao operariado. Os gráficos representavam apenas uma parte do movimento operário brasileiro, o que os impedia de assumir uma posição revolucionária perante a sociedade como teorizavam Gramsci e Lênin. Mas, o desenvolvimento político da corporação gráfica no interior da classe operária, paulista e brasileira, assumindo um papel estratégico de vanguarda, que também era atribuído pelas demais categorias profissionais, imbuía aos gráficos esse caráter de uma pseudo-hegemonia, que não ultrapassava os limites da classe operária. Apesar da limitação da teoria para o caso brasileiro, devido também às peculiaridades, existia ainda a possibilidade de haver dois tipos de "hegemonia" dentro da própria U. T. G.: a externa e a interna. Enquanto instituição de vanguarda, o sindicato dos gráficos disseminou suas práticas e ideologias a toda classe operária; em conseqüência, havia dentro do próprio sindicato a tentativa das diferentes militâncias políticas de suplantarem a visão de seus adversários e assim alcançarem a "hegemonia" no interior da instituição e, conseqüentemente, fora dela.

Na década de 1910, os anarquistas possuíam a preeminência do movimento operário paulista, o que conseqüentemente, influenciou os sindicatos fundados neste período. Porém, muitos adeptos do anarquismo, do início do século, descontentes com as derrotas

---

[167] GRUPPI, L. *O Conceito de Hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978, p.35.
[168] Ver: GRUPPI, L. *op. cit.*

consecutivas da classe operária diante do patronato participaram da fundação do Partido Comunista Brasileiro, em 1922. A nova concepção ideológica causou uma cisão no direcionamento da classe operária disputando a supremacia do movimento operário com os anarquistas, sendo explícito e evidente o caráter desta concorrência nas atividades da União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo. No fim da década de 1920 e inicio da seguinte, uma oposição interna causou uma fração no Partido Comunista internacional com fortes repercussões no Brasil, onde muitos militantes comunistas aderiram ao novo contexto. O jornalista Mário Pedrosa em viagem à Rússia adoeceu na Alemanha, em 1928, e teve conhecimento mais aprofundado das questões que envolviam Stalin e Trotski remetendo estas informações ao Brasil[169]. A U. T. G., teria sido um dos sindicatos, onde os trotskistas tiveram maior influência durante os anos de 1930[170], inclusive com a participação de Mário Pedrosa[171], que se tornou sócio do sindicato. Assim, pode-se afirmar que durante duas décadas, as principais ideologias operárias internacionais tiveram presença marcante na construção do sindicato dos gráficos. A "hegemonia" destes grupos no interior da instituição gráfica foi disputada através de escritos e discursos com conteúdos que simbolizavam as crenças de seus idealizadores.

Apesar da forte presença comunista e de intelectuais "trotskistas", a União dos Trabalhadores de São Paulo era filiada a Federação Operária de São Paulo, de tendência anarco-sindicalista, o que desagradava profundamente os comunistas e a Federação Regional Sindical, órgão do Partido Comunista. No início da década de 1930, foram travados vários embates entre as forças ideológicas que habitavam o sindicato gráfico em torno da questão de permanência da instituição na FOSP. Alguns dos principais intelectuais gráficos percebiam nesta disputa interna da U. T. G., um dos obstáculos que mais contribuía para a desarticulação do movimento operário no Brasil. O jornalista Aristides Lobo alertava seus correligionários através de seu diagnóstico:

> "... As divergências no campo proletário não são outra coisa senão o reflexo da luta entre o proletariado e a burguesia. Esta por meio do seu Estado, da sua imprensa, do seu rádio, do seu cinema, das suas escolas, da sua religião e, em suma, da sua política usa de todos os processos de pressão e corrupção para garantir a sua ditadura sobre a sociedade inteira. E, quando o proletariado se organiza para luta pela sua emancipação, é natural que surjam entre os próprios

---

[169] CARONE, E. *A Segunda República (1930-1937). op. cit.* p. 366-367.
[170] ABRAMO, F. e KAREPOVS, D. *Na Contracorrente da História: documentos da Liga Comunista Internacionalista*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p. 130.
[171] *Prontuário 2030 – Mário Pedrosa*. DEOPS/SP, APESP.

> trabalhadores, as ideologias mais diversas e contraditórias. A dominação da burguesia não só lhe permite explorar a grande massa do povo, como, para assegurar essa exploração, infiltra a sua ideologia reacionária no meio operário. Assim, as 'dissenções políticas' só encontrarão seu termo quando a burguesia tiver desaparecido internacionalmente como classe[172]..."

Aristides da Silveira Lobo de tendência "trotskista" foi um dos mais importantes intelectuais gráficos durante o período de sucesso da U. T. G. no cenário operário paulista. As suas análises eram pautadas nas suas observações empíricas em detrimento à compreensão teórica que possuía das relações entre a sociedade burguesa e a força de trabalho. Ficava evidente nos seus artigos a percepção de temas como a formação da *superestrutura*, que visava favorecer a elite em todos os âmbitos existentes de relações na sociedade constituída. A organização legislativa, política, econômica e ideológica da burguesia industrial contrastava com a desorganização operária, que era visualizada pelo autor como fruto dos embates teóricos que permeavam a classe e parecia potencializada no ambiente gráfico. O discurso a favor da destruição internacional da burguesia enquanto classe evidenciava a ideologia do autor, que pertencia ao grupo gráfico ligado à Liga Comunista Internacionalista.

Independentemente, das ideologias que permearam o cotidiano do sindicato dos gráficos, a relevância dos discursos estaria pautada na capacidade que os intelectuais-operários possuíam em compreender, processar e articular aquilo que aprendiam através de suas leituras pessoais. Aliás, em que medida as necessidades intelectuais dos operários foram supridas com livros, revistas e textos, já que as apreensões e perseguições sistemáticas da polícia foram sempre presentes e efetivas?

Segundo Edgard Carone, dificuldades e adversidades foram enfrentadas, no caso dos comunistas, para a obtenção de certos títulos, visto não haver até a década de 1940, uma editora própria do Partido Comunista Brasileiro. As principais obras eram traduzidas por alguns ativistas e repassadas aos interessados de forma manual e precária. Outra via de obtenção era a importação dos livros, meio eficaz utilizado por alguns dirigentes dedicados a disseminar as teorias formadoras do pensamento revolucionário[173]. Essa última estratégia, por vezes, foi detectada pela Censura Postal, atenta a correspondência direcionada aos

---

[172] Artigo apreendido de Aristides Lobo. Fls. 73. São Paulo, 10 de janeiro de 1933. *Prontuário 37 – Aristides da Silveira Lobo*. DEOPS/SP, APESP.
[173] CARONE, E. *O Marxismo no Brasil (das origens a 1964)*. Rio de Janeiro: Dois Pontos Editora, 1986.

comunistas. Aparentemente, os impressos anarquistas também vinham do exterior, principalmente da Argentina, Espanha e Itália.

Contudo, as conclusões de Edgar Carone poderiam estar incompletas, já que recentemente novas fontes documentais vieram à tona com a abertura dos arquivos da repressão; estes demonstram que havia edição de livros com conteúdos políticos na cidade de São Paulo, durante a década de 1930. De fato, havia inúmeros títulos traduzidos pelos militantes políticos e pela vanguarda que eram repassados aos interessados de forma clandestina e, por isso, precária. Outros eram postados de países, onde os movimentos sociais pareciam melhor estruturados. Porém, algumas editoras gráficas estabelecidas em São Paulo eram especialistas na publicação de livros considerados subversivos aos "olhos" da lei, como a Empresa Gráfica Editora Unitas LTDA., o que sugestionaria a incompletude das afirmações de Carone. Porém, o financiamento necessário para a impressão das obras era o principal obstáculo a ser transposto e geralmente era arcado pelos principais interessados, ou seja, os membros da vanguarda operária[174]. Assim, a edição e circulação de uma extensa bibliografia política aconteciam em São Paulo, antes mesmo da existência da editora do Partido Comunista Brasileiro.

A hipótese mais plausível para que as Editoras Gráficas se arriscassem neste mercado "subversivo" era a existência de um mercado consumidor que compensasse tal risco. A possibilidade de que os donos de outras empresas editoriais, a exemplo da Editora Unitas, fossem militantes de vanguarda deve ser considerada, mas havia um contingente de pessoas interessadas na literatura proibida. E mais uma vez, é necessário frisar que o consumo de livros, revistas e jornais somente era acessível à população com ganhos superiores ao nível da subsistência. Muitos títulos de grande circulação e repercussão mundial foram encontrados em poder da vanguarda gráfica, o que demonstra a capacidade de consumo deste extrato da população operária e, também, o contato destes agentes com as principais teorias revolucionárias presentes naquele momento histórico. Dentre as obras confiscadas pelo Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo na Editora Unitas foram encontradas:

- *A Concepção Materialista da História*, de Plekanov.
- *A Condição Humana*, de André Malraux;
- *A emancipação da Mulher na URSS*, de Salomin;

[174] Ver: CARNEIRO, M. L. T. *Livros Proibidos, Idéias Malditas: O Deops e as Minorias Silenciadas*. São Paulo: Estação Liberdade; Arquivo do Estado / SEC, 1997, p. 41-42.

- *A Grande Revolução*, de P. Kroptkine,
- *A lucta religiosa na URSS*, de Bukarin e Sherwood;
- *A Mulher na Rússia Soviética*, de J. Brandenbursky;
- *A Religião*, de V. I. Lênin;
- *A Revolução Hespanhola*, de L. Trotsky;
- *A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky*, de V. I. Lênin;
- *A Sciência Moderna na Rússia Soviética*, de I. G. Crowher;
- *Alemania atrasa el reloj* (E. A. Moere)
- *Aonde vae a Allemanha*, de Trotsky;
- *Caminho da Revolução Operária e Camponeza*, de Augusto Machado;
- *Cartas Intimas*, de Lênin;
- *Causas Econômicas da Revolução Russa* (M. Pokrovsky)
- *Cimento*, de Fédor Glandkov;
- *Código de Família Soviética,* de Gutierrez*;*
- *Comunismo Libertário*, de E. Malatesta;
- *Dez dias que abalaram o Mundo*, de Jonh Reed, etc.
- *Educação Burguesa e Educação Proletária*, de Edwin Hoernle,
- *Feuerbach*, de E. Engels;
- *Grande Revolução* (P. Kropotkin)
- *Hans Rymer e o Amor Plural*, de Maria L. Mora;
- *Historia de la crescion de los seres oganizados* (Ernesto Haeckel)
- *Homens e Máquinas*, de Larissa Reisner,
- *Imperialismo, etapa 3 do capitalismo*, Lenine;
- *Judeu sem dinheiro* (Michael Gold)
- *Karl Marx sua vida e obra*, de Max Beer;
- *La Conquista del pane* (Pietro Kropotkine)
- *La doutrina Socialista*, de Kautski,
- *La emancipacion de la ujer em la URSS* (Solomin)
- *La lucta contra la guerra imperialista* (s/ autor)
- *La session del C.E. de la Internacional Comunista* (G. Smolianki)
- *Manifesto Comunista*, de Marx e Engels,
- *Marxismo* (Lênin)
- *Materialismo, Filosofia do Proletariado* (Engels)
- *N. R. A. Fascismo e Communismo*, de Morace B. Davis;
- *O Anarquismo, de Peter Kropotkin;*
- *O Capital*, de Karl Marx,
- *O despertar da Ásia* (s/ autor)
- *O Deus Vermelho*, de Adolpho Agorio;
- *O encouraçado Potemkin*, de F. Slang,
- *O Marxismo*, de Kautsky;
- *O Marxismo*, de Lenine;
- *O Plano Qüinqüenal*, de L. Trotsky,
- *O que é Revolução de Outubro*, Trotsky;
- *Oriente Vermelho*, de T. H. Thompson;
- *Origem e Caracter dos Soviets*, de Andrés Nin;
- *Os Libertos*, de Daniel Fibitch;
- *Poemas Proletários*, Paulo Torres;
- *Princípios de Economia Política* (Lapidus e Ostrovitiano)
- *Princípios do Comunismo*, de F. Engels;
- *Problemas do Desenvolvimento da URSS*, de L. Trotsky;
- *Que é o Estado Proletário*, de O. César;
- *Que Fazer?*, de Lênin
- *Revolução e contra-revolução Allemã*, Trotsky;
- *Ritmo Vermelho*, de Gastão P. Silva;
- *Rússia, uma nova humanidade*, de José Dubois;
- *São Paulo-Metrópole, Brasil Colônia*, de Hélio Negro;
- *Uma visita a nova Rússia*, de Fernand Korkos;

• *Verdades Sociaes*, de J. Carlos Boscolo[175];

Alguns títulos presentes nesta listagem podem ter sido adquiridos conforme as ponderações de Carone, ou seja, através da importação clandestina, mas um número razoavelmente relevante foi encontrado nas dependências da Empresa Gráfica Editora Unitas LTDA. Na ocasião da apreensão, mais precisamente em 6 de março de 1936, foram confiscados 19.282 livros[176]. Estes números confirmam a circulação, mesmo que clandestina, de uma vasta bibliografia "exótica", segundo os critérios dos poderes constituídos[177]. Além disso, como já explicitado, confirma o contato da vanguarda operária com as teorias revolucionárias. Suscita ainda questionamentos relevantes quanto ao grau de compreensão desta literatura política e econômica por parte dos agentes da vanguarda.

A solução proposta para esclarecer a existência de um determinado grau de compreensão da literatura revolucionária por parte dos intelectuais operários seria avaliar a produção literária destes agentes e as estratégias de cooptação da massa. Através dos artigos presentes na imprensa operária e das atividades desenvolvidas nas instituições de classe, neste caso mais especificamente no interior da U. T. G., seria possível revelar o nível de cognição desta vanguarda; considerando-se que parte deste conhecimento adveio do contato com a literatura especializada.

Os artigos publicados no jornal *O Trabalhador Gráfico* dissertavam sobre vários temas, mas convergiam para a luta de classes e para o cotidiano social, político e econômico dos trabalhadores. Era através desses escritos que a vanguarda gráfica educava seus leitores demonstrando toda a aprendizagem adquirida. Artigos sobre consciência de classe e o papel da vanguarda neste processo enriqueciam o repertório da imprensa operária, que antes de informar tinha o objetivo primordial de educar seus leitores. Os temas recorrentes do cotidiano social eram apresentados de forma crítica e relacionados, grosso modo, as teorias revolucionárias do operariado:

---

[175] Esses títulos foram observados em diversos documentos anexados aos prontuários do Fundo DEOPS-SP localizado no Arquivo Público do Estado de São Paulo, dentre os principais destacamos: *441 – Victor de Azevedo Pinheiro*; *217 – João da Costa Pimenta*; 828 – *Empreza Graphica Editora Unitas LTDA*; 3815 – *Hylcar Leite*;

[176] *Prontuário 828 – Empreza Graphica Editora Unitas LTDA*. São Paulo, 6 de março de 1936. Fundo DEOPS/SP, APESP.

[177] Em *Livros Proibidos, Idéias Malditas: o Deops e as Minorias Silenciadas*, op. cit., p. 54-55, Maria Luiza Tucci Carneiro apresenta uma listagem de obras apreendidas pelo DEOPS/SP na casa de um militante comunista. Muitos destes livros são os mesmos demonstrados aqui, o que corroboraria em nosso favor.

> Consciência de Classe
> "...Um dos males que mais afetam o proletariado é a falta de "consciência de classe".
> Há uma determinada tendência para a pequena burguesia sob a casca lustrosa de uma demagoga afetada e ridicula.
> Emprega-se mesmo o vocabulário pequeno-burguês, tendencioso e oco, e que no fundo de seu revolucionarisco sem finalidade encerra tão só, um baixo egoísmo pessoal.
> Essa tendência demagógica apenas demonstra que a sociedade se degladia em antagonismos inconciliáveis, insolúveis, e que o regime burguês, mesmo o chamado democrático, é incapaz de resolver, porque o germe desses antagonismos está na questão econômica, e esta não pode ser solucionada por nenhum governo ou partido burguês.
> Só um partido proletário, com um programa oposto aos dos dois partidos burgueses e baseado nos postulados socialistas do marxismo é que poderá resolver essa questão econômica e acabar com esses antagonismos de que adoece a sociedade presente[178]..."

Na quase totalidade dos artigos analisados, a desunião dos trabalhadores era considerada um entrave para a realização das mudanças necessárias na sociedade. A ideologia de um partido proletário foi comum nos últimos anos da década de 1929, já que o Bloco Operário e Camponês habitou o imaginário coletivo de sindicatos como o dos gráficos paulistas. A vanguarda gráfica identificava-se com o BOC e repassava esta simpatia à todos os leitores do órgão de imprensa da classe. Sutilmente, o marxismo era invocado nos textos, e apesar da perseguição da polícia, havia críticas aos modelos econômicos e políticos estabelecidos no Brasil durante a República Velha e após os acontecimentos de 1930, quando Getúlio Vargas chegou ao poder. Demonstrando percepção crítica e propondo alternativas revolucionárias baseadas, principalmente, no marxismo, os protagonistas da vanguarda gráfica resistiam intelectualmente aos desmandos dos donos do poder. Mas a despeito desta resistência teórica em relação aos poderes constituídos, a autocrítica imperava dentre os gráficos, como por exemplo, nas teorizações do Linotipista José Carlos Boscolo, autor do livro *Verdades Sociais* e membro da intelectualidade gráfica. Este fazia críticas árduas as organizações dos trabalhadores do Brasil. Interrogava sobre a ausência de políticos da causa operária no parlamento e utilizava exemplos externos de organização trabalhistas, como as dos Estados Unidos e Inglaterra, para demonstrar a fraqueza das instituições brasileiras. Porém, a maior crítica recaía sobre a vanguarda operária por não possuir conhecimento suficiente para transformar o proletariado brasileiro subserviente em revolucionário. Segundo Boscolo:

---

[178] *O Trabalhador Gráfico*, 1º de maio de 1928. Manchete: Consciência de Classe. Artigo retirado do jornal *O Combate*. AEL/Unicamp.

> "... Há, pois muita malignidade de ignorância quando se affirmam ter tendências revolucionarias o operariado brasileiro. O espírito bolchevista que se infiltra nas camadas exploradas do Brasil é chimerico, ou, puramente literário.
> Não há, entre a maioria dos operários daqui, mesmo organisados, cultura necessária para comprehender quaes foram os factores da revolução de Moscou que resultaram a brusca quéda dum regimem secularmente constituído com proveito d'um outro apenas conhecido através inúmeros pamphletos e poucos livros[179]..."

O relato denunciava um aspecto importante do contexto operário brasileiro. Boscolo afirmava que a classe operária brasileira não possuía características revolucionárias, já que as ações estariam pautadas em discursos, que quase sempre eram desenvolvidos pela educação panfletária e pela bibliografia revolucionária que circulava na cidade de São Paulo, o que na visão do autor era ineficiente e refratária. As palavras de Boscolo convergem, em certa medida, na direção das afirmações de Carone, quanto a dificuldade de obter livros de teoria marxista em São Paulo até a década de 1940. Entretanto, Boscolo critica a falta de livros para toda a população operária e, principalmente, a incapacidade destes em desenvolver uma autoconsciência a partir das leituras. Já a vanguarda operária era agraciada com o surgimento de editoras, como visto anteriormente, que forneciam a bibliografia básica para a formulação das estratégias políticas e econômicas para a classe trabalhadora. Na presença ou ausência da literatura revolucionária, no entanto, a falta de escolaridade da imensa maioria dos trabalhadores era realmente o que dificultava a aprendizagem e a disseminação dos valores classistas, sendo ressaltado e denunciado pelos membros da vanguarda.

Embora as dificuldades de acesso a educação influenciassem negativamente na condução da consciência do operariado, o trabalho da vanguarda, aparentemente, não esmoreceu. A intensa propaganda, que era desenvolvida na clandestinidade e idealizada por uma camada expressiva dos intelectuais operários, baseava-se no modelo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e, por isso, a referência ao país e a Revolução de 1917, alimentava os discursos de exaltação comunista:

> ...Por que é que os pobres, pela primeira vez no mundo, conseguiram vencer os ricos? Porque, entre outras razões a frente dos pobres havia um partido: o Partido Communista, o partido dos communistas, o partido dos pobres que sabem o que têm a fazer para derrubar o governo dos ricos e estabelecer o governo dos pobres. E tammbem porque a frente do Partido Communista havia um chhefe intelligente:

---

[179] *O Trabalhador Gráfico*, 6 de março de 1923. Manchete: As organizações operárias no Brasil são revolucionárias? AEL/Unicamp.

> Lenine. Lenine foi o guia dos pobres na luta contra os ricos. Os pobres venceram os ricos.
> Por isso, nós todos, pobres do Brasil, nós todos, trabalhadores do Brasil, precisamos seguir as lições de Lenine para derrubar no Brasil o governo dos ricos e estabelecermos o governo dos pobres.
> Para isso, a primeira cousa que tens a fazer é alliar-te aos companheiros dentro da tua associação; a segunda cousa é estudares o communismo, a tua doutrina, a nossa doutrina, a doutrina que nos ensina a vencer; a terceira cousa que tens a fazer é entrar para o Partido Communista do Brasil; a quarta cousa, é trabalhar pelo teu partido, pelo nosso partido de trabalhadores[180]..."

A identificação da massa trabalhadora com os artigos era a principal tarefa empreendida pelos os autores. O cotidiano de dificuldades e misérias aproximava o operariado das ideologias que já haviam transformado outras regiões do mundo. A Rússia de 1917 tornava-se arquétipo e todas as mazelas da sociedade brasileira pareciam resolvidas, diante de um governo constituído pelos trabalhadores. A intelectualidade operária brasileira se justificava, enquanto guia da classe trabalhadora, exaltando figuras como a de Lênin, e assim demonstrava a necessidade da existência de um condutor, um teórico articulador capaz de tornar a ideologia operária em prática revolucionária. A prioridade nestes discursos era arregimentar trabalhadores para os sindicatos e, nesse percurso, a educação sindical era o veículo eficaz para o surgimento de uma consciência classista, o que hipoteticamente tornaria a massa de trabalhadores menos resistente a aceitar e integrar o Partido Comunista Brasileiro. Portanto, a vanguarda gráfica, que a partir da década de 1920, era influenciada pela doutrina comunista, dissertava nos seus meios de comunicação sobre as possibilidades de mudanças que poderiam acometer o Brasil pelo viés russo, desde que a população fosse educada para tal feito.

Apesar das dificuldades de compreensão de textos densos, a intelectualidade gráfica buscava mesclar realidade e teoria, na tentativa de possibilitar aos menos afortunados o contato com o pensamento revolucionário. Temas como a *ditadura do proletariado* eram recorrentes nos textos produzidos pela vanguarda, porém em vários momentos foram observados recortes de textos que eram retirados de livros importantes do contexto revolucionário mundial e anexados aos órgãos da imprensa operária sem nenhum tipo de contextualização ou processamento das informações:

> A dictadura do proletariado é uma lucta encarniçada, com e sem derramamento de sangue, uma lucta violenta e pacifica, militar e econômica, pedagógica e

[180] *O Trabalhador Gráfico*, 5 de julho de 1925. Manchete: O Paiz e o Governo dos trabalhadores. P. 6. AEL/Unicamp.

> administrativa, contra as forças e tradicções da velha sociedade. A força do hábito de milhares e milhares de homens é a mais terrível. Sem um partido acostumado a luta, que gose da confiança de todos os elementos honrados da classe e que saiba, observar o estado de espírito das massas e influir sobre ellas, é impossível emprehender semelhante lucta.
>
> (Lenine – Enfermidade Infantil do Communismo)[181]

Para um intelectual da classe operária, citar pensadores e filósofos era uma demonstração do contato que estes possuíam com diversos temas. Porém, estampar fragmentos de livros em jornais como *O Trabalhador Gráfico*, revelava também a falta de didática da vanguarda na apresentação de assuntos que eram cruciais para a compreensão e aceitação de uma doutrina revolucionária. Apesar da falta de sucesso em determinados episódios, pela inexperiência de alguns membros da vanguarda, os documentos produzidos pelos trabalhadores gráficos eram ricos em teorias comunistas, anarquistas e trotskistas, o que atestaria o ambiente revolucionário no qual estava inserida a União dos Trabalhadores Gráficos. Se efetivamente o público operário possuía compreensão e entendia o que era proposto pelos mais intelectualizados seria difícil confirmar, mas ressalvados alguns casos, as tentativas de tornar as teorias mais condizentes com a realidade do movimento operário brasileiro fizeram dos trabalhadores da indústria gráfica pensadores exímios com uma imensa capacidade criativa.

Alguns agentes gráficos aproveitavam o espaço concedido pela imprensa operária para disseminar suas ideologias através de poemas e canções. Mas, os anúncios comprovavam que durante as reuniões, festas e bailes na sede do sindicato também ocorriam recitais e corais carregados de conteúdos "exóticos". Por exemplo, no dia 17 de novembro de 1923 foi realizado um festival de propaganda na sede da UTG, onde o programa foi:

> I – Abertura pela orquestra executando a "Internacional".
> II – Conferencia, pelo Sr. F. Olandin, que dissertou sobre "Os poderes da Civilisação".
> III – Selecto acto variado em que tomarão parte distinctos amadores, e do qual constarão lindas canções, poesias e monólogos[182].

A seleção do hino *À Internacional* servia como um elo nos encontros da U. T. G., já que os trabalhadores gráficos possuíam divergências quando o assunto era o credo político que professavam. Os hinos universais dos trabalhadores eram entoados sem preconceitos

---

[181] *O Trabalhador Gráfico*, 16 de abril de 1926. Manchete: A Dictatura do Proletariado e a Conquista das Massas. AEL/Unicamp.
[182] *O Trabalhador Gráfico*, 17 de novembro de 1923. Festival. AEL/Unicamp.

ideológicos e uniam a classe operária em todas as partes do mundo, e esta situação não era diferente no Brasil. Por isso, as conferências e reuniões eram marcadas pela presença de hinos e/ou canções nas aberturas, demonstrando o caráter de união que deveria pairar nessas atividades. Os festivais tinham a pretensão de educar o operariado na cartilha sindical, sendo que muitas instituições na capital paulista eram influenciadas por alguma doutrina, o que conseqüentemente afetava a imparcialidade das atividades. No caso gráfico, o comunismo era o credo que se destacava na década de 1920, portanto, as palestras eram proferidas com tal discurso, tentando conquistar os convidados. A finalização destes atos acontecia com um grande baile e com recitais de poesias e monólogos. Nesse aspecto, um dos nomes que se destacava era do jornalista, filiado a U. T. G., Affonso Schmidt[183], que esteve sob vigilância da Polícia Política pelas atividades que desenvolvia em meio aos gráficos paulistas. Schmidt escrevia artigos, poemas, poesias e se destacava na organização de peças teatrais. Uma dessas peças intitulada *Ao Relento* foi anexada ao seu prontuário no fundo DEOPS/SP, como forma de comprovar as suas atividades subversivas[184]. Dentre as suas principais atividades, os poemas, com influências comunistas, se destacavam na imprensa operária e, principalmente, no periódico dos gráficos. Os temas abordados eram repletos de críticas direcionadas aos poderes constituídos e educavam de modo descontraído os leitores:

Vida Simples
I
Dizem que o communismo, a palavra de Christo
Transformada em acção, é como a flor do Pólo:
Morrerá no Brasil...Ouvindo, eu me contristo,
Mas recordando a infância logo me consolo.

Quem estas cousas diz desconhece, por certo,
Do mar e do interior as povoações amigas
Da terra em que nasci, que é como um céo aberto,
Mercê dos <mutirões>, com sambas e cantigas.

Os nossos <mutirões>... Que os entendidos contem
Quanto vae moral nesse dever obscuro;
Eu vejo palpitar, nos mutirões de hontem,
Como numa semente a vida do futuro.

II
Quanta fraternidade; A tristeza e a alegria
Partem-se, como o pão! As mesas sempre fartas!
Quem sabe <consultar>, receita a homeopathia,
Quem sabe rabiscar, escreve as nossas cartas...

[183] *Prontuário nº 11 – Affonso Schmidt* – Fundo DEOPS/SP, APESP.
[184] Essa peça foi descrita e comentada, ver: GUALBERTO, E. S. *op. cit.*

É toda communista a vida brasileira;
No sertão é bem velha a grande idéa nova;
Da velha que serviu a todos de parteira,
Ao velho que há de abrir a todos nós a cóva...

Ao nascer e ao morrer, como nas esperanças,
Como nas decepções, encontramo-nos juntos.
Uma gangorra só, para embalar creanças!
Uma gamella só, para lavar defuntos![185]

A intenção de Affonso Schmidt e de tantos outros membros da vanguarda era tornar os trabalhadores menos resistentes ao ideal comunista. Indicando semelhanças nas ações cotidianas das classes subalternas com os modelos pregados pela ideologia comunista, os autores comunistas tentavam desmitificar os preconceitos criados pela Polícia, pelo Estado e pela sociedade – neste último caso, parte desta sociedade constituída por trabalhadores que se identificavam com o anarquismo ou com as demais teorias socialistas. Essa aproximação entre o dia-a-dia do público leitor e as ideologias eram uma constante nos artigos da imprensa operária, mas nos poemas a criatividade atrelada a rimas revelava eufemismos que somente eram possíveis porque os envolvidos possuíam letramento suficiente para tal feito. Mas, o auge da criação literária dos gráficos se perfazia no contexto exterior ao grupo, isto é, no momento em que ultrapassava os limites do ambiente gráfico e da proteção corporativista do próprio oficio para revelar e desvendar as mazelas que agrediam outros setores da classe operária:

Tecelã

Pallida tecelã de olhar tão duro,
Tarjado por dois sulcos de violeta,
Esconde a tua cabelleira preta
No meio metro desse panno escuro;

esconde os teus donaires, Julieta
enérgica, pois o ar é tão impuro,
que o teu rosto de pecego maduro
fana-se, ao ir e vir dessa naveta;

segura com valor o teu novello,
quero que sejas sabia no fazel-o
para amanhã, talvez, tu ensinares

o a b c dos deveres às rainhas,
quando ellas te surgirem, pobrezinhas,
mendigando trabalho nos teares[186]...

[185] *O Trabalhador Gráfico*, 9 de novembro de 1923. poema de Affonso Schmidt. AEL/Unicamp, p. 4.

A vanguarda gráfica demonstrava o seu papel de liderança quando agia em prol do movimento operário em geral. Assumia posições de critica e evidenciava as péssimas condições que os trabalhadores brasileiros vivenciavam. Na elaboração dos poemas havia preocupação dos intelectuais gráficos em trabalhar a questão da *consciência de classe*, abordando situações que freqüentemente eram comuns em todos os níveis profissionais. Na questão do gênero, pensadores como Schmidt, foram pioneiros na defesa e exaltação da mulher operária, já que dentre a massa de trabalhadores, o setor feminino possuía as menores remunerações e a piores condições de alfabetização, o que proporcionava ocupações onde havia alta divisão do trabalho. A indústria que mais empregou a mão-de-obra feminina foi a de tecelagem, sem dúvida, onde a necessidade de uma atividade intelectual era praticamente nula, já que a operação em máquinas ou teares era uma atividade basicamente mecânica. No setor gráfico, as mulheres eram um número diminuto, resultado da pouca instrução da camada feminina na sociedade proletária paulistana. Assim, poemas que destacavam a condição da mulher e o estágio precário de outros ofícios foram comuns na ação dos gráficos. Essa estratégia de apresentar o mundo operário exterior à empresa gráfica em poemas ou textos elevava os trabalhadores freqüentadores e/ou filiados a U. T. G. ao grau de intelectualidade combativa e consciente do movimento operário paulista.

As poesias e os poemas eram estrategicamente desenvolvidos com a intenção de educar os leitores, através da descontração e da fluidez de textos carregados em rimas. O contexto narrado, geralmente, descrevia situações cotidianas, onde a contestação e a reivindicação eram os instrumentos básicos da composição. Diversos autores permaneciam no anonimato devido às fortes críticas que desenvolviam em seus escritos. Sabemos que a questão social era um caso de Polícia[187] na década de 1920 – e continuaria sendo durante a Era Vargas – e, por isso, a prudência de alguns agentes da vanguarda, que preferiam manter a própria identidade obscura. A poesia a seguir foi emblemática neste aspecto:

<u>Variações Futuristas</u>

Os homens na terra
Teem um destino
A Bíblia berra,
mas não atino
qual seja o dado

---

[186] *O Trabalhador Gráfico*, 7 de fevereiro de 1924. Poema de Affonso Schimidt, p. 6. AEL/Unicamp.
[187] PINHEIRO, P. S. e HALL, M. M. *op.cit.*

tão malfadado
de desgraçado ao pessoal
de uma corporação valente
que conta com boa gente,

Era uma vez
A jornada de 8 horas, agora são dez,
p'ra calcar bem as esporas.

Assim vae navegando
a nau Piratininga
eis senão quando
esbarra na restinga
e solta a catinga
ca-panga, ca-penga, ca-pinga
e o capitão se vinga,

Mas o patrão
o seu João
homem mui bão
o Deus daquella gente,
a quem dá pão, grita vehemente:
Na minha casa ninguém é operário,
(e mudou o horário)
Todos aqui são empregados
...gados, comprados e bem pagos.

Alguém de lã mais curta pára
e o seu João a testa
protesta, desembesta
hu festa!

A carne-irada
Não se revolta,
Entorta, morfa,
de fome
pela porta

E o primeiro que tombar
na estrada
extenuado pelas 10 horas
da jornada,
terá por certo um louro,
acabou a lã,
lhe arrancarão o couro[188].

Com um teor crítico, a poesia *Variações Futuristas* pode ser considerada uma afronta aos empresários da época e um indício do descontentamento do operariado paulista diante das condições de vida e trabalho. Aqui percebemos uma forte alusão a categoria gráfica com requintes de exaltação a corporação. A reivindicação das oito horas de serviço

[188] *O Trabalhador Gráfico*, 7 de fevereiro de 1924. Poema assinado por Licio. p. 5. AEL/Unicamp.

diário tornou-se a bandeira da classe operária, já que as jornadas extenuantes de trabalho prejudicavam a saúde dos operários e agravavam os descontentamentos. Essa poesia, publicada em 1924, foi uma demonstração da falta de compromisso de patrões e governo que há anos prometiam a redução das horas trabalhadas, sendo esta uma das reclamações do operariado desde a década anterior, o que culminou na greve que paralisou a cidade de São Paulo em 1917. Em certa medida, o abuso cometido pelos patrões era um reflexo das políticas governamentais e da própria desarticulação da classe operária na década de 1920. Os trabalhadores gráficos, enquanto vanguarda, utilizavam os meios que possuíam para contestar as atitudes do poder, porém atividades como poesias e poemas não possuíam propostas definidas para rearticular a classe operária. Estas possuíam um papel restrito de crítica, mas foi a solução adotada pelos mais intelectualizados para engendrar na população operária o interesse pela luta de classes. No poema *Variações Futuristas* esse confronto entre classes possuía um final bem definido pelo autor: a morte daquele que era sacrificado pelo trabalho.

O medo gerado pelas perseguições da polícia sempre conteve as criticas mais exasperadas da vanguarda. Todavia, o risco era algo presente em todas as atividades dos militantes operários e apesar das ponderações individuais, no geral, as ações dos intelectuais gráficos alcançavam os níveis mais ousados de crítica e de enfrentamentos diretos com os mantenedores da ordem. Com o desrespeito do empresariado a tênue legislação existente na década de 1920, a polícia era obrigada a arbitrar os conflitos do capital, e o ônus das empreitadas dos agentes policiais recaia impreterivelmente sobre os trabalhadores. Neste contexto de conflitos e perseguições, a força policial foi satirizada inúmeras vezes pelos gráficos, sendo os principais nomes da repressão ridicularizados, perante toda a população operária de São Paulo, nas poesias, nos poemas e também nos artigos veiculados no jornal *O Trabalhador Gráfico*. Alguns escritos tornaram-se músicas de protesto com letras que serviam de chacota as arbitrariedades cometidas pelas autoridades policiais.

A Canção do Semi-Homem

Vede só, meus amiguinhos,
Como está vosso Ibrahim!
Que dizeis dos sapatinhos?
Ficam bem, ou não, em mim?

E a flor que eu tenho nos lábios,
Nos meus lábios de coral?
Oh!...Sinto, ainda, os resabos

Do bruto que me fez mal!

Murmurem o que quizerem
Elementos dissolventes...
Os homens que me preferem
São bem mais intelligentes!

Elegante, aristocrata,
Doce, mellifluo, jovial,
Valho bem uma mulata
Da minha terra natal!

Na obra genial de Sade
(Lembrae-vos de Dolmance),
A minha posteridade
Todo o mundo logo vê!

Além disso, no meu fado,
Não posso por azedumes:
Que fazer a um delegado
A polícia de costumes?[189]...

Caricatura do Delegado Ibrahim Nobre publicado no Jornal *O Trabalhador Gráfico* em 17 de abril de 1929.

As canções e caricaturas que satirizavam as autoridades policiais eram freqüentes na imprensa operária. Desde a hegemonia anarquista no interior da classe operária as

[189] *O Trabalhador Gráfico*, 17 de abril de 1929. Boletim de Greve. AEL/Unicamp.

caricaturas que zombavam de patrões, políticos e autoridades policiais eram matéria estampadas na primeira página dos jornais. Essa permanência anarquista acompanhou os anos de maior combatividade dos gráficos, durante as décadas de 1920 e 30. No relato acima a canção, em forma de poema, foi publicada ao lado da caricatura, com a intenção de angariar as atenções dos leitores e provocar indignação na autoridade envolvida, neste caso, o delegado de polícia Ibrahim Nobre. O anonimato também foi mantido como forma de defesa. Mas a ridicularização da imagem de uma autoridade surtia efeitos desastrosos para os autores. O Departamento de Ordem Política e Social atuou com intensidade no sindicato dos gráficos, justamente porque na época desta publicação ocorria a greve de 1929; Esta surgiu como resposta dos gráficos ao descumprimento das leis governamentais por parte dos empresários. É possível inferir que o escárnio promovido pelos agentes gráficos a figura do delegado Ibrahim Nobre fosse uma retribuição as investidas da polícia no sindicato, como conseqüência da paralisação.

Governo, empresários e polícia foram os principais alvos das publicações dos gráficos. A contestação dos poderes constituídos era tema comum nos artigos, nas músicas, nas poesias e poemas. Mas, o poder que a Igreja exercia na sociedade, as suas riquezas e a influência nas decisões dos grupos do poder fizeram a instituição participar também periodicamente dos discursos da imprensa operária. O jornal *A Lanterna* que possuía como diretor o gráfico Edgar Leuenroth direcionava suas atenções somente à Igreja Católica. Na década de 1930, o periódico relacionava a Igreja ao fascismo[190] e combatia ferozmente a atividades clericais no Brasil. No jornal *O Trabalhador Gráfico* os autores gráficos também faziam incursões no cotidiano da Igreja, criticando e expondo dúvidas até mesmo sobre a veracidade da existência de Deus. Artigos e poemas repletos de dúvidas e críticas surgiam nos semanários na tentativa de reeducar os leitores sobre o tema religioso. Os dois documentos a seguir comprovariam a assertiva:

DEUS

Se Deus o ser nos fez, se Deus existe,
Se alma botou em toda a Natureza,
Por que motivo então a vida é triste,
Toda pallôr e cheia de rudeza?

Se Deus é bom, se grande e justo é Deus,

[190] *A Lanterna*, 20 de julho de 1933. Manchete: Luta sem tréguas contra as forças da reação. CEDEM/UNESP.

- Olhos piedosos que ira não encerra,
Por que não vê então do azul dos céos
Esta infeliz ventura cá da terra?

Deus é bom! Deus é grande! Deus é anseio!
- A Natureza, Mundos e Infinito,
Cômica força vã, fictício esteio
Que não suavisa o coração contricto

Das mães que choram filhos moribundos,
Das luctas que o homem trava passo a passo,
Da infância abandonada pelos mundos...
E Deus é bom...
- Que coração de aço![191]

> "...Muito poderia expor-vos acerca da missa e da confissão, sem as quaes estivemos muitos séculos; muito acerca do purgatório, ridícula invenção dum papa; muito acerca dos milagres e santarrões em que abundam a nossa religião e os nossos templos.
> O luxo asiático de nossas igrejas é contra Deus e contra a moral.
> Não se vê senão palácios, pouco resta de presepe em que nasceu Jesus.
> Eu sigo-o nisto: "Ide e ensinae!"
> Por isso vos recommendo que vos privei de tudo e frequenteis escolas diurnas, em que tireis a influencia ao padre, ao jesuíta, que enche as intelligencias de patranhas e tira o jugo aos corações[192]..."

Em forma de verso ou prosa, as críticas à estrutura da Igreja Católica foram perceptíveis devido a intensidade e quantidade de artigos existentes na imprensa operária e no periódico gráfico. Ambos os documentos são emblemáticos, já que os temas abordados seriam apenas uma amostragem das críticas promovidas pelos gráficos paulistas. O cotidiano difícil da classe proletária contrapunha-se a riqueza do clero, algo que não era tolerado pelos adversários da instituição. No entanto, o artigo acima foi redigido por um padre que não concordava com a situação discrepante na qual estava inserida a Igreja. Em contato direto com as lideranças operárias, membros eclesiásticos das camadas inferiores dissertavam sobre a necessidade de reformulação nas estruturas vigentes da sociedade e, principalmente, na instituição católica. Ao mesmo tempo, em que a confiança na Igreja era debatida entre a vanguarda operária, as dúvidas sobre a existência de Deus se abatia sobre os trabalhadores que viviam em condições precárias de subsistência. No poema *Deus*, as dúvidas iniciais trilhavam o rumo do questionamento sobre a real presença de um ser que regeria a vida dos seres humanos; o desfecho corroboraria a inexistência de um deus. Os conteúdos dos documentos comprovavam o anticlericalismo dos agentes da vanguarda

---

[191] *O Trabalhador Gráfico*, 1º de maio de 1928. Poema assinado por J.C.B. AEL/Unicamp.
[192] *O Trabalhador Gráfico*, 25 de maio de 1925. Manchete: Consciência. Autor: Padre Lázaro, p. 3. AEL/Unicamp.

gráfica e aproximação destes com integrantes da Igreja que faziam oposição interna a alta hierarquia.

O Vaticano não era, porém, a única preocupação da intelectualidade proletária. Durante os anos trinta, a vanguarda operária paulista uniu forças no combate às forças fascistas que haviam surgido na Europa na década anterior e que possuíam simpatizantes no Brasil. A atuação nessa luta foi maior na década de 1930, mas dentre os gráficos essa preocupação já ocupava os espaços anos antes. Enquanto vanguarda, os intelectuais gráficos já percebiam as conseqüências para o mundo e para o Brasil do avanço das forças fascistas, que possuíam como característica o ideal totalitarista. Um artigo publicado no órgão de imprensa gráfico e assinado por João Carlos Boscolo já demonstrava algumas preocupações com o fascismo e aproveitando a visita da embaixada italiana ao Brasil em 1923, reforçou tais expectativas:

> "... Conforme os jornaes noticiam, é esperada hoje às 20 horas, nesta capital, a embaixada *aviatória* fascista, que aqui aporta em propaganda do systema burgo-clero-escravocrata, ultimamente estabelecido na Itália pelo ex-director do <Avanti>, Benito Mussolini.
> Em fins do anno passado muito me occupei, pelas colunnas dum vespertino, sobre a organização fascista e quaes os dannos moraes e materiaes que acarretariam aos operários se elle positivasse definitivamente entre nós.
> Infelizmente, me não foi possível continuar nessa campanha de advertência aos ardis destinados às classes proletárias, devido aos empecilhos que me apresentaram os directores de diversos jornaes na publicação de taes artigos.
> Conformei-me, porém – à força! – com os absurdos da época amoldada ao regimem da rolha, aguardando, todavia, dias mais felizes para a defesa da verdade.
> Embora a imprensa toda a conserve, desavergonhamente, agachada às mais abjectas e passivas condições da opinião publica, não poderei, absolutamente, como idealista e emancipado que me considero, silenciar neste momento contra a trama machiavelica da embaixada fascista que pretende destroçar as energias ainda adolescentes da família operária brasileira.
> Alerta, operários! Os objectivos dos fascistas que hoje hão de pisar terras paulistas, visam EXCLUSIVAMENTE a destruição das organizações operárias, e tentar, a viva força, com os antigos jesuítas, dividir a harmonia reinante entre as classes para a constituição de facções proletárias <afascinadas>, escravas e beatas.
> É de prever, também, que essa embaixada *aviatoria* queira com artimanhas dos looping lops, embasbacar, pelo enthusiasmo natural das façanhas, os incautos operários e tornal-os desse modo adeptos do fascismo.
> Do programma de propaganda consta vasto numero de conferencias em theatros, associações operárias, beneficentes, etc., (...)
> (...) Não vos deveis arrastar pelas tabias embusteiras desses <camisas pretas> que na terras heróica da Itália atiram-se as mais sórdidas e medievaes chacinas, matando seres humanos e invadindo lares. Evitae o contacto desses homens que reduziram os nossos companheiros da Península as mais tristes condições.
> Operários e associações de S. Paulo!

> Fechae as portas de vosso lar e de nossa séde a esses fascistas, não permitindo que nellas se agasalhe a idéia insidiosa de Mussolini[193]...

A clareza de pensamento apresentada por Boscolo explicaria porque muitos militantes gráficos eram considerados membros da vanguarda operária paulista. Estes antecipavam movimentos, visualizavam ações futuras e eram formadores de opinião. O conhecimento adquirido pelos membros da U. T. G. são evidências do contato destes com uma bibliografia política especializada e com as atualizações informativas em nível mundial. O texto de Boscolo advertia a classe operária para as atrocidades cometidas pelos fascistas na Itália e as conseqüências desastrosas para os trabalhadores brasileiros, caso houvesse disseminação daquele ideário no país. O Vaticano era novamente um assunto polêmico na apreciação de um artigo publicado na imprensa gráfica, uma vez que associava os desmandos fascistas ao poder instaurado pelos jesuítas no Brasil durante séculos. A percepção transmitida ao leitor era pautada na indignação apresentada pelo autor, que argumentava e criticava o regime implantado na Itália com ardor e revolta. José Carlos Boscolo era um adepto do comunismo libertário, ideologia que era perseguida e combatida pelos fascistas italianos. Embora houvesse motivações pessoais, o pioneirismo dos agentes gráficos na crítica aos regimes totalitários contribuiu para que na década seguinte surgissem movimentos contundentes em São Paulo contrário a instauração de um regime totalitário no Brasil.

O crescimento dos governos totalitários na Europa foi acompanhado com preocupação pela intelectualidade, oficial ou clandestina, esquerdista brasileira. A crescente militarização das sociedades pelo mundo impulsionava os mais esclarecidos a acreditarem na possibilidade de um iminente confronto mundial, o que gerava um desconforto nos comentários cotidianos e rotineiros dos trabalhadores da imprensa. Influenciados na década de 1920 pela literatura comunista, especificamente pelas obras de Vladmir I. Lênin, os gráficos debatiam sobre o imperialismo, a crise do capitalismo e o egoísmo da sociedade como conseqüência do individualismo do sistema:

> "...O homem actual tornou-se soberbo, egoísta e interesseiro. Seus sonhos lyricos, suas esperanças rosadas, seus afans, suas convicções reduzem-se a uma única cousa: accumular dinheiro.
> O dinheiro mobiliza grande contingente de seres; reduz a escravidão outros tantos; inspira o roubo, o crime, a tyrania.

---

[193] *O Trabalhador Gráfico*, 24 de março de 1923. Manchete: O Fascismo em S. Paulo. Autor: João Carlos Boscolo. AEL/Unicamp.

> Para que não se altere a ordem actual do estado de cousas e não se desvalorize por completo o dinheiro de um paiz, é que se creou o militarismo, a farça da defesa da pátria contra possíveis inimigos, etc[194]..."

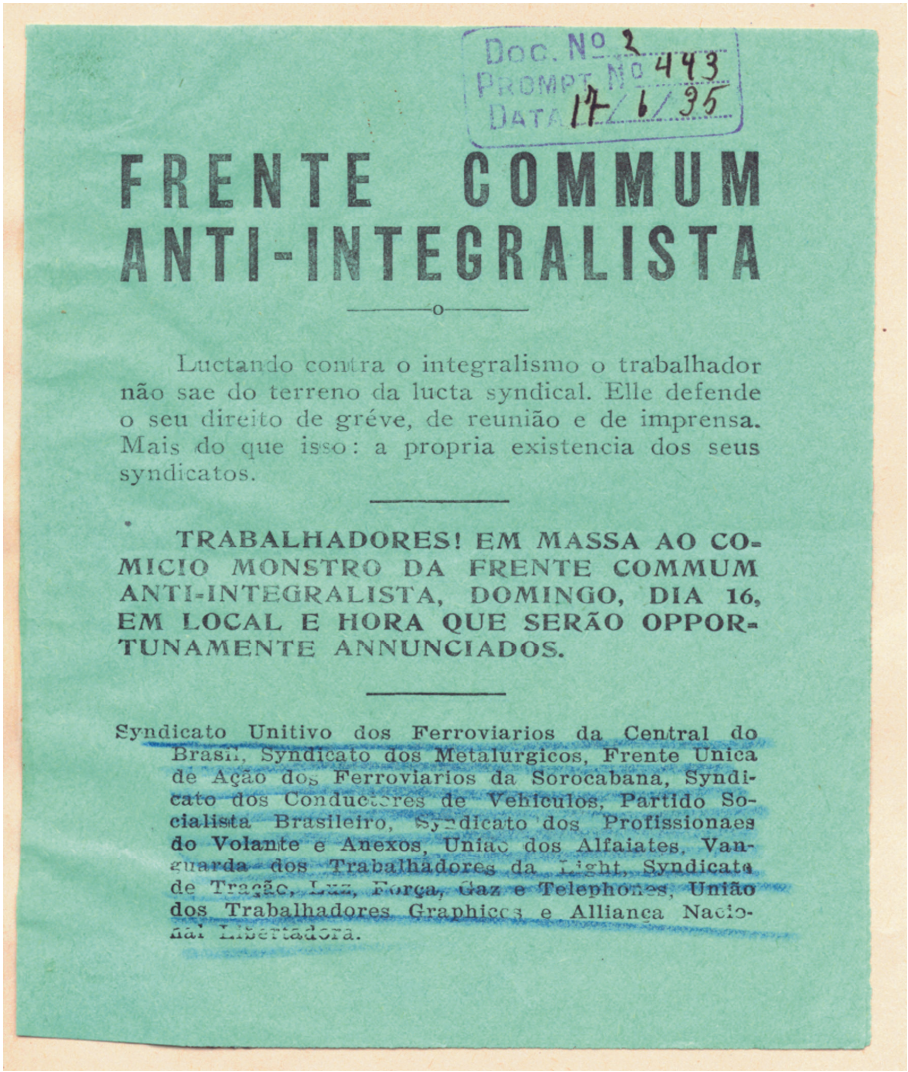
Ramon Guerrero Simon[195] foi membro ativo da vanguarda operária paulista e integrante da U. T. G. Escrevia artigos para *O Trabalhador Gráfico* e desenvolvia estratégias políticas no âmbito da classe operária. Essa versatilidade gerava a desconfiança policial e, conseqüentemente, gerava uma perseguição sistemática empreendida a todos os indivíduos considerados indesejados. Porém, apesar dos infortúnios, Guerrero Simon desenvolveu uma campanha persistente contra a militarização das sociedades e o recrudescimento dos movimentos fascistas no mundo. A raiz dos movimentos que surgiram na década de 1930 poderia ser encontrada na atuação de agentes, como Guerrero, que acenavam na década anterior para os problemas contidos em ações como o nacionalismo exacerbado, legitimados nos discursos de defesa das economias nacionais. A corrente antifascista organizada que protagonizaria e travaria os principais embates contra as forças reacionárias mais tarde no Brasil possuía em sua gênese a indignação de pessoas como Boscolo e Guerrero Simon.

Na década de 30 as reuniões, palestras organizadas pela U. T. G. eram de cunho antifascista. Organizações importantes como o *Comitê Anti-Fascista*[196] e a *Frente Comum Anti-Integralista*[197] eram influenciadas pelos agentes gráficos e suas diretrizes eram formuladas no sindicato dos gráficos, o principal ponto de encontro dos militantes antifascistas de São Paulo. Como nos anos 30, a U. T. G. era um circulo de atuação de ativistas da Liga Comunista Internacional[198], conhecidos pela alcunha de "trotskistas", estes se destacaram na luta antifascista e foram os articuladores do movimento com os trabalhadores gráficos. Os libertários também participaram assiduamente da contestação fascista, porém, com divergências ideológicas que os afastava do direcionamento das manifestações. Além disso, a atenção libertária na década de 30 estava direcionada ao tema da Revolução Espanhola e a República implantada com apoio dos trabalhadores[199]. A

---

[194] *O Trabalhador Gráfico*, 28 de dezembro de 1927. Manchete: Militarismo e Guerra, Trabalho e Progresso. Artigo produzido por Ramon Guerrero, p. 5. AEL/Unicamp.
[195] *Prontuário 390 – Ramon Guerrero Simon*. Fundo DEOPS/SP, APESP.
[196] *Prontuário 1581 – Comitê Anti-Fascista*. Fundo DEOPS/SP, APESP.
[197] *Prontuário 1656 – Comitê Anti-Integralista*. Fundo DEOPS/SP, APESP.
[198] ABRAMO, F. e KAREPOVS, D. *op. cit.*, p. 130; CASTRO, R. F. *Os Intelectuais Trotskistas nos anos 30*, p. 142, in: REIS FILHO, D. A (Org.). *Intelectuais, História e Política: Séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.
[199] PARRA, L. S. *op. cit.*, p. 77.

reação das forças fascistas espanholas unia os anarquistas brasileiros em torno do projeto antifascista em nível nacional. Houve uma intensa polarização dos setores intelectuais neste período, onde a direita fascista era representada no Brasil pelo Partido Fascista de Plínio Salgado e os movimentos de esquerda uniram forças para combater o inimigo comum[200]. Ainda dentre essas forças, estavam os militantes do Partido Comunista Brasileiro e a Aliança Nacional Libertadora. Em 7 de outubro de 1934, ocorreu em São Paulo um confronto direto entre antifascistas e integralistas na Praça da Sé[201], ocasião em que vários freqüentadores da U. T. G. foram detidos pela polícia, dentre eles o jornalista Fulvio Abramo.



DOC. Nº 2
PROMPT Nº 443
DATA 17/1/95

FRENTE COMMUM ANTI-INTEGRALISTA

Luctando contra o integralismo o trabalhador não sae do terreno da lucta syndical. Elle defende o seu direito de gréve, de reunião e de imprensa. Mais do que isso: a propria existencia dos seus syndicatos.

TRABALHADORES! EM MASSA AO COMICIO MONSTRO DA FRENTE COMMUM ANTI-INTEGRALISTA, DOMINGO, DIA 16, EM LOCAL E HORA QUE SERÃO OPPORTUNAMENTE ANNUNCIADOS.

Syndicato Unitivo dos Ferroviarios da Central do Brasil, Syndicato dos Metalurgicos, Frente Unica de Ação dos Ferroviarios da Sorocabana, Syndicato dos Conductores de Vehiculos, Partido Socialista Brasileiro, Syndicato dos Profissionaes do Volante e Anexos, Uniao dos Alfaiates, Vanguarda dos Trabalhadores da Light, Syndicato de Tração, Luz, Força, Gaz e Telephones, União dos Trabalhadores Graphicos e Alliança Nacional Libertadora.

Panfleto da Frente Comum Anti-integralista, s/d. Doc. 2. Prontuário 443 - *Felício Cardamoni*. Fundo DEOPS-SP, APESP.

[200] CASTRO, R. F. *op. cit.*, p. 137.
[201] Idem, p. 144; sobre esse tema ver também: ABRAMO, F. "7 de outubro de 1934". Cadernos CEMAP. São Paulo, ano I, nº 1, p. 3-65, 1984.

Em dezembro de 1934, no turbilhão de sentimentos e acontecimentos que assolavam o Brasil, foi fundada na cidade de São Paulo, a *Frente Única Popular* (FUP) ou *Frente Única Syndical*[202]. A FUP era um braço de apoio à Comissão Popular de Inquérito instituída no Rio de Janeiro para defender juridicamente presos políticos, operários e denunciar as práticas ilegais da polícia. A sua criação foi apoiada pelo Partido Comunista Brasileiro, Socorro Vermelho, Juventude Comunista, Liga Comunista Internacionalista, Comitê de Luta contra a Guerra Imperialista e Reação ao Fascismo, Legião Cívica 5 de julho, Sindicato dos Alfaiates, Sindicato dos Bancários e Sindicato dos Empregados do Comércio e Contadores[203]. Na data da inauguração, Mario Pedrosa esteve presente representando a Liga Comunista Internacionalista demonstrando a necessidade de uma união entre várias tendências ideológicas contra o governo de Getúlio Vargas e os Integralistas. A CGTB, sob influência comunista, simpatizava e apoiava a nova agremiação pela iniciativa de congregar forças antagônicas da esquerda nacional, porém não acreditava em uma unidade ideológica.

Apesar da presença do sindicato dos gráficos não constar nos primórdios da FUP, muitos militantes gráficos participaram ativamente da construção da entidade. Os freqüentadores da U. T. G. eram quase sempre integrantes de outras forças da esquerda nacional, o que gerava inúmeras oportunidades de ação. Nesse aspecto, os integrantes da L. C. I., que atuavam também como trabalhadores gráficos ou jornalistas filiados ao sindicato da classe, desenvolveram atividades nos dois ambientes, com destaque em ambos. A Polícia Política (DEOPS/SP) perseguia sistematicamente os agentes da vanguarda que possuíam livre acesso para freqüentar diversas instituições partidárias e de classe. Durante os anos de 1930, os nomes em destaque no movimento operário foram aqueles que atuavam como oposição interna no Partido Comunista Brasileiro. Na organização da FUP, estes agentes da vanguarda gráfica atuaram decisivamente para a consolidação da instituição, o que acarretava uma vigilância cotidiana por parte dos órgãos de repressão em torno das atividades desenvolvidas. Dentre estas, as reuniões e palestras da FUP foram flagradas constantemente, sendo os membros mais destacados reconhecidos e acossados. Em um desses flagrantes, as provas foram contundentes, já que a vigilância resultou em uma fotografia anexada ao prontuário da FUP, junto ao Departamento de Ordem Política e

---

[202] Ver: MUNAKATA, K. *op. cit*. p. 97; Ver também: CANÊDO, L. B. *O Sindicalismo Bancário em São Paulo*. São Paulo: Símbolo, 1978.

[203] Relatório Sobre a Primeira Reunião da Frente Única Popular. Doc. 8, Fls. 21. *Prontuário 3278 – Frente Única Syndical ou Frente Única Popular*. DEOPS/SP, APESP.

Social. Ativistas gráficos, famosos pela atuação combativa da U. T. G., figuravam entre os flagrados:

Fotografia de Reunião da Frente Única Popular. São Paulo, s/d. Prontuário 3278 – Frente Única Syndical ou Frente Única Popular. DEOPS/SP, APESP.

Os locais onde aconteciam as palestras e as reuniões da FUP eram o sindicato dos bancários e o Salão da Lega Lombarda. Nestes encontros a platéia assistia os membros da vanguarda atuarem com discursos e palestras. Na fotografia produzida pelos inspetores da polícia, o ambiente privado e descontraído era considerado subversivo e clandestino. Os destaques da polícia evidenciavam os agentes da vanguarda; dentre estes os que atuavam

pela UTG. Fulvio Abramo, João Matheus e Victor de Azevedo Pinheiro (ver adiante) eram freqüentadores assíduos do sindicato dos gráficos e militavam na Liga Comunista Internacionalista. Alfredo Godofredo[204] (391) era motorista e comunista; Ladislau de Camargo[205] (3434) era Ferroviário e também comunista. O Jornalista Clóvis Gusmão[206] (1539) era famoso pela suas atividades políticas em São Paulo, pois trabalhava no jornal *A Platéa* e era secretário regional da Aliança Nacional Libertadora.

A U. T. G. foi aos poucos sendo cooptada pelas ações empreendidas pelo governo de Getúlio Vargas. Desde 1931, quando foi lançado o decreto-lei 19.770, ou Lei de Sindicalização, o governo demonstrava a intenção de desarticular o poderio dos sindicatos operários.[207] A Legislação que surgiu durante a década de 1930 atraiu a massa de trabalhadores que não possuíam vínculos com partidos e doutrinas, o que esvaziou o movimento operário. Em 23 de outubro de 1935, a instituição foi reconhecida pelo governo como o único sindicato oficial dos trabalhadores gráficos em São Paulo[208], em consonância com a recém promulgada constituição. Assim, os principais articuladores da vanguarda, pertencentes ao sindicato dos gráficos, viam a estrutura de sua instituição de classe ruir. A migração dos intelectuais gráficos para outros movimentos de contestação foi a estratégia arquitetada para a sobrevivência de uma política ideológica de classe. A Frente Única Popular, assim como Aliança Nacional Libertadora foram os principais refúgios da vanguarda que freqüentou a U. T. G. durante quinze anos.

O sindicato dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo continuou fazendo oposição ao governo, mas em conformidade com a legislação implantada pelo governo. A sua autonomia praticamente inexistiu depois da sindicalização oficial. As forças vigentes e conservadoras tinham como finalidade manter a estrutura e a sua legitimidade, em um duelo de forças, onde o proletariado e a pequena burguesia eram vistos como inimigos políticos[209]. No marxismo em especial – onde um papel abrangente é dirigido para a luta de classes – o movimento trabalhista é considerado como sendo o único herdeiro das pressões

---

[204] *Prontuário 391 – Alfredo Godofredo*. Fundo DEOPS/SP, APESP.
[205] *Prontuário 3434 – Ladislau de Camargo*. Fundo DEOPS/SP, APESP.
[206] *Prontuário 1539 – Clóvis Gusmão*. Fundo DEOPS/SP, APESP.
[207] MUNAKATA, K. *op. cit.* p. 93-94.
[208] O nome oficial sugerido pelo governo e adotado pela antiga U. T. G. foi Syndicato dos Trabalhadores Graphicos de São Paulo.
[209] Ver: ARENDT, H. *O Sistema Totalitário*. Lisboa: Dom Quixote, 1970.

para a mudança social e política iniciada pelos movimentos burgueses[210]. Assim, os poderes constituídos tentaram de diferentes formas silenciar os anseios populares, através de leis, de repressão e de mitos e estigmas.

A legislação trabalhista serviu como suporte para o desenvolvimento da burguesia industrial e como silenciadora das reivindicações proletárias. A maior parte da população operária brasileira lutava por melhorias sociais e trabalhistas, sendo a luta política um desejo secundário para a maioria. Atento à isso estava um governo apoiado por uma burguesia industrial que, como retribuição, aguardava a ação de um Estado que atuaria como guardião do processo de produção. Segundo Marx, *na evolução da produção capitalista, desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição, costume, reconhece as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes*[211], ou seja: a legislação trabalhista surgiu para "domesticar" a classe trabalhadora e dar base de sustentação para a burguesia industrial. Este setor social encontrando uma classe operária "rigidamente controlada" pela intervenção das leis sociais poderia obter resultados altamente compensadores, intensificando o trabalho nas fábricas[212]. Para Louis Althusser,

> "...ao lado das funções repressiva e ideológica de Estado ou, mais precisamente, das práticas repressivas e ideológicas de Estado, seria preciso considerar com elas, a função econômica de Estado ou, mais precisamente, as práticas de reprodução material[213]..."

O Governo deu suporte para a indústria, melhorias sociais aos trabalhadores e o funcionamento econômico do Estado, porém, o encargo mais alto foi direcionado aos trabalhadores: o fim da possibilidade de ser atingida a *consciência de classe*. Aliado a legislação trabalhista, no intuito de fazer "calar e domesticar", a repressão fez parte dos artifícios encontrados pelos governantes para efetivar suas prioridades. Agindo no campo ideológico, o medo e o terror se associavam à imagem dos órgãos repressivos. A vigilância envolvendo o uso intensivo de policiamento se associava, em geral, à aplicação de métodos de tortura para obter confissões, principalmente, em contextos nos quais os crimes atribuídos envolvessem a defesa de visões políticas desviantes, mais do que infrações

---

[210] GIDDENS, A. *O Estado-Nação e a Violência*. São Paulo: EDUSP, 1985, p. 324.
[211] MARX, K. *O Capital*. São Paulo: Abril, 1984, p. 277.
[212] DECCA, E. *op. cit*., p.179.
[213] ALTHUSSER, L. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985, p. 29. Não entramos aqui no debate acerca da aproximação ou distanciamento das noções de "aparelhos Ideológicos" (Althusser) e de "instituições privadas de hegemonia" (Gramsci). A este respeito vide: COUTINHO, C. N. *Gramsci*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1981.

específicas da lei[214]. Assim, os intelectuais gráficos por defenderem suas visões ideológicas de mundo ficavam a mercê da conduta repressora da Polícia Política, que em tempos de exceção era brutal. Exemplo dessa conduta foi a perseguição e prisão da vanguarda gráfica após o levante da Aliança Nacional Libertadora em novembro de 1935. A Polícia Política do governo Vargas aproveitou o ensejo para desorganizar todas as associações consideradas "perigosas" a estrutura instaurada.

Com a criação do Tribunal de Segurança Nacional (TSN), os direitos individuais elementares foram suprimidos diante da "ameaça comunista" e a esquerda nacional via seus projetos desfalecerem-se no interior do sistema prisional brasileiro. Esse foi um período trágico para a vanguarda gráfica, já que seus principais agentes foram mantidos sob custódia do Estado. As prisões eram justificadas pela necessidade de prevenção e o estigma carregado pela U. T. G. contribuiu para as ações desempenhadas pelo DEOPS/SP. Um dos relatórios enviados ao delegado de Ordem Social descrevia, sob a ótica policial, a importância do sindicato gráfico para o desenvolvimento das estratégias subversivas e o apoio da instituição aos considerados subversivos pela ordem:

> "...A propaganda da doutrina comunista, a diffusão de seus processos e a pregação dos seus fins, que começaram a ser feitas no Brasil pelo anno de 1928, procuraram, desde logo, crear, no nosso organismo social, raízes fundas que lhes garantissem o sucesso da empreza e lhe assegurassem a arregimentação fácil e prompta do grande número de proselytos que se atirassem, rápida e resolutamente, a continuação da tarefa, ao prosseguimento da campanha e a maior disseminação das idéias que se tratava de propagar. Para esse fim, procuraram os transportadores e introdutores da doutrina marxista entre nós, conquistar as sociedades de classe, meios propícios a um trabalho fácil e compensador nesse sentido; e uma das primeiras agremiações a soffrer a infiltração desses maus elementos, doutrinadores de criminosas idéas, foi a União dos Trabalhadores Graphicos (U. T .G.), associação que consagrava sob a sua bandeira a numerosa classe dos trabalhadores em artes graphicas e que, nessa época, florescia, crescia incessantemente e ostentava uma pujança invejável, representava uma força ponderável.
> O trabalho foi profícuo, os resultados não faltaram e a U. T. G. tornou-se, desde logo, um respeitável núcleo, um reducto forte de pregadores ardorosos e apaixonados cultores do communismo russo. Desnecessário é dizer-se, pois, que, para Ella, para a U. T. G., convergiram logo as attenções dos poderes constituídos, que passaram a acompanhar, attentamente, o desenvolvimento que o emprehendimento ia tendo e o colorido que as idéas tomavam no seio da entidade em que eram pregadas. Nella, formou-se um grupo de communistas convictos, que pregadores tenazes, audaciosos e infatigáveis, do novo evangelho e que, desde logo, passaram a dar não pequeno trabalho, à polícia que, por sua vez, ia registrando as suas actividades, ia acompanhando os seus passos e as suas manobras.

[214] GIDDENS, A. *op. cit.*, p. 316.

> Ao estalar, pois, o movimento de caracter extremista e que irrompeu em novembro de 1935, ensangüentando o norte do paiz e a capital da República e denotando ter ramificações por todo o território nacional, A polícia de São Paulo tratou, sem demora, de vigiar, controllar e mesmo segregar do nosso convívio social alguns desses elementos da U. T. G. e que pareciam representar perigo imminente para a segurança da ordem social, impressão essa perfeitamente justificável em face das attitudes por elles sempre assumidas anteriormente e deante do grau de temibilidade de cada um. Enquanto isso se dava, os trabalhos de investigação provavam que, esses elementos não se encontravam inactivos, desenvolvendo, ao contrário, trabalho em favor de seus ideaes, trabalho intenso e ininterrupto.
> Detidos que foram, pois, esses elementos intentou a Delegacia de Ordem Social o actual processo, contra os mesmos, que são conhecidos comunistas João Matheus, Aristides da Silveira Lobo, Victor de Azevedo Pinheiro, Arthur Heladio Neves, Edgard Leuenroth, Antônio Victor Paraná, Odilon Negrão, Oswaldo Villa Bella, Everardo Dias, João da Costa Pimenta, Feliciano Bernardo dos Santos, José Carlos Boscolo e João Della Déa[215]..."

A preocupação das autoridades em torno das atividades do sindicato dos gráficos era justificável, já que esta abrigava os principais nomes da vanguarda operária paulista. Os investigadores reconheciam o poderio organizacional da U. T. G. e percebiam também as qualidades dos sócios que freqüentavam a instituição. Diante desse quadro, os poderes constituídos acompanhavam com desconfiança o processo de desenvolvimento das atividades gráficas. Para justificar as prisões arbitrárias empreendidas contra os gráficos, os investigadores apelavam para o histórico "subversivo" da U. T. G. e de seus associados, o que legitimava as ações. Mesmo sendo a instituição gráfica aderente a legislação de sindicalização do governo federal, a lógica do período impedia tal argumentação e a simbologia do inimigo era recriada, baseada no contexto passado, no intuito de abonar as ações inexplicáveis.

Os principais membros da vanguarda gráfica foram detidos a partir de novembro de 1935 em conseqüência do levante da ANL. Independente da ideologia professada, pertencer a U. T. G. já causava a idéia de suspeito em potencial. A perseguição contemplava assim todos os trabalhadores que se destacaram no sindicato dos gráficos ao longo dos anos. Todos foram acusados de práticas comunistas, porém dentre estes existiam indivíduos anarquistas e socialistas. A repressão era direcionada aos intelectuais operários gráficos e não apenas àqueles que eram identificados realmente como comunistas. Antigos militantes gráficos anarquistas como Edgar Leuenroth, João Carlos Boscolo, Everardo Dias

---

[215] Relatório de A. P. Pinto Moreira (delegado) ao Dr. Delegado de Ordem Social sobre a U. T. G. São Paulo, 12 de agosto de 1936. Fls. 126 e 127. *Prontuário 577 – União dos Trabalhadores Gráficos/SP*, Volume II. Arquivo DEOPS/SP, APESP.

e João da Costa Pimenta[216] foram encaminhados ao cárcere mais pela importância que representavam para a classe operária e para vanguarda devido aos históricos de vida, do que pela relação direta que possuíam com o movimento revolucionário.

A Imprensa Oficial foi um dos locais mais visados para as intervenções da Polícia Política, já que os seus empregados possuíam vínculos com sindicato dos gráficos, tornando-os criminosos em potencial, ocasionando perseguições e prisões. Dentre estes: Antônio Victor Paraná, Feliciano Bernardo dos Santos, João Della Déa, Odilon Negrão e Oscar Villa Bella[217]. Todos estes agentes possuíam histórico de atividades sindicais e ligação com o comunismo. Essas características motivaram as autoridades a vigiar e identificar a Imprensa Oficial como espaço de subversão.

Dos grupos que formavam a U. T. G., o mais atingido pela repressão foi o da Liga Comunista Internacionalista. Na década de 1930, os indivíduos que faziam oposição interna no Partido Comunista eram os mais combativos, o que despertava a atenção das autoridades. Envolvidos em diversos projetos, os integrantes da Liga, embora não concordassem com o caráter nacionalista da A. N. L., participavam de suas reuniões e debates. O jornalista-gráfico João Matheus[218], por exemplo, era um integrante da União dos Trabalhadores Gráficos e membro do Partido Comunista Brasileiro durante os anos de 1920. No fim da década, ingressou na L. C. I. por não concordar com o direcionamento da política comunista. Participou ativamente da Frente Única Popular e da Aliança Nacional Libertadora. Aristides da Silveira Lobo e Victor de Azevedo Pinheiro[219] também eram ativistas "trotskistas" que possuíam históricos parecidos ao de João Matheus. Conhecidos pelas atividades "subversivas" desenvolviam estratégias políticas para a classe trabalhadora, através de argumentações teorizadas que eram publicadas na imprensa operária. Ambos também fizeram parte da Liga Comunista Internacionalista e eram jornalistas integrantes do sindicato dos gráficos, consequentemente, foram amplamente perseguidos pelo DEOPS/SP.

---

[216] *Prontuário 122 – Edgar Leuenroth; Prontuário 263 – João Carlos Boscolo; Prontuário 136 – Everardo Dias; Prontuário 217 – João da Costa Pimenta;* Fundo DEOPS/SP, APESP.
[217] *Prontuário 3644 – Antônio Victor Paraná; Prontuário 138 – Feliciano Bernardo dos Santos; Prontuário 699 – Odilon Negrão; Prontuário 1440 – Oscar Villa Bella*. Fundo DEOPS/SP, APESP.
[218] *Prontuário 227 – João Matheus*. Fundo DEOPS/SP, APESP. Este prontuário não se encontra no DEOPS/SP. As informações sobre João Matheus foram adquiridas pela participação deste em diversas atividades da classe operária em São Paulo.
[219] *Prontuário 441 – Victor de Azevedo Pinheiro* (2 vols.). Fundo DEOPS/SP, APESP.

Embora a documentação policial apresentada não relacionasse todos os gráficos detidos no contexto, vários membros da vanguarda operária e sócios da U. T. G. lotavam as celas do Presídio do Paraíso e o famoso Maria Zélia, em São Paulo. Dentre estes figurava o nome de gráficos reconhecidos pela vanguarda e pelas autoridades como Manoel Medeiros[220], ativista comunista nos anos de 1920 que aderiu na década seguinte à Liga Comunista. Militou durante a greve de 1929 e foi preso em várias ocasiões por atividades subversivas. Em 1936, foi detido de acordo com os critérios do T. S. N., mas faleceu antes de responder ao processo. O gráfico Hylcar Leite[221] também pertencente a L. C. I. e a U. T. G. foi preso conforme as indicações do T. S. N. por participação ativa no Levante da Aliança Nacional Libertadora. Fúlvio Abramo se destacou em meio a vanguarda proletária pela presença constante nos principais movimentos da esquerda brasileira e da classe operária. Freqüentava assiduamente o sindicato dos gráficos na década de 1930 e foi membro destacado da F. U. P. e da Liga Comunista Internacionalista. Como todos os agentes de vanguarda, Abramo foi detido em 1936 durante a "caça às bruxas" empreendida pelo governo Vargas.

Os comunistas gráficos foram rechaçados do convívio social após o Levante de 1935, principalmente aqueles que possuíam relações mais próximas a Luís Carlos Prestes. O Jornalista Plínio Gomes de Mello[222], freqüentador assíduo da U. T. G., seria um exemplo dessa proximidade com Prestes, conforme as afirmações dos relatórios policiais. Outros militantes comunistas e associados do sindicato dos gráficos também sofreram as mazelas da prisão em 1935-36, como o jornalista, tradutor e advogado Lívio Xavier[223].

Enquanto vigorou o Estado de exceção do Tribunal de Segurança Nacional, os trabalhadores gráficos e todos aqueles que possuíam vínculos com o Sindicato dos Gráficos foram perseguidos e sofreram a ira dos órgãos de repressão. Os militantes de vanguarda que freqüentemente causavam cisões no movimento operário se viram unidos pelas circunstâncias. O governo federal assumia uma postura repressora aos pensadores e desarticulava através de medidas sindicais centralizadoras a vanguarda sindical paulista e a sua instituição de classe, a antiga União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo.

---

[220] *Prontuário 177 – Manoel Medeiros*. Fundo DEOPS/SP, APESP.
[221] *Prontuário 3815 – Hylcar Leite*. Fundo DEOPS/SP, APESP.
[222] *Prontuário 385 – Plínio Gomes de Mello*. Fundo DEOPS/SP, APESP.
[223] *Prontuário 300 – Lívio Barreto Xavier*. Fundo DEOPS/SP, APESP.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante dezesseis anos, a União dos Trabalhadores Gráficos e seus associados foram bem sucedidos na tarefa de consolidar uma posição estratégica de vanguarda em meio à classe operária de São Paulo. As principais lideranças operárias freqüentavam essa instituição e a conjuntura econômica favorecia o fortalecimento da corporação. As ideologias que se estabeleceram no Brasil encontraram no sindicato gráfico um terreno fértil para estabelecer raízes no seio da intelectualidade operária. Com o desenrolar dos anos, a U. T. G. se tornou o principal alvo da repressão estatal e o centro de decisões da vanguarda proletária.

Ainda nos primórdios da organização sindical, os gráficos iniciaram uma trajetória de lutas e conquistas que os transformariam nos profissionais mais combativos da classe operária brasileira. Um conjunto de fatores inerentes a profissão favoreceu a posição de destaque alcançada por estes trabalhadores e a sociedade que nascia nas cidades após a proclamação da República potencializava a importância adquirida pelo setor. Essa recém constituída sociedade urbana ansiava pela construção de um Brasil moderno, desvencilhando-se do modelo colonial exportador escravista. Neste contexto, os padrões europeus de modernidade eram idealizados e transplantados para o cotidiano brasileiro. A imprensa ganhava notoriedade no cenário urbano e o mercado editorial era impulsionado pela crescente demanda. A produção literária nos moldes da indústria esbarrava na falta de profissionais especializados para a tarefa, e aqueles que possuíam as atribuições necessárias para assumir os postos existentes eram remunerados conforme a oferta existente de trabalhadores no setor.

A produção gráfica crescia vertiginosamente nas primeiras décadas de 1920. A concentração dessa produção na cidade de São Paulo favorecia os empregos e a consolidação da União dos Trabalhadores Gráficos. Ora, a quantidade de trabalhadores empregados no setor era proporcional as contribuições recebidas pelo sindicato de classe. O fortalecimento econômico da instituição gráfica favorecia o seu desempenho enquanto um organismo de vanguarda. As mensalidades dos sócios eram utilizadas nas diversas atividades da instituição, como na edição do jornal *O Trabalhador Gráfico*, nas festas associativas, na escola gráfica, etc. Nos anos de 1930, percebemos no capítulo I (páginas 27 e 28), uma desconcentração da produção industrial gráfica na cidade de São Paulo rumo

ao interior. Em valores totais de produção a capital continuaria concentrando capitais, porém, em quantidade de empresas gráficas a dispersão dos pequenos e médios estabelecimentos era uma tendência nos primeiros anos da década. A explicação possível para essa disposição observada seria o encarecimento dos custos operacionais de produção da capital, bem como a organização concentrada dos trabalhadores, o que favorecia movimentos grevistas e de contestação. As greves de 1923 e 1929 causaram enormes prejuízos para os empresários gráficos, pela quantidade de dias parados. Essa "diáspora gráfica" afetaria o funcionamento e andamento do sindicato dos gráficos, que sobrevivia essencialmente das contribuições de seus sócios. A mecanização de parte do setor produtivo gráfico, também contribuiria para o achatamento dos salários dos trabalhadores ao longo dos anos e, consequentemente, na redução de contribuições ao sindicato. Em 1933, a U. T. G. sofria uma grave crise financeira devido à inadimplência dos associados, que também passavam por dificuldades. A vanguarda gráfica reunida na comissão executiva iniciou um trabalho para equilibrar as contas da instituição e reorganizar a classe gráfica[224]. Porém, a falta de recursos impediria a reestruturação do sindicato dos gráficos que enfraquecia enquanto entidade autônoma.

O campo aberto em que transcorreram as relações de trabalho durante a República Velha foi abandonado durante a década de 1930. Quando Getúlio Vargas instituiu o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio a intenção era "domesticar" a mão-de-obra para diminuir os inconvenientes para o setor produtivo. As aspirações governamentais eram confirmadas com a legislação que nascia. O Decreto nº 19770 de 19 de março de 1931 impunha aos sindicatos operários uma nova estrutura, na qual a unicidade sindical era o centro da proposta[225]. O governo iniciava um projeto de efetivação de algumas das principais bandeiras de reivindicação da classe operária, desde que os sindicatos de ofícios aderissem à sua proposta. Os conflitos gerados na U. T. G., pela possível adesão da entidade ao sindicalismo controlado do governo, novamente causou cisões entre os sócios. Aqueles militantes que, ainda nos anos de 1930, lutavam pela cartilha anarquista e seguiam as diretrizes da Federação Operária de São Paulo, viam as propostas do governo com desconfiança, vislumbrando o fim da autonomia dos trabalhadores. Apesar de algumas manifestações de repúdio, em 23 de outubro de 1935, o sindicato gráfico foi reconhecido

---

[224] Plano de Trabalho da Comissão Executiva. São Paulo, junho de 1933. Fls. 18. Prontuário *577 – União dos Trabalhadores Gráficos/SP*. Fundo DEOPS/SP, APESP.
[225] MUNAKATA, K. *op. cit.* p. 83-96.

pelo governo. É possível inferir, que essa adesão ao modelo governamental tenha sido aceita pelos gráficos diante das dificuldades econômicas enfrentadas pela instituição a partir da década de 1930, por conseqüência do decréscimo de sócios. E como a comissão executiva do sindicato gráfico poderia rechaçar propostas que durante anos foram reivindicações dos trabalhadores, como as tão sonhadas férias remuneradas?

A legislação de 1934 confirmou o que já estava delineado desde a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e o governo reduzia o campo de ação do sindicalismo autônomo no Brasil. Neste contexto, a atitude do sindicato era plausível diante das pressões dos sócios menos comprometidos com a política sindical/operária, o que era agravado pelas dificuldades financeiras que acometeu o sindicato no inicio da década. Assim, chegaria ao fim o período de maior combatividade do sindicato dos gráficos, mas os seus integrantes continuariam trabalhando ardorosamente pela causa operária.

Durante a década de 1920, os gráficos organizaram estratégias consideradas de vanguarda para o contexto operário urbano brasileiro. Organizaram-se no sentido de dar coesão estratégica ao movimento operário, apesar de haver cisões internas. Partindo de um estatuto coerente e democrático, os gráficos empreenderam ações inéditas que encantavam os demais trabalhadores e causavam desconfiança, desconforto e medo nos donos do poder. O envolvimento da instituição U. T. G. em questões políticas, educacionais, sociais e econômicas demonstrava a versatilidade e o vanguardismo do sindicato gráfico. O interesse que o sindicato despertava na sociedade proletária e nas agremiações ideológicas também delegava a U. T. G. esse caráter de vanguarda. A decadência combativa dos anos de 1930 foi um duro golpe para os intelectuais operários que freqüentavam a instituição, já que por uma década e meia o ambiente gráfico foi o centro propagador de idéias e estratégias políticas, o que desmentiria a passividade da classe operária brasileira. Embora, o sindicato gráfico tenha sido cooptado pelo governo Vargas, os seus principais intelectuais continuaram desenvolvendo suas atividades em outras organizações. Muitos dos membros que direcionavam as diretrizes da U. T. G. eram letrados e participaram ativamente da construção dos principais órgãos da imprensa proletária. Essa experiência foi importante na formação de redatores combativos que em 15 de abril de 1937 viriam a integrar o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo. Alguns trabalhadores gráficos trilhariam a vida política, outros se tornariam intelectuais respeitados, mas todos possuíam uma trajetória em comum, todos fizeram parte da vanguarda sindical paulista, a União dos Trabalhadores Gráficos.

ANEXOS

Fotografia de Reunião. São Paulo, s/d. *Prontuário 577 – União dos Trabalhadores Gráficos (vol. I).* DEOPS/SP, APESP.

Fotografia de Reunião. São Paulo, s/d. *Prontuário 577 – União dos Trabalhadores Gráficos (vol. I).* DEOPS/SP, APESP.

União dos Trabalhadores Graphicos

SEDE SOCIAL:
Rua Barão de Paranapiacaba, 4 (2.o andar)
TELEPHONE, 2-1715
S. Paulo — Brasil

Adherente á Federação dos Trabalhadores Graphicos do Brasil
e ao
Comité Inter-Syndical do Estado de São Paulo

MEMORIAL AOS INDUSTRIAES GRAPHICOS

Secretaria, 16 de Março de 1929

Illmo. Snr.

A União dos Trabalhadores Graphicos, lidima representante do operariado da industria polygraphica de São Paulo, congregando em seu seio a totalidade operaria das casas de obras e jornaes, vem, por este officio, formular a Vv. Ss. os pontos levados em consideração na grande Assembléa Geral realisada em 15 do corrente.

Apreciando a premente situação economica que actualmente atravessamos, situação essa creada pelo elevado custo dos generos de primeira necessidade accrescidos ainda mais pelos formidaveis "trusts" que ultimamente se formaram, e pelos elevados alugueis de habitação, e cujos salarios se eternisam numa instabilidade desastrosa para o proletariado graphico, sem que obtenha melhorias de salario, quando tudo se eleva assustadoramente — a União dos Trabalhadores Graphicos, advogando os mais legitimos interesses dos seus associados, faz jus a que os mesmos possam pelo direito á vida, pleitear, o que de humano lhes cabe para a sua estabilidade economica.

Vv. Ss. para obterem uma prova de que o que pedimos é de inteira justiça, é bastante olhar para o acto do governo que augmentou de 100% os funccionarios publicos, e mesmo assim estes funccionarios ainda não estão satisfeitos.

Não é o poder da força collectiva que nos induz a pedir melhorias de salarios. E' a necessidade que nos impelle a isso.

Das corporações mais tolerantes (e ha dez annos vimos provando isto) é sem duvida a que pertecemos.

Não fazemos uso da força para obter melhorias, aliás nunca satisfeitas. Esta é uma pretenção evidentemente justa, de conformidade com o poder economico patronal e na possibilidade de recompensa ao esforço operario na sua luta diaria pela constante prosperidade da industria graphica, cujo maior quinhão não lhes vem ás mãos.

O nosso pedido, tem por base attenuar a angustiosa situação e mau estar do operariado graphico.

A União dos Trabalhadores Graphicos, seguindo o exemplo dos outros paizes civilisados da Europa e America, como sejam, França, Allemanha, Argentina, etc., etc., após meticulosos estudos, procurou solucionar, de accôrdo não só com todos os seus associados, com tambem baseada nas normas justas do ponto de vista proletario — a Tabella de Salario Minimo de accôrdo com a competencia do operario e tendo em conta a época de crise que supportamos.

Vv. Ss. naturalmente tambem vêm suas despesas augmentarem dia a dia, mas nada soffrem com isso, pois, contrabalanceiam seus productos de conformidade com a elevação do custo das mercadorias que vem do extrangeiro, das materias primas, dos impostos, etc., etc.

Mas os operarios, — quando tudo se eleva, quando os generos de primeira necessidade e alugueres de casa, como Vv. Ss. devem saber, sóbem de uma fórma assustadora — onde poderão encontrar os meios efficazes de se sustentarem sem recorrer aos proprietarios de casas onde empregam todo o seu labor e energias, afim de obter uma paga que lhes dê ao menos para satisfacção das necessidades mais elementares, para que se não definhem pelas privações de cada dia?

E' pois para Vv. Ss. que appellamos.

Outra cousa justa tambem, nós pleiteamos: os 15 dias de férias annuaes.

O que queremos nós? Exigimos acaso algum absurdo? Não. O que pedimos é um descanso para o corpo desses trabalhadores que lutam durante inteiros annos nas officinas.

E nos baseamos na propria lei elaborada pelos legisladores brasileiros, que acharam justo ter o trabalhador direito a 15 dias de férias.

E' o cumprimento dessa lei que nós pedimos. E essa lei não foi por nós elaborada. Por tanto, Vv. Ss. pódem verificar quão justas são as nossas pretenções.

Na grande Assembléa de 15 do corrente, deliberou-se o seguinte:

Memorial aos Industriais Gráficos, página 1. Doc. 1, Fls. 1. São Paulo, 16 de março de 1929. *Prontuário 577 – União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo* (Volume I). DEOPS/SP, APESP.

Officiaes	20$000
1|2 officiaes	15$000
Aprendizes adeantados	10$000
Aprendiz de inicio	5$000
Revisores	20$000

LINOTYPISTAS DE CASA DE OBRAS

Operadores de linha cheia exclusivamente, 1.ª categoria	800$000
Operadores de linhas cheias exclusivamente, 2.ª cathegoria	600$000
Tabelistas e anuncistas	800$000

São considerados linotypistas de linha cheia exclusivamente, os que compuzerem uma média de 200 linhas por hora, base 3 furos corpo 8.

São considerados de 2.ª os que compuzerem na mesma base, uma média de 150 linhas por hora.

Operadores de machinas "Typograph"	26$000
Ajudante mechanicos de linotype	500$000
Limpadores de linotypes	15$000

LINOTYPISTAS DE JORNAES

Mechanico de machinas linotypes (cada machina)	100$000
Linotypistas que trabalham de dia (8 horas)	900$000
Linotypistas que trabalham de noite (7 horas)	1:000$000
Ajudante de mechanico (para tomar conta de 6 machinas) recebendo 50$000 a mais cada machina além das 6 mencionadas	500$000
Limpadores de machinas linotypes	300$000

IMPRESSORES TYPOGRAPHICOS

Officiaes	20$000
1|2 Officiaes	15$000
Aprendizes adeantados	10$000
Aprendiz de inicio	5$000

NOTA — Todo o impressor cylindrista deverá ter ajudante.

LITHOGRAPHIA

MACHINISTAS

De machina rotativa a 2 côres	32$000
De machina rotativa a 1 côr "off sett"	28$000
De machina "plana" 1.ª cathegoria	27$000
De machina plana 2.ª cathegoria	22$000
Praticante de machina plana	16$000
1.º ajudante de machina rotativa a 2 côres	16$000
2.º ajudante de machina rotativa a 2 côres	10$000
Margeador na rotativa "off-sett"	13$000
Margeador de machina plana 1.ª cath.	12$000

NOTA — E' considerado margeador de 1.ª cathegoria, todo aquelle que margeie em qualquer machina e qualquer formato de papel.

Margeador de machina plana 2.ª cath.	10$000

NOTA — E' considerado margeador de 2.ª cathegoria, todo aquelle que saiba margear em machina menor de 1,10 e formatos especiaes de papel.

Tira-folha de machina grande	7$000
Tira-folha de machina pequena	6$000

Bronzeadores — Aos operarios de bronzear, os estabelecimentos serão obrigados a fornecer roupas, um litro de leite por dia e pagar-lhes 1|4 de dia a mais do que percebem.

TRANSPORTADORES

Transportadores de 1.ª cathegoria	27$000
Transportadores de 2.ª cathegoria	22$000
Tira prova	16$000

POMIZADORES

Pomizadores praticos	16$000
Pomizadores ajudantes	13$000

VERNIZADORES

Vernizadores praticos	18$000

CORTADORES DE GUILHOTINA

1.ª cathegoria	22$000
2.ª cathegoria	18$000

CORTADORES A MOLDE (Balancim)

1.ª cathegoria	18$000
2.ª cathegoria	16$000

CHROMISTAS E GRAVADORES

1. cathegoria	32$000
2.ª cathegoria	30$000

RELEVISTAS

1.ª cathegoria	20$000
2.ª cathegoria	16$000

ENCADERNAÇÃO

ENCADERNADORES

Officiaes	20$000
1|2 officiaes	15$000
Aprendiz adeantado	10$000
Aprendiz de inicio	5$000

NOTA — Official deve saber executar todo e qualquer serviço concernente ao ramo.
1|2 official: livros, canaletas, costaneiras, etc.
Aprendiz adeantado: blocks, talões, cadernetas, etc.

MOCAS

Com pratica de costurar livros e de numerar	12$000
Com pratica de dobrar papel, collagem de figuras, baralhos, etc.	10$000

DOURADORES

Official	23$000
1|2 official	15$000
Ajudante	6$000

CORTADORES GUILHOTINA

Official	20$000
1|2 official	15$000

SECÇÃO DE ENVELOPPES E CAIXAS DE PAPEL

Habeis que saibam fazer toda a especie de moldes	20$000
Cortadores, simples de enveloppes	15$000

PAUTADORES

Officiaes	20$000
1|2 officiaes	15$000
Margeadores	10$000

AEROGRAPHIA

Officiaes	20$000
1|2 officiaes	15$000
Aprendizes adeantados	10$000
Aprendizes de inicio	5$000

ALMOXARIFES — Os almoxarifes que perceber salario diario serão comparados aos o ciaes encadernadores.

Memorial aos Industriais Gráficos, página 2. Doc.1, Fls. 2. São Paulo, 16 de março de 1929. *Prontuário 577 – União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo* (Volume I). DEOPS/SP, APESP.

ADVERTENCIA

Todos os que perceberem salario a mais da presente tabella terão 2$000 de augmento no seu salario diario.

Aos que perceberem salario mensal terão um augmento de 50$000 mensaes.

APRENDIZAGEM

Inicio: — 5$000 ,tendo um augmento cada semestre de 1$000, devendo ser observada a **Lei de Menores.**

DISPOSIÇÕES GERAES

1.º — Fica reconhecida a União dos Trabalhadores Graphicos, pelos industriaes, devendo todos os pedidos de operarios serem encaminhados á respectiva secção de collocação ,cabendo á sua BOLSA DE TRABALHO a solução das questões de ordem moral, technica e economica.

2.º — As horas extraordinarias não poderão ser obrigatorias nem mais de seis horas por semana e serão pagas a razão de 100 o|o de augmento.

3.º — O operario não poderá ser suspenso, nem abandonar o estabelecimento sem prévio aviso de seis dias uteis. Em caso de prescindir-se por uma das partes, a outra terá direito a uma indemnização de 50 o|o do salario de seis dias.

4.º — O aviso de que trata o artigo anterior, não será obrigatorio nos primeiros seis dias uteis, que serão considerados de experiencia, para devida classificação do operario.

5.º — De accôrdo com a Lei em vigor, todos os trabalhadores têm direito a 15 dias de férias annuaes, devendo serem pagos os dias de férias a que já fizeram ju's nos annos anteriores, isto é, desde que entrou em vigor esta Lei.

6.º — Todos os dias do anno são integralmente de trabalho, excepto os domingos, 1.º de Janeiro, **7 de Fevereiro,** 24 de Fevereiro, Terça-feira de Carnaval, Sexta-feira santa, 21 de Abril, 1, 3 e 13 de Maio, 14 de Julho, 7 de Setembro, 12 de Outubro, 2 e 15 de Novembro e 25 de Dezembro.

7.º — Os pagamentos serão efectuados no maximo seis dias após o vencimento de cada quinzena e em horas de trabalho.

8.º — Em todos os estabelecimentos deverá ser observado a Lei do descanso dominical para a imprensa na parte em que determina a cessação do trabalho em todas as officinas graphicas desde ás oito horas de domingo até ás oito horas de segunda-feira.

9.º — O aprendiz que se licenciar ou que seja licenciado, o industrial deverá fornecer-lhe uma certidão em que conste quando iniciou a aprendizagem.

10.º — Os industriaes assegurarão por sua conta aos trabalhadores sobre accidentes no trabalho. Para tal effeito deverão collocar em cada officina em lugar bem visivel um quadro da Lei de Accidentes no Trabalho.

11.º — A's mulheres e aos menores de 18 annos, fica prohibido o trabalho extraordinario.

12.º — A semana de trabalho será de 48 horas, ou sejam 8 horas diarias.

Esta é a Tabella de Salario que a U. T. G. elaborou de conformidade com a vontade unanime e justa do operariado graphico desta Capital.

Além do beneficio economico que pleiteamos, fazemos ju's tambem á nossa integridade moral, isto é, o reconhecimento por parte da V. V. S. S. da nossa organisação de classe — a U. T. G. — Neste ponto, aliás importantissimo, ambas as partes — braço e capital — vantagens extraordinarias adquirirão. Com o reconhecimento da União dos Trabalhadores Graphicos, guiada por habeis artistas do ramo, fornecerá ás officinas necessitadas de braços, pessoas aptas para preencher os claros verificados nos respectivos quadros e procurará derimir as pendencias que surgirem entre operarios e chefes de serviço.

Pleiteamos tambem o cmprimento de ma lei em vigor — A LEI DE FE'RIAS — e que V. V. S. S. não nos poderão negar, pois que, não se trata de uma exigencia mas, sim, de cumprir uma lei votada e sanccionada pelos poderes Legislativo e Executivo, respectivamente .

Pelo exposto poderão VV. SS. avaliar com sensata acuidade e sem prevenção de espirito, a equidade e justiça do nosos pedido.

Aqui ficamos pois, aguardando vossas resoluções.

PELA COMMISSÃO EXECUTIVA

.....

Secretario Geral

NOTA: — A grande assembléa de 15 de Março de 1929, que approvou este memorial auctorisou a Commissão Executiva a conceder a Vv. S. s. o prazo de SETE dias a contar de hoje, para o necessario exame a esse "referendum".

Outrosim desejamos que V. v. S. s. não veiam neste prazo necessario á coordenação dos nossos trabalhos, nenhum caracter intimativo.

A C. E. acha-se as suas ordens para o esclarecimento de qualquer ponto que V. v. S. s. não julguem explicitos.

Memorial aos Industriais Gráficos, página 3. Doc. 1, Fls. 3. São Paulo, 16 de março de 1929. Prontuário *577 – União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo* (Volume I). DEOPS/SP, APESP.

Associação dos Industriaes e Commerciantes Graphicos de S. Paulo

RUA LIBERO BADARO', 25 - 3.º Andar - RUA SÃO BENTO, 47 - 1.º Andar

Telephone 2 - 4694

RESOLUÇÃO ~~de 19~~ de MARÇO de 1929

Preliminarmente os industriaes resolvem não tomar conhecimento do impresso recebido e proveniente da "U.T.G." por se originar de uma entidade sem attribuições para invadir a esphera particular da administração dos estabelecimentos graphicos.

Considerando, porém, que elementos dissolventes estão agitando o operariado com o fito unico de perturbar a ordem e obter vantagens descabidas, o que faz perspectivar gréves proximas;

considerando que sem a solidariedade integral e energica de todos os industriaes, fatalmente aquelles elementos perturbadores venerão os legitimos direitos que, por justiça, cabem aos industriaes.

Os abaixo-assignados resolvem:

I - Nenhuma concessão será feita ao operariado sem a approvação da Associação dos Industriaes e Commerciantes Graphicos.

II - Caso gréves surjam provocadas por determinação da "U.T.G.", os industriaes, em signal de solidariedade com os collegas attingidos, se compromettem a fechar as officinas até que os operarios se convençam de seu erro seguindo a orientação de interessados em promover a anarchia social.

Caso surja uma gréve parcial a Associação dos Industriaes e Commerciantes Graficos, mediante communicação, syndicará os motivos della e, sendo estes os constantes do memorial da "U.T.G.", se effectivará a solidariedade do paragrapho II, immediatamente.

Para dirigir os acontecimentos e tomar as decisões que o momento dictar, os abaixe-assignados delegam amplos poderes a uma Commissão, eleita em assmbléa, a qual, sob a direcção da Directoria da Associação dos Industriaes e Comerciantes Graphicos. terá absolutos poderes para agir dentro do combinado acima.

De accordo: a) Klabin Irmãos & Cia., Jacob Zlatopolsky, Duprat, Paternostro & Cia., Martinelli, Souza & Cia., Hennies Irmãos & Cia., Ricardo A.Knörich, Fernando Camargo & Cia., Casa Alpha Limitada, Salles Oliveira, Rocha & Cia., Casa Vanden S/A, Metallurgica Matarazzo, Altino Netto & Irmão, Fausto Bressane, Cia. Lithographica "Humberto Rebizzi" S/A, Irmãos Bignardi & Cia., Julio Costa & Cia., Cia. Paulista de Papeis e Artes Graphicas. Mariano Costa & Cia., Regalmuto & Cia., A.Sartorio & Bertoli, Cestari & Cia., Celestino J. Valerio, Romiti, Lanzara & Zanin, Henrique Scheliga & Cia., Officinas Graphicas "P.Sarcinelli", Gabriel Sayago & Cia. Limitada, João Pallottini, Cia. Lithographica Ypiranga, Cia. Melhoramentos de S. Paulo, A Relevograpahica Limitada, Irmãos Spina, Aprá, Martini & Cia., Ernesto de Carvalho & Cia., Assumpção & Teixeira Limitada, Marcos Frankenthal, León Feffer e Galileu Maruggi & Paulucci, Lithographia Moderna. Por intermedio das firmas presentes adheriram ao accordo mais as firmas; Bianchini & Cia., L.Schmidt & Cia., Rothschild & Cia.

COMMISSÃO ELEITA :

João Gonçalves
Humberto Rebizzi
Gustavo Reicenbach Junior
Fritz Weiszflog
Jacob Zlatopolsky

Memorial dos empresários gráficos. Doc. 2. Fls. 4. São Paulo, 19 de março de 1929.
Prontuário 577 – União dos Trabalhadores Gráficos. DEOPS/SP, APESP.

REINA AGITAÇÃO entre os graphicos

A REUNIÃO DE HONTEM Á NOITE, NA SÉDE DA LIGA LOMBARDA

De accôrdo com o que fôra annunciado, realizou-se, hontem, na séde da Liga Lombarda, no largo de S. Paulo, que lhes foi cedida, a reunião dos graphicos, promovida pela União dos Trabalhadores Graphicos.

Á assembléa esteve animada, discutindo-se o assumpto com grande calor.

A' imprensa foi fornecida a seguinte nota:

"A corporação graphica de S. Paulo, composta de 5.000 (cinco mil) trabalhadores, diante da recusa condemnavel dos industriaes graphicos desta capital, isto é, de poucos industriaes, em desaccôrdo com muitos outros, (segundo attesta um communicado da associação destes) não attendendo ao memorial enviado por esta corporação de classe, em cujo memorial solicitava justo augmento de salario e fiel cumprimento á Lei de Férias approvado pelo decreto n. 17.496, resolveu não comparecer ao trabalho emquanto os senhores industriaes permanecerem no proposito de não reconhecer o nosso direito, mostrando não conhecerem que se ha deveres, tambem não deixa de existir direitos.

Aguardamos o desenrolar dos acontecimentos certos de que a solidariedade proletaria não fará mentir a consciencia de classe explorada, diante áquelles que nos exploram e ainda procuram diminuir a nossa dignidade moral.

A COMMISSÃO EXECUTIVA

O PONTO DE VISTA DOS PATRÕES

A titulo de esclarecimento, damos abaixo a circular que a S. Paulo Editora Ltda. enviou aos seus empregados, discutindo o assumpto:

Aos nossos empregados — Sobre a questão da "fixação de salarios", ha pouco ventilada pela classe dos graphicos em S. Paulo e, em attenção unica e sómente aos nossos empregados, compre-nos dizer que julgamos a adopção dessa medida **absolutamente impraticavel.** Innumeros factores se antepõem a ella, entre os quaes sobrelevam estes:

I — O ramo graphico, como é sabido, é de tal complexidade, tantas são as diversidades de problemas manufactureiros que nelle se apresentam que, em hypothese alguma, é permittida a selecção dos valores (mão de obra) nelle empregados, por categorias e em conjunto, para effeito da respectiva fixação de salarios. Conseguir isso é querer conseguir o impossivel. E' estabelecer a confusão, com prejuizo mutuo. E' absurdo.

II — Geralmente, o trabalhador graphico, aqui como em toda a parte, faz o seu aprendizado dentro das proprias officinas, e fórma nellas, bom ou mau, o seu systema de producção. E' sabido tambem que em S. Paulo, especialmente, ha officinas e officinas... para todos os paladares.

Dahi a disparidade no systema de produzir, quer na qualidade como na quantidade. Tanto assim que empregados ha, cotados numa officina como sendo muito bons, especialistas até, e que noutra elles não alcançam, ou não satisfazem sinão como meios officiaes e ainda menos. Verificam-se tambem factos inversos a este, em que valores reaes de bôa producção são postos á margem pela incompetencia dos chefes, mas aproveitados e bem remunerados quando mudam de officina. O que é facto incontestavel é que difficilmente se encontrarão dois trabalhadores graphicos, de uma só secção, que se compensem entre si, quer pela quantidade como pela qualidade productiva: é coisa rarissima. Como, pois, applicar a lei da igualdade de salarios, embora por categorias? A conclusão é facil: seria o choque inevitavel entre os que prestam e os que não prestam, entre os que sabem e os que não sabem. Além do mais: quem qualificaria a categoria do empregado? logicamente elle já entraria para a officina com a devida qualificação, feita por elle proprio ou alguem por elle, á revelia de quem de facto cabe-ria qualifical-o. Teriamos, então, só officiaes de primeira, quando não "especializados"!

Como se vê, o caso da "fixação de salario" traz em si muitos outros casos importantissimos e de difficil solução, porque não ha solução logica para elles. Acreditamos, mas não podemos affirmar, que sómente a instituição de escolas de aprendizagem e cursos de aperfeiçoamentos poderiam solucionar o problema; mas, francamente, é forçoso confessar e os graphicos comnosco, que o nosso officio não dá para tanto luxo. Infelizmente, é assim.

Pelos motivos e principios que expuzemos com toda sinceridade e com a solida convicção de quem conta com longo tirocinio sobre o ramo graphico, concluimos como prejudicada a acção basica da questão que é a "fixação de salarios". Não entramos, portanto, em considerações sobre os preços desses salarios, cujas incongruencias são para lamentar. Frizaremos, unicamente, que a tabella que os fixa foi compilada por quem desconhece por completo, não só o ramo graphico, technicamente falando, mas tambem a industria graphica, no sentido commercial. Pelo lado technico, aquella tabella insere verdadeiras heresias e commette innumeras injustiças para com o proprio corpo de trabalhadores graphicos; sob o ponto de vista commercial, verifica-se que ella representa uma fantasia, pois a exploração da industria, já de si tão sobrecarregada pela mão de obra — (mão de obra, a mais pesada de todas as industrias no Brasil) — não permitte de fórma alguma uma majoração, brusca e repentina, de salarios, cuja porcentagem, mais do que elevada, absurda, viria asphyxial-a de vez, conjunctamente aos seus proprios trabalhadores.

Era o que tinhamos a dizer aos nossos empregados, e o fizemos com isenção de animo e espirito tranquillo de quem cumpre suas obrigações."

A mesa que presidiu á reunião

Recorte de jornal, s/d. Prontuário 577 – União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo. DEOPS/SP, APESP.

EM UM COMICIO REALIZADO HONTEM NA CAPITAL DA REPUBLICA, O BLÓCO OPERARIO E CAMPONEZ PROTESTOU CONTRA MEDIDAS DE COMPRESSÃO EXECUTADAS CONTRA OS GRAPHICOS DE S. PAULO

Os discursos dos representantes do syndicalismo e do communismo

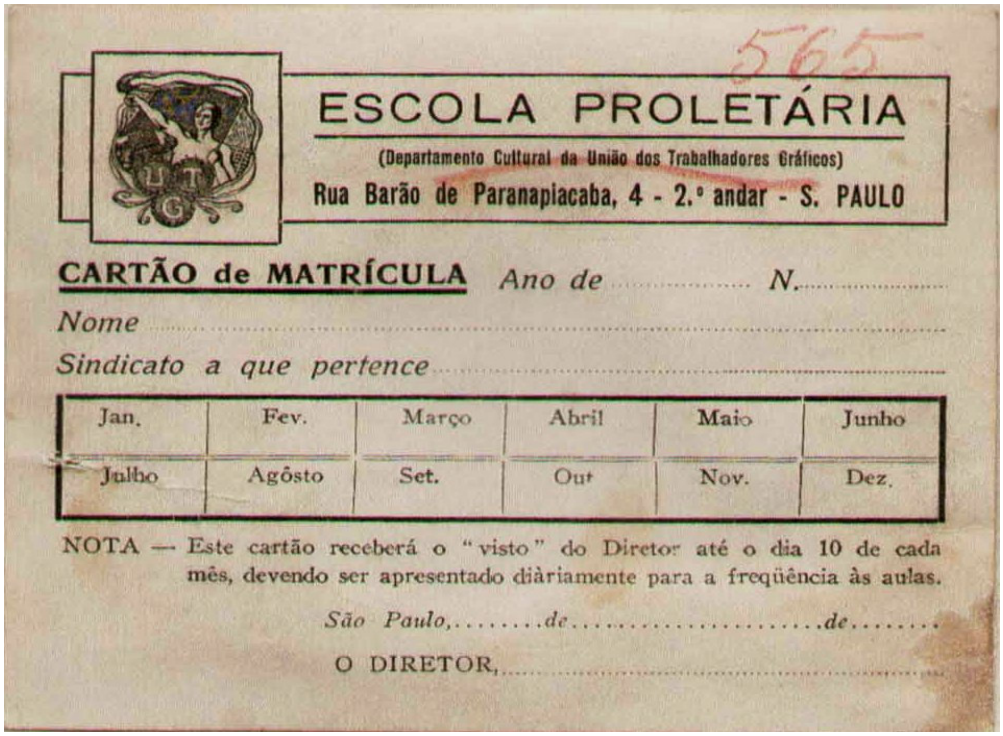
RIO, 18 — (Da succursal do "Diario de S. Paulo") — Pelo telephone — Realizou-se hoje á noite, aqui, um grande comicio do Blóco Operario e Camponez, para protestar, mais uma vez, contra as violencias praticadas pelas autoridades paulistas, na repressão do movimento paredista dos graphicos.

Presidiu o meeting o sr. Leonel Pessôa, 1.º secretario da Commissão Central do Blóco Operario, que convidou para tomar parte na mesa os oradores inscriptos: David Garibaldi, representando o Comité Pró União Anti-Fascista do Brasil; Minervino de Oliveira, representante do Comité Pró C. G. T. e da Federação Syndical Regional do Rio; J. C. Pimenta, representante do Blóco Operario e Camponez e da Federação dos Trabalhadores Graphicos do Brasil; Salvador Cruz, representante do jornal "A Classe Operaria"; sra. Amy Santos, representante do Comité de Mulheres Trabalhadoras e Danton Jobin, representante do Partido Communista do Brasil.

Dos discursos proferidos destacamos dois: o do Lider Graphico, J. C. Pimenta e o do representante communista, sr. Danton Jobin. O primeiro estudou os novos methodos de organização do operariado no terreno syndical. Frisou os beneficios que advieram desses methodos para os trabalhadores, beneficios bem diversos daquelles experimentados na época do anarchismo. A efficiencia da nova organização está cabalmente demonstrada, segundo o sr. J. C. Pimenta, com a maneira galharda por que se vêm sahindo os syndicatos revolucionarios da luta contra a reacção brutal que ora se desencadeia contra o movimento proletario. Affirma o orador que ao Comité Pró C. G. T. e á Federação dos Trabalhadores Graphicos do Brasil, devem os grevistas a organização e a coordenação do formidavel movimento de solidariedade proletaria que ora se opera em todo o Brasil, prenunciando a victoria dos graphicos paulistas. Terminou o sr. J. C. Pimenta, exaltando o espirito de sacrificio dos paredistas que, até hoje, não têm usado, senão em escala reduzida, dos recursos que lhes enviaram os trabalhadores de todo o paiz.

Danton Jobin declarou, logo ao iniciar o seu discurso, que "falava em nome do Partido Communista do Brasil, secção Brasileira da Internacional Communista". Vinha trazer á massa dos trabalhadores que ali estava, a palavra de ordem do seu partido: mobilização de todas as forças do proletariado para sustentar a gréve de São Paulo, houvesse o que houvesse, custasse o que custasse. Estendeu-se, depois, o orador em considerações sobre as origens da vaga de parede que vem agitando o paiz. Affirmou que a fermentação dos factores revolucionarios augmenta dia a dia, devido á gravitação de contradicções insoluveis, que vão minando a infra estructura da sociedade capitalista, a base economica do regimen e que essas contradicções se reflectem na superficie politica da sociedade. Falou, ainda, o sr. Danton Jobin sobre a reforma financeira do governo, sustentando que este pretendia leval-a a effeito a custa dos sacrificios da massa opprimida do proletariado e da pequena burguezia que concorria para a situação revolucionaria que se vae formando nitidamente no paiz. O nivel de vida das classes trabalhadoras vae baixando, accentua o orador, o salario real vae diminuindo cada dia. A parte mais pobre da classe media é tambem attingida pela miseria e caminha para a proletarização, radicando-se mais e mais, devido á concentralização capitalistica. Termina o orador affirmando que só uma solução é possivel para os graves problemas que assoberbam o proletariado e a classe média: a solução revolucionaria.

Recorte de jornal, s/d. *Prontuário 577 – União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo*. DEOPS/SP, APESP.



565

ESCOLA PROLETÁRIA

(Departamento Cultural da União dos Trabalhadores Gráficos)

Rua Barão de Paranapiacaba, 4 - 2.º andar - S. PAULO

CARTÃO de MATRÍCULA *Ano de* ..... *N.*.....

Nome .....

Sindicato a que pertence .....

Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho
Julho	Agôsto	Set.	Out	Nov.	Dez.

NOTA — Este cartão receberá o "visto" do Diretor até o dia 10 de cada mês, devendo ser apresentado diàriamente para a freqüência às aulas.

São Paulo,.....de.....de.....

O DIRETOR,.....

Cartão de Matrícula da Escola Proletária, s/d. Prontuário 577 – União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo. DEOPS/SP, APESP.

O PROLETARIADO E AO POVO EM GERAL

organizações antifacistas abaixo assinadas convocam o proletariado e o povo em geral para

ma grande manifestação pública que se realizará no Largo da Concórdia,

no dia 25 de Janeiro ás 17 horas.

Sindicato dos Profissionais do Volante e Anexos
União dos Operários em Fábricas de Tecidos
Federação Sindical Regional de São Paulo
União dos Trabalhadores Gráficos
Partido Comunista (S. B. I. C.)
Partido Socialista Brasileiro
Grupo Socialista G. Matteotti (P. S. I.)
Liga Comunista Internacionalista
Coligação Confederacionista
Comitê Estudantil Anti-Guerreiro
Federação das Juventudes Comunistas (S. B. I. J. C.)
Grêmio Universitário Socialista
"Vanguarda Estudantil"
União Operária e Camponesa
"Homem Livre"
Brascor
Socorro Vermelho Internacional
"Socialismo"
"Luta Social"
"A Luta de Classe"
"A Classe Operária"
Comitê das Mulheres Trabalhadoras
Federação dos Grupos de Defesa Antifacista
Comitê Anti-Guerreiro de São Paulo.

Panfleto, s/d. Prontuário 577 – União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo. DEOPS/SP, APESP.

União dos Trabalhadores Graphicos

Rua Barão Paranapiacaba, 4
2. andar

S. PAULO

54
340

De pé, trabalhadores graphicos!

O 1.º de Maio não póde ser esquecido!

Companheiros:

O 1.o de Maio vem encontrar este anno o proletariado na mais difficil e desesperada situação. Nem siquer lhe é conferido o direito de commemorar publicamente a data dos trabalhadores de todo o mundo!

E isto revela em ultima analyse, companheiros, que a burguezia atravessa uma phase em que as suas contradicções internas se tornam ainda mais agudas, creando no Brasil, apesar dos desesperados esforços em sentido contrario, uma verdadeira e insophismavel crise pre-revolucionaria. Sem encontrar sahida natural para o seu "impasse" economico, o patronato e o governo que defende os interesses do patronato, usa de um velho recurso: descarrega todo o peso da situação sobre as costas dos trabalhadores, transformados assim em bestas de carga.

Dahi, companheiros, o aggravamento cada vez maior das condições da vida não só dos operarios da capital paulista, como do interior e demais Estados da Republica.

O desemprego se alastra no parque industrial de S. Paulo e a carestia invade os lares operarios. E como ha fartura da mão de obra, os patrões abusam á vontade e se aproveitam do facto para realizar córtes sobre córtes nos miserrimos salarios dos "felizes" que ainda trabalham... A estes, (é a velha manobra!), retardam-lhes os pagamentos de um, dois, tres, quatro, cinco mezes, para afinal pol-os summariamente na rua por terem reclamado seus direitos.

Não nos illudamos companheiros. Encaremos face a face a situação que ahi está. O Brasil se acha nas mãos dos imperialistas extrangeiros, e é com estas aves de rapina do capital financeiro que a burguezia nacional (tão patriota!) se une estreitamente para nos explorar. O pronunciamento militar de outubro do anno passado só serviu para revelar, á luz crua de um exame objectivo, com a mais golpeante brutalidade, a realidade da nossa miseria!

Leis antigas e burladas nos tempos do P.R.P. (a de férias, a de accidentes do trabalho, a de protecção de menores e mulheres, e tantas outras) continuaram a ser burladas pelo patronato, com tácita approvação dos novos governantes.

Não contentes, porem, com todas estas infamias, com todas as suas promessas não cumpridas, com todos os seus golpes de força contra o direito de gréve, os governantes actuaes, para melhor resguardar os interesses do capitalismo, inventaram ultimamente a chamada "lei de syndicalisação", que outra coisa não é senão uma copia fiel da "Carta del Lavoro", com a qual Benito Mussolini o Renegado, destruiu os syndicatos operarios da Italia!

Reparae, a proposito, companheiros a franqueza rude com que já se manifesta a burguezia nacional. Ella já lança mão dos processos classicos do fascismo que é a demagogia e a violencia utilizadas contra os trabalhadores.

A lei do descanço dominical foi revogada por effeito do acto 150 do prefeito municipal. Mais um golpe contra o proletariado de S. Paulo, principalmente contra os graphicos dos jornaes.

Ultimamente ainda, a União dos Trabalhadores Graphicos por ser um authentico syndicato de luta de classe e de resistencia ás explorações do patronato e do Estado burguez se viu ferida em diversos dos seus militantes (entre os quaes o seu proprio secretario geral), que, violentamente, sem motivo que justificasse a medida policial foram presos e levados á Immigração onde permaneceram mais de uma semana.

A nossa séde continúa sitiada pelos mastins da Delegacia de Ordem Social.

Que desejam esses agentes da policia burgueza? Apenas isto: matar, simplesmente matar a U.T.G. e as tradicções de luta do seu passado de reivindicações.

O 1.º de Maio, que é uma data commemorada sempre pelos trabalhadores dos paizes de todo o mundo mesmo nos mais reaccionarios, deveria passar despercebido em S. Paulo? Absolutamente!

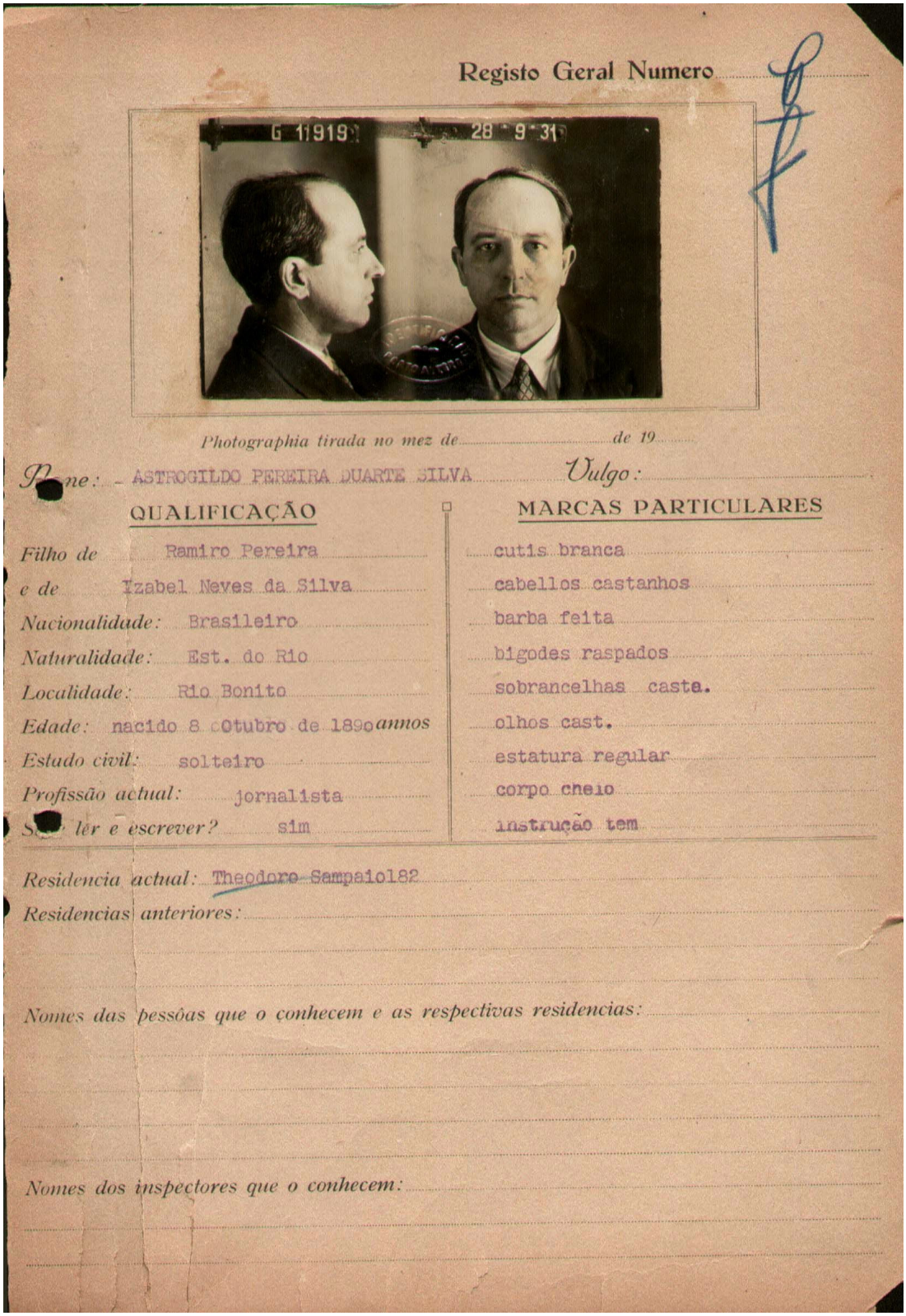
A policia prohibe os comicios publicos. Prende os militantes operarios que fixam nos bairros proletarios, boletins de convocação para as commemorações collectivas do grande dia.

A U.T.G. entretanto, lavra contra a violencia e contra o arbitrio o seu protesto indignado. E, lembrando que é de combate e não de festas o espirito da data proletaria, a U. T. G. se ergue neste momento e desfralda a bandeira das suas reivindicações!

Salve o 1.º de Maio e abaixo a exploração capitalista!

Graphicos e trabalhadores em geral: a U.T G. vos convida a comparecer ao GRANDE COMICIO que, em commemoração do 1.º de Maio, promove para esse dia, ás 14 horas na sua séde social

Panfleto da União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo. s/d. Doc. 54. *Prontuário 340 – Ramon Guerrero Simon*. DEOPS/SP, APESP.



Registo Geral Numero

G 1919 28 9 31

Photographia tirada no mez de ..... *de 19* .....

Nome: ASTROGILDO PEREIRA DUARTE SILVA *Vulgo:* .....

QUALIFICAÇÃO

Filho de Ramiro Pereira

e de Izabel Neves da Silva

Nacionalidade: Brasileiro

Naturalidade: Est. do Rio

Localidade: Rio Bonito

Edade: nacido 8 cOtubro de 1890 *annos*

Estado civil: solteiro

Profissão actual: jornalista

Sabe ler e escrever? sim

MARCAS PARTICULARES

cutis branca

cabellos castanhos

barba feita

bigodes raspados

sobrancelhas casta.

olhos cast.

estatura regular

corpo cheio

instrução tem

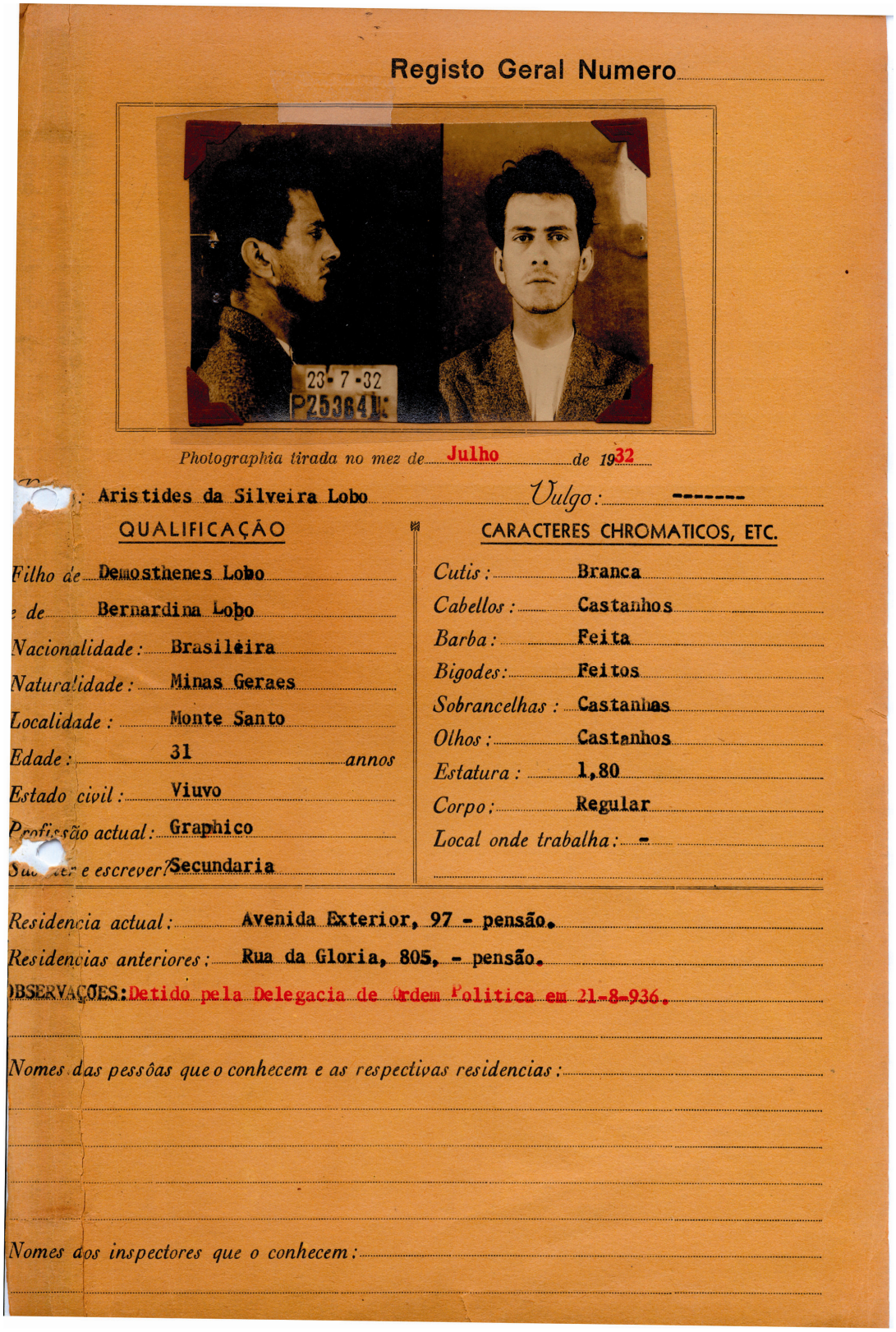
Residencia actual: Theodoro Sampaio182

Residencias anteriores: .....

Nomes das pessôas que o conhecem e as respectivas residencias: .....

Nomes dos inspectores que o conhecem: .....

Auto de Qualificação de Astrogildo Pereira Duarte da Silva. São Paulo, 28 de setembro de 1931. *Prontuário 44 – Astrogildo Pereira Duarte da Silva*. DEOPS-SP, AESP.



Registo Geral Numero

23-7-32
P25364

Photographia tirada no mez de Julho *de 1932*

Nome: Aristides da Silveira Lobo *Vulgo*: -------

QUALIFICAÇÃO

Filho de Demosthenes Lobo
e de Bernardina Lobo
Nacionalidade: Brasileira
Naturalidade: Minas Geraes
Localidade: Monte Santo
Edade: 31 *annos*
Estado civil: Viuvo
Profissão actual: Graphico
Sabe ler e escrever? Secundaria

CARACTERES CHROMATICOS, ETC.

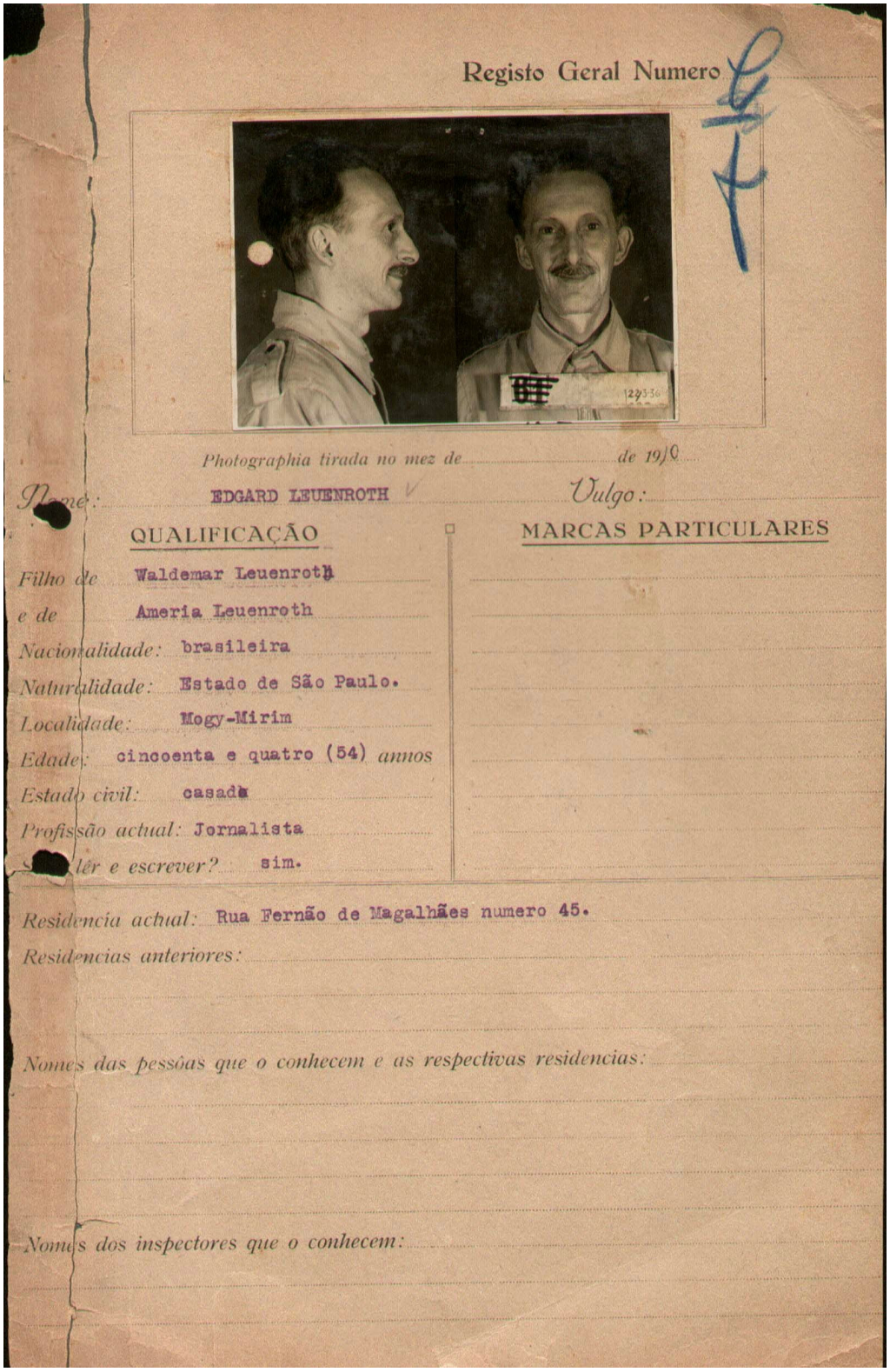
Cutis: Branca
Cabellos: Castanhos
Barba: Feita
Bigodes: Feitos
Sobrancelhas: Castanhas
Olhos: Castanhos
Estatura: 1,80
Corpo: Regular
Local onde trabalha: -

Residencia actual: Avenida Exterior, 97 - pensão.
Residencias anteriores: Rua da Gloria, 805, - pensão.
OBSERVAÇÕES: Detido pela Delegacia de Ordem Politica em 21-8-936.

Nomes das pessôas que o conhecem e as respectivas residencias:

Nomes dos inspectores que o conhecem:

Auto de Qualificação de Aristides Lobo. São Paulo, julho de 1932. *Prontuário 37 (Vol. 1) – Aristides da Silveira Lobo*. DEOPS-SP, APESP.



Registo Geral Numero

Photographia tirada no mez de ..... de 19..

Nome: EDGARD LEUENROTH Vulgo: .....

QUALIFICAÇÃO

Filho de Waldemar Leuenroth

e de Ameria Leuenroth

Nacionalidade: brasileira

Naturalidade: Estado de São Paulo.

Localidade: Mogy-Mirim

Edade: cincoenta e quatro (54) annos

Estado civil: casada

Profissão actual: Jornalista

Sabe lêr e escrever? sim.

MARCAS PARTICULARES

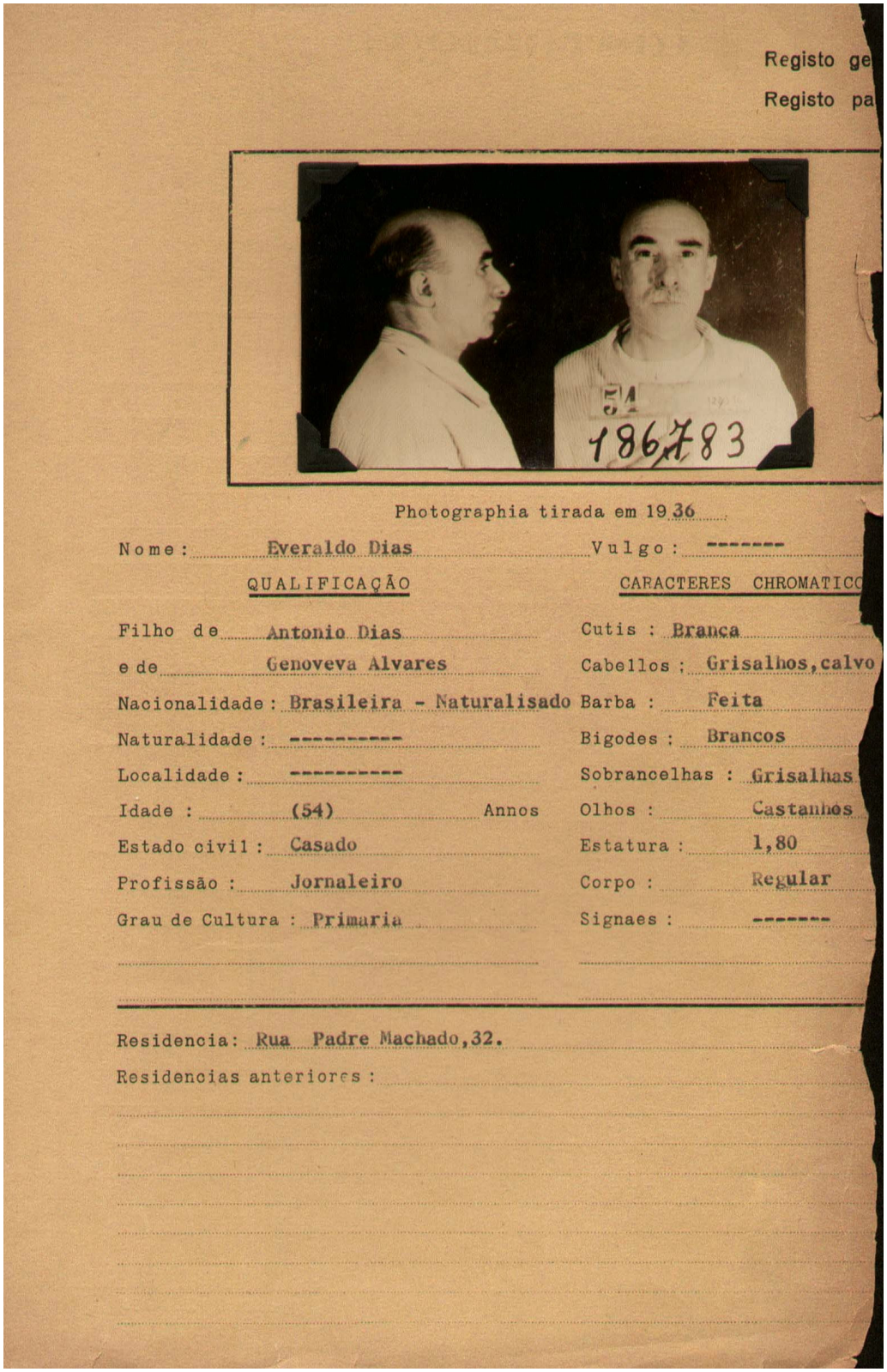
Residencia actual: Rua Fernão de Magalhães numero 45.

Residencias anteriores: .....

Nomes das pessôas que o conhecem e as respectivas residencias: .....

Nomes dos inspectores que o conhecem: .....

Auto de Qualificação de Edgard Leuenroth. São Paulo, s/d. *Prontuário 122 (Vol. 1) – Edgard Leuenroth*. DEOPS-SP, APESP.



Registo ge
Registo pa

Photographia tirada em 19 36

Nome: Everaldo Dias Vulgo: -------

QUALIFICAÇÃO

Filho de Antonio Dias
e de Genoveva Alvares
Nacionalidade: Brasileira - Naturalisado
Naturalidade: ----------
Localidade: ----------
Idade: (54) Annos
Estado civil: Casado
Profissão: Jornaleiro
Grau de Cultura: Primaria

CARACTERES CHROMATICO

Cutis: Branca
Cabellos: Grisalhos, calvo
Barba: Feita
Bigodes: Brancos
Sobrancelhas: Grisalhas
Olhos: Castanhos
Estatura: 1,80
Corpo: Regular
Signaes: -------

Residencia: Rua Padre Machado, 32.
Residencias anteriores:

Auto de Qualificação de Everardo Dias. São Paulo, 1936. *Prontuário136 – Everardo Dias*. DEOPS-SP, AESP.

Fls. .....

Registo geral n. .....

Registo part. n. .....

Photographia tirada em 1936

Nome: Hylcar Leite Vulgo: -------

QUALIFICAÇÃO

Filho de Carlos Maria Ferreira Leite

e de Hilda Cardoso Ferreira Leite

Nacionalidade: Brasileira

Naturalidade: Districto Federal

Localidade: " "

Idade: (24) Annos

Estado civil: Solteiro

Profissão: Graphico

Grau de Cultura: Secundaria

CARACTERES CHROMATICOS, ETC.

Cutis: Branca

Cabellos: Castanhos

Barba: Feita

Bigodes: Feitos

Sobrancelhas: Castanhas

Olhos: Castanhos

Estatura: Media

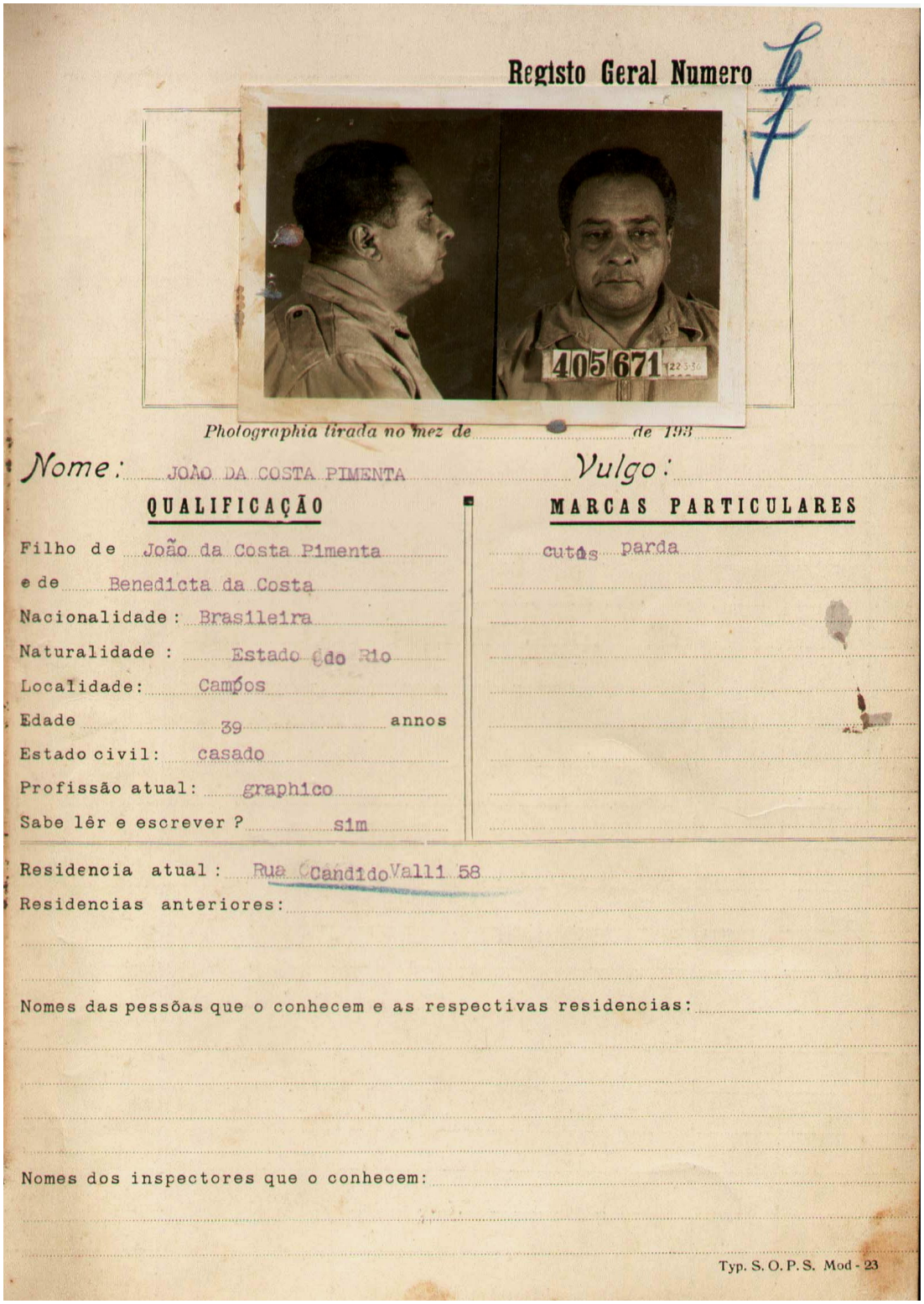
Corpo: Regular

Signaes: -------

Residencia: Rua Borges Figueiredo, 227 - pensão.

Residencias anteriores: Rio de Janeiro

Auto de Qualificação de Hylcar Leite. São Paulo, 1936. *Prontuário 3815 – Hylcar Leite*. DEOPS-SP, AESP.



Registo Geral Numero 6/7

405 671

Photographia tirada no mez de ..... de 193 .....

Nome: JOÃO DA COSTA PIMENTA Vulgo: .....

QUALIFICAÇÃO

Filho de João da Costa Pimenta
e de Benedicta da Costa
Nacionalidade: Brasileira
Naturalidade: Estado do Rio
Localidade: Campos
Edade 39 annos
Estado civil: casado
Profissão atual: graphico
Sabe lêr e escrever? sim

MARCAS PARTICULARES

cutis parda

Residencia atual: Rua Candido Valli 58
Residencias anteriores: .....

Nomes das pessôas que o conhecem e as respectivas residencias: .....

Nomes dos inspectores que o conhecem: .....

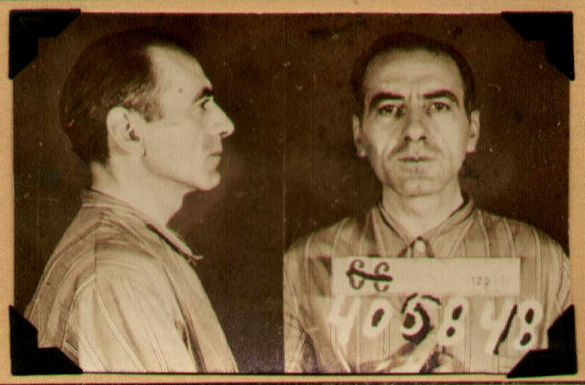
Typ. S. O. P. S. Mod - 23

Auto de Qualificação de João da Costa Pimenta. São Paulo, s/d. *Prontuário 217 – João da Costa Pimenta*. DEOPS-SP, AESP.

Fls. .....

Registo geral n. .....

Registo part. n. .....



Photographia tirada em 19 36

Nome: José Carlos Boscolo Vulgo: --------

QUALIFICAÇÃO		CARACTERES CHROMATICOS, ETC.	
Filho de	João Boscolo	Cutis :	Branca
e de	Elvira Boscolo	Cabellos :	Castanhos
Nacionalidade :	Brasileira	Barba :	Feita
Naturalidade :	São Paulo	Bigodes :	Feitos
Localidade :	Capital	Sobrancelhas :	Castanhas
Idade :	(44) Annos	Olhos :	Castanhos
Estado civil :	Casado	Estatura :	1,71
Profissão :	Linotypista	Corpo :	Regular
Grau de Cultura :	Secundaria	Signaes :	-------

Residencia: Rua Manisfesto,2.609.

Residencias anteriores : Rua Victor Emmanuel,34.antigo .

Nº 263

Auto de Qualificação de João Carlos Boscolo. São Paulo, 1936. *Prontuário 263 – João Carlos Boscolo.* DEOPS-SP, AESP.

Registo Geral Numero 7

Photographia tirada no mez de ..... de 193 .....

Nome: MANOEL MEDEIROS

Vulgo: .....

QUALIFICAÇÃO

Filho de Jose Medeiros

e de Rozadina Medeiros

Nacionalidade: Brasileira

Naturalidade: São Paulo

Localidade: .....

Edade 36 annos

Estado civil: casado

Profissão atual: Graphico

Sabe lêr e escrever? Sim

MARCAS PARTICULARES

Cutis Branca

Cabellos castanhos

Barba Feita

Bigode raspado

Sobrancelhas castanhas

Olhos castanhos

Estatura alta

Corpo regular

Instrucção regular

Residencia atual: Rua Cardoso Valle

Residencias anteriores: .....

P. 177 F. 74

Nomes das pessôas que o conhecem e as respectivas residencias: .....

Nomes dos inspectores que o conhecem: .....

Typ. S. O. P. S. Mod - 23

Auto de Qualificação de Manoel Medeiros. São Paulo, 1936. *Prontuário 177 – Manoel Medeiros*. DEOPS-SP, AESP.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A) Periódicos

A Lanterna, São Paulo.
A Platéa, São Paulo.
A Plebe, São Paulo.
Boletim da FOSP.
Folha da Noite, São Paulo.
Grito Operário, São Paulo.
O Combate, São Paulo.
O Estado de São Paulo.
O Internacional, São Paulo.
O Trabalhador Gráfico

B) Fontes Estatísticas

Boletim do Departamento Estadual do Trabalho. São Paulo: 1911-1934.
Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. 1934-1940.
Estatística Industrial do Estado de São Paulo. Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio: 1928-1937.
Recenseamento do Brazil realizado em 1 de setembro de 1920. Ministério da Agricultura, Indústria e Commércio.

C) Fontes Policiais/ Fundo DEOPS/SP:

Prontuário nº	**Nome**
586	*A Classe Operária*
1553	*A Lanterna* (Jornal)
1181	*A Lucta*
2303	*A Plebe* (Jornal)
11	Affonso Schmidt
3840	Aliança Nacional Libertadora
3121	Ângelo Tosi
56	Antonio Benedicto Amparo
4532	Antonio Kasubeck
77	Antonio Manoel Ribeiro
4037	Antonio Sanches
3644	Antonio Victor Paraná

220	Arthur Heladio Neves
37	Aristides da Silveira Lobo
782	Arlindo Antonio de Pinho
42	Astrogildo Pereira Duarte Silva
48	Augusto Romero
3486	Benedicto Cavalleiros
1262	Benedito Romano
1110	Boletins e Propaganda Comunista
2355	Carlos Gewe
4174	Carlos Prieto Serrano
52	Corifeu de Azevedo Marques
1597	Domingo Ferro
122	Edgard Leuenroth
831	Editorial Marenglen
864	Editorial Pax
135	Eusébio Gurgel do Amaral
136	Everardo Dias
716	Federação Operária de São Paulo
138	Feliciano Bernardo dos Santos
143	Florêncio Tejeda
155	Francisco Augusto das Neves
625	Francisco Cianci
4743	Francisco Oscar Theodoro Johanson
159	Francisco Sandin
712	Fulvio Abramo
3999	Geraldo Silva
828	Graphica Editora Unitas LTDA.
3080	Henrique Barbosa
188	Hermínio Marcos Hernandez
1782	Hideaki Otani
3815	Hilcar Leite
215	Imprensa Oficial do Estado
217	João da Costa Pimenta
206	João da Motta Felippe Adderley
3777	João Della Déa
221	João Flisi Storti
227	João Matheus
1687	Joaquim Trindade ou Leôncio Basbaum
2465	Jornais Subversivos
263	José Carlos Boscolo
860	José Oiticica
467	José Sanches
873	Laurentino Arruda
300	Lívio Barreto Xavier
2140	Manoel Aristides
177	Manoel Medeiros
768	Manoel Rios
331	Mario Dupont

2030	Mário Pedrosa
345	Minervino de Oliveira
1306	*Nossa Palavra*
918	*O Proletário*
852	*O Tempo*
699	Odilon Negrão
358	Otávio Brandão
3701	Paulo Dias
796	Paulo Torres
1634	Pedro Piñero
385	Plínio Gomes de Mello
388	Prospero Ottaiano
3041	Raimundo Alves de Souza
390	Ramon Guerrero Simon
2841	Raymundo Reis
1696	Roberto Morena ou Vicente da Costa e Silva
400	Rodolpho Felippe
1152	Romeu Costa
353	Roque Trevisan
3970	Sady Gouveia do Prado
1692	Sagrallino Fantozzi
415	Samuel Goldstein
1962	Socorro Vermelho
419	Syndicato dos Conductores de Vehiculos ou Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários e Anexos de S. Paulo
868	Syndicato dos Manipuladores de Pão e Annexo Confeiteiros de São Paulo ou Syndicato dos Manipuladores de Pão e Similares ou Associação profissional dos Trabalhadores na Indústria de Panificação e Confeitaria
2947	Syndicato dos Operários Ceramistas de São Paulo
316	Syndicato dos Trabalhadores de Construção Civil (Santos) ou Sindicato dos Trabalhadores na Indútria de Construção Civil de Santos
2259	Typographia Comunista
3471	União dos Alfaiates e Anexos ou Sindicato da Indústria de Alfaiataria e de Confecção de Roupas de Homem em São Paulo ou Sindicato da Indústria de Alfaiataria
1598	União dos Empregados em Hotéis e Similares ou Syndicato dos Empregados em Hotéis, Restaurantes e Congêneres
924	União dos Operários em Fábricas de Tecidos ou Sindicato dos Operários em Fiação e Tecelagem de São Paulo
710	União dos Trabalhadores da Light ou Tração, Luz e Força
577	União dos Trabalhadores Graphicos ou Sindicato dos Trabalhadores Graphicos
996	União dos Vidreiros ou Syndicato dos Operários em Fábricas de Vidros
2005	União Syndical dos Profissionaes do Volante ou Syndicato dos Profissionaes do Volante e Annexos
441	Victor de Azevedo Pinheiro
1442	Waldemar Carvalho

D) Bibliografia

ABRAMO, F. – "7 de outubro de 1934". Cadernos CEMAP. São Paulo, ano I, nº 1, p. 3-65, 1984.

ABRAMO, F. & KAREPOVS, D. (orgs.) – *Na Contracorrente da História: documentos da Liga Comunista Internacionalista (1930-1933)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

ALDRIGHI, D. M. – *Estrutura Industrial e Diferenciação na Força de Trabalho em São Paulo*. São Paulo: Dissertação de Mestrado – FEA/USP, 1985.

ALONSO, A. M. – *Organização Policial. História Legislação e Administração.* Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1959.

ALMEIDA, M. H. T. de – *Estado e Classes Trabalhadoras no Brasil (1930-1945)*. São Paulo: Tese de Doutorado – FFLCH/USP, 1979.

ALTHUSSER, L. – *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

ANDREUCCI, A. – *O Risco das Idéias: Intelectuais e a Polícia Política (1930-1945)*. São Paulo: Dissertação de Mestrado – FFLCH/USP, 2001.

ANDREUCCI, A. G. A. e OLIVEIRA, V. G. *Cultura Amordaçada: Intelectuais e Músicos sob a Vigilância do DEOPS.* São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2002. Coleção: Inventário DEOPS.

ANTUNES, F. *O futebol nas fábricas.* São Paulo, Revista USP nº 22 (Dossiê Futebol), jun./jul./ago., 1994

ANTUNES, R. – *Classe Operária, Sindicatos e Partidos no Brasil: da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora*. São Paulo: Cortez e Editora Ensaio, 1982.

APOLÔNIO, L. – *Manual de Polícia Política e Social.* São Paulo: S. G., 1958.

ARENDT, H. – *O Sistema Totalitário.* Lisboa: Dom Quixote, 1970.

AZEVEDO, R. de. *A Resistência Anarquista: uma questão de identidade (1927-1937)*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002.

BALANDIER, G. – *O Poder em Cena.* Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

BARROS, M. S. L. de – *As Mulheres Trabalhadoras e o Anarquismo no Brasil*. Campinas: Dissertação de Mestrado – IFCH/Unicamp, 1979.

BASBAUM, L. – *História Sincera da República*. Rio de Janeiro: Ed. São José, 1958.

BATALHA, C. H. M. – *A Historiografia da Classe Operária no Brasil: trajetórias e tendências*. In: FREITAS, M. C. de. *Historiografia brasileira em perspectiva* (org.). São Paulo: Editora Contexto, 1998.

BLASS, L. M. S. – *Imprimindo a própria história: o movimento dos trabalhadores gráficos de São Paulo no final dos anos 20*. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

BOBBIO, N. – *Os Intelectuais e o Poder – dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

BOSI, E. – *Cultura de Massa e Cultura Popular: leituras de operários*. Petrópolis: Vozes, 1991.

BRUHNS, H. T. – *Futebol, Carnaval e Capoeira: entre as gingas do corpo brasileiro*. Campinas: Papirus, 2000.

CAMARGO, A. – *O Golpe Silencioso: as origens da república corporativista*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

CANCELLI, E. – *O mundo da Violência, A polícia da Era Vargas*. Brasília, Ed. UNB, 1993.

CANÊDO, L. B. – *O Sindicalismo Bancário em São Paulo*. São Paulo: Símbolo, 1978.

_____ – *A Classe Operária vai ao Sindicato.* São Paulo: Contexto, 1991.

CANETTI, E. – *A Consciência das Palavras*. São Paulo: Melhoramentos, 1983.

CARDOSO, A. S. – *A Política Imigratória Brasileira: de 1921 a 1945*. Brasília: UNB, mimeo., 1989.

CARNEIRO, M. L. T. – *Livros Proibidos, Idéias Malditas: O DEOPS e as Minorias Silenciadas*. São Paulo: Estação Liberdade, 1997.

CARONE, E. – *Movimento Operário no Brasil (1877-1944).* São Paulo: Difel, 1979.

_____ – *A República Velha*. São Paulo: Editora Pensamento, 1970.

_____ – *A Segunda República* (1930-1937). São Paulo: Difel, 1978.

_____ – *A Terceira República* (1937-1945). São Paulo: Difel, 1976.

_____ – *O Marxismo no Brasil (das origens a 1964)*. Rio de Janeiro: Dois Pontos Editora, 1986.

_____ – *Classes Sociais e Movimento Operário*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

_____ – *Leituras marxistas e outros estudos*. SECCO, L. e DEAECTO, M. M. (organizadores). São Paulo: Xamã, 2004.

CASTRO, F. C. – *Os intelectuais Trotskistas nos anos 30*. in: REIS FILHO, D. A. 9 (Org.) – *Intelectuais, História e Política*. São Paulo: 7letras, 2000.

CHACON, V. *História dos Partidos Brasileiros*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

CHARTIER, R. – *Práticas de Leituras*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

CHAUÍ, M. – *Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (Promulgada em 16 de julho de 1934). São Paulo: Livraria Acadêmica, 1934.

COUTINHO, C. N. *Gramsci*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1981.

DARTON, R. & ROCHE, D. (Orgs.) – *Revolução Impressa: A Imprensa na França 1775-1800*. São Paulo: Edusp, 1996.

DEAN, W. – *A Industrialização de São Paulo*. São Paulo: Difel, 1971.

DECCA, E. de – *O Silêncio dos Vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

DECCA, M. A. G. *A vida fora das fábricas – cotidiano operário em São Paulo (1920-1934).* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DOPS – *A Lógica da Desconfiança*. Rio de Janeiro: APERJ, Secretaria de Estado da Justiça, 1993.

DEL ROIO, M. – *A Classe Operária na Revolução Burguesa. A Política de Alianças do PCB: 1928-1935.* Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

DIAS, E. – *História das Lutas Sociais no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

DULLES, J. F. – *Anarquistas e Comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

_____ – *O Comunismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

FACÓ, R. – *A Classe Operária*. Rio de Janeiro: Ed. Horizonte, s/d.

FARIA, A.A. e BARROS, E.L. *Getúlio Vargas e sua Época*. São Paulo: Global, 1989.

FAUSTO, B. – *Trabalho Urbano e Conflito Social*. São Paulo: Difel, 1977.

_____– *A Revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____– *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III – O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S. A., 1995.

_____– *Historiografia da Imigração para São Paulo*. São Paulo: Sumaré, 1991.

FELDMANN, D. A. – *Um Sopro na Luta: os trabalhadores vidreiros paulistanos (1900-1935).* São Paulo: Dissertação de Mestrado – FFLCH/USP, 2004.

FERREIRA, J. – *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular (1930-45).* Rio de Janeiro: FGV Editora, 1997.

FERREIRA, M. N – *A Imprensa Operária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1978.

FOOT, F. e LEORNADI, V. – *História da Indústria e do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Global, 1982.

FOUCAULT, M. – *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____ – *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

FURTADO, C. – *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1971.

GAMBINI, R. – *O Duplo Jogo de Getúlio Vargas: Influência Americana e Alemã no Estado Novo*. São Paulo: Símbolo, 1977.

GARCIA, N. J. – *O Estado Novo: Ideologia e Propaganda Política*. São Paulo: Edições Loyola, 1982.

GIANNOTTI, V. – *O que é jornalismo Operário*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

GIDDENS, A. – *O Estado-Nação e a Violência*. São Paulo: EDUSP, 1985.

GIRARDET, R. – *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOFFMAN, E. – *Estigma*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

GOMES, A. M. C. – *A Invenção do Trabalhismo*. São Paulo: Vértice, 1988.

GRAMSCI, A. – *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____ – *Cartas do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GRUPPI, L. – *O Conceito de Hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

GUALBERTO, E. S. – *Homens Trabalhando, Polícia Vigiando: o cotidiano operário sob o olhar do DEOPS-SP (1924-1937)*. São Paulo: Iniciação Científica, Fapesp/PROIN, 2004.

HADLER, M. S. D. – *Sindicato do Estado e legislação social: o caso dos gráficos paulistas nos anos de 1930*. Campinas: Dissertação de Mestrado – IFCH/Unicamp, 1982.

HARDMAN, F. F. – *Nem Pátria, Nem Patrão!: vida operária e cultura anarquista no Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1984.

HOBSBAWM, E. J. – *Revolucionários*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

IANNI, O. – *Estado e Planejamento econômico no Brasil.*Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

_____ – *Industrialização e Desenvolvimento Social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

IGNATIEF, M. – *Instituições Totais e Classes Trabalhadoras: um balanço crítico*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 7, nº 14, março/agosto de 1987.

Instituto de Pesquisas Econômicas – *Revista "Estudos Econômicos"*. São Paulo: FEA/USP.

KANDIR, A. – *A Dinâmica da Inflação*. São Paulo: Ed. Nobel, 1989.

KHOURY, Y. M. A. – *Edgard Leuenroth uma Voz Libertária: imprensa, memória e militância anarco-sindicalista*. São Paulo: Tese de Doutorado – FFLCH/USP, 1988.

KOSSOY, B. – *Fotografia e História*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

_____ – *Realidades e Ficções na Trama Fotográfica.* São Paulo: Ateliê Editorial, 1999.

LACERDA, M. de – *Segunda República. Rio de Janeiro*: Ed. Freitas Bastos, 1931.

LEFORT, C. – *A Invenção Democrática: os limites do totalitarismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LEURENROTH, E. – *Anarquismo – roteiro de libertação social: antologia de doutrina crítica, histórica e informações*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1963.

LOBO, A. – *Biografia, Biografias*. São Paulo: Revista Brasileira de História, vol. 17, nº 33, ANPUH/Ed. Unijuí, 1997.

LOPES, S. L. L. (coordenador) – *Cultura e Identidade Operária: Aspectos da Cultura de Classe Trabalhadora*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, s/d.

MAFESSOLI, M. – *A Lógica da Dominação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MAGALHÃES, F. T. – *O Suspeito através das lentes: O DEOPS e a imagem da subversão (1930-1945)*. São Paulo: Dissertação de Mestrado – FFLCH – USP, 2001.

MANACORDA, M. A. *O Princípio Educativo em Gramsci*. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1990.

MARAM, S. L. – *Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARANHÃO, R. – *Sindicatos e Democratização*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

MARTINS, H. – *O Estado e a Burocratização do Sindicato no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1979.

MARX, K. – *O Capital*. São Paulo: Abril, 1984.

MELLO, J. M. C. – *O Capitalismo Tardio*. São Paulo:Brasiliense, 1986.

MICELI, S. – *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Editora Difel, 1979.

MOLES, A. – *O Cartaz*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

MORAES Fº, E. de – *O Problema do Sindicato Único no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1952.

MUNAKATA, K. – *A Legislação Trabalhista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense (Coleção Tudo é História), 1981.

OLIVEIRA, L. L. – *Autoridade e Política: O pensamento de Azevedo do Amaral*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

PANDOLFI, D. (org.) – *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

_____ – *Camaradas e Companheiros: História e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PAOLI, M. C. – *Trabalhadores Urbanos na Fala dos Outros. Tempo, espaço e classe na história operária. In: LOPES, S. L. (coordenação). Cultura e Identidade Operária*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1987.

PARRA, L. S. – *Combates pela Liberdade: o movimento anarquista sob a vigilância do DEOPS/SP (1924-1945)*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2003. Coleção: Inventário DEOPS.

PERROT, M. – *Os excluídos da História: operários, mulheres, prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PINHEIRO, P. S. – *Política e Trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1975.

PINHEIRO, P. S. e HALL, M. M. – *A Classe Operária no Brasil (1889-1930)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

PRADO JR., C. – *Evolução Política do Brasil. São Paulo*: Editora Brasiliense, 1966.

RAMALHO, J. – *O Mundo do Crime: a ordem pelo avesso*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

REZENDE, P. A. – *História do Movimento Operário no Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1994.

RIBEIRO, M. A. R. – *Condições de Trabalho na Indústria Têxtil Paulista (1870-1930)*. Campinas: Dissetação de Mestrado – IFCH/Unicamp, 1980.

RIBEIRO, M. C. S. – *Venha o Decreto de Expulsão: A legitimação da Ordem Autoritária no Governo Vargas (1930-1945).* São Paulo: Dissertação de Mestrado – FFLCH – USP, 2003.

RODRIGUES, L. M. – *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Difel, 1966.

RODRIGUES, J. A. – *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

SCHARTZMAN, S., BOMENY, H. M. B., e COSTA, V. M. R. – *Tempos de Capanema*. São Paulo: EDUSP, 1984.

SECCO, L. – *Gramsci e o Brasil: recepção e difusão de suas idéias*. São Paulo: Cortez (Coleção Questões da Nossa Época), 2002

SEGATTO, J. A. – *A Formação da Classe Operária no Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

SILVA, H. e CARNEIRO, M. C. R. – *História da República Brasileira (1927-1930)*. Rio de Janeiro: Três, 1975.

SILVA, M. L. da – *A Face Oculta da Reprodução (um estudo sobre os trabalhadores industriais de São Paulo, 1930-1934)*. Campinas: Dissertação de mestrado – IFCH/Unicamp, 1995.

SILVA, S. – *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1977.

SILVA, Z. L. – *Domesticação dos Trabalhadores nos anos 30.* São Paulo: CNPq/Marco Zero, 1991.

SIMÃO, A. – *Sindicato e Estado*, São Paulo: Dominus Editora, 1966.

SINGER, P. – *Curso de Introdução à Economia Política*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1975.

SKIDMORE, T. – *Brasil: de Getúlio a Castelo*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SODRÉ, N. W. – *História da Burguesia Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

TRONCA, I. *Revolução de 30: a dominação oculta*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

VARGAS, J. T. – *Negócios e Representações: os industriais paulistas entre os anos vinte e trinta*. Campinas: Dissertação de Mestrado – IFCH/Unicamp, 1995.

VIANNA, L. W. – *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Belo Horizonte: Paz e Terra, 1989.

WEFFORT, F. *Origens do Sindicalismo Populista no Brasil*. Estudos CEBRAP, 4. 1973.